



COLEÇÃO GÊNERO, MÍDIAS E CONTEMPORANEIDADES

ESTUDOS DE GÊNERO E ESTUDOS DE MÍDIA: (DES)CONSTRUÇÕES CONTEMPORÂNEAS

ELIANE CADONÁ
NÁTHALY ZANONI LUZA
TAINA KURTZ
ORGANIZADORAS



COLEÇÃO MÍDIAS E CONTEMPORANEIDADE

**ESTUDOS DE GÊNERO E ESTUDOS DE MÍDIA:
(DES)CONSTRUÇÕES CONTEMPORÂNEAS**



**UNIVERSIDADE REGIONAL INTEGRADA DO ALTO
URUGUAI E DAS MISSÕES**

REITOR

Arnaldo Nogaro

PRÓ-REITOR DE ENSINO

Edite Maria Sudbrack

**PRÓ-REITOR DE PESQUISA, EXTENSÃO E PÓS-
GRADUAÇÃO**

Neusa Maria John Scheid

PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO

Nestor Henrique de Cesaro

CÂMPUS DE FREDERICO WESTPHALEN

Diretora Geral

Silvia Regina Canan

Diretora Acadêmica

Elisabete Cerutti

Diretor Administrativo

Ezequiel Plínio Albarello

CÂMPUS DE ERECHIM

Diretor Geral

Paulo José Sponchiado

Diretor Acadêmico

Adilson Luis Stankiewicz

Diretor Administrativo

Paulo José Sponchiado

CÂMPUS DE SANTO ÂNGELO

Diretor Geral

Gilberto Pacheco

Diretor Acadêmico

Marcelo Paulo Stracke

Diretora Administrativa

Berenice Beatriz Rossner Wbatuba

CÂMPUS DE SANTIAGO

Diretor Geral

Michele Noal Beltrão

Diretor Acadêmico

Claiton Ruviano

Diretora Administrativa

Rita de Cássia Finamor Nicola

CÂMPUS DE SÃO LUIZ GONZAGA

Diretora Geral

Dinara Bortoli Tomasi

Diretora Acadêmica

Renata Barth Machado

CÂMPUS DE CERRO LARGO

Diretor Geral

Luiz Valentim Zorzo



CONSELHO EDITORIAL DA URI

PRESIDENTE

Luana Teixeira Porto (URI/FW)

CONSELHO EDITORIAL

Acir Dias da Silva (UNIOESTE)

Adriana Rotoli (URI/FW)

Alessandro Augusto de Azevedo (UFRN)

Alexandre Marino da Costa (UFSC)

Attico Inacio Chassot (Centro Universitário Metodista)

Carmen Lucia Barreto Matzenauer (UCPel)

Cláudia Ribeiro Bellochio (UFSM)

Daniel Pulcherio Fensterseifer (URI/FW)

Dieter Rugard Siedenber (UNIJUI)

Edite Maria Sudbrack (URI/FW)

Elisete Tomazetti (UFSM)

Elton Luiz Nardi (UNOESC)

Gelson Pelegri (URI/FW)

João Ricardo Hauck Valle Machado (AGES)

José Alberto Correa (Universidade do Porto, Portugal)

Júlio Cesar Godoy Bertolin (UPF)

Lenir Basso Zanon (UNIJUI)

Leonel Piovezana (Unochapeco)

Leonor Scliar-Cabral (UFSC)

Liliana Locatelli (URI/FW)

Lisiane Ilha Librelotto (UFSC)

Lizandro Carlos Calegari (UFSM)

Lourdes Kaminski Alves (UNIOESTE)

Luis Pedro Hillesheim (URI/FW)

Luiz Fernando Framil Fernandes (FEEVALE)

Maria Simone Vione Schwengber (UNIJUI)

Marilia dos Santos Lima (PUC/RS)

Mauro José Gaglietti (URI/Santo Ângelo)

Miguel Ângelo Silva da Costa (URI/FW)

Noemi Boer (URI/Santo Ângelo)

Patrícia Rodrigues Fortes (CESNORS/FW)

Paulo Vanderlei Vargas Groff (UERGS/FW)

Rosa Maria Locatelli Kalil (UPF)

Rosângela Angelin (URI/Santo Ângelo)

Sibila Luft (URI/Santo Ângelo)

Tania Maria Esperon Porto (UFPEL)

Vicente de Paula Almeida Junior (UFFS)

Walter Frantz (UNIJUI)

Ximena Antonia Diaz Merino (UNIOESTE)

Eliane Cadoná
Náthaly Zanoni Luza
Taina Kurtz

Organizadoras

**ESTUDOS DE GÊNERO E ESTUDOS DE MÍDIA:
(DES)CONSTRUÇÕES CONTEMPORÂNEAS**



Frederico Westphalen
2020



Este trabalho está licenciado sob uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivados 3.0 Não Adaptada. Para ver uma cópia desta licença, visite <http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/3.0/>.

Organização: Eliane Cadoná; Náthaly Zanoni Luza; Taina Kurtz

Revisão Linguística: Wilson Cadoná; Adriane Ester Hoffmann

Revisão Metodológica: Eliane Cadoná; Náthaly Zanoni Luza; Taina Kurtz; Editora URI – Frederico Westph

Capa/Arte: Silvana Kliszcz

Projeto gráfico: Editora URI – Frederico Westph

**O conteúdo dos textos é de responsabilidade exclusiva dos(as) autores(as).
Permitida a reprodução, desde que citada a fonte.**

Catálogo na Fonte elaborada pela
Biblioteca Central URI/FW

L979 Cadoná, Eliane

Estudos de gênero e estudos de mídia: (des) construções contemporâneas / Eliane Cadoná; ...[et al]. il – 1ª ed. – Frederico Westphalen; Editora URI, 2020.
4,53MB; PDF. Online.
292p.

Inclui Bibliografia.
ISBN: 978-65-89066-03-3

1. Estudos de gênero e mídias: o contemporâneo em análise 2. A história e as mulheres: novas encruzilhadas, outros sujeitos
I. Título

CDD: 370
CDU: 37.031

Catálogo na fonte: bibliotecária Andréia Mazzonetto Zanon CRB 10/2626



URI – Universidade Regional Integrada
do Alto Uruguai e das Missões
Prédio 9
CÂMPUS de Frederico Westphalen:
Rua Assis Brasil, 709 – CEP 98400-000
Tel.: 55 3744 9223 – Fax: 55 3744-9265
E-mail: editorauri@yahoo.com.br, editora@uri.edu.br

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

SUMÁRIO

PREFÁCIO _____ **9**

Marlene Neves Strey

INTRODUÇÃO _____ **14**

ESTUDOS DE GÊNERO E MÍDIAS: O CONTEMPORÂNEO EM ANÁLISE

Náthaly Zaroni Luza; Taina Kurtz; Eliane Cadoná

CAPÍTULO I _____ **22**

A HISTÓRIA E AS MULHERES: NOVAS ENCRUZILHADAS, OUTROS SUJEITOS

Ana Maria Colling; Losandro Antonio Tedeschi

CAPÍTULO II _____ **37**

GÊNERO E MEIO RURAL: O 'LUGAR' DA MULHER NOS ESPAÇOS DE REPRESENTAÇÃO DAS TRABALHADORAS E TRABALHADORES RURAIS (STRs)

Iara Fatima Durante; Leonardo da Silva Martinelli; Marisa do Nascimento Pigatto

CAPÍTULO III _____ **51**

DO PRECONCEITO TRANS AO DISCURSO DE ÓDIO: A EXTERIORIZAÇÃO DE VIÉS CONSERVADOR E DE VIOLÊNCIA EM POSTS DE REDE SOCIAL

Elisângela Bertolotti; Ana Paula Teixeira Porto

CAPÍTULO IV _____ **70**

GÊNERO, SAÚDE E SEXUALIDADE NA ESCOLA: PERSPECTIVAS PARA O ENSINO MÉDIO

Náthaly Zaroni Luza; Estéfani Barbosa de Oliveira Medeiros; Eliane Cadoná

CAPÍTULO V _____ **84**

O CORPO E A MULHER QUE ALI ESTÁ: ENSAIOS VISUAIS DE TRÊS ARTISTAS MULHERES NO BRASIL DE 1968 A 1975

Thainá Maria da Silva; Bianca Knaak

CAPÍTULO VI	98
OS LIVROS INFANTIS SOB A PERSPECTIVA DOS ESTUDOS DE GÊNERO E DO CONSTRUCIONISMO SOCIAL	
<i>Ana Carolina Weselovski da Silva; Eliane Cadoná</i>	
CAPÍTULO VII	115
PROBLEMATIZANDO GÊNERO COM CRIANÇAS: DESCONSTRUÇÕES E TRANSFORMAÇÕES ATRAVÉS DA LITERATURA INFANTIL	
<i>Andressa Botton; Victória Portela Mandarin Peixoto; Alice Lopes Caldas Fagundes; Marlene Neves Strey</i>	
CAPÍTULO VIII	141
O USO DE APLICATIVOS NAS PRÁTICAS SEXUAIS CONTEMPORÂNEAS: ENCONTROS E DESENCONTROS DE HOMENS QUE FAZEM SEXO COM OUTROS HOMENS	
<i>William Heldt dos Santos; Yáskara Arrial Palma</i>	
CAPÍTULO IX	156
VIOLÊNCIA DE GÊNERO E FEMINICÍDIO NA MÍDIA DIGITAL: UMA ANÁLISE DAS NOTÍCIAS PUBLICADAS NO G1	
<i>Janaína Deponti; Eliane Cadoná</i>	
CAPÍTULO X	176
AS MULHERES (RE)NOMEIAM O MUNDO: OCUPAÇÃO FEMINISTA DAS REDES SOCIAIS NA INTERNET	
<i>Vera Martins</i>	
CAPÍTULO XI	192
O CASULO E A BORBOLETA: O LUGAR DAS PROSTITUTAS NA ATENÇÃO BÁSICA	
<i>Bruna Sorensen; Eliane Cadoná</i>	
CAPÍTULO XII	208
GÊNERO E SEXUALIDADE: O QUE NOS CONTAM DOCENTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA?	
<i>Taina Kurtz; Cleidinara Rigodanzo; Eliane Cadoná</i>	

CAPÍTULO XIII	225
AS MASCULINIDADES DOS VINGADORES: DO MEIO MIDIÁTICO AO CONVÍVIO SOCIAL	
<i>Willian Edson Tomasi; Eliane Cadoná</i>	
CAPÍTULO XIV	237
EDUCAÇÃO E GÊNERO PARA ALÉM DO QUE SE VÊ: O QUE HÁ DE CRISTALIZADO NAS PRÁTICAS EM EDUCAÇÃO?	
<i>Heloísa Derkoski Dalla Nora</i>	
CAPÍTULO XV	249
A EDUCAÇÃO DIGITAL E OS DESAFIOS DE ENSINO E APRENDIZAGEM EM TEMPOS COMPLEXOS	
<i>Ana Patrícia Henzel Richter; Judite Ines Schreiner Gauer; Elisabete Cerutti</i>	
CAPÍTULO VXI	261
GÊNERO E VIOLÊNCIA: NARRATIVAS LITERÁRIAS E CINEMATOGRAFICAS E A DEFESA DE DIREITOS HUMANOS	
<i>Luana Teixeira Porto</i>	
CAPÍTULO XVII	272
A MULHER NA CONDIÇÃO DE NUTRIZ E O MAIS DO MESMO: REVISITANDO AS CAMPANHAS DA AMAMENTAÇÃO	
<i>Eliane Cadoná; Marlene Neves Strey</i>	
SOBRE OS/AS AUTORES/AS	285

~ PREFÁCIO ~

Este é um livro que se desenvolve sob dois conceitos extremamente importantes para compreendermos os tempos em que vivemos, ou, tem outros termos, contemporaneidade: gênero e mídia. Gênero, porque se não entendermos as relações de poder entre homens e mulheres, veremos o mundo e seus movimentos de maneira rasa e superficial ou mesmo enganosa e mistificadora. Mídia, porque a cultura se nutre de seus esquemas criadores e explicativos da realidade, imaginando que os meios de comunicação de massa apenas mostram e espelham o que acontece na realidade.

Fui convidada para prefaciar este livro devido à intimidade que tenho com o conceito de gênero. Essa intimidade começou a ser desenvolvida na década de 1980, quando fui apresentada aos estudos de gênero e feminismos por ocasião do meu Mestrado na PUCRS. Foi uma descoberta iluminadora, que descortinou um mundo velado pela ação dos estereótipos, das práticas repetitivas, convenções sociais e imersão em simbolismos domesticadores. Naquela época eu não sabia, mas essa era uma das várias razões pelas quais o conceito e tudo o que girava ao redor do gênero era combatido, inclusive dentro da Academia, lugar quase sagrado da busca do conhecimento e combate à ignorância. Felizmente, quem bebe dessa fonte não consegue mais deixar a crítica de lado. Tudo passa a ser revisto sob esse novo olhar. E o mundo muda de cara.

O conceito de gênero nasceu na Gramática e já tem uma história mais ou menos longa. Ou melhor, não tão longa assim, mas pode ser rastreado já no início da segunda metade do século vinte. Foi John Money, em 1955 quem propôs o termo “papel de gênero” para descrever o conjunto de condutas apresentadas ou vistas como próprias de mulheres e homens. Mais tarde, Robert Stoller estabeleceu mais claramente o que diferenciava sexo de gênero. A partir daí, a trajetória do conceito foi tumultuada, percorrendo caminhos contraditórios; mas, se espalhou pelas ciências sociais e humanas, tanto que vamos encontrar seu uso na Sociologia, na Psicologia, na Antropologia, na História e em todas as demais áreas que discutem as relações humanas em ambientes culturais e sociais. Em todas essas áreas, cada uma a seu jeito, usar o gênero como motor das análises permitiu desvelar o que sustenta as normas, como são elaboradas as representações, as ideias, o que leva as pessoas a adotarem um determinado comportamento e não outro e assim por diante. O que antes era considerado “natural” em função do sexo da pessoa, passou a ser visto como construído social e historicamente.

As teorias de gênero, feministas ou não, foram e são elaboradas e desenvolvidas por

uma série de filósofas, pensadoras, pesquisadoras e militantes brilhantes e convencidas de que não existe nada “natural” no que diz respeito aos seres humanos. A quantidade de nomes a serem citados é enorme e, provavelmente, não poderiam aparecer lado a lado em qualquer texto, acadêmico ou não, em função de que percebem essas construções de maneira ligeiramente, ou muito diferente. Essa diversidade, que muita gente considera como dispersão e fragmentação, eu considero como sua riqueza e oportunidade de pensar as relações entre mulheres e homens a partir de inúmeros olhares e possibilidades. Cada uma delas permite pensar aspectos distintos, bem condizentes com a complexidade que é um ser humano. O importante é que problematizam o que é ser homem, o que é ser mulher, o que é feminino, o que é masculino. Algumas ideias fundacionais de gênero sacodem o conhecimento estereotipado estabelecido, dando lugar a análises inovadoras e alargando os caminhos para um conhecimento mais reflexivo e problematizador. Quando o enfoque de gênero é feminista, serve ao objetivo de compensar os efeitos da discriminação histórica sobre as mulheres, pretendendo fomentar a participação das mulheres em todos os âmbitos de atuação humanos, principalmente naqueles em que foi excluída, tais como certas áreas de estudo, de trabalho, de criação artística e científica, de tomada de decisões e poder. Sem ordem de antiguidade ou importância, nem mesmo alfabética, nem se é uma autora clássica, estruturalista, pós-estruturalista, me vem à cabeça nomes como Sandra Harding, bell hooks, Nancy Chodorow, Linda Nicholson, Teresa de Lauretis, Maria Femenias, Luce Irigaray, Joan Scott, Judith Butler, Júlia Kristeva, Kate Millet, Raewyn Connell, Monique Wittig, Gayle Rubin, Paul/Beatriz Preciado, Mabel Burin, Irene Meler... As brasileiras Guacira Lopes Louro, Eva Blay, Heleieth Saffioti, Cristina Bruschini, Mara Lopes Lago, Cláudia Fonseca, Dagmar Meyer, Firestone Sulamith, Rose Marie Muraro, Telia Negrão, Graziela Werba... Para não deixar de lado os homens, cito Adriano Beiras, Benedito Medrado, Jorge Lyra, Pierre Bordieu, Juan Guillermo Figueroa. Claro que estou deixando de citar muitíssimos nomes considerados indispensáveis para os estudos de gênero, mas foram os nomes acima que surgiram na minha cabeça neste instante. Essa pode ser uma busca interessante para quem quiser ter uma ideia mais completa sobre quem são as pessoas que contribuem para os estudos de gênero.

Os estudos de gênero nos ajudam a entender um pouco melhor porque automaticamente aparecem definições que declaram que as mulheres são mais sensíveis, emotivas e passivas que os homens, por exemplo. Ou que os homens costumam ser o contrário disso. E não importa se a conversa onde aparecem essas definições estão localizadas em uma mesa de bar, na sala da diretoria de uma empresa ou em uma aula na

universidade. São definições tão entranhadas que ninguém sabe de onde vieram, mas que juram ser verdadeiras. Por isso são tão difíceis de modificar. Por isso, sempre aparecem e reaparecem movimentos sociais, políticos e até mesmo teóricos e acadêmicos que buscam retornar a conceitos de natureza humana que fixam jeitos masculinos e femininos de ser em nome de uma determinada biologia humana. Daí, sempre é bom lembrar que, na própria biologia, as coisas não são tão simples assim. Pesquisadores e pesquisadoras da Biologia mostram quadros muito mais complexos. Stephan Jay Gould, o eminente biólogo, por exemplo, em seu livro “Dinossauro no palheiro”, dizia que nada é mais perigoso do que uma visão dogmática de mundo, nada é mais limitante e mais destrutivo do que a receptividade do novo, porque a verdade é filha do tempo. Para ele, às vezes, é necessário que a teoria venha abaixo e um novo arcabouço seja adotado, antes mesmo que os fatos cruciais possam ser enxergados. Ele ressaltava a importância de reconhecermos a influência do social como o melhor antídoto possível para o excesso de confiança que depositamos na nossa percepção da verdade. No livro “A falsa medida do homem”, ele procura demonstrar a debilidade científica e os contextos políticos dos argumentos deterministas, pois, para ele, o determinismo biológico é uma teoria dos limites e a vida escapa dos limites. Já Yuval Noah Harari, outro autor muito lido ultimamente, declara que não existe nada, do ponto vista biológico, que não seja natural, pois um comportamento verdadeiramente não natural, que fosse contra as leis da natureza, simplesmente não teria como existir. Ele chega à conclusão que, tudo o que é possível de ser, é, também, natural, pois a Biologia tolera um leque muito amplo de possibilidades. Segundo ele, é a cultura que insiste em algumas possibilidades e proíbe outras.

Enfim, poderia encher páginas e páginas, livros inteiros, somente sobre o conceito de gênero e suas possibilidades de entendimento das relações humanas, entre os inúmeros e possíveis gêneros, em contextos históricos, regionais e culturais diversos. No entanto, quero apenas sintetizar alguns poucos aspectos que são estudados por quem considera gênero uma categoria essencial para o entendimento dessas relações, ou mesmo por quem considera gênero muito mais que uma categoria de análise, mas uma disciplina específica por direito próprio, ou um novo campo epistêmico que afirma que as relações entre os gêneros são relações de poder, construídas social e historicamente, fazendo parte intrínseca de cada indivíduo. Essas relações atravessam todo o tecido social e se articulam com outras questões, tais como a idade, a classe, a etnia, a orientação sexual, a religião e as demais instituições humanas. Gênero desmascara as relações de desigualdade, assimétricas e injustas que se escondem sob o rótulo de serem naturais. Escava nas identidades, nos

valores, nos sistemas e posicionamentos políticos, instituições, simbologias, conflitos sociais, desajustes, patologias e hierarquias sociais e culturais. Além disso, gênero está na base de propostas de inclusão e da criação de novas construções de sentido para os fatos da vida diária.

Agora falo um pouco sobre a mídia e sua importância no mundo atual. Para percebermos sua centralidade na vida humana, basta fazer um pequeno esforço imaginativo e tentar pensar como seria se, de repente, os meios de comunicação de massa deixassem de existir. O que seria da maioria de nós sem a internet? Como comunicaríamos nossos achados, nossas teorias, se os periódicos eletrônicos ou impressos não estivessem aí para que pudéssemos enviar nossos textos e ficar na expectativa de sua publicação? E a televisão? E os jornais e revistas? O rádio? O cinema? De onde tiraríamos os temas de nossas conversas? Como saberíamos o que acontece na nossa cidade ou no outro lado da terra? O mundo certamente seria muito diferente. E o que pensamos sobre o mundo, sobre a vida e sobre nós mesmos/as também seria muito diferente. O sociólogo Pedrinho Guareschi diz que, se não passa na mídia, não existe. Ou seja, muito do que falamos, pensamos, acreditamos, é recolhido da mídia em suas diferentes expressões.

Muita tinta, metaforicamente falando ou não, já foi usada para falar sobre a mídia, sua importância e seus efeitos na sociedade e na cultura. Caudalosos rios de tinta. Esses efeitos podem ser deletérios ou não. Com respeito ao gênero, esses efeitos são inegáveis. Basta nos determos sobre os papéis que as mulheres personalizam nas propagandas, nas novelas, nos programas de auditório e assim por diante. Dependendo de como uma notícia é veiculada nas páginas policiais, por exemplo, o assassinato de uma mulher por seu companheiro ou ex-companheiro, ou o estupro coletivo de uma jovem alcoolizada pode ser visto como um rompante violento de emoção sem controle ou um crime hediondo. Um político pode ser apresentado pela mídia como um líder combativo ou como um aproveitador corrupto. Uma atriz de cinema pode aparecer como patética, explosiva ou determinada. Enfim, os meios de comunicação nos mostram a “realidade”. Será? Ou fabricam a realidade para o nosso consumo baseado nas tendências percebidas, no clima social e político em voga? Por isso falei acima em rios de tinta. Estudos, pesquisas, revisões da literatura, ensaios, discorrem sobre as diferentes possibilidades e efeitos da mídia na vida humana.

Se buscarmos, veremos que esses efeitos são muitos e diversos. No que diz respeito às mulheres, por exemplo, durante muito tempo serviram, basicamente para domesticá-las e colocá-las do jeito que a sociedade queria. No entanto, também foi a via de comunicação dos movimentos feministas para escapar do jugo das normas patriarcais. As propagandas da

televisão, das revistas e dos jornais, por exemplo, não oferecem apenas mercadorias, produtos para o lar ou tentam vender carros, mas também podem reforçar as assimetrias sociais e de gênero, transformando os corpos femininos em objetos. Por outro lado, podem ser o meio pelo qual são produzidas ideias de empoderamento das mulheres que propiciam mudanças individuais ou coletivas. O cinema pode reproduzir estereótipos de gênero, com protagonistas boazinhas, dóceis e submissas, mas também protagonistas rebeldes, afirmativas, que escapam ao controle social. Assim, pode-se dizer que é nos meios de comunicação de massa que acontecem as negociações de sentido das relações de poder entre os gêneros, refletindo e, ao mesmo tempo, promovendo e reforçando assimetrias e desigualdade. Mas, essas negociações podem, por sua vez, promover mudanças e transformações nessas relações, nutrindo resistências contra movimentos que buscam cercear conquistas e retomar ideias e comportamentos conservadores e até mesmo reacionários. Para além do gênero, os meios de comunicação de massa são essenciais para o livre desenvolvimento da Democracia. Exercem controle e desmascaram práticas para a erosão da Democracia. Embora possam favorecer certas posturas anti ou pró Democracia, dependendo das relações de poder editoriais, permitem que tenhamos material para nossa própria reflexão individual e coletiva. Isso se tivermos ou adquirirmos espírito crítico e leitura problematizadora das contribuições da Mídia.

Em função dessa ambiguidade e possibilidades contraditórias, os estudos sobre a mídia são de relevância social e científica. Quando introduzimos o gênero nessa equação, a importância adquire um caráter de necessidade e importância. Por isso este livro! É muito promissor encontrar autoras e autores muito conhecidas/os, lado a lado com outras/os iniciantes trabalhando em prol da produção do conhecimento sobre mídia e gênero e seus efeitos e possibilidades. Sei que a leitura deste livro vai ser muito produtiva no sentido de promover a reflexão sobre temas tão centrais. Espero que venham muitos outros.

Marlene Neves Strey – 2020.

~ INTRODUÇÃO ~

ESTUDOS DE GÊNERO E MÍDIAS: O CONTEMPORÂNEO EM ANÁLISE

Náthaly Zanoni Luza

Taina Kurtz

Eliane Cadoná

É com muita alegria que lançamos, neste ano de 2020, a coleção *Gênero, Mídias e Contemporaneidades*, uma iniciativa do Grupo de Pesquisa em Psicologia, vinculado à linha três do Programa de Pós-Graduação em Educação da URI. Aqui, compilamos importantes discussões de estudos de Gênero e Mídias, com exercícios interdisciplinares que demonstram a complexidade das temáticas e a necessidade de colocá-las na agenda dos campos da Educação, da Saúde, da Política, da Psicologia...

O exercício de articular diferentes campos do saber e problematizar questões históricas, cotidianas, narrativas e documentos, práticas docentes e teorias, faz-se necessário no cenário vivenciado no Brasil contemporâneo. Mesmo com o avanço da tecnologia, com a possibilidade de alcançar conteúdos dos mais variados, de forma ilimitada, talvez nunca estivemos, enquanto sociedade, tão carentes de conhecimento científico articulado à reflexão crítica.

Se tomarmos os últimos acontecimentos vivenciados no Brasil, brotam exemplos de discursos¹ de ódio, homofóbicos e racistas. Essas evidências denunciadas pelas mídias digitais e de massa, nos últimos tempos, têm causado revolta na população, mas também práticas que as fortalecem e que são produzidas a partir do seu reconhecimento enquanto verdadeiro e necessário.

As mídias e, mais especificamente, as mídias digitais têm sido importante fonte de análise de pesquisa na contemporaneidade. Para Lúcia Santaella (2003), o reconhecimento da Mídia enquanto produtora de modos de subjetivação e a necessidade de compreendermos

¹ Entendemos aqui o discurso enquanto algo produtivo, que, além de interpelar corpos, os manipula e direciona. Tal inspiração se deu com base nas leituras das obras de Michel Foucault.

que a cultura e as relações se modificam por intermédio dela, constantemente, é movimento essencial no campo da pesquisa. Em uma perspectiva pós-estruturalista, retomando autores como Gilles Deleuze e Michel Foucault, a autora discute que o advento da cibercultura não elimina a potência de outras formas de produzir subjetividade, a exemplo das mídias de massa e dos discursos (re)produzidos pela cultura oral e escrita. Pelo contrário, salienta que as mídias digitais incorporam todos esses saberes e práticas advindas dessas outras formas de narrarmos a nós mesmos/as e o mundo, adquirindo traços cada vez mais complexos e sutis que incorporam nossas vidas, nossos corpos.

Félix Guattari (1990) já evidenciava a necessidade de retermos o mundo e as relações a partir da inserção das mídias em nossas vidas e, embora falasse mais especificamente das mídias de massa, não podemos perder a oportunidade de reconhecer que seu pensamento serve para problematizarmos a atual situação que vivemos. Para ele, se o pensamento de Sigmund Freud descrevia a triangulação na relação pais e filhos/as como necessária para a formação do superego, o final do século XX nos direciona a considerar como essa mesma triangulação passa a contar com um quarto personagem: a Mídia.

Freud não foi somente um grande autor desse período. Ele foi também produtor dele. Essa provocação, trazida por Zigmund Bauman (1998) evidencia a necessidade de olharmos para os discursos de nosso tempo e suas articulações com certas figuras de autoridade. Santaella (2003) traz, para complementar, a figura de Carl Marx como outro grande nome que influenciou o pensamento do século XX. Seus pronunciamentos, que coexistiam com a veiculação de ideias traduzidas pela mídia de massa (a exemplo do jornal e do rádio) também eram limitadores no que se refere ao alcance das informações e na possibilidade de recebê-las sob outros pontos de vista. Embora importantes nomes, Marxs e Freud viveram outros tempos e, portanto, precisam ser relidos, considerando-se as limitações de seu tempo e de sua cultura influenciadora: o pensamento iluminista, o discurso liberal e o positivismo. Críticos dessas perspectivas? Certamente eram. Mas também nasceram nesse tempo. Isso, não podemos negar.

Ainda bebendo de perspectivas de autores do século XX, “convidamos” Simone de Beauvoir (2016) para ajudar-nos a pensar nessas complexas relações entre produção de sujeitos, autoridades que falam deles e as questões de gênero ali evidenciadas. Beauvoir falou, em um século e em um contexto, em que as correntes do patriarcado aprisionavam as mulheres de uma forma nada sutil. Sem desconsiderar seu lugar de mulher branca, que alcançou visibilidade em espaços raramente conquistados por mulheres, ela foi importante problematizadora de discursos tidos como “verdadeiros” e que foram postos em xeque

através de seu grande conhecimento sobre diferentes campos do saber (História, Biologia, Psicanálise, Feminismo).

Beauvoir, para nós, é uma figura que precisa ser aqui mencionada, para nos auxiliar nessa difícil tarefa de fazer compreender por que gênero e mídias são instituições que precisam ser analisadas de forma crítica e contextualizada. Embora não seja referência no segundo campo aqui evidenciado, ela nos faz pensar como, por intermédio da análise da construção da “mulher”, ao longo do século XX, milimetricamente controlada em seus pensamentos, vigiada para que seu corpo se direcionasse para estar a serviço do homem, ela nos apresenta um modo de pensar que permite olhar para outros aspectos da vida, que não somente as questões de gênero, sob essa perspectiva crítica. Beauvoir nos faz, em outras palavras, duvidar, constantemente, daquilo que os contos, os livros, as colunas, os programas de teve e as notícias em sites variados nos dizem sobre a vida. Prova, ao fazer um estudo retrospectivo de como inventamos, por intermédio da articulação entre discursos moralistas, biologicistas, psicológicos, médicos, a figura da mulher que conhecemos hoje, que também podemos colocar em análise outras figuras tidas como referência por nós.

Eis o desafio proposto por nós: ao invés de considerar escolas de pensamento a partir de uma perspectiva que divide posicionamentos, cria guetos e faz pessoas que tratam de assuntos próximos se nutrirem por intermédio da crítica que fazem uma das outras, este livro convida para o diálogo, considerando que pontos de vista e assuntos complexos, como os que aqui escolhemos para escrever, devem ser pensados interdisciplinadamente.

Para que este livro se concretizasse, muitos esforços foram realizados e muitas inspirações foram gatilho para não perdermos o foco na sua finalização. Portanto, não podemos deixar de fazer menção, aqui, a essas pessoas.

Gostaríamos de agradecer ao Grupo de Pesquisa em Psicologia da URI e às integrantes da Linha de Investigação *Processos Educativos, Linguagens e Tecnologias* do Programa de Pós-Graduação em Educação, sempre tão parceiras no movimento de levar discussão científica e de qualidade à comunidade.

Agradecemos também à professora Marlene Neves Strey que, além de prontamente aceitar construir o prefácio, foi autora de dois capítulos e uma das grandes inspirações para a construção desta coleção. Seu movimento inspirador enquanto pesquisadora e mulher, certamente, nos influenciou e sempre nos influenciará!

À Editora da URI, pelo acompanhamento em todos os processos de formulação deste projeto.

À coordenação e vice-coordenação do Programa de Pós-Graduação em Educação da URI, neste momento sob direção de duas grandes mulheres, sempre prontas para incentivar movimentos e ensaios de reflexão.

Nosso agradecimento ao professor Wilson Cadoná, que aceitou fazer uma última leitura atenta, na condição de voluntário e nosso convidado, para que a linguagem estivesse adequada à proposta do livro e condizente com as regras da Língua Portuguesa.

A todas as pessoas que, na condição de autores, contribuíram com este livro. Esse lindo movimento de juntar nomes experientes dos Estudos de Gênero, do Feminismo e da Mídia com iniciantes no campo de investigação científica mostra que, em todas as etapas de nossas trajetórias, temos o compromisso ético de dividir com a comunidade o que desenvolvemos no espaço acadêmico!

A partir de agora, faremos uma breve apresentação dos capítulos, na tentativa de dar uma prévia para leitores do que tentamos transmitir com este livro:

O primeiro capítulo, escrito pelos autores Ana Maria Colling e Losandro Antônio Tedeschi, aborda a construção da história das mulheres através do desenvolvimento do Feminismo. Sob essa perspectiva, discutem o conceito de interseccionalidade, os impactos resultantes das diferentes formas de subordinação e o modo como se estruturam as posições das mulheres nas sociedades, atravessados pelas relações de gênero e raça. Tais aspectos são incorporados ao Feminismo Negro, caracterizado a partir da perspectiva decolonial.

O trabalho seguinte, desenvolvido pelos autores Iara Fatima Durante e Leonardo da Silva Martinelli aproxima as discussões da Psicologia com a vivência rural de mulheres sindicalistas, com foco na promoção da saúde e no exercício da cidadania. A autora e o autor discutem as relações de gênero que se apresentam no cenário em questão e lançam reflexões acerca de como o protagonismo das mulheres, nesse contexto, contribui com a reprodução e/ou com o rompimento de discursos convencionais de gênero. Justificam a ênfase, em seus escritos, nas mulheres e na agricultura familiar a partir da necessidade de aprofundar as discussões de gênero nesse cenário, possibilitando, assim, uma análise sobre os limites e atravessamentos conquistados sobre essas construções simbólicas e culturais.

No terceiro capítulo, as autoras Elisângela Bertolotti e Ana Paula Teixeira Porto refletem sobre a expansão do uso das redes como mecanismos de comunicação e interação, ressaltando o uso da internet como território de publicização de pensamentos e conceitos em amplitude significativa. As autoras investigam o modo como esses espaços sinalizam visões relacionadas à comunidade LGBTQI+, através da análise de posts publicados na rede social

Twitter e destacam as questões de transfobia apresentadas nesses posts, associando-as ao quadro histórico-social brasileiro de preconceito.

Náthaly Zanoni Luza, Estéfani Medeiros e Eliane Cadoná propõem, no quarto capítulo, investigação das práticas discursivas de professores de Ensino Médio da rede pública e produção de sentidos sobre Identidade de Gênero, Orientação Sexual e Saúde no cotidiano escolar. As autoras discutem a construção desses conceitos a partir da história da sexualidade e da perspectiva pós-estruturalista sobre a educação e o entendimento de adolescência.

As autoras Thainá Maria da Silva e Bianca Knaak propõem, no quinto capítulo, uma reflexão crítica sobre o corpo enquanto objeto artístico, a partir da análise estética e da coleta de dados sobre as obras das artistas Letícia Parente (BA, 1930 - RJ, 1991), Sônia Andrade (RJ, 1935) e Wanda Pimentel (RJ, 1943 - 2019), durante o período de 1968 a 1975. As autoras discutem as temáticas correntes e especialmente relevantes da arte contemporânea, a saber: sujeito e identidade, corporeidade, experimentalismo e comportamento social no âmbito das políticas de gênero em curso, bem como imbricadas subjetivações derivadas dos meios eletrônicos de comunicação massiva.

No sexto capítulo, as autoras Ana Carolina Weselovski da Silva e Eliane Cadoná problematizam os sentidos de gênero produzidos por livros de literatura infantil utilizados no primeiro ano do Ensino Fundamental de um município localizado no noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Para tanto, fundamentam-se em teorias pós-estruturalistas dos Estudos de Gênero e do Construcionismo Social, desenvolvendo uma pesquisa de natureza qualitativa, documental. As autoras discutem, a partir disso, dois eixos temáticos que emergiram no processo analítico: passividade feminina e construção social do gênero.

O sétimo capítulo é composto por múltiplas vozes: Andressa Botton, Victória Portela Mandarin Peixoto, Alice Lopes Caldas Fagundes e Marlene Neves Strey. Nele, as autoras propõem uma análise criteriosa da literatura infantil, a fim de investigar como as relações de gênero são apresentadas em livros infantis onde as temáticas principais são a igualdade de gênero, o empoderamento de meninas e mulheres e o respeito à diversidade. Refletem sobre se/como esses discursos podem contribuir para uma sociedade mais igualitária através dos ensinamentos que promovem entre as crianças. As obras selecionadas foram: *Príncipe Cinderelo*; *A princesa Sabichona*; *Menina não entra*; *A menina e o menino que brincavam de ser...*; *O grande e maravilhoso livro das famílias* e *A pior princesa do mundo*.

William Heldt dos Santos e Yáskara Arrial Palma discutem, no oitavo capítulo, sobre relacionamentos virtuais provenientes da era digital e a constante revolução das formas de interação. A partir da ideia de que o avanço da tecnologia provoca ressignificações das

interações, o texto questiona como a facilidade de criar novos contatos influencia e modifica o modo até então vigente de comportamentos e as regras e fronteiras que estavam estabelecidas. O estudo teve como objetivo compreender de que modo o uso de aplicativos destinados às práticas sexuais influenciam usuários/as em suas relações interpessoais e foi composto por sete homens que fazem sexo com outros homens – HSH, usuários de algum dos aplicativos Grindr, Hornett e/ou Scruff.

O nono capítulo, das autoras Janaína Deponti e Eliane Cadoná trata de uma pesquisa cujo objetivo foi analisar as práticas discursivas presentes nas reportagens do G1 sobre violência de gênero e feminicídio, a fim de compreender de que forma a mídia analisada narra essas situações e os possíveis sentidos produzidos em seus leitores. A mídia analisada foi escolhida por ser um dos mais conhecidos meios de comunicação online, ligado a uma rede de comunicação televisiva cuja cobertura é a maior do país.

O décimo capítulo, desenvolvido por Vera Martins, faz uma aproximação da presença organizada das mulheres nas redes sociais com base em uma reflexão teórica que visa dar visibilidade ao que poderiam ser as características do mundo que elas – com seu ativismo – estão “inventando” no espaço da internet. A partir da seleção de alguns movimentos/coletivos de mobilização e ativismo feminista no Facebook, a autora identifica seus objetivos ao manter as fanpages, os temas que aparecem nas postagens e as características comuns entre os diferentes movimentos ou coletivos. Suas reflexões são orientadas pela hermenêutica crítica feminista, cuja estratégia, enquanto abordagem teórico-metodológica consiste em rever um texto (ou uma realidade) e pensá-lo a partir de outra perspectiva.

Bruna Sorensen e Eliane Cadoná discutem, no décimo primeiro capítulo, o lugar ocupado pelas prostitutas na Atenção Básica, atentando para a relação que se estabelece entre a oferta e a procura pelos cuidados à saúde delas. Trata-se de uma pesquisa qualitativa de caráter transversal, em que foram entrevistadas/os trabalhadoras/es de todas as Estratégias de Saúde da Família (ESF) de um município do interior do Rio Grande do Sul. A análise dos dados foi realizada com base na Análise de Discurso e as discussões apoiaram-se nas perspectivas adotadas pelo Construcionismo Social, pela Saúde Coletiva e pelos Estudos Feministas. No estudo, as autoras identificaram que as intervenções adotadas levam em conta conceitos de saúde enquanto ausência de doença e inclinam-se para a prática da prevenção de Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs). Embora seja realizado um trabalho em rede no contexto estudado, as prostitutas ocupam um lugar de invisibilidade frente às propostas e aos espaços ligados à promoção de saúde e coconstrução de autonomia.

No décimo segundo capítulo deste livro, Cleidinara Rigodanzo, Tainá Kurtz e Eliane Cadoná trazem dados acerca de uma pesquisa realizada com docentes da Educação Básica. Nela, articulam uma discussão que traz à tona os sentidos presentes em documentos oficiais do Ministério da Educação e os discursos dos sujeitos da pesquisa, no que tange às suas práticas na Educação Formal referentes ao Gênero e à Saúde. Dentre as discussões levantadas, salientam atravessamentos discursivos pautados na moral e na dicotomização, apontando ainda para o receio que professores possuem em trabalhar perspectivas como Orientação Sexual e Identidade de Gênero, delegando tais assuntos a profissionais de fora do cenário escolar ou familiar.

No décimo terceiro capítulo, de Willian Edson Tomasi e Eliane Cadoná, o e a autora evidenciam e problematizam noções de masculinidades veiculadas pela obra cinematográfica *Vingadores: Ultimato*. Qualitativa, descritiva e documental, a pesquisa se apoia teórico e metodologicamente na Análise de Discurso como ferramenta de interpretação de dados coletados através do filme. Revela, em meio a ela, a importância de se trazer novas representatividades do que é ser homem e abranger as características que formulam as diferentes formas de masculinidades que se evidenciam, levando em consideração aspectos subjetivos e de promoção de saúde das relações entre homens e homens e de homens e mulheres, pensando novas maneiras de ser masculino no contexto contemporâneo.

Heloísa Derkoski Dalla Nora, no décimo quarto capítulo, discute as cristalizações evidenciadas nas questões de Gênero, no que tange ao campo da Educação. Por intermédio de uma discussão que articula Estudos de Gênero, Construcionismo Social e Educação, em uma perspectiva crítica, problematiza o lugar que gênero assume em um cenário moderno, positivista e pautado em visões dicotômicas. Provoca leitores a olhar para os processos históricos do campo da Educação, para então construir outras formas de olhar para as diversidades.

Ana Patrícia Henzel Richter, Judite Ines Schreiner Gauer e Elisabete Cerutti, na sequência, com o objetivo de construir reflexões acerca do contexto educacional brasileiro, complexidade e Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC), trazem uma revisão de literatura que dialoga com as teorias defendidas por Edgar Morin. Como resultado, consideram que o ensino e a aprendizagem da Matemática ainda se encontra isolado e muito abstrato, o que dificulta a sua compreensão pela maioria dos/as estudantes das escolas públicas. Diante disso, observam que a Teoria da Complexidade de Edgar Morin auxilia a perceber que a construção dos conhecimentos matemáticos está inter-relacionada com outras disciplinas, que são passíveis de serem problematizadas por meio das TDIC, uma vez que

essas podem favorecer revisitar, dominar e integrar os conhecimentos. Percebem, com o estudo, que o contexto educativo contemporâneo faz emergir alunos com outras demandas por conhecimento, o que requer de professores práticas inovadoras e que sejam capazes de promover experiências significativas.

No décimo sexto capítulo Luana Teixeira Porto, por intermédio de um ensaio, aborda relações entre gênero e violência na produção literária e cinematográfica brasileira, com o objetivo de discutir a problematização, via composição artística, de elementos essenciais à garantia de direitos humanos. Para isso, expõe, em seu texto, conceitos de violência, de direitos humanos e referencial teórico-crítico acerca da violência contra grupos minoritários quanto ao gênero, em especial, de mulheres e de transgêneros.

O último capítulo, de autoria de Eliane Cadoná e Marlene Neves Strey trata de uma retomada, por parte delas, dos estudos junto às campanhas da amamentação do Ministério da Saúde, com fins de compreender e problematizar noções de mulher e de maternidade expostos nas campanhas. Há exatos 10 anos, as autoras trouxeram à tona a discussão de que os materiais, até então, veiculavam a noção de que a “melhor mãe” era a mãe biológica e, portanto, denunciavam práticas discursivas biologicistas e calcadas em um único ideal de maternidade. Após esses anos, as pesquisadoras voltaram a se perguntar: estamos, ainda - e em pleno movimento de contestação de ideias dicotômicas e simplistas - calcados/as na ideia da figura materna construída na Modernidade?

Esperamos que as leituras aqui compiladas sejam as primeiras de muitas e que esse movimento cresça cada vez mais por intermédio de um processo democrático e que inspire as pessoas a pensar criticamente. A todos, desejamos uma boa leitura!!!

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo: fatos e mitos**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

GUATTARI, Félix. **As três ecologias**. São Paulo: Papirus, 1990.

SANTAELLA, Lúcia. **Culturas e artes do pós-humano: da cultura das mídias à cibercultura**. São Paulo: Paulus, 2003.

~ CAPÍTULO I ~

A HISTÓRIA E AS MULHERES: NOVAS ENCRUZILHADAS, OUTROS SUJEITOS

Ana Maria Colling

Losandro Antonio Tedeschi

AS NARRATIVAS DA HISTÓRIA DAS MULHERES

Os estudos de gênero possuem uma história e essa história está ligada às demandas sociais. A história das mulheres surge no bojo no Movimento Feminista na década de 60, e, de lá para cá, continua pautando discussões sobre as desigualdades que permeiam as relações em uma sociedade estruturada pelo machismo e pelo racismo. Ninguém tem dúvida que o Movimento Feminista mudou a vida das mulheres ao colocar nas ruas suas pautas e singularidades, que se transformaram em questões teóricas e acadêmicas, trazendo à visibilidade esse novo sujeito.

A história das Mulheres mudou, certamente, e novos objetos e novas perspectivas são incorporados em suas análises. Da história das mulheres para a história do gênero, que tem como ponto fulcral relações entre os sexos, integrando a história dos homens e das masculinidades, à categoria da interseccionalidade e ao feminismo decolonial. O feminismo negro é o que tem, atualmente, provocado o maior número de debates, tanto teóricos quanto práticos, denunciando o racismo estrutural brasileiro e as omissões das pautas feministas ao não colocar a raça no centro de suas análises.

Lélia Gonzalez (1935-1994) foi uma intelectual, historiadora, filósofa, professora, ativista e escritora brasileira. Feminista e militante do movimento negro provocou importantes debates sobre racismo e sexismo, criando os termos amefricandade e pretuguês. Lélia, em suas obras, frisava que enquanto a questão negra não fosse assumida pela sociedade brasileira como um todo: negros, brancos, e nós, todos juntos, refletirmos, avaliarmos,

desenvolvermos uma práxis de conscientização da questão da discriminação racial neste país, vai ser muito difícil o Brasil chegar a ser uma democracia racial. Por esse motivo, defendia um feminismo que não deixasse ninguém para trás.

Nossa proposta, neste texto, é historicizar, de uma maneira breve, alguns aspectos que envolvem a história das mulheres, as relações de gênero, a interseccionalidade e os feminismos decoloniais. Essas novas teorias, transdisciplinares, vêm exercendo uma influência significativa nos estudos daqueles sujeitos subalternos que historicamente estavam às margens das grandes e pequenas narrativas.

HISTÓRIA DAS MULHERES E DAS RELAÇÕES DE GÊNERO

Uma história das mulheres atualmente aparece evidente, parecendo impossível, nos dias de hoje uma história sem mulheres. Mas, fazemos nossas as palavras de Michelle Perrot, quando diz que ela foi testemunha e atriz da quebra do silêncio sobre as mulheres. Tantas mulheres foram vítimas do Código Civil Brasileiro (de inspiração napoleônica), que durou até 2002 e que reduzia as mulheres a um quase nada; as casadas um nada. No Brasil, somente em 1962, com a promulgação do Estatuto da Mulher Casada, foi retirada sua menoridade.¹ Essa é a história de tantas mulheres.

Apesar das mulheres britânicas e norte-americanas darem início aos estudos feministas na década de 60, Perrot relata que somente em 1973 ela e duas colegas francesas ofereceram um curso, intitulado *As mulheres têm uma história*: “não sabíamos como ensiná-la, não tínhamos nem material nem métodos, apenas interrogações. O curso foi um sucesso. O movimento estava lançado. Dai em diante nada o deteria”. (PERROT, 2005, p. 15).

A história das mulheres, ou melhor, a retirada das mulheres do silêncio dos relatos, põe a nu a dimensão sexuada da sociedade e da história. Por que as mulheres não pertenciam à história? Não só elas, mas todos aqueles ausentes de sua escrita. Se a história é a narrativa, é o relato que se faz dos acontecimentos, de tudo que acontece, havia, e, em muitos casos continua, um silêncio profundo nas fontes onde um intelectual busca seu material. Aos poucos, com as mulheres frequentando as universidades como alunas e como professoras, tem início o trabalho minucioso de recuperação da memória. Segundo Michelle Perrot, esse desejo de relatar uma outra história, é possível, pois:

¹*Minha história das mulheres* de Michelle Perrot, é a passagem para um livro de um programa da Rádio France Culture transmitido em 2005 e dedicado a todas as mulheres para conhecerem sua história. Ela conta sua experiência da passagem do silêncio à palavra.

[...] as fontes jorram para o olhar de quem as procura. Esse olhar que faz o relato que é a história. E interroga de uma outra maneira os afrescos das grutas e os objetos pré-históricos nos mostrando uma *mulher das origens*, liberta da crosta religiosa e erótica que a limitava. Os estudiosos da pré-história analisam hoje a que sexo pertenciam as mãos que pintavam, nos dizendo que as mulheres estavam em toda parte: O que se imagina agora está provado. As mãos falam por elas (PERROT, 2007, p. 36).

As mulheres foram construindo suas histórias pelas margens, pelas fissuras, conquistando cada milímetro do que hoje possuem, mas o patriarcado, onde eles podem tudo sobre elas, se remodela e a hierarquia entre os sexos continua. Muitas igrejas assumem o lugar desse poder, decidindo o que as mulheres podem e devem fazer com seus corpos. E, a questão do aborto assume a centralidade nessa relação.

O movimento feminista é múltiplo e diverso, passando por diversas transformações ao longo do tempo. De uma história das mulheres que tinha como marco (entre outras) *O Segundo Sexo* de Simone de Beauvoir, editado em 1949, através de sua célebre frase “ninguém nasce mulher, torna-se mulher”, passa-se para uma história das relações de gênero, que nada mais é do que a construção histórica e cultural dos sexos, produto e efeito de relações de poder. Falar em gênero em vez de falar em sexo indica que a condição das mulheres não está determinada pela natureza, pela biologia ou pelo sexo, mas é resultante de uma invenção social e política.

Joan Scott em um célebre texto - *Gênero como categoria útil de análise histórica*, revolucionou a história das mulheres, texto publicado nos Estados Unidos, em 1986, traduzido na França, em 1988, e, em 1990, no Brasil. Segundo a historiadora norte-americana, a invenção do conceito foi o resultado de uma tentativa de demonstrar que a história androcêntrica, ao falar em humanidade, pretendia falar em todos os seres, e, que a História foi responsável pela “produção da diferença sexual”, porque uma narrativa histórica nunca é neutra e quando relata fatos e acontecimentos onde só existem homens, certamente constrói o gênero.

O avanço teórico mais importante da categoria de gênero foi demonstrar que falar de mulheres é também falar de homens, das relações entre mulheres e homens. Nessas relações é que se constitui o gênero. Talvez por esse motivo, o trecho mais citado do texto de Scott seja aquele em que diz que “...gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos e o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder” (SCOTT, 1990, p. 14).

Por gênero me refiro ao discurso da diferença dos sexos. Ele não se relaciona simplesmente às idéias, mas também às instituições, às estruturas, as práticas cotidianas, como aos rituais, e tudo o que constitui as relações sociais. O discurso é o instrumento de entrada na ordem do mundo, mesmo não sendo anterior à organização

social, é dela inseparável. Segue-se, então, que o gênero é a organização social da diferença sexual. Ele não reflete a realidade biológica primeira, mas ele constrói o sentido desta realidade. A diferença sexual não é causa originária da qual a organização social poderia derivar: ela é antes, uma estrutura social móvel que deve ser analisada nos seus diferentes contextos históricos (SCOTT, 1998. p. 15).

Mas até aqui falamos de uma história de mulheres brancas, escolarizadas (história feita por universitárias) pertencentes a camadas médias e/ou altas, não levando em consideração outros atravessamentos, como classe, raça, etnia, geração e sexualidades. Essas outras formas de subordinação agora são analisadas, mas sempre sob o manto imutável do patriarcado. Duas novas categorias de análise surgem para dar conta dessas multiplicidades – a interseccionalidade e os estudos decoloniais. Ambos os conceitos podemos chamá-los de práticas discursivas e não discursivas como nos ensinou Michel Foucault. Se a invenção do conceito de gênero foi um avanço saudado pelas feministas e intelectuais, ele ficava restrito na relação entre homens e mulheres. E, a diferença entre os homens (as diversas masculinidades) e as próprias mulheres ficava subsumida em um sujeito único.

INTERSECCIONALIDADE – FALAR DE TODAS AS MULHERES

O conceito de interseccionalidade surge para constatar e analisar os impactos que as diferentes formas de subordinação criam, estruturando as posições das mulheres nas sociedades. As estudiosas das questões de gênero e história das mulheres logo se dão conta que não se pode estudar gênero isoladamente, pois está intimamente conectado com outras divisões sociais que em interação produzem diferentes desigualdades e múltiplas formas de discriminação.

A brasileira Mary Castro, em um texto no nº 0 da Revista Estudos Feministas (1992), já anunciava que para trazer todas as mulheres à visibilidade, torná-las sujeitos, era necessário uma alquimia de categorias sociais, como classe, raça, gênero e geração. Em um texto resultado de uma pesquisa, intitulado *Alquimia de categorias sociais na produção de sujeitos políticos. Gênero, Raça e Geração entre Líderes do Sindicato de Trabalhadores Domésticos em Salvador* tentava um caminho diferente de análise, para reconhecer que, na sociedade brasileira, identificam-se historicamente sistemas de privilégios, podendo-se referir a um sistema de raça, a um sistema de gênero e a um sistema de geração, com hierarquias próprias e relações legitimadas. Identificar a pluralidade dos sistemas de privilégios e hierarquias implica no exercício da crítica ao essencialismo, questionando o sujeito universal.

Entre as interrogações de Castro em sua pesquisa estão os privilégios que afetam as relações sociais pelos sujeitos políticos, mulheres em uma situação de trabalho específica, e,

entender se a busca de uma identidade de classe, pelas trabalhadoras domésticas, implica em também privilegiar questões de gênero, raça e geração ou em secundarizá-las. Conclui pela necessidade do respeito à alteridade, à recorrência a análises sobre múltiplos sistemas de hierarquias e privilégios e à necessidade de estratégias de alianças entre os movimentos sociais.

Quando Castro nos apresenta a grade de análise “alquimia de categorias sociais” o conceito de interseccionalidade ainda não havia se estabelecido. A criadora do conceito foi a jurista afro-americana Kimberlé Crehshaw, que o apresenta como uma ferramenta analítica que tem como objetivo, “capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos de subordinação” (CRENSHAW, 2002, p. 177), analisando como o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outras discriminações criam desigualdades que estruturam as posições relativas às mulheres e as desempoderam.

Quando Crehshaw cunhou o conceito, em 1989, tinha como foco as relações entre gênero e raça, em especial a situação de emprego das mulheres negras trabalhadoras nos Estados Unidos, mas logo foi ampliado para o estudo da sobreposição ou intersecção de identidades sociais e sistemas relacionados de opressão, dominação ou discriminação.

Privilegia, em sua análise, a questão dos direitos humanos, destacando que a Declaração Universal, apesar de garantir o fim das distinções, os direitos das mulheres foram formulados como marginais dentro do universalismo que se fundamentava nas experiências dos homens. Com propriedade, destaca que quando as mulheres sofriam abusos, sendo estupradas, violentadas em seu ambiente doméstico, tornavam-se abusos e violências específicas, em relação aos direitos humanos.

Assim como é verdadeiro o fato de que todas as mulheres estão, de algum modo, sujeitas ao peso da discriminação de gênero, também é verdade que outros fatores relacionados a suas identidades sociais, tais como classe, casta, raça, cor, etnia, religião, origem nacional e orientação sexual, são ‘diferenças que fazem diferença’ na forma como vários grupos de mulheres vivenciam a discriminação. Tais elementos diferenciais podem criar problemas e vulnerabilidades exclusivos de subgrupos específicos de mulheres, ou que afetem desproporcionalmente apenas algumas mulheres. (CRENSHAW, 2002, p. 173).

Crehshaw, apesar de priorizar em seu texto a relação entre gênero e raça como um problema interseccional, defendendo que as dimensões raciais ou de gênero, deveriam ser colocadas em primeiro plano, encerra seu texto, abrindo para muitas possibilidades:

Os exemplos expostos funcionam meramente como ilustrações concisas de algumas das dinâmicas principais da subordinação, o interseccional. Na verdade, há dezenas de questões que poderiam também ser discutidas nessa perspectiva, entre as quais pode-

se incluir: Aids e outros tópicos relacionados à saúde, desenvolvimento econômico, acesso à terra e aos recursos naturais, casamento e família, velhice, violência doméstica, chefia de domicílios, direitos reprodutivos e controle populacional, poder político, cultura popular e educação. Certamente essa lista crescerá - bem como a análise aqui sugerida - quando mulheres de todo o mundo entrelaçarem o fio de suas vidas no tecido dos direitos humanos. (CRENSHAW, 2002, p. 188).

A mexicana Natividad Gutiérrez Chong afirma que não se pode estudar gênero isoladamente, pois está intimamente conectado com outras divisões sociais, que em interação, produzem diferentes desigualdades e múltiplas formas de discriminação. O conceito originalmente conhecido como intersectionality, demonstra como a divisão construída em sexos está interconectada com a raça e a etnicidade. Segundo Chong,

El concepto tiene mucho potencial porque no solo se trata de una herramienta teórica, sino también, suele ser un dispositivo para ser implementado por políticas públicas que buscan construir el reconocimiento de los otros. [...] Para realizar un análisis interseccional se requiere investigar con especificidad todo elemento que genera división social. (CHONG, 2019, p. 428).

Segundo Chong, gênero, classe, raça e etnicidade são as quatro divisões que fortalecem o conceito, que se transforma em denúncia sobre a opressão e a subordinação e em um chamado aos governos a adotar práticas para construir a dignidade das mulheres e seu empoderamento. Devedora à Kimberle, registra que aos poucos o conceito de interseccionalidade vai flexibilizando-se, abandonando a “etiqueta” exclusiva para mulheres negras dos Estados Unidos e, com isso, abre o caminho para deixar de lado todo tipo de essencialismos, porque não se pode abordar o caso das mulheres indígenas pobres, com a mesma análise das mulheres negras trabalhadoras. Na análise interseccional, segundo ela, nenhuma divisão social está acima de outras. Indaga: o que pesa mais para uma mulher, ser pobre ou ser indígena?

Para Natividad, intelectual em um país essencialmente indígena, as políticas afirmativas têm identificado que as mulheres com identidade étnica e racial têm sido objeto de atenção institucional; mesmo assim, a questão da geração, a idade para essas mulheres é de grande impacto. Como exemplo, a discriminação e as violências se intensificam entre as mais jovens, as meninas e as adolescentes. Conclui, afirmando que, com a lente múltipla que é a interseccionalidade, se poderá buscar sociedades mais equitativas, igualitárias e com respeito à pluralidade e diversidade de maneiras de ser.

A brasileira Carla Akotirene produziu um livro intitulado *Interseccionalidade*, (da coleção *Feminismos Plurais* organizada por Djamila Ribeiro) onde utiliza entidades do camdomblé e a metáfora do Atlântico, a rota do tráfico negreiro para o Brasil, para elaborar o

fundamento político e os contrapontos do conceito. Como escritora negra, realiza a crítica feminista sobre o silenciamento das mulheres negras que, a partir do tráfico transatlântico, tiveram suas falas negadas. Segundo a autora, é oportuno adotar o Atlântico como lugar de opressões cruzadas, pois esse território de águas traduz história e migração forçadas de africanas e africanos “no mar Atlântico temos o saber duma memória salgada de escravismo e energias ancestrais protestam lágrimas sob o oceano”. (AKOTIRENE, 2019, p. 30).

Akotirene apresenta o conceito de epistemicídio a partir de Boaventura Souza Santos, em que o autor luso o define como o mecanismo mais exitoso de dominação étnica/racial, pois nega e deslegitima todas as formas de conhecimento produzidas por grupos dominados, alijando-os da categoria de sujeitos de conhecimento. Utiliza a interseccionalidade para denunciar as opressões da nossa sociedade cisheteropatriarcal, que expõe as mulheres negras, mais do que a outros grupos, a múltiplas opressões.

Faz um tributo à inventora do conceito Kimberle Crenshaw, mas alerta que foi somente após a Conferência Mundial contra Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Formas Conexas de Intolerância, em Durban, na África do Sul, em 2001, que esse conquistou popularidade acadêmica. Lembra que mulheres negras são repetidas vezes atingidas pelo cruzamento e pela sobreposição de gênero, raça e classe, modernos aparatos coloniais.

Recomenda-se, pela interseccionalidade, a articulação das clivagens identitárias, repetidas vezes reposicionadas pelos negros, mulheres, deficientes, para finalmente defender a identidade política contra a matriz de opressão colonialista, que sobrevive graças às engrenagens do racismo cisheteropatriarcal capitalista. Sendo assim, não apenas o racismo precisa ser encarado como um problema das feministas brancas, mas também o capacitismo como problema das feministas negras, cada vez que ignoramos as mulheres negras que vivem a condição de marca física ou gerada pelos trânsitos das opressões modernas coloniais: sofrendo o racismo por serem negras, discriminadas por serem deficientes. Portanto, na heterogeneidade de opressões conectadas pela modernidade, afasta-se a perspectiva de hierarquizar sofrimento, visto como todo sofrimento está interceptado pelas estruturas. (AKOTIRENE, 2019, p. 28).

Para Akotirene, o feminismo negro dialoga entre muitas encruzilhadas, que ela denomina de avenidas identitárias do racismo, cisheteropatriarcado e capitalismo, e, que esse campo discursivo precisa ser aprendido por lésbicas, gays, bissexuais e transexuais, (LGBT), pessoas deficientes, indígenas, religiosos do candomblé e trabalhadoras.

Encerrando este capítulo sobre interseccionalidade, gostaríamos de salientar que as intelectuais feministas negras e chicanas têm encontrado, nas propostas de interseccionalidade, excelentes aportes para suas análises e as feministas brancas utilizam-se com propriedade desse conceito para relacionar, com propriedade, os conceitos de gênero, classe e geração em seus estudos.

FEMINISMO DECOLONIAL E OS NOVOS CAMINHOS

Para pensar os estudos decoloniais ou feminismo decolonial, é preciso preliminarmente diferenciar colonialismo e colonialidade. Colonialismo como uma experiência concreta do período colonial dos séculos XVI ao XIX e colonialidade, entendida como práticas de poder engendradas pelo colonialismo, que perduram através do tempo, como racismo e xenofobia, por exemplo. Também, achamos necessário diferenciar os limites entre estudos pós-coloniais e os decoloniais.

Segundo Quintero, os estudos pós-coloniais “são oriundos de importantes centros de produção acadêmica do chamado “primeiro mundo” e surgiram com uma forte influência do pósmodernismo e do pósestruturalismo, mais focados, portanto, na análise do discurso e da textualidade” (QUINTERO, 2019, p. 04). O argumento central e consensual dos estudos pós-coloniais, segundo o autor, assim como a sua maior contribuição é, sem dúvida, a ruptura com a história única, uma epistemologia baseada e sustentada pelas metanarrativas que legitimaram as ideologias do processo de colonização europeia, naturalizando processos sistemáticos de dominação a partir das diferenças raciais hierarquizadas como justificativa para o “processo civilizatório”.

Por sua vez, os estudos decoloniais marcam hoje uma mosaico de contribuições teóricas, epistemológicas e investigativas sobre a colonialidade. Passa a questionar profundamente as perspectivas historiográficas, os acontecimentos históricos, as narrativas hegemônicas e universalistas, trazendo à tona um pensamento crítico latinoamericano, desconstruindo e (re)conceitualizando questões teóricas até então dadas como “verdades” no pensar historiográfico latino-americano. É um campo de novos debates epistêmicos não isento de contradições e conflitos, cujo ponto de consenso é a problematização da colonialidade em suas diferentes expressões, enunciações ligadas a uma série de premissas epistêmicas compartilhadas. Essa perspectiva está pautada desde a pluralidade de enfoques, métodos e esquemas interpretativos e, assim, “reescreve a história desde a narrativa dos excluídos, colocando novas formas de interpretação, reformulando a análise histórica e revisando conceitos e métodos existentes”. (TEDESCHI, 2015, p. 322).

Ao longo do século XX, vivenciando seus respectivos contextos coloniais, uma série de autores/as escreve textos que, ao apontar para o colonialismo como uma experiência de diversas situações de opressão e hierarquização, operada a partir de recortes de classe, étnicas ou raciais são tomadas como a origem de paradigma pós/decolonial. Nesse sentido, percebe-se como o discurso colonial tomou a si como fala única, descrevendo o Outro (seja a

mulher, o índio, o negro) a partir de referências de civilidade próprios (euro e ego-cêntricos) e impossibilitando, assim, os mesmos de constituírem os discursos sobre suas próprias identidades.

Segundo Quintero, essas diferenças entre os estudos pós-coloniais e a decolonialidade não acarretam necessariamente um empecilho à sua articulação, pois o uso conjunto dessas aproximações, longe de criar obstáculos à análise da colonialidade, em alguns casos, a potencializa, graças à presença e à integração de outros instrumentos analíticos e de tradições críticas que podem auxiliar na compreensão de suas dinâmicas.

A análise e os estudos sobre o feminismo decolonial possuem, atualmente, muitas referências com diversas abordagens, às vezes conflitantes, no campo dos estudos feministas. Uma das primeiras inspirações é a obra da intelectual e feminista norte-americana Ângela Davis, intitulada *Mulheres, Raça e Classe*, publicada em 1981, onde aponta para a discussão de gênero atravessada pela discussão de classe e raça. Davis chama a atenção para as divisões que causam diferenças hierárquicas, não somente entre homens e mulheres, mas também entre as próprias mulheres. O feminismo negro é o que tem, na atualidade, maior ressonância tanto nos debates teóricos quanto nos movimentos sociais, denunciando o racismo estrutural brasileiro e latino-americano, os projetos de branqueamento da população e a omissão das pautas feministas ao não colocar a raça no centro de suas análises.

Nossa intenção é realizar uma breve caracterização sobre a abordagem de gênero que envolve algumas autoras decoloniais. Sabemos que o feminismo decolonial tem origem a partir do feminismo negro estadunidense, que visava dar visibilidade às demandas das mulheres negras na luta pela igualdade de direitos. Ignoradas por posições políticas e muitas vezes pelo feminismo liberal branco e ignoradas como representantes das pessoas negras, pela predominância do ativismo negro masculino, as feministas negras constroem o termo interseccionalidade para destacar a especificidade da dupla opressão à qual estão submetidas: a racial e a de gênero.

O feminismo decolonial, principalmente a partir do final dos anos 90, desenvolve-se como uma crítica contundente de intelectuais e militantes feministas latino-americanas e caribenhas comprometidas com o desenvolvimento de um pensamento feminista decolonial preocupado em estudar, interpretar e visibilizar o processo histórico de dominação e resistência das mulheres do Sul global, especialmente em relação às mulheres negras, indígenas e lésbicas.

A partir desse período, passa a ser realizada uma análise de gênero da colonialidade – ou um gênero decolonial – para pensar como as normas de gênero se construíram e

reproduziram a partir da colonialidade do poder, do saber e do ser (Cf. QUIJANO, 2005). Além disso, a abordagem sobre gênero pode ser compreendida dentro de um movimento mais amplo que busca se descentrar do feminismo hegemônico e, desse modo, pensar a partir das diferenças, das margens, das fronteiras e, ainda, como uma perspectiva que parta da análise de sujeitos do Sul pelo Sul.

Maria Lugones, filósofa argentina, recentemente falecida, desde suas primeiras publicações, seu pensamento central é a conexão de políticas de raça e gênero. Em 2006, a autora entrou para o grupo Modernidade/Colonialidade² e passou a construir o conceito de colonialidade de gênero às formas de colonialidade do ser, do poder e do saber. Um dos pensamentos principais da autora é o conceito de sistema colonial/moderno de gênero e também a intersecção das categorias raça, gênero e colonialidade.

Segundo ela, “mulher colonizada” é uma categoria vazia. Diferentemente da colonização, a colonialidade do gênero continua entre nós, permanecendo na intersecção de gênero/classe/raça como construtos centrais do sistema de poder capitalista mundial. Descolonizar o gênero é necessariamente uma práxis, é fazer uma crítica da opressão de gênero racializada: “chamo a análise da opressão de gênero racializada, capitalista de ‘colonialidade de gênero’. Chamo a possibilidade de superar a colonialidade de gênero de ‘feminismo descolonial’” (LUGONES, 2014, p. 936).

Os trabalhos da Lugones caracterizam a situação de gênero existente e fundada pela modernidade e são uma construção epistemológica crítica a essa situação. Para Maria Lugones, existe um sistema moderno e colonial eurocêntrico de gênero que ignora as categorias de raça e classe em sua constituição. O patriarcado, portanto, é um elemento fundamental do capitalismo eurocêntrico global. Graças a ele, foram introduzidas, entre os povos colonizados, as categorias biologizadas e binárias de gênero, nas quais não havia espaço para uma expressão de gênero que não estivesse em conformidade com a norma europeia.

Segundo Lugones, não se resiste sozinha a colonialidade de gênero. Uma feminista decolonial, segundo ela, deve enxergar as diversas mulheres e abandonar o encantamento com “mulher”, o universal, para entender e aprender com as outras que resistem à diferença colonial. “Estamos nos movendo em um tempo de encruzilhadas, de vermos umas às outras na

²O grupo Modernidade/colonialidade é um dos mais importantes coletivos de pensamento crítico ativos na América Latina durante a primeira década do século XXI. É uma rede multidisciplinar e multigeracional de intelectuais, entre os quais estiveram os sociólogos Aníbal Quijano, Edgardo Lander, Ramón Grosfoguel, Walter Mignolo, Zulma Palermo, a pedagoga Catherine Walsh, os antropólogos Arturo Escobar e Fernando Coronil, o crítico literário Javier Sanjinés e os filósofos Enrique Dussel, Santiago Castro-Gómez, Maria Lugones e Nelson Maldonado-Torres.

diferença colonial, construindo uma nova sujeita de uma nova geopolítica feminista de saber e amar” (LUGONES, 2014, p. 950).

Rita Segato, pensadora feminista decolonial, tem se destacado em temas interseccionais e em especial o da violência de gênero. Entre os textos importantes de Segato, destacamos: 1) *Las estructuras elementales de la violencia* (2003), *La nación y sus Otros* (2007) e *La crítica de la colonialidad en ocho ensayos* (2015), publicados pela editora argentina Promete. Segato discorre que a dominação masculina e a violação é, fundamentalmente, um “*mandato de masculinidade*” que seria condição necessária para a reprodução do gênero como estrutura de relações entre posições marcadas pelo diferencial hierárquico e instância paradigmática de todas as outras ordens de *status*.

A autora assinala o lugar da violação *como* cobrança rigorosa, forçada e naturalizada de um tributo sexual, na reprodução da economia simbólica de poder cuja marca é o gênero. O patriarcado, afirma ela, não é somente a organização de *status* relativa aos membros do grupo familiar de todas as culturas e épocas, mas à própria organização do campo simbólico; uma estrutura que fixa e absorve os símbolos por detrás da miríade de organizações familiares e de uniões conjugais.

Para acessar a estrutura de gênero, se faz necessário, portanto, perscrutar através das representações, das ideologias, dos discursos elaborados pelas culturas e pelas práticas de gênero. Somente esse procedimento permitiria visualizar a economia simbólica que instala o regime hierárquico e o reproduz. Segundo Segato,

(...) “Así como comprender la historia del patriarcado es entender a historia de la esfera pública y del estado, de la misma forma y en el centro de todas las cuestiones, entender las formas de violencia de género hoy es entender lo que atraviesa la sociedad como un todo”. (SEGATO: 2016, p.97).

Rita Segato ao se debruçar sobre as relações de gênero, racismo e colonialidade, anuncia que o patriarcado é anterior à colonização, que a construção da masculinidade acompanhou a humanidade ao longo de todo o tempo da espécie, naquilo que ela chama de “pré-história patriarcal da humanidade”, de uma temporalidade lentíssima, uma longa duração onde não enxergamos mudanças. A autora descreve um “pacote” de seis potências que permitem ao homem ser reconhecido e qualificado como sujeito masculino: sexual, bélica, política, intelectual, econômica e moral (SEGATO, 2012, p. 121).

Gloria Anzaldúa, pensadora decolonial chicana, por sua vez, nos conclama a superar o pensamento simplista e a descolonizar nosso pensamento. A perspectiva da autora nos permite alcançar outras formas de compreensão para categorias vistas de maneira monolítica

e unívoca na contemporaneidade. Em sua principal obra, *Borderland/La frontera: La nueva mestiza* (originalmente publicada em 1987), a autora combina história e narrativa pessoal para examinar a condição de mulher *chicana* e lésbica, assim como o isolamento da vivência nas mais diversas fronteiras.

De maneira inovadora, Anzaldúa combina narrativa e poesia em variações linguísticas entre o inglês e o espanhol, justamente para mostrar a encruzilhada em que vive a mulher *chicana*; *La prieta* e *Hablaren lenguas: una carta a escritoras tercermundistas*, que compõem o livro *Este puente mi espalda* (originalmente publicado em 1981). Editado por Cherríe Moraga e Ana Castillo, esse livro compila artigos de feministas terceiro-mundistas.

É esse sujeito pós-colonial que Anzaldúa articula, propondo uma identidade mestiça que traz consigo a crítica ao pensamento binário e aos modelos de hibridismo cultural ancorados em noções de assimilação e cooptação. Sua escrita possui as marcas de uma subjetividade nômade, enraizada a partir de exclusões materiais e históricas de seu povo.

É pelos entre-lugares da diferença que o outro é constituído na história e adquire forma a partir das intersecções sempre locais – suas mestiçagens múltiplas revelam simultaneamente mecanismos de sujeição, resistências e ocasiões para o exercício da liberdade –; uma prática de questionamento de nossas verdades epistemológicas em busca de abertura para outras formas de conhecimento e de humanidade. Para Anzaldúa, somente rompendo com a lógica binária é possível compreender a identidade/consciência mestiça.

La consciencia mestiza tiene la tarea de romper con la dualidad sujeto-objeto que la mantiene prisionera y demostrar, en carne y hueso y mediante las imágenes en su obra, como se trasciende la dualidad. La solución al problema entre la raza blanca y las de color, entre hombres y mujeres, se encuentra en la sanación de la ruptura originaria en la base misma de la vida, la cultura, las lenguas, los pensamientos. Un desarraigo masivo del pensamiento dualista en la conciencia individual y la colectiva constituye el inicio de una larga lucha, pero una que podría conducirnos, con nuestras mejores esperanzas, hacia el fin de la violación, de la violencia, de la guerra. (ANZALDÚA: 2015, p.140).

Nesse sentido, Anzaldúa critica o que ela denomina de movimento feminista branco, que construía sua agenda tomando como referência a mulher branca, heterossexual, ocidental, de classe média, urbana e educada, não incluindo em suas reivindicações as especificidades de mulheres negras, *chicanas*, pobres, periféricas e terceiro-mundistas. A partir dessa crítica elaborada, Anzaldúa terá uma sólida participação na construção do denominado feminismo da inclusão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essas novas perspectivas de pesquisa que apresentamos, neste breve texto, propõem uma articulação dos estudos de gênero com a crítica pós/decolonial (análise dos efeitos não somente políticos, mas filosóficos e históricos, deixados pelos países colonizadores nos países colonizados) e tentam demonstrar que será a partir das margens e não do centro a construção de um novo projeto de sociedade. No caso específico aqui apresentado, tanto a interseccionalidade como o feminismo decolonial tem como principal objetivo recuperar as vozes silenciadas pelo colonizador.

Stuart Hall defende a necessidade de se pensar as continuidades e discontinuidades do poder, ao tratar dos limites do colonial e pós-colonial, pois “os efeitos de fronteira” não são “gratuitos”, mas construídos. O colonial não está morto já que sobrevive através de seus “efeitos secundários”:

Finalmente nos encontramos aqui entre a cruz e a espada. Sempre soubemos que o desmantelamento do paradigma colonial faria emergir das profundezas estranhos demônios, e que estes monstros viriam arrastando todo tipo de material subterrâneo. Contudo, as guinadas, saltos e inversões na forma como o argumento tem sido conduzido nos devem alertar para ao sono da razão que vai além da Razão, para a maneira como o desejo brinca com o poder e o saber, na perigosa aventura de pensar no limite ou além do limite. (HALL, 2003, p. 126).

Trata-se de uma história que coloca no centro os interesses dos sujeitos simples, dos humildes, dos/as subalternizados/as. O desafio que se coloca na perspectiva pós/decolonial é analisar e estudar uma nova valorização das experiências desses sujeitos mediante uma nova forma de abordar a história, a revisão dos modelos epistêmicos que têm impregnado as análises de todos os grupos sociais e as representações construídas que afetam os mesmos. Portanto, há a necessidade de recorrermos as mais variadas fontes para poder captar e reconstruir essa realidade heterogênea, desconstruindo a lógica tradicional praticada nas ciências sociais e humanas por uma nova maneira de abordar o pensamento crítico.

Em um momento em que no Brasil se discute o racismo estrutural da sociedade e da urgência de políticas públicas para corrigir as desigualdades sociais e econômicas, também é urgente o combate a essa chaga estruturante da sociedade brasileira que é a violência contra a mulher. Todas, todos e todes sabem da necessidade da descolonização do saber em relação às mulheres, ao corpo feminino. Desde a mudança na historiografia que incorporou as mulheres como sujeitos históricos e historiadoras narrando suas experiências, muitas mudanças ocorreram, novos objetos foram incorporados às análises históricas, mas a centralidade do poder sobre o corpo feminino permanece. O patriarcado, sistema social em que homens

adultos mantêm o poder em todos seus privilégios, exerce supremacia sobre os demais e isso não se alterou. Tal qual eventos de longa duração, uma história imóvel, como nos anunciava Fernand Braudel, aqueles que podem durar décadas, séculos ou milênios o patriarcado permanece, apesar das leis igualitárias entre os sexos.

A violência contra as mulheres, pretas, brancas, indígenas, contra as sexualidades que fogem ao modelo heterossexual, é uma herança cruel do patriarcado. Na história das mulheres, nas relações de gênero, nas categorias da interseccionalidade e nos estudos decoloniais essa chaga mundial está presente. Também, herança do patriarcado o comportamento abusivo de muitos homens é retratado na atualidade por novos conceitos que têm ocupado a agenda das feministas para alertar as mulheres que aquilo que parecem pequenos gestos é também uma forma de poder dos homens sobre as mulheres, de intimidação e de desqualificação do feminino.

Quem de nós não passou ou presenciou situações como, *Mainsplaning*, *Manspread*, *Gaslighting*, *Bropriating*, este que acompanhado do *Manterrupting*, a interrupção da fala de uma mulher por um homem que, em seguida, repete-a como sendo sua, ou o silêncio sepulcral após uma mulher propor algo e, logo depois, o mesmo ser proposto por um homem e ser recebido como uma ótima ideia. Isso pode acontecer em reuniões de trabalho, na academia, etc. Sem definição para a Língua Portuguesa, são formas de violência contra aquelas e aqueles que historicamente viveram às margens, nas fissuras.

Encerramos nosso texto homenageando Conceição Evaristo, um dos maiores nomes da literatura brasileira contemporânea, educadora e escritora, cunhou o tema *escrevivência*, para falar de sua história e de tantas outras. Poema “Vozes-mulheres”:

A voz de minha bisavó / ecoou criança / nos porões do navio. / Ecoou lamentos / de uma infância perdida. / A voz de minha avó / ecoou obediência / aos brancos-donos de tudo. / A voz de minha mãe / ecoou baixinho revolta. / No fundo das cozinhas alheias / debaixo das trouxas / roupagens sujas dos brancos / pelo caminho empoeirado / rumo à favela. / A minha voz ainda / ecoa versos perplexos / com rimas de sangue e fome. / A voz de minha filha / recolhe todas as nossas vozes / recolhe em si / as vozes mudas caladas engastadas nas gargantas. / A voz de minha filha Recolhe em si / a fala e o ato. O ontem – o hoje- o agora. / Na voz de minha filha / se fará ouvir a ressonância / o eco da vida-liberdade.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Polén, 2019.

ANZALDÚA, Gloria. **Borderlands/La frontera: la nueva mestiza**. México: UNAM, 2015.

- ANZALDÚA, Gloria. La prieta. In: MORAGA, Cherrie; CASTILLO, Ana (Org.). **Este puente, mi espalda**. San Francisco: IsmPress, 1988.
- BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. In: **Revista Brasileira de Ciência Política** no.11. Brasília May/Aug. 2013.
- CASTRO, Mary. Alquimia de categorias sociais na produção de sujeitos políticos. In: **Revista de Estudos Feministas**. nº 00/92, Escola de Comunicação da UFRJ, Rio de Janeiro, 1992. PP. 57-73.
- CHONG, Natividad Gutiérrez. Interseccionalidad. In: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro (orgs). **Dicionário Crítico de Gênero**. Dourados: Editora UFGS, 2019. 2ª edição.
- CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, n. 10, 2002.
- DAVIS, Ângela. **Mulheres, Raça e Classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- GONZALES, Lélia. Por um feminismo afrolatinoamericano. In: **Revista Isis Internacional**. Santiago, 1988.
- HALL, Stuart. “Quando foi o Pós-colonial? Pensando no limite”. **Da diáspora: Identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Unesco, 2003.
- LUGONES, Maria. Rumo ao feminismo descolonial. In: **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis: UFSC, 2014.
- PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007.
- QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. In: **Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires, Colección Sur Sur, 2005
- QUINTERO, Pablo. **Uma breve história dos estudos decoloniais**. São Paulo: Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand, 2019.
- SCOTT, Joan Scott. Gênero, uma categoria útil de análise histórica. In: **Educação e Realidade**, Porto Alegre, UFRGS, 1990.
- SCOTT, Joan Scott. **La citoyenne paradoxale**. Lês féministes françaises et lês droits de l’homme. Paris, Albin Michel, 1998.
- SEGATO, Rita Laura. **Gênero e colonialidade**: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. In: **Cadernos CES**. Coimbra: UC, 2012.
- SEGATO, Rita Laura. **La guerra contra las mujeres**. Madrid: Traficante de Sueños, 2016.
- TEDESCHI, Losandro. As contribuições de Enrique Dussel para uma Historiografia Latino-americana. IN: CARBONARI, Paulo (ORG.). **Filosofia e Libertação: homenagem aos 80 anos de Enrique Dussel**. Passo Fundo: IFIBE, 2015.

~ CAPÍTULO II ~

GÊNERO E MEIO RURAL: O 'LUGAR' DA MULHER NOS ESPAÇOS DE REPRESENTAÇÃO DAS TRABALHADORAS E TRABALHADORES RURAIS (STRs)

Iara Fatima Durante

Leonardo da Silva Martinelli

Marisa do Nascimento Pigatto

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente texto parte da pesquisa do Trabalho de Conclusão de curso de Psicologia desenvolvido pela autora¹ e defendido no ano de 2015, na Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, Câmpus Frederico Westphalen (URI/FW). A temática da investigação foi aproximar a área da Psicologia ao mundo rural a partir do interesse na promoção da saúde com ênfase no exercício da cidadania intermediado por dois Sindicatos dos(as) Trabalhadores(as) Rurais (STRs). O objetivo dessa pesquisa foi analisar a percepção de representantes dos Sindicatos com relação à questão da promoção de saúde no meio rural e conhecer as atividades desenvolvidas que se direcionavam a essa ação dentro dos referidos espaços. São usados esses dados para ampliar a discussão sobre as relações de gênero aí presentes e que não puderam ser aprofundadas naquele momento. O problema norteador centrou-se na seguinte indagação: de que forma o protagonismo das mulheres inseridas nesses espaços contribui com a reprodução e/ou rompimento com os discursos convencionais de gênero?

A ênfase sobre as mulheres e a agricultura familiar deve-se à necessidade de aprofundar as discussões de gênero de forma interdisciplinar, direcionando-se a um grupo de

¹ Essa pesquisa resultou no artigo ainda não publicado: "A psicologia, o sindicato dos/as trabalhadores/as rurais e o protagonismo do/a trabalhador/a do campo: espaços de luta construindo cidadania".

peças como as mulheres do campo, em que as normas binárias de gênero tendem a estar mais arraigadas na mentalidade social, possibilitando analisar os limites e atravessamentos conquistados sobre essas construções simbólicas e culturais.

A escolha pelo (STRs) município de Constantina/RS e por Frederico Westphalen/RS deu-se pela localização geográfica, ambos estão situados no norte do estado do Rio Grande do Sul, com áreas de abrangência distintas, ou seja, pertencentes às regionais e aos órgãos diferentes. Foram realizadas entrevistas² semiestruturadas com 14 pessoas integrantes de ambos os Sindicatos e vinculadas à área de promoção da saúde. Destacam-se as realizadas com os Presidentes de cada um dos dois órgãos sindicais e um responsável por cada área de trabalho desenvolvido pelo (STR) no ano de 2014: grupo de mulheres; habitação; medicamentos fitoterápicos e homeopáticos; assistência previdenciária; trabalho com aposentados; crédito rural; convênios (fisioterapia, odontologia e especialidades médicas).

Do total de 12 participantes, oito eram mulheres e quatro homens. Duas pessoas cuidavam de dois projetos, por isso houve duas entrevistas acrescentadas a esse número. Os Presidentes dessas instituições assinaram um termo de autorização sendo agendadas as entrevistas, que foram gravadas e transcritas na íntegra. A menção a essas pessoas no texto será feita com uma referência numérica para preservar as suas identidades. Trata-se de uma pesquisa de caráter qualitativo fundamentada nos estudos de gênero e metodologicamente embasada em pressupostos da análise de conteúdo. (BARDIN, 2002).

AS RELAÇÕES DE GÊNERO E O TRABALHO RURAL

A categoria gênero tem sido muito útil para pensar as relações sociais, possibilitando a compreensão de discursos e construções socioculturais que incidem na vida das pessoas. A demanda pela reprodução de determinadas convenções de gênero, apresentadas como a-históricas, age de forma opressiva sobre os sujeitos, pois além de limitar uma pluralidade de expressões por meio de regulações binárias (homem/mulher; masculino/feminino), incute um saber essencialista, estático e universal como justificativa inteligível para manter a mesma estruturação social. Joan Scott chamou a atenção para a imbricação entre gênero e poder político, destacando:

O gênero é uma das referências recorrentes pelas quais o poder político tem sido concebido, legitimado e criticado. Ele não apenas faz referência ao significado da oposição homem/mulher; ele também o estabelece. Para proteger o poder político, a referência deve parecer certa e fixa, fora de toda construção humana, parte da ordem

² O trabalho foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da URI/FW pelo número: 41332914.0.0000.5352.

natural ou divina. Desta maneira, a oposição binária e o processo social das relações de gênero tornam-se parte do próprio significado de poder; pôr em questão ou alterar qualquer de seus aspectos ameaça o sistema inteiro. (SCOTT, 1995, p. 92).

Esses elementos possibilitam compreender as tensões que envolvem as lutas por mudanças sociais na medida em que a alteração desse sistema afeta os privilégios que determinados segmentos detêm. Apesar dessa estruturação social, a partir das relações de gênero, fazer parte de muitos espaços, em alguns parece estar mais arraigada, dificultando sua alteração, como o meio rural. A organização familiar e social, pautada no patriarcado, é uma característica presente na história no Brasil. A figura do *pater* (pai), homem, patriarca, cuja autoridade se sobressai perante outros membros é central para o entendimento das relações interpessoais.

Entretanto, considerar esse fator não significa que todas as organizações familiares se formaram a partir de um modelo único, mas foi preservada a superioridade do patriarca que se estendia para diferentes espaços, não apenas o doméstico. (LIMA; SOUZA, 2019, p. 580).

Esse sistema é profícuo para entender as relações no meio rural, pois a divisão de tarefas e papéis pautados no modelo binário tende a ser reproduzida de forma dominante. As construções de gênero sobre os corpos, como salienta Guacira Louro (1997; 2000) são componentes aos quais se deve atentar. À mulher caberia o cuidado da casa, da prole, da família, exercendo atividades inclusive no espaço externo da casa, na lavoura, no trato com os animais; ao homem incide a responsabilidade de ser o provedor, o administrador dos negócios, desfrutando do *status* social que o qualifica como “sério”, mais “apto” para usar a palavra e tomar as decisões em nome das demais pessoas do núcleo familiar.

Diferentes transformações ocorreram, modificando essa ordem social rígida e desigual, em parte, resultado dos movimentos de mulheres que visavam a conquistar direitos semelhantes aos que os homens possuíam. Em linhas gerais, pode-se citar: a primeira onda do movimento feminista³, com destaque para as sufragistas no final do século XIX, embora essa conquista não tenha se dado de forma simultânea em todos os países; uma segunda onda ocorreu a partir dos anos 1960 e uma das reivindicações era o direito ao prazer e ao corpo; e a chamada terceira onda, a partir da segunda metade dos anos 1980, que está marcada por diferentes pautas interseccionais que costumam partir do termo gênero, ampliando o espectro de reflexões e pluralizando as suas demandas a partir da consideração das diferenciações internas.

³ As especificidades do movimento feminista no Brasil são abordadas por Céli Pinto (2003).

Cita-se essas transformações com o intento de situar o público leitor de que por mais que houvesse um esforço para manter uma determinada ordem vigente, calcada em um poder vertical dos homens sobre as mulheres, isso não se deu de forma passiva, mas teve resistências que em determinados períodos tiveram dimensão maior ou menor, podendo ser entendidas como parte do que Michel Foucault (1988) chamou de relações de poder e de saber.

Dados atuais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que as mulheres compõem a maior parte da população no Brasil, 51,8 %. Mesmo as mulheres representando a maioria da população, ainda percebem-se desigualdades na ocupação dos espaços entre homens e mulheres, levando em consideração questões salariais, espaços democráticos de representatividade e tantos outros, o que demonstra também aspectos patriarcais instituídos nas relações. Isso tudo justifica ainda mais a necessidade de ampliar as discussões sobre relações de gênero tanto no meio urbano como no meio rural.

As relações estabelecidas entre as pessoas e o meio rural vão além de uma atividade profissional necessária para sua sobrevivência, desenvolvendo-se também a construção de subjetividades singulares que compõem as suas histórias, a constituição das suas identidades em meio aos atravessamentos que o espaço em que estão inseridas proporciona. Os agricultores e agricultoras não produzem apenas alimentos, produzem vida e, através do seu trabalho, contribuem com a cesta básica que alimenta a população brasileira.

A agricultura familiar no Brasil é descrita como heterogênea, na medida em que inclui tanto famílias que detêm, de forma bastante precária, seu pedaço de terra, as quais enfrentam muitas dificuldades, até aquelas famílias que possuem recursos suficientes para bem aproveitar as oportunidades que surgem no meio em que fazem parte. (SOARES; MELO; CHAVES, 2009).

Conforme o artigo terceiro da Lei número 11.326, de 24 de julho de 2006, considera-se agricultor e agricultora familiar:

Aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (BRASIL, 2006).

Ao abordar brevemente o conceito de agricultura familiar, Denardi o descreve como recente no Brasil. Segundo o autor, anterior a essa terminologia, “falava-se em pequena produção, pequeno agricultor e ainda, utilizava-se também o termo camponês” (2001, p. 56).

Essas terminologias levam Abramoway (1997) a questionar dois preconceitos que precisavam ser enfrentados nos anos de 1990 – e que talvez ainda prevaleçam nos dias atuais: o primeiro se refere à associação entre agricultura familiar, “baixa produção” e “pequena produção”; o segundo considera grandes extensões de terra, com o emprego de trabalhadores assalariados, como sendo desenvolvimento agrícola.

A agricultura familiar, de uma forma geral, é caracterizada como aqueles empreendimentos que compreendem: a coordenação/administração das propriedades realizadas pelos próprios produtores e produtoras, no qual predomina o envolvimento da família no trabalho (ABRAMOVAY, 1997; GUANZIROLI; CARDIM, 2000; DENARDI, 2001; SOARES; MELO, CHAVES, 2009). Ainda, esse espaço é percebido também como um ambiente que é ao mesmo tempo de produção e de consumo, “uma unidade de produção e reprodução social”. (DENARDI, 2001, p. 57).

As propriedades familiares, assim percebidas, vão ao encontro dos interesses sociais do país, na medida em que favorecem: a preservação do meio ambiente; o desenvolvimento sustentável; a permanência e qualidade de vida no campo; minimização do desemprego no meio urbano e a garantia da segurança alimentar. (GUANZIROLI; CARDIM, 2000; SILVA; RIBEIRO, 2014; SOARES; MELO; CHAVES, 2009; CFP, 2013).

Com a finalidade de fortalecer e organizar os movimentos de produtores e produtoras rurais, espalhados pelo Brasil, em um período de inúmeros conflitos agrários, em 1963 foi criada a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), que foi reconhecida pelo Ministério do Trabalho e Emprego, em 31 de janeiro de 1964. Foi a primeira entidade sindical em nível de Brasil. “A Confederação iniciou sua atuação no momento em que se discutiam as reformas de base, inclusive a reforma agrária”. (CONTAG, 2015).

Essa luta fortaleceu-se ainda mais com a fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), em 1983, com a força de 5.059 delegados, de 912 entidades, sendo que dessas, 310 eram entidades rurais (ABC DE LUTA, 2015). Essa conceitua-se como “uma organização sindical brasileira de massas, em nível máximo, de caráter classista, autônomo e democrático, cujo compromisso é a defesa dos interesses imediatos e históricos da classe trabalhadora”. (CUT, 2015).

Isso assinala a atuação de organizações que atuam na defesa da agricultura familiar. A partir disso, será enfatizado, na próxima seção, o papel dos sindicatos e o protagonismo das mulheres no engajamento com atividades que excedem o espaço domiciliar, do lar, lugar que é tido convencionalmente como de exclusividade feminina, exercendo outras profissões ligadas

ao meio rural e voltadas à promoção de saúde, refletindo a partir das entrevistas sobre as conquistas e entraves que persistem a partir das relações de gênero.

SINDICATOS, MULHERES E PROMOÇÃO DA SAÚDE

A entidade sindical “é uma organização coletiva com legitimidade jurídica e institucional para defender os trabalhadores e trabalhadoras e os seus interesses” (CONTAG, 2015). Assim, os dois Sindicatos que participaram dessa pesquisa, estão ligados à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), que é o órgão nacional e que busca benefícios para o trabalhador do campo, com a finalidade de fortalecer a agricultura familiar.

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Frederico Westphalen está vinculado também à Central Única dos Trabalhadores (CUT) e à Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio Grande do Sul (FETAG/RS), que é a representação em nível estadual ligada aos princípios da CONTAG (FETAG/RS, 2015). Está localizado em um município com uma população estimada, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para 2014⁴, de aproximadamente 30.409 habitantes; e, no ano de 2010, segundo o mesmo órgão, a população total era de 28.843 habitantes, sendo que 23.333 residiam no meio urbano e 5.510 (19,1%) no meio rural (IBGE, 2014). O Sindicato possui 56 anos de existência tendo sido criado no ano de 1964. (SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE FREDERICO WESTPHALEN, 2015).

O STR de Constantina está ligado à CONTAG, à CUT e à Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul do Brasil (FETRAFSUL), que é “uma organização diferenciada das outras organizações do campo, articulando a luta política de forma integrada (visão global) com a organização econômica/social, construindo caminhos e alternativas concretas para os agricultores e agricultoras familiares” (FETRAF/SUL, 2015). Pertence a um município com população estimada, em 2019, de 9.911 habitantes. De acordo com o último censo de 2010, a quantidade populacional era de 9.752 habitantes⁵, dos quais 6.510 residiam no meio urbano e 3.242 no meio rural, segundo dados do IBGE. Até o ano de 2014, esse Sindicato possuía aproximadamente 2.300 associados, abrangendo membros de toda a região.

Pensar a promoção de saúde no meio rural é se engajar em um trabalho conjunto, articulado com outros setores e em especial com os próprios sujeitos. Ou seja, trabalhar a fim

⁴ Utilizam-se os dados coletados, considerando a pesquisa da autora que foi apresentada no ano de 2015; logo, esses correspondem ao período precedente por ocasião do desenvolvimento da investigação.

⁵ Os dados aqui também são aqueles usados no período em que a pesquisa foi realizada.

de transformar o sujeito partícipe/autor na construção de sua história e do meio ao qual faz parte, assim, qualquer ação a ser desenvolvida deve ser condizente com as necessidades da comunidade em questão, seja no meio urbano ou rural.

As respostas das pessoas entrevistadas foram agrupadas em duas categorias: entendimento de saúde e mulheres. A partir delas tal temática é problematizada.

A percepção de saúde da maioria das pessoas entrevistadas está ligada ao bem-estar como um todo: físico, psíquico, no trabalho, nas relações sociais. Está ligada à alimentação, cuidado com o corpo, propriedade, moradia, lazer, autoestima, vida digna. Conforme relatado na entrevista⁶ 3: *“É um bem-estar num todo: físico, psíquico, nas relações, no trabalho, um bem-estar como um todo”*. Ainda, na entrevista 1 foi mencionado que: *“Saúde é tudo o que vem para o bem estar da população, então esse trabalho para ter a casa própria, para ter um melhoramento na vida da pessoa, desde a alimentação”*. Esses entendimentos vão ao encontro do conceito de saúde da Organização Mundial da Saúde (OMS), que a discute não meramente como a ausência de doenças, mas “um estado de completo bem-estar físico, mental e social”, e para atingir esse “bem-estar” os sujeitos “devem saber identificar aspirações, satisfazer necessidades e modificar favoravelmente o meio ambiente”. (WHO, 1986, p.1).

Segundo Buss (2000, p. 176), a saúde é a soma de fatores que estão ligados a aspectos como: qualidade de vida, alimentação, habitação, saneamento; condições de trabalho favoráveis; acesso à educação; “ambiente físico limpo; apoio social para famílias e indivíduos; estilo de vida responsável; e um espectro adequado de cuidados de saúde”. Porém, essas ações nunca devem estar dissociadas da realidade de cada sujeito e as ações de saúde devem ser construídas com a participação da comunidade. Para trabalhar com enfoque na promoção da saúde, é necessária uma ação conjunta entre os mais variados segmentos, sejam eles órgão do governo, organizações voluntárias, setor saúde, setores sociais e econômicos ou mesmo espaços midiáticos. (WHO, 1986; BUSS, 2002).

No que tange aos aspectos curativos e de recuperação da saúde, esses espaços possuem convênios com profissionais dessa área; assim, os trabalhadores e trabalhadoras têm desconto nas consultas. Na entrevista 11 foi relatado: *“Eles pegam a fichinha e fazem a consulta com desconto no valor de 50 a 60 reais por consulta e normalmente a secretária do médico vem e troca as fichinhas por esse valor”*.

⁶ As entrevistas foram organizadas de forma numerada e são mencionadas dessa forma para preservar a identidade dessas pessoas. Destaca-se que a ênfase na análise se dá sobre as mensagens explicitadas e a ausência de identificação de autoria não afeta a pesquisa. Da mesma forma, optou-se por deixar em destaque tais fragmentos de fala no texto e mantidas as palavras usadas nas entrevistas sem ajustes na grafia, apenas na pontuação, sem prejuízo para a leitura do texto, preservando a integralidade dos relatos.

Um dos espaços sindicais participantes dispõe de um consultório odontológico instalado dentro do Sindicato, prestando serviços gratuitos aos seus associados. Na entrevista 4 foi destacado: “*é tudo gratuito, tudo não, na verdade eles têm o atendimento pra restauração, limpeza e extração; esses três serviços são gratuitos, a gente tinha até um tempo atrás agora um trabalho de prótese tanto total como parcial, que é a chapa e a ponte que chamam*”.

Em contrapartida, o outro dispõe de uma farmácia de medicamentos fitoterápicos e homeopáticos⁷ que são vendidos, segundo os responsáveis, por valores acessíveis apenas para manter a farmácia funcionando, sem fins lucrativos. Como destacado na entrevista 6:

O que eu tô coordenando agora é dentro do coletivo de mulheres, trabalhando com as lideranças né, assim, como usar os chás, porque todas as ervas medicinais são remédios, mas quando tu não sabe fazer o chá e quando tu toma chá demais também pode trazer, assim não traz benefícios pra a saúde. Então, a gente tá fazendo esse trabalho, né, e a gente trabalha assim, com orientação e a gente trabalha com os remédios homeopáticos, com os remédios fitoterápicos; então, muitas vezes, as famílias mais idosos que não têm como fazer o seu remedinho em casa, a gente faz aqui no sindicato, e a gente faz todo um trabalho comunitário, né, onde eles buscam esse remédios com valores assim, que todos possam comprar o seu remedinho, para que a gente possa tirar o custo deles.

Essas atividades desenvolvidas para promoção de saúde, em sua maioria, são oriundas de parcerias que provêm de políticas públicas e programas governamentais como: Minha Casa Minha Vida, Crédito Rural; parcerias com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, Políticas para Mulheres, entre outras. Nesse sentido, o Sindicato atua como um intermediador, auxiliando na busca de melhorias, promovendo o debate com os agricultores e agricultoras, reivindicando melhorias e também facilitando o acesso da comunidade às políticas e aos serviços já existentes.

Outro elemento mencionado, conforme entrevista 7, é a questão da moradia:

Para entender um pouquinho o projeto da habitação, nós conseguimos na década de 90 foi a questão do financiamento para financiar chiqueiro, estrebaria, toda essa questão, né, mas aí era essa questão que eu te falei, tu ia lá na propriedade, tu chegava lá e falava com o marido, pra ele a casa é tipo, tem gente até que, homem, que fica olhando pra casa, mas a grande parte tendo uma casa assim para morar mais ou menos, que dá para morar, não se preocupa muito com isso, e sim, em comprar uma plantadeira, comprar um trator, em financiar um chiqueiro, uma estrebaria, uma vaca, não sei o que. Daí nos

⁷ Segundo a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA, 2015), a fitoterapia é uma prática terapêutica que existe há milhares de anos e vem sendo documentada pelo seu precioso “conhecimento tradicional e popular decorrente de sua rica diversidade étnica e cultural”. Esses saberes são importantes para conhecer as propriedades das ervas medicinais, inspirando muitos estudos científicos. Em outras palavras, os medicamentos fitográficos utilizam como princípio-ativo somente derivados de drogas vegetais. Assim, as plantas medicinais são consideradas sua “matéria-prima”. Em 2006, no Brasil, foi estabelecida a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos, através do Decreto 5.813. Através dessa política, instituiu-se o Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos (PNPMF). Os medicamentos homeopáticos, ainda segundo a ANVISA (2015), são diferentes dos fitoterápicos, pois empregam como princípio ativo além de substâncias de origem vegetal, também as de origem animal, mineral e sintética.

tava vindo com as lideranças do interior a dificuldade que tinha de a mulher querer vim embora para a cidade e ainda hoje acontece bastante isso, né, mas a maior reivindicação que tinha era a questão da moradia. Então ela entrou na pauta das reivindicações dos outros movimentos [...].

Essa fala retrata a percepção da necessidade das lideranças sindicais, como atentam os representantes dos Sindicatos. E, a partir disso, a busca e o levantamento de discussões que resultam em estratégias que, além de melhorar a qualidade de vida dos agricultores e agricultoras, possibilitem que se desenvolvam ações cidadãs, reivindicando seus direitos. A partir da necessidade, se criou uma pauta e organizados como entidade sindical conseguiram os recursos necessários para a melhoria das suas propriedades no meio rural.

Outra categoria evidenciada a partir das entrevistas é: mulheres. Esse elemento não pode passar despercebido, uma vez que a maior parte das pessoas entrevistadas foram mulheres, oito no total. A partir das entrevistas, foi possível perceber que as mulheres trabalhadoras rurais estão cada vez mais comprometidas e participantes no movimento sindical para reivindicar seus direitos. Ambos os Sindicatos têm trabalhos voltados para mulheres. Dentro de um dos Sindicatos existe um Coletivo de Mulheres que têm lideranças das comunidades do interior engajadas na construção de estratégias, buscando ouvir as mulheres, trabalhar com elas e desenvolver trabalhos que possam atender as suas necessidades.

O relato da entrevista ,1 acerca da criação do Coletivo de Mulheres e a forma como estão engajadas e reunidas enquanto mulheres trabalhadoras rurais, dentro de uma entidade sindical, nos ajuda a compreender a relação de mediação entre as necessidades locais/regionais e pensar as ações voltadas a essa problemática:

O coletivo de Mulheres surgiu em 2004 na necessidade das mulheres estarem organizadas, a Federação, a Fetraf-SUL, sentiu a necessidade das mulheres agricultoras familiares estarem organizadas, lutando pelos seus direitos, pelo seu bem estar e pela saúde de si mesma e de seus familiares também. Então, no ano de 2014, no coletivo de mulheres dentro do Sindicato, a gente desenvolveu um trabalho que se intitula 'Mulheres promovendo saúde e qualidade de vida', nós sentimos a necessidade de estarmos desenvolvendo esse projeto, pelo casos de câncer de colo e de mama que as mulheres estavam sendo atingidas na região.

Interessante acrescentar nessa discussão, que embora a mulher do campo esteja cada vez mais inserida e participativa nas lutas do meio rural, ainda enfrenta muitos preconceitos de caráter machista, como destacado na fala da entrevista 8:

Há muitos anos atrás, eu trabalhava muito, saía muito de casa e uma pessoa da diretoria, um moço, perguntou pra mim assim: o que o teu marido, a tua família pensa de você sair muito de casa sem ganhar? Por que no Sindicato a maioria do nossos

trabalho é trabalho voluntário, claro que quando se sai longe se ganha ajuda de custos, não tô queixando do Sindicato, o Sindicato é maravilhoso. Mas aquele moço me perguntou assim: O que que a tua família acha? E eu disse: Olha, a minha família fica muito feliz quando eu chego em casa de volta. Por quê? E ele olhou bem ligeiro pra mim, né. E eu disse: por que eu sempre levo alguma coisa boa pra casa e não levo um pedaço de bolo, um bombom, mas eu levo um sorriso de alegria, eu levo mais compreensão, mais conhecimento para administrar minha horta melhor, pra administrar minha casa melhor, pra administra minha família melhor e é isso que o Sindicato faz.

Porém, mais do que apontar o caráter machista da expressão está a necessidade de atentar nas discriminações que muitas mulheres enfrentam por ir além de um espaço tido socialmente como seu lugar, o espaço doméstico e buscar conhecimentos para aplicá-los na sua propriedade. Por outro lado, essa aparente suspeita, presente no diálogo mencionado, revela uma desconfiança sobre as mulheres quanto à sua fidelidade, ou seja, o que a família pensa de uma mulher que costuma sair frequentemente? Por trás dessa indagação, fica explícita a distinção entre “mulheres honestas e mulheres faladas”, usando a expressão de Pedro (1994). O fato de sair pode ser percebido como um motivo para tornar-se falada, tornar-se uma vergonha para a família. Essa discriminação faz parte da mentalidade das pessoas e é um empecilho para que muitas possam atravessar essas barreiras sociais. Somente através de um empoderamento, é possível desconstruir esses preconceitos e estereótipos institucionalizados que permeiam as relações de gênero também no meio rural. Acredita-se que essas posturas permitem às mulheres conquistar cada vez mais espaços, fomentando a reflexão por parte das pessoas sobre esse assunto e tornando visível tal empecilho, não o omitindo.

Outra questão que precisa ser destacada é que até o momento das entrevistas, em 2014, nenhuma mulher havia conquistado o cargo de representante dos Sindicatos pesquisados, ou seja, o mais alto posto esteve apenas na mão de homens. Apesar da crescente participação das mulheres em atividades dentro dessas instituições, ainda é necessário reivindicar mais espaço para sua atuação, maior representatividade e uma distribuição mais igualitária e/ou equitativa na hierarquia funcional. Isso é parte de um problema social amplo, não somente observado dentro dessas instituições, o que sinaliza a necessidade de reflexões em torno dessa temática, conscientização da população e ciência dessa dívida histórica para com as mulheres, mas também de outros segmentos, considerando os distintos marcadores sociais e sua interseccionalidade para não reproduzir essas formas de exclusão, mas sim repará-las.

É necessário observar também que a maioria das mulheres contatadas, a partir da pesquisa, por sua vinculação às atividades de promoção de saúde estabelecidas pelos Sindicatos, revela a reprodução por parte desse grupo da preocupação com a saúde, com a

família, que socialmente é tida como uma suposta característica feminina, que no entendimento tradicional binário de gênero, de caráter essencialista, atribui às mulheres essa função no seio da família. Evidentemente, não se está compreendendo essa vinculação como parte de uma suposta ordem biológica, mas considerando as construções sociais e culturais que atribuem às mulheres tais tarefas e a permanência dessa concentração observada nas atividades desenvolvidas nesses grupos.

Observa-se a forma afetiva com que tais mulheres lidam com essas atividades que envolvem a saúde, - o que não as impede de fazê-las pelo direcionamento que o discurso binário de gênero socialmente construído incute -, bem como o olhar voltado às mulheres do campo por meio de coletivos que atuam justamente com esse público. Porém, deve-se indagar sobre a necessidade de ocupar outros cargos e profissões, ter conhecimento das violências de gênero que são perpetradas na sociedade como um todo, identificá-las e combater a misoginia. Uma das maneiras de fazê-lo é de forma coletiva, partilhando vivências, experiências, conhecimentos e conquistas que possam melhorar a vida dessas mulheres, independente de quais forem os lugares em que queiram estar, seja no campo ou na cidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do exposto, é possível observar um dos papéis dos Sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras rurais pesquisados com relação à promoção da saúde, mas também as atividades desenvolvidas e a participação das mulheres frente a essas funções. Se, por um lado, reitera uma vinculação às expectativas binárias de gênero no que concerne às mulheres a demanda pelo cuidado com a família; por outro, percebe-se a presença da sororidade e do olhar voltado às necessidades e aos interesses das mulheres do campo, possibilitando formas de empoderamento que permitem rupturas com as opressões de gênero que as acometem.

A análise dos relatos permite observar a cristalização de estereótipos e preconceitos, presentes no dia a dia das mulheres rurais, sinalizando o quanto ainda é preciso avançar nas discussões sobre relações de gênero, especialmente no que tange à participação da mulher nos espaços de decisão, desde o familiar até os cargos de direção, pois através da paridade de gênero nesses espaços, mas não somente, as mulheres terão maior representatividade, mais vozes na tomada de decisões e há necessidade desse reparo histórico e social.

Trazer presente essas reflexões já é um caminho para potencializar a desconstrução desses estereótipos e dessa cultura patriarcal, construindo-se relações mais justas e libertárias para que se possa ser e estar onde se deseja.

REFERÊNCIAS

ABC DE LUTA. Fundação da CUT Disponível em: http://www.abcdeluta.org.br/materia.asp?id_CON=599. Acesso em: 13 maio 2015.

ANVISA. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Nota Técnica do Comitê Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicas, 2015.

ABRAMOVAY, Ricardo. Agricultura familiar e uso do solo. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 73- 78, abr./jun. 1997. Disponível em: <http://www.seade.gov.br/wp-content/uploads/spp/v11n2.pdf>. Acesso em: 02 maio 2015.

BARDIN, L. **Análise do conteúdo**. Tradução de Luís A. Reto e Augusto Pinheiro. Ed. edições 70. Lisboa, 2002.

BRASIL. Lei n. 11.326 de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm. Acesso em: 20 abr. 2015.

BUSS, Paulo Marchiori. Promoção da saúde e qualidade de vida. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 163-177, 2000. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232000000100014. Acesso em: 16 jun. 2015.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES – CUT. Disponível em: <http://www.cut.org.br/conteudo/historico/>. Acesso em: 26 abr. 2015.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA – CONTAG. Disponível em: <http://www.contag.org.br/index.php?modulo=portal&acao=interna&codpag=43>. Acesso em: 10 maio 2015.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Referências Técnicas para Atuação das(os) Psicólogas(os) em Questões Relativas a Terra. Brasília, agosto de 2013. Disponível em <<http://site.cfp.org.br/wpcontent/uploads/2013/09/Refer%C3%A2nciasT%C3%A2>> . Acesso em: 13 abr. 2015.

DENARDI, Reni Antonio. Agricultura familiar e políticas públicas: alguns dilemas e desafios para o desenvolvimento rural sustentável. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v. 2, n.3, p. 56-62, jul./set. 2001. Disponível em: http://www.emater.tche.br/docs/agroeco/revista/ano2_n3/revista_agroecologia_ano2_num3_parte12_artigo.pdf. Acesso em: 10 abr. 2015.

FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA FAMILIAR DA REGIÃO SUL – FETRAFSUL. Disponível em: <http://www.fetrafsul.org.br/index.php?Option=com>. Acesso em: 15 abr. 2015.

FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO RIO GRANDE DO SUL - FETAG/RS. Disponível em: <<http://www.fetags.org.br/site/estrutura.php>> Acesso dia: 10 abr. 2015.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: A vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

GUANZIROLI, C. E.; CARDIM, S. E. C. S. Novo retrato da Agricultura Familiar: o Brasil Redescoberto. **Projeto de Cooperação Técnica INCRA / FAO**, Brasília, 2000. Disponível em: <http://www.faser.org.br/anexos/Retratodaagriculturafamiliar>. Acesso em: 10 maio 2015.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/contagem/rscont96.shtm>. Acesso em: 02 abr. 2015.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. <<https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18320-quantidade-de-h>>. Acesso dia: 15 ago. 2020.

LIMA, Lana Lage da Gama; SOUZA, Suellen André de. Patriarcado. *In*: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antonio (Orgs.). **Dicionário crítico de gênero**. 2. ed. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2019. p. 578-582.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 1997.

LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

PEDRO, Joana Maria. **Mulheres honestas e mulheres faladas: uma questão de classe**. 2. ed. Florianópolis: UFSC, 1994.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2003.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSTANTINA. História do Município. Disponível em: <http://www.constantina.rs.gov.br/historia-do-municipio/>. Acesso em: 10 abr. 2015.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Tradução de Guacira Lopes Louro; Revisão de Tomaz Tadeu da Silva. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

SILVA, M. L.; RIBEIRO, R. Agricultura Familiar: Setor Estratégico para o desenvolvimento local no município de Mogeiro – PB. **Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal**, Paraíba, UFPB, 2014. Disponível em: http://portal.virtual.ufpb.br/bibliotecavirtual/files/agricultura_familiar_setor_estrategico_para_o_desenvolvimento_local_no_municipio_de_mogeiro. Acesso em: 29 jul. 2015.

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE CONTANTINA – RS. Constantina, 2014. Não Publicado.

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE FREDERICO WESTPHALEN – RS. Frederico Westphalen, 2014. Não Publicado.

SOARES, Ivanilza Formiga; MELO, Alana Candeia de; CHAVES, Alan Dél Carlos Gomes. A Agricultura Familiar: Uma alternativa para o desenvolvimento sustentável no município de Condado – PB. **Informativo técnico do semiárido**, Mossoró, v. 3, n. 1, p. 56-63, jan./dez. 2009. Disponível em:
http://www.gvaa.com.br/revista/index.php/INTESA/article/view/456/pdf_90. Acesso em: 10 maio 2015.

WHO. CARTA DE OTTAWA. Primeira Conferência Internacional Sobre Promoção de Saúde. Ottawa, novembro de 1986. Disponível em:
https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/carta_ottawa.pdf. Acesso dia: 12 maio 2015.

~ CAPÍTULO III ~

DO PRECONCEITO TRANS AO DISCURSO DE ÓDIO: A EXTERIORIZAÇÃO DE VIÉS CONSERVADOR E DE VIOLÊNCIA EM POSTS DE REDE SOCIAL

Elisângela Bertolotti

Ana Paula Teixeira Porto

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A proliferação tecnológica favorece a liberdade expressiva nas redes sociais e permite a disseminação de informações, conceitos e posicionamentos dos usuários com rapidez e sem muitos recursos de filtro. Diante das possibilidades, disponibilizadas pela internet, seus usuários conseguem se manifestar, debater, compartilhar e, até mesmo, construir vínculos virtuais que podem ser utilizados com benéficas ou maléficas intencionalidades. (DIAS E LA TAILLE, 2006). Nos instrumentos de comunicação e interação da internet, como as redes sociais, a expressão individual e coletiva ganha uma nova dimensão dada a projeção que uma publicação na rede alcança.

Nesse contexto, quando se observam referências à temática LGBTQI+¹ - lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, *queers* e intersexual, sendo o símbolo “+” uma menção a todas as referências realizadas em relação à sexualidade, as quais não são descritas pelas letras - e o seu espelhamento nas redes, constata-se a criação de diferentes nichos que reproduzem percepções diferenciadas sobre a condição LGBTQI+, a vida, os desafios dessa comunidade. Além disso, vê-se que os diálogos são diversos, trazendo inclusive percepções pessoais, subjetivas de vivências do grupo que singularizam experiências de vida de grupo e podem atingir um número ilimitado de pessoas, não restritas ao universo reportado. Ainda, se

¹ Optou-se pelo uso da sigla completa, tendo em vista que sua construção é realizada a partir de depoimentos de pessoas que se identificam com as identidades de gênero discutidas neste texto. A sigla está em constante mudança, com a intenção de dar visibilidade a todas as identidades. (DICIONÁRIO DE GÊNERO, 2016).

destaca que leitores e usuários de páginas relacionadas à LGBTQI+ podem construir novas interpretações e assim elaborar novos enunciados, deslegitimando discursos conservadores e preconceituosos ou, por outro lado, podem ratificar manifestações ofensivas e preconceituosas em relação a essa população.

Assuntos que tenham o teor relacionado à comunidade LGBTQI+ são vistos nas redes diariamente. Esse aspecto pressupõe que as temáticas, envolvendo esse público, tenham discussões acaloradas em torno de aspectos, sobretudo, conservadores da sociedade. Na rede, chama atenção como as pessoas elaboram, através de posts elaborados com inúmeras possibilidades semióticas – links, hiperlinks, emojis, etc – discursos que propõem uma justificação para a “não-aceitação” de orientações sexuais que sejam divergentes à heterossexual. O retorno que se verifica, a partir dessas incitações nas redes, é de ainda mais pessoas que curtem, compartilham e comentam a homofobia, atentam-se, em sua maioria, agressões e palavras de baixo calão, apesar de se vivenciar o século XXI, e a superação de muitos pré-conceitos de gênero e identidade sexual.

Dialogando sobre essas inferências concretizadas nas redes sociais e como isso afeta o desenvolvimento social e humano, é relevante apontar que o uso da internet no Brasil tem aumentado a cada ano e, em decorrência disso, o número de sujeitos que acessam as redes sociais e as utilizam nos seus cotidianos também expandiu. Atualmente, o país ocupa o segundo lugar no ranking dos países que mais usufrui da internet, ficando atrás somente o Japão. Ademais, é líder em uso das redes sociais na América Latina. O último levantamento feito pelo IBGE, em 2018, aponta que sete a cada dez brasileiras estão conectados diariamente às redes. Desses dados, “consideram 181,1 milhões de brasileiros, com 10 anos ou mais. O resultado indica que o celular é o aparelho mais utilizado para o acesso – 98% dos entrevistados dizem utilizar o telefone móvel para navegar pela rede digital”. (WEBCOMPANY, 2020).

Esse exacerbado uso das redes sociais pode ser compreendido, inclusive, em função do contemporâneo contexto pandêmico, fator que requer cautela das pessoas para que não saiam de casa, se possível, e mantenham um distanciamento, conforme as orientações OMS (2020), para que a proliferação do vírus seja contida. Mesmo com esse distanciamento físico, os sujeitos necessitam estabelecer vínculos, sejam eles trabalhistas, familiares ou afetivos. Logo, o uso dos aplicativos de relacionamento expande, fazendo com que milhares de pessoas acessem ao Tinder, Happn, OkCupid, entre outros, como forma de conexão amorosa ou como distração por parte dos usuários.

Com base nesses pressupostos, que refletem sobre a expansão do uso das redes como mecanismos de comunicação e interação e o uso da internet como território de publicização de pensamentos e conceitos em amplitude significativa, cabe refletir como esses espaços sinalizam visões sobre a comunidade LGBTQI+. Notícias e reportagens sobre fatos relacionadas à comunidade LGBTQI+ e comentários resultantes dessas publicações nas redes são excelentes objetos de análise para se discutir sobre a representatividade de manifestações de menosprezo, preconceito e ódio a esse público, bem como sobre como elas indicam traços histórico-sociais que fundamentam a sociedade brasileira atual.

A partir dessas reflexões, este trabalho tem a intenção de analisar posts publicados no Twitter a partir da notícia publicada no dia 12 de julho de 2020, pela *Revista Isto é*, intitulada “Tinder é acusado de transfobia por artista e usuários relatam exclusão de perfis”, a fim de destacar as questões de transfobia apresentadas nesses posts, associando, de forma mais aprofundada, ao quadro histórico-social brasileiro de preconceito. A seleção de posts se justifica por ser um gênero comum e muito usual nas redes e forma de expressão social que exterioriza, como qualquer outro gênero textual, intenções de quem os produz e publica. O recorte dos posts a partir de uma notícia recente e publicada em veículo de comunicação amplamente conhecido também se deve à necessidade de uma discussão acerca das publicações atuais que podem dimensionar a visão do pesquisador sobre percepções de usuários acerca da temática investigada.

Nessa perspectiva, este capítulo está estruturado de forma a contemplar uma leitura crítica de posts relacionados à transexualidade em que essa é abordada de forma preconceituosa ou pejorativa, sendo descartados, para efeito de análises, aqueles cujo direcionamento intencional sejam em perspectiva distinta de recorte dessa investigação. Para tanto, vale-se de pressupostos teóricos e analíticos da teoria da Análise de Conteúdo. Em seguida, são destacados apontamentos sobre as redes sociais, visibilidade do público LGBTQI+ - transexuais, com algumas especificidades do aplicativo Tinder. Após, apresenta-se uma análise dos posts retirados no Twitter sobre a notícia, com o uso de uma categoria de análise “inferências sociais sobre transfobia – discurso de ódio”. As considerações finais encerram o texto do trabalho.

APONTAMENTOS SOBRE SEXUALIDADES TRANS E POSTS EM REDES SOCIAIS

QUESTÕES DE GÊNERO E SOCIEDADE: TRANSEXUALIDADE

A austeridade diante de comportamentos visualizados nas redes sociais sobre sujeitos que são vistos enquanto “dentro dos padrões heteronormativos”, reitera o preconceito, a discriminação e a violência física e/ou moral contra as pessoas transexuais, fazendo com que seus direitos sejam desrespeitados e haja uma inviabilidade das questões inerentes à vida fora desses padrões. Essa “limitação” do respeito à diversidade concebe a “exclusão” dos sujeitos trans da sociedade, uma vez que a não concretização dos aspectos pré-estabelecidos pela sociedade é motivo de rechaçamento social, educacional, profissional. Paira, de forma muito evidente, uma falta de empatia que gera desconforto e, sobretudo, atos de violência e apaga qualquer possibilidade de convivência e respeito mútuo de forma a constituir a sociedade em grupos. Conforme Lévi-Strauss (2006, p. 15-16), “a diversidade das culturas humanas não nos deve induzir a uma observação fragmentária ou fragmentada. Ela é menos função do isolamento dos grupos, que das relações que os unem.”

Nesse sentido, as discussões em torno da transexualidade possuem um caráter social e político, tendo em vista que sua abordagem não está relacionada a determinado número de pessoas, mas sim a coletividades que sofrem situações de desigualdade e estigmatização social, devido a aspectos econômicos, físicos, sociais, políticos, culturais ou religiosos, mesmo quando constituem a maioria numérica da população. (MARTÍN-BARBERO, 2014). Justamente pela constituição de um viés “fora da caixa”, as pessoas trans são vistas como um dispositivo simbólico social reverso à intencionalidade ético-política da sociedade – unificação binária de gênero -, haja vista sua luta contra a hegemonia. (SODRÉ, 2005). Assim, são rotuladas enquanto um conjunto de vozes que causam crises contemporâneas na padronização, causando uma espécie de segregação social incoerente. Isso se explica, porque

A sociedade, em razão de vários aspectos da evolução social e embasada por conceitos conservadores, acabou por estabelecer como sendo o ‘padrão’ de identidade do indivíduo o homem-heterossexual-masculino e a mulher-heterossexual-feminina. Qualquer forma de construção da identidade que difira deste ‘padrão’ é vista por muitos como um desvio de conduta e, na maioria das vezes, o indivíduo que constitui sua identidade fora desde ‘padrão’ acaba por ser alvo de segregação social. Em função disso é que afirmamos a existência em nossa sociedade de um padrão heteronormativo, que se consubstancia como verdadeira semente do preconceito, do repúdio daquilo que possa parecer dessemelhante. (MORA; LOPES; PRANDI, 2012, p. 353-374).

O “natural”, quando não identificado, revida com a exclusão social. Atitudes excludentes acarretam, em não raras situações, atitudes agressivas que, por sua vez, incentivam ações desumanas como forma de “correção” a esses sujeitos que têm seus direitos e deveres retidos (BUTLER, 2003). As distinções estabelecidas pelo heterossexismo induzem que outras formas de sexualidade e gênero sejam colocadas à margem, pois todas as outras manifestações sexuais que não sejam a binária não são ponderadas enquanto componentes sociais. São sinais de que a sociedade também é estratificada em grupos dos binários e dos não binários, havendo a prevalência do primeiro em relação ao segundo.

Esse molde social, quando se pensa em redes sociais, também ganha espaço em amplitude significativa, dado o alcance das publicações nas redes. Nas páginas, inclusive as de redes sociais, é comum observar a construção de posts e de teias virtuais que abominam quaisquer performances de gênero que sejam opostas às “disposições naturais”, o que assevera a reprodução de discursos de ódio nas redes e, por extensão, assinala perspectivas conservadoras que configuram a sociedade na qual esses usuários se inserem.

Ademais, casos de violência verbal por meio de posts nas redes sociais demonstram contemporaneamente como a “repressão sexual” de XVII, explicitada por Foucault (1988, p. 10), é vigente, isto é, o silenciamento sexual limita a reprodução de casais heteronormativos. “A repressão funciona como condenação ao desaparecimento, mas também como injunção ao silêncio, afirmação de inexistência e a constatação de que, em tudo isso, não há nada para dizer, nem para ver, nem para saber”. (FOUCAULT, 1988, p. 10). Compreende-se que a repressão faz com que a sexualidade, embora reprimida, seja acompanhada por um discurso destinado ao diálogo e à verdade, que necessita de constantes interrogações, como proposto neste capítulo.

A ideia do sexo reprimido, portanto, não é somente objeto de teoria. A afirmação de uma sexualidade que nunca fora dominada com tanto rigor como na época da hipócrita burguesia negociadora e contabilizadora é acompanhada pela ênfase de um discurso destinado a dizer a verdade sobre o sexo, a modificar sua economia no real, a subverter a lei que o rege, a mudar seu futuro. O enunciado da opressão e a forma da pregação referem-se mutuamente; reforçam-se reciprocamente. Dizer que o sexo não é reprimido, ou melhor, dizer que entre o sexo e o poder a relação não é de repressão, corre o risco de ser apenas um paradoxo estéril. Não seria somente contrariar uma tese bem aceita. Seria ir de encontro a toda a economia, a todos os “interesses” discursivos que a sustentam. (FOUCAULT, 1988, p. 30).

Ainda, de acordo com Foucault (1988), as normas impostas socialmente funcionam como um dispositivo de poder, em que a padronização é valorizada. Dessa forma, esses processos contribuem para a proliferação da violência e possuem o objetivo de regularizar os

cidadãos; em outros termos, há uma espécie de adestramento e disciplinarização dos corpos das pessoas. Ao serem postas em práticas, essas normas controlam uma população por meio de uma imposição de condições físicas e biológicas. (FOUCAULT, 1988). Essas imposições são asseveradas à medida que a sociedade aceita como correto somente a divisão binária do sexo e desconsidera outras formas de sexualidade. As normas, nesse espoco, são vigentes e tidas como subsídio para a construção de uma sociedade pautada nos dispositivos do poder, deixando que as ferramentas de regularização do sujeito, enquanto manipulável, sejam evidenciadas e reproduzidas.

Ao identificar o modo negativo como esses sujeitos são caracterizados, sobretudo nas redes sociais, veem-se causas que levam alguns dos LGBTQI+ a atitudes extremas, como o homicídio, isolamento, etc. Nesse viés, vê-se que a sexualidade “não padrão” ainda é assimilada a algo pecaminoso ou nocivo e que, por isso, permite que essas atitudes de violência física e/ou psíquica ainda sejam visualizadas na contemporaneidade, com o intuito de reiterar discursos preconceituosos e intencionistas de atrocidades cometidas por pessoas transfóbicas. (FOUCAULT, 1988).

Denominar o sexo seria, a partir desse momento, mais difícil e custoso. Como se, para dominá-lo no plano real, tivesse sido necessário, primeiro, reduzi-lo ao nível da linguagem, controlar sua livre circulação no discurso, bani-lo das coisas ditas e extinguir as palavras que o tornam presente de maneira demasiado sensível. Dir-se-ia mesmo que essas interdições temiam chamá-lo pelo nome. Sem mesmo ter que dizê-lo, o pudor moderno obteria que não se falasse dele, exclusivamente por intermédio de proibições que se completam mutuamente: mutismos que, de tanto calar-se, impõe o silêncio. Censura. (FOUCAULT, 1988, p. 21).

O “calar-se” é exemplificado, em um contexto geral, pelo modo como os indivíduos trans são excluídos dos setores sociais que constituem o ser humano e até mesmo de aplicativos de relacionamento, como dissertado neste trabalho. Esses sujeitos são considerados, pela parte heteronormativa tradicional da sociedade, como anormais, desviantes da moral e dos bons costumes, isto é, são rotulados enquanto sujeitos “excêntricos”. Por essa razão, faz parte uma parcela da população que está em vulnerabilidade, devido ao preconceito estabelecido e formalizado diante de uma agressividade que vai do âmbito social ao virtual, asseverando um múltiplo e desarmonioso fortalecimento humano singular.

Diante disso, a “simplicidade binária” (BENTO, 2009) foi elaborada para propositalmente moldar as atitudes e as concepções de vida e de ideologia dos cidadãos. Logo, a inaceitação da diversidade que compõe os cenários estruturantes do país – religião, família,

ideologias determinantes (ALTHUSSER, 2007), etc, expande o congelamento social vivido atualmente. Nesse contexto, reações negativas e preconceituosas são disseminadas com facilidade, sendo vistas por algumas pessoas como algo natural e automático, em que quanto mais os posts e posicionamentos são direcionados aos vieses de moralidade pré-concebidos e julgados como coerentes, mais os indivíduos sentem-se inseridos e bem quistos pelos demais.

ANÁLISE DE POSTS EM REDES SOCIAIS

Com base nos aportes teóricos apresentados na seção anterior, verifica-se o ônus existente quando se dialoga sobre as limitações entre o público transexual em comparação as demais pessoas, heterossexuais, da comunidade. Nesse sentido, essa discrepância pode ser vista na comunicação virtual, tendo em vista o papel da rede enquanto mediadora de informações e facilitadora de diálogos entre as pessoas sejam eles de forma reflexiva, ou não, e nas possibilidades ofertadas pela *web* para que essas criem laços emocionais e amigáveis e na liberdade opinativa que o âmbito virtual oferece, enaltecem a necessidade de analisar, de forma crítico-reflexiva, a inserção e a recepção que as pessoas transexuais têm na rede, mais especificadamente em *apps* de relacionamento.

Diante disso, como exemplos desses pressupostos e como forma de ilustração e análise de uma perspectiva de verificação da transfobia nos *apps*, aponta-se um fato ocorrido no dia 12 de julho de 2020. A notícia publicada pela *Revista Isto é* tem como título “Tinder² e acusado de transfobia por artistas e usuários relatam a exclusão de perfis.” A repercussão da situação ocorreu em virtude de que a artista performática Romagaga publicou um vídeo com teor de desabafo no seu Twitter³, na madrugada do dia 12 de julho de 2020. Em seu vídeo, ela relata as dificuldades que obteve para manter um perfil no aplicativo de relacionamento Tinder por ser trans. Com isso, a artista divulgou seu vídeo (link: <<https://twitter.com/RomagagaGuidini/status/1282179708583641088>>) com a hashtag #TinderTransfobico, expondo:

Está lá o Tinder usando a bandeira LGBT, usando a causa, se promovendo, sendo que nós trans não temos o direito de estar no aplicativo. Eu faço uma conta lá e em um minuto eu sou banida. Qualquer outra trans que faz é banida. Isso não é justo. Isso é crime. Não é só um aplicativo não, eu estou cansada de

² O Tinder é uma plataforma de locação de pessoas que têm a intenção de oferecer serviços de relacionamentos on-line. Realiza o entrecruzamento de informações, de acordo com as preferências estabelecidas pelos usuários no primeiro acesso ao aplicativo. (TINDER, 2020, s.p).

³ O Twitter, além de um microblogging – formato de blog onde as pessoas realizam postagens curtas – é uma rede social utilizada mundialmente que autoriza aos usuários o envio e recebimento de atualizações pessoais, por meio do serviço de *website*, SMS e por outros softwares específicos. (TWITTER, 2012, s.p).

hipocrisia, das pessoas estarem usando a bandeira LGBT e nós não termos direito nenhum. Essas empresas que estão usando a bandeira aí, quantas trans vocês estão vendo trabalhar? (ISTO É, 2020, s.p)

Os argumentos utilizados por Romagaga vão além do acesso permitido no aplicativo, eles denunciam questões de cunho ideológico e social, tendo em vista o posicionamento que ela tem ao apontar a utilização da bandeira LGBTQI+ como “promoção” para as empresas, não somente do Tinder, ratificando que essas não estão preocupadas com a causa que move a comunidade, tampouco com as situações de opressão social sofridas, mas sim com a visibilidade e boa aparência, em termos estéticos e de gênero. A indignação e o sentimento de repulsa e insuficiência são lidos nas falas da influencer que, além de um discurso que denuncia e acusa a plataforma de transfobia, apoia-se em fatores se direitos e deveres comuns na sociedade, o que favoreceu que a publicização do vídeo chegasse até *Trending topics brasil* –Twitter – e viralizasse.

Em apoio à manifestação de Romagaga e também como forma de externalização de terem seus perfis também excluídos pelo aplicativo, outros travestis e transexuais se manifestaram sobre o assunto. No geral, denunciaram a exclusão do perfil e algumas mensagens com expressões de baixo calão e ofensivas que receberam por outros usuários. Um aspecto que se sobressai nessas colocações é a solicitação, realizada por parte desses sujeitos, para que o aplicativo Tinder (Brasil) remova a bandeira LGBTQI+ do seu layout no Twitter, a qual é complementada com a frase “O Tinder é para todos nós.”

Figura 1 - Perfil do Tinder Brasil no Twitter



Fonte: Twitter (2020).

Após a viralização da situação retratada e das inúmeras manifestações, o Tinder divulgou um comunicado sobre a acusação. Nesse, os administradores demonstram-se

solidários aos sujeitos que tiveram suas contas excluídas e atribuem que a remoção dos perfis é realizada em virtude das denúncias que outros usuários podem realizar. Durante o manuseio do *app*, existe um mecanismo que permite dar *match*⁴ na pessoa que o usuário se interessar e/ou denunciá-lo, caso tenha alguma foto ou informação considerada inapropriada ou que de certa forma agrida-o enquanto durante o uso do aplicativo.

Estamos dedicados a tornar o Tinder o melhor aplicativo para todos conhecerem novas pessoas. O Tinder não bane usuários por conta da sua identidade de gênero. [...] No entanto, sabemos que nosso trabalho não está concluído. Reconhecemos que a comunidade trans enfrenta desafios no Tinder, incluindo ser injustamente denunciado [sic] por matches potenciais. Esta é uma questão complexa e multifacetada e estamos trabalhando em estreita colaboração com organizações ao redor do mundo para melhorar constantemente nossas práticas. (ISTO É, 2020, s.p).

Ainda, segundo o aplicativo, todas as pessoas que foram injustamente banidas da plataforma em decorrência de denúncias que estão relacionadas à identidade de gênero, podem entrar em contato com a empresa por e-mail (questions@gotinder.com), que a situação seja avaliada e corrigida mediante verificações requeridas na concordância dos termos do *app*. Além disso, o perfil do Twitter, intitulado Tinder Brasil alterou sua foto de dias seguintes ao fato, manifestando-se a favor do isolamento social, com o enunciado “ficar em casa ajuda o mundo.” Nota-se que essa manifestação verbal da empresa, de certo modo, entra em contradição com ideia de acolhimento e respeito mútuo, uma vez que as proposições enunciativas ficam em desacordo com as ações tidas pela empresa durante o uso do *app*.

Com base nessa apresentação do acontecimento ocorrido e nas peculiaridades que esse apresenta em termos de denúncia e de posicionamento/visibilidade LGBTQI+ na rede, sobretudo em *apps* de relacionamento, como o Tinder, verifica-se a necessidade e a importância de uma leitura atenta à produção de posts que estão relacionados a esse conflito e modo como esses são constituídos em termos de inferências ou não da transfobia embasadas em questões sociais na constituição humana. Os posts constituem uma nova forma de comunicação na internet, portanto, ao permitirem uma manifestação que mescle elementos semióticos – sons, imagens, hiperlinks, emojis –, eles favorecem novas leituras que podem ser elaboradas através da confecção dos enunciados e interpretados a partir de focos de análise distintos.

Nesse sentido, esses posts, ao serem utilizados como forma de espelhamento do pensamento humano que é constituído a partir de inúmeros fatores, representam, mesmo que

⁴ O termo *Match*, de acordo com o Dicionário Popular, significa combinação. É utilizado, no contexto dos aplicativos de relacionamento, quando duas pessoas gostam uma da outra.

em curtas apresentações, posicionamentos e práticas (des)humanas. Assim, com a intenção de analisar a constituição desses posts e as implicações que o seu encadeamento de linguagens representa, este trabalho se utilizará da teoria da Análise de Conteúdo. Outrossim, essa teoria subsidiará, com a produção de categorias de análise, a organização analítica dos posts selecionados. (BARDIN, 1997). Como essa pesquisa tem teor metodológico qualitativo, atentou-se para os seguintes aspectos teóricos sequenciais na elaboração das categorias de análise.

A análise de conteúdo constitui um bom instrumento de indução para se investigarem as causas (variáveis inferidas) a partir dos efeitos (variáveis de inferência ou indicadores; referências no texto), embora o inverso, predizer os efeitos a partir de factores conhecidos, ainda esteja ao alcance das nossas capacidades. (BARDIN, 1997, p. 137).

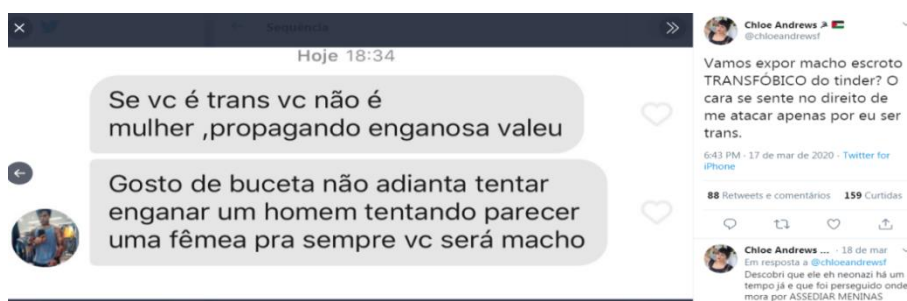
A seleção do *corpus* de leitura está baseada, portanto, nas três fases de leitura que a Análise de Conteúdo propõe, a partir dos pressupostos de Bardin (1997): a) pré-análise; b) exploração do material; c) tratamento dos resultados, inferência e interpretação. A primeira etapa diz respeito à sistematização das ideias e ao estabelecimento dos indicadores para leitura e interpretação dos dados coletados, isto é, compreensão e realização de uma leitura flutuante, em que se tem um primeiro contato com os dados propostos para análise; a definição desses; a construção de indicadores interpretativos. Na fase de pré-análise, foram realizadas leituras de todos os posts que comentam a postagem já referida. Nessa abordagem, foi feita a seleção de dois posts que fazem alusão, direta ou indireta, à “inferências sobre transfobia – discurso de ódio” que é a categoria elencada para análise de conteúdo dos gêneros. Dessa forma, excluem-se posts publicados com temáticas não adjacentes a esse enfoque.

Quanto à segunda fase, exploração do material ou codificação, consiste na construção de operações de codificação. Consideram-se os recortes realizados nos textos selecionados em unidades de registros, em que há a realização de uma classificação e agregação de informações. No caso deste trabalho, as unidades de registro serão embasadas nos direcionamentos dos discursos, posts, em relação às categorias de análise elencadas e nas palavras utilizadas pelos usuários da rede para comentarem sobre o assunto em questão, transfobia e outras palavras e expressões utilizadas como respaldo para as argumentações. Ademais, em conjunto com as unidades de registro, são analisadas as unidades de contexto, as quais fornecem subsídio para uma interpretação mais abrangente sobre determinadas palavras, emojis, recursos de linguagem utilizados por quem publicou o post.

Correspondente à última fase, tratamento dos resultados, inferência e interpretação ou categorização, na qual são observados os posts selecionados e, a partir deles, verifica-se como as temáticas de inferências sobre transfobia – discurso de ódio e representatividade LGBTQI+, agrupando os recortes de forma que conduzam a uma análise mais complexa, contextualizada, com aspectos sociais dos posts, relacionam-se. Propõe-se uma leitura que contemple o vocabulário utilizado, tendo em vista as funções semânticas das palavras, como unidade de registro e o indicativo que essas expressam ao serem ampliadas no contexto de produção de toda a frase nos posts, além da verificação de como esses posts estão relacionados ao contexto histórico-social do preconceito e do conservadorismo.

Com base nesses pressupostos metodológicos, para a leitura da primeira categoria de análise “inferências sobre transfobia – discurso de ódio” foram selecionados dois posts disseminados no Twitter. As proposições analíticas a partir deles serão observadas individualmente; após isso, tem-se uma conclusão de ambos os posts em conjunto, tendo em vista a construção leitora embasada em categorias de análise. Salienta-se que são analisadas apenas as publicações que demonstram manifestações de ódio e preconceito quanto à transexualidade, excluindo-se post de resposta a esses discursos. Todos os posts foram divulgados na semana em que a artista Romagaga gravou seu vídeo, denunciando a plataforma Tinder de transfobia. Diante desse primeiro pronunciamento, como descrito anteriormente neste trabalho, outros sujeitos, empáticos, que se sensibilizaram com a situação e até mesmo que também foram banidos do *app*, expuseram-se. Diante da externalização dessas vozes, por vezes silenciadas, pessoas que se constituem heterossexuais e não concordam com outras identidades de gênero, elaboraram posts demarcando suas opiniões, conforme as análises abaixo.

Figura 2 - Post 1



Fonte: Twitter (2020).

O primeiro post selecionado expõe enunciados de dois sujeitos, um representado pela imagem de um sujeito com feições masculinas (sujeito A), à esquerda, e outro com a

fotografia, aparentemente, de uma mulher (sujeito B), à direita, que printou a conversa realizada no Tinder com o sujeito B e publicou-a no seu Twitter como forma de denúncia. O posicionamento inicial verificado no post do sujeito A é constituído por palavras abreviadas, próprias da linguagem internetês e do gênero digital post, sem preocupação com o vocabulário estabelecido pela Norma Padrão da Língua Portuguesa, tampouco com um cuidado a pontuação e sintaxe das orações.

Além dessas questões gramaticais, a combinação das palavras no post apresenta, claramente, o machismo e o teor, intencionalmente, agressivo do sujeito A. O uso da conjunção subordinativa condicional “se” é uma forma linguística de firmar a condição trans, cuja acepção é assegurada pela frase seguinte em que se nega o gênero mulher a quem experiencia a transexualidade. Linguisticamente a frase confirma um conceito: quem é trans não tem sua identidade de gênero confirmada após a transição sexual. Revela também o preconceito subjacente à condição sexual, indicando uma desvalorização do sujeito trans e sua minoridade como mulher, outro aspecto que revela a padronização social no post.

Essa questão acentua-se no segmento seguinte do post. Ao observar as unidades “propaganda enganosa”, nota-se a reafirmação da crença preconceituosa de que uma mulher trans não é uma mulher, pois o adjetivo “enganosa” assinala que não é verdadeiro, que faz trapaça, que parece ser o que não é. Uma perspectiva ratificada na oração seguinte - “tentando parecer uma fêmea” - que reforça a negação da condição de mulher para quem é trans. A conclusão do post, com a frase “pra sempre vc será macho”, reforça ainda mais essa perspectiva conceitual do autor e ainda inclui a ideia de que “macho”, homem viril, é inerente à condição biológica do ser, sem possibilidade de alteração. Nesse sentido, quem nasce homem sempre será homem, ignorando-se as possibilidades de construção histórica e social de gênero.

A partir dessas observações, compreendem-se, restritamente as suas respectivas semânticas, leituras que pressupõem: a amostragem de algo que não é real, a divulgação de algo, em forma de uma propaganda – gênero textual que tem a intenção de vender algo, de um ser humano que possui um perfil no *app*, mas engana aos demais se apresentando enquanto trans; o uso pejorativo do órgão que representa o sexo feminino, de forma anatômica, utilizado como referência central ao ser humano “mulher”; o dimorfismo⁵ dos gametas macho e da fêmea, que do ponto de vista biológico, são os responsáveis pelas reproduções sexuadas, sendo utilizados como fatores de comparação ao binarismo “homem e mulher”. (SOUZA; HATTORI, 2018, p. 275).

⁵ O dimorfismo é definido pelas diferenças marcantes entre as espécies. Não há um único fator responsável pela diferenciação de “fêmea” e “macho”. (SOUZA; HATTORI, 2018).

No conjunto, as escolhas lexicais do post manifestam a egocentricidade e o empoderamento de ser/estar “macho” e todos os significados positivos que a sociedade regida pelo machismo e pelo conservadorismo estabelece como coerente e como legítimo, como se apenas uma possibilidade de ser mulher deva ser reconhecida social e biologicamente. Além disso, reforça a afronta de que um sujeito trans tenta se encaixar no “padrão” mulher não tem validade, legitimidade, devendo, portanto, ser rechaçado pela sociedade.

Figura 3 - Print 2



Fonte: Twitter (2020).

Quanto ao segundo post selecionado, esse expõe o texto de um sujeito que também é favorável à exclusão dos sujeitos transexuais do *app* Tinder, sinalizando uma perspectiva excludente e de preconceito à identidade sexual e de gênero. Semelhante ao primeiro post, esse exterioriza concepções de valorização da “simplicidade binária” e do adestramento e disciplinarização dos corpos das pessoas, conforme já explicitado na seção anterior deste ensaio. Ambos reforçam a ideia de que tudo que está “fora da caixa” não é digno de valor e, portanto, não deve ser reconhecido socialmente.

Composto por três frases que acentuam a negação da identidade de gênero do sujeito trans, o post 2 sugere a insatisfação em dar *match* (relacionar-se, juntar-se a, formar par) com alguém trans que “não avisa que é trans”. Esse print tem sua construção pautada em parte das características do post 1, tendo em vista a objetividade e utilização, nesse caso, de palavra da língua inglesa, *ban* (proibição) e *match* (formar par), para reiterar a ação da plataforma de relacionamento, a coloquialidade no termo “a gente”, aspecto muito pronunciado na fala oral.

Observam-se as unidades de registro “homem”, “hétero”, “obrigado a gostar”, “pinto” e “ban.” O primeiro recorte representa o substantivo direcionado ao ser humano, constituído

enquanto pessoa ou, em uma proposição binária, que representa o sexo masculino. O segundo termo representa, de forma isolada, pessoas que se sentem sexualmente ou afetivamente atraídas por sujeitos do sexo oposto. O terceiro ressalta a indução de necessitar concordar com questões que vão contra os seus preceitos, enfatizando o verbo gostar – sentir-se próximo, agradável. Ainda se infere um padrão social conservador que legitima apenas uma possibilidade de ser homem e de uma opção sexual - a heterossexual. O penúltimo item, novamente reproduz um vocábulo usado pejorativamente para designar o órgão sexual, anatomicamente, masculino. E quanto ao último recorte, está direcionado ao termo “banalizar”, nesse caso descrito de forma abreviada, aspectos intrínsecos à linguagem virtual e dos posts.

De modo contextualizado, o autor do post, claramente, tem um posicionamento preconceituoso em relação à participação das pessoas trans em um *app* de relacionamento. Ao intitular-se, de forma honrosa, como um sujeito hétero, com uma construção frasal que expõe uma carga semântica relacionada à opção sexual, manifesta-se desconfortável em dar *match* com alguém trans, ou seja, para ele relacionar-se com uma mulher trans não é legítimo, foge do padrão que um homem deve cultivar. Sem polidez na escrita, que exterioriza uma visão preconceituosa e conservadora acerca da transexualidade, o post resume-a em “uma mulher com pinto”, o que permite a visualização de estereótipos incompatíveis com o que a realidade de ser trans. Além disso, o post concorda com as políticas do aplicativo em remover os sujeitos que não se adequam ao padrão biológico de construção da identidade sexual.

Ainda, é oportuno observar que as duas primeiras orações do post permitem algumas inferências. A primeira diz respeito ao enaltecimento de relações entre sujeitos cuja condição sexual está dentro de uma suposta normalidade, ou seja, nessa linha só são aceitas as relações entre homens e mulheres cuja identidade sexual é biológica, reforçando a premissa da simplicidade binária. Não se admite, portanto, uma construção identitária de gênero para quem é trans, nem um arranjo sexual “fora da caixa”, porque só merece legitimidade o que se associa a uma perspectiva heteronormativa tradicional.

A segunda inferência exterioriza o preconceito aos trans: quando assume que ninguém “é obrigado a gostar” de uma constituição “diferente”, o texto reforça a legitimidade dada a apenas um padrão identitário de gênero, ignorando que a transexualidade é uma possibilidade dessa construção também. É uma forma de revelar que a condição transexual não altera a condição biológica de gênero. Reforçam-se, dessa forma, a transfobia e uma visão conservadora e preconceituosa quanto à identidade de gênero, além de assinalar desconhecimento científico do que é transexualidade.

Ambos posts atualizam, em momento da pós-modernidade, concepções conservadoras e marcadas por preconceito sexual e de gênero, reforçando padrões conservadores sem evidenciar qualquer constrangimento em defender posturas excludentes. Ademais, sinalizam o ódio que a presença ou o contato com um trans pode trazer a quem não integra o grupo, como se o sujeito trans fosse indigno de relacionar-se com um par não trans. Marca-se assim a exclusão social verbalizada no discurso de ódio a uma identidade sexual e de gênero que não se encaixa na “normalidade”.

Ainda, os dois posts mostram que a transexualidade e o corpo trans incomodam. Perturbam os autores, representativos de parte da sociedade atual que vê apenas a heteronormatividade como legítima, porque veem nos trans corpos e identidades distintos daqueles formatos considerados adequados para responder a um determinado ideário social. Também, incomodam porque fogem do binarismo de gênero que se converte em um sistema regulador da sexualidade, da subjetividade, da construção familiar e do modo hegemônico de organização das sociedades, concretizado no modelo de patriarcado. (FOUCAULT, 2009). Para manter a pretensa “ordem” social, é preciso vigiar e punir. No contexto de análise, para concretização da punição, é preciso externalizar a proibição e a exclusão a partir dos discursos de ódio e preconceito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos aportes teóricos que dialogam sobre as questões de gênero na sociedade, o uso das redes sociais como forma de comunicação e, em muitos casos, de proliferação do preconceito e a invisibilidade sexual, este trabalho teve como objetivo analisar os posts publicados no Twitter em referência à notícia “Tinder é acusado de transfobia por artista e usuários relatam exclusão de perfis”, com a intenção de compreender como esses posts se constituem e, ao apresentarem discursos sobre transfobia, trazem aspectos relacionados ao quadro histórico-social de preconceito no Brasil. Para isso, utilizaram-se duas categorias de análise que deram subsídio para uma leitura unitária e contextualizada sobre a construção dos posts: “inferências sobre transfobia – discurso de ódio” e “representatividade LGBTQI+”.

As leituras críticas dos dois posts possibilitam algumas observações conforme proposto neste trabalho. As produções enunciativas disponibilizadas nos posts e com a utilização de recursos interpretativos distintos são próprios do gênero e da linguagem verificada nas redes sociais. (TRAVAGLIA, 2007), o que permite a reprodução de verbalizações orais e utilização de recursos semióticos nos posts. Ademais, além dos

posicionamentos analíticos descritos abaixo de cada post, verificam-se, ainda, outras possibilidades leitoras das produções de contextos dos posts assinalados, como o posicionamento machista demarcado por palavras que associam a transexualidade a uma propaganda enganosa, em que o teor visual – foto com feições faciais consideradas femininas – não condizem com a identidade de gênero.

Além disso, visualiza-se um enraizamento da transfobia normalizada e difundida com facilidade diante de pensamentos que reiteram o conservadorismo e a intolerância às escolhas alheias, tendo em vista a formação discursiva que os usuários das redes e autores dos posts possuem. Essa característica é ilustrada, por exemplo, na expressão “parecer uma fêmea”, que também espelha a significação e a agressividade das palavras como forma de confronto, empoderamento do que é considerado correto. Aspecto que dialoga com a singularidade humana em todas as suas esferas.

A formação do sujeito é que o indivíduo se dá a partir das experiências propiciadas pela cultura. O desenvolvimento envolve processos, que se constituem mutuamente, de imersão na cultura e emergência da individualidade. Num processo de desenvolvimento quem tem caráter mais de revolução que de evolução, o sujeito se faz como ser diferenciado do outro, mas formado na relação com o outro; singular, mas constituído socialmente e, por isso, mesmo, numa composição individual, mas não homogênea. (SMOLKA; GÓES, 1993, p. 10).

Associa-se essa formação à falta de empatia e de acolhimento humano mútuo quando se pensa nos direitos das pessoas com vieses favoráveis à repressão sexual e ao apagamento desses sujeitos nos âmbitos sociais. A invisibilidade, portanto, é identificada nessas situações enunciativas, remetendo a formas de segregação social que podem aparecer de forma sistemática e/ou simbólica, tendo em vista ser identificada em virtude de alguém que não respeita os demais socialmente, na apropriação e combinação de palavras e símbolos.

A repressão sexual, vista nas análises, acarreta na inviabilidade das pessoas transexuais e funciona, de acordo com Foucault (1988, p. 10), “como condenação ao desaparecimento, mas também como injunção ao silêncio, afirmação de inexistência.” As normas impostas socialmente funcionam como um dispositivo de poder, em que a padronização é considerada norma de valor social, histórico e cultural. Dessa forma, esses processos contribuem para a proliferação da violência, seja ela verbal, manifestada em texto on-line, simbólica e/ou física, e possuem o objetivo de regularizar os cidadãos, isto é, há uma espécie de adestramento e disciplinarização dos corpos das pessoas. Ao serem postas em práticas, essas normas controlam uma população por meio de uma imposição de condições

físicas e biológicas, como é o caso da intencionalidade dos posts publicados. (FOUCAULT, 1988).

A aversão demonstrada pelos usuários das redes sociais à transexualidade é outra possibilidade interpretativa, uma vez que, quando a concretização do “natural” não identificada pela sociedade que impõe o certo e o errado por meio de julgamento de valores e de pré-conceitos deficitários, essa revida com a exclusão social dos gêneros, nesse caso os transexuais, até mesmo nos *apps*, propondo modos de “correção”, como a remoção do perfil. (BUTLER, 2003). Esse fator reproduz a ideia de que nas redes sociais as pessoas podem produzir livremente posts que se espelham em questões patriarcais e histórico-sociais que regem a sociedade, impondo que todos os sujeitos sigam preceitos e valores pré-estabelecidos e lidos enquanto normais, tendo em vista o foco na constituição de uma sociedade exclusivamente heterossexual.

Por fim, compreende-se que questionar os discursos produzidos nas redes sociais é uma forma de compreender como a sociedade pensa e age em relação a tudo aquilo que a constitui, principalmente àquilo que é lido como “excêntrico.” Dessa forma, a partir das análises e inferências elaboradas diante dos recortes do estudo, notam-se não apenas a carência de uma perspectiva humanizadora e empática quanto à identidade de gênero do outro, como também a estreita compreensão de mundo, quando se trata de singularidades sexuais. Nesse contexto de análise, os usuários das redes sociais, cujos textos foram analisados, espelham pensamentos e exposições discursivas respaldadas em questões históricas, ideológicas e culturais, de cunho predominantemente machista e conservador, o que também ilustra a forma como parcela da sociedade brasileira também vê a transexualidade.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, L. **Aparelhos Ideológicos de Estado**. São Paulo: Graal Editora. Brochura, 2007.

ANTRA. **Mapa dos assassinatos de Travestis e Transexuais no Brasil em 2019**. Disponível em: <<https://antrabrasil.files.wordpress.com/2018/02/relatc3b3rio-mapa-dos-assassinatos-2019-antra.pdf>>. Acesso em: 25 jul. 2020.

BARDIN, Laurence. **L'Analyse de contenu**. Editora: Presses Universitaires de France, 1977. Trad. De Luis Antero Reto e Augusto Pinheiro.

BENTO, Berenice. **O que é transexualidade?** São Paulo: Brasiliense, 2008. Brasília: Letras Livres. EdUnB, 2009.

BENTO, Berenice. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 2011, v. 19, n. 2, p.549-559.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

DIAS, A.C.G.; LA TAILLE, Y. **O Uso das Salas de Bate-Papo na Internet: um estudo exploratório acerca das motivações, hábitos e atitudes dos adolescentes**. Interação em Psicologia, Curitiba, v.10, n.1, jan-jun 2006. p. 43-51. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/psicologia/article/view/5778>>. Acesso em: 23 jul 2020.

DICIONÁRIO DE GÊNEROS. 2016. Disponível em: <<http://dicionariodegeneros.com.br/>> Acesso em: 31 ago. 2020.

FOUCAULT, Michel. **A história da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

ISTO É. **Tinder é acusado de transfobia por artista e usuários relatam exclusão de perfis**. 2020. Disponível em: <<https://istoe.com.br/tinder-e-acusado-de-transfobia-por-artista-e-usuarios-relatam-exclusao-de-perfis/>>. Acesso em: 16 jul 2020.

LEVI-STRAUSS, Claude. **Raça e história**. (Org.). Diversidade das culturas. 8 ed. São Paulo: Editora Presença, 2006.

MANUAL DE PSICOLOGIA EVOLUCIONISTA. **Comportamento sexual e reprodutivo**. 2018. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4837054/mod_resource/content/1/1-Sexo%2C%20sele%C3%A7%C3%A3o%20sexual_deSousa%2C%20Hattori_2018.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2020.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **A comunicação na educação**. Trad. Maria Immacolata Vassallo de Lopes e Dafne Melo. São Paulo: Contexto, 2014.

MORA, Edinei Aparecido; LOPES, Fernando Augusto Montai y; PRANDI, Luiz Roberto. A utilização do nome social por travestis e transexuais na rede de ensino como forma de inclusão social. In: VIEIRA, Tereza Rodrigues (Org.). **Minorias sexuais: direitos e preconceitos**. Brasília: Consulex, 2012. p. 353-374.

OMS. **Organização Mundial da Saúde**. 2020. Disponível em: <<https://www.who.int/eportuguese/countries/bra/pt/>>. Acesso em: 24 jul. 2020.

SILVA, Andressa Hennig; FOSSÁ, Maria Ivete Trevisan. Análise de conteúdo: exemplo de aplicação da técnica para análise de dados qualitativos. **Qualit@s Revista Eletrônica**, São Paulo, v. 17, n. 1, 2015, p. 1-14. Disponível em: <https://www.academia.edu/36829452/AN%C3%81LISE_DE_CONTE%C3%9ADO_EXEMPL_O_DE_APLICA%C3%87%C3%83O_DA_T%C3%89CNICA_PARA_AN%C3%81LISE_DE_DADOS_QUALITATIVOS>. Acesso em: 21 jul 2020.

SODRÉ, Muniz. **Por Um Conceito De Minoria**. 2005. UFRJ. Disponível em: <<http://www.ceap.br/material/MAT16042010145008.pdf>>. Acesso em: 25 ago. 2020.

SOUTO, Luiza. **Assassinatos de LGBT crescem 30% entre 2016 e 2017, segundo relatório**. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/assassinatos-de-lgbt-crescem-30-entre-2016-2017-segundo-relatorio-22295785#ixzz5PQ0LZpTa>>. Acesso em: 20 ago. 2018.

SOUZA, M. B. C de; HATTORI, W. T. **Comportamento sexual e reprodutivo**. 2018. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5165336/mod_resource/content/2/2-Sexo%2C%20sele%C3%A7%C3%A3o%20sexual_deSousa%2C%20Hattori_2018.pdf> Acesso em: 23 jul. 2020.

SMOLKA, A. L. B.; GOÉS, C. (Orgs.). **A linguagem e o outro no espaço escolar: Vygotsky e a construção do conhecimento**. Campinas, Papirus, 1993.

TINDER. Disponível em: <<https://tinder.com/?lang=pt>>. Acesso em: 20 jul. 2020.

TRAVAGLIA, L. C. A caracterização de categorias de texto: tipos, gêneros e espécies. **ALFA - Revista de Linguística**, Minas Gerais, v. 51, n. 1, p. 39-79, 2007. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/view/1426/1127>>. Acesso em: 20 jul 2020.

TWITTER. Disponível em: <<https://twitter.com/twitter>>. Acesso em: 20 jul. 2020.

UOL. **Entenda o significado e a origem da bandeira gay**. 2016. Disponível em: [https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/entenda-o-significado-e-a-origem-da-bandeira-gay/#:~:text=Formada%20por%20seis%20listras%20horizontais,em%20todos%20os%20seus%20aspectos&text=Cada%20cor%20da%20bandeira%20tem,%20e%20lil%C3%A1s%20\(esp%C3%ADrito\)..](https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/entenda-o-significado-e-a-origem-da-bandeira-gay/#:~:text=Formada%20por%20seis%20listras%20horizontais,em%20todos%20os%20seus%20aspectos&text=Cada%20cor%20da%20bandeira%20tem,%20e%20lil%C3%A1s%20(esp%C3%ADrito)..) Acesso em: 24 jul. 2020.

WEBCOMPANY. O uso das redes sociais no Brasil: o poder das redes no cotidiano dos brasileiros. 2020. Disponível em: <<https://webcompany.com.br/o-poder-das-redes-sociais-no-cotidiano-dos-brasileiros/>>. Acesso em: 20 jul. 2020.

~ CAPÍTULO IV ~

GÊNERO, SAÚDE E SEXUALIDADE NA ESCOLA: PERSPECTIVAS PARA O ENSINO MÉDIO

Náthaly Zanoni Luza

Estéfani Barbosa de Oliveira Medeiros

Eliane Cadoná

PRIMEIRAS REFLEXÕES ACERCA DO TEMA

O presente trabalho refere-se à primeira etapa do projeto de pesquisa intitulado *Práticas discursivas e produção de sentidos sobre Gênero e Saúde no Ensino Médio: percepções docentes*, cuja proposta é investigar os sentidos de **identidade de gênero, orientação sexual** e **saúde** presentes nas práticas discursivas de professores/as do Ensino Médio da rede municipal de uma cidade situada no Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul.

Haja vista o cenário pandêmico que se estabeleceu em março de 2020, em decorrência da contaminação global pelo vírus Covid-19, não foi possível realizar as investigações propostas, conforme previsto no calendário da pesquisa. Nesse sentido, a pesquisa foi redirecionada à construção de um arcabouço teórico, necessário para a consolidação de parte da etapa inicial do projeto.

Essa proposta de pesquisa integra, ainda, um projeto maior do Programa de Pós-Graduação em Educação da URI – Câmpus Frederico Westphalen, que se compromete com a investigação dos discursos sobre gênero e saúde, presentes nos documentos oficiais do Ministério da Educação, em contextos midiáticos e em cenários institucionais no campo da educação formal e informal, compreendendo os dispositivos utilizados e vivenciados pelas pessoas acerca das temáticas Gênero e Sexualidade.

Inicialmente, os principais objetivos da pesquisa foram assim desenhados: compreender por intermédio de que práticas as questões de gênero e saúde aparecem no planejamento dos/as professores/as e de que/ais forma/s esses temas transversais são

trabalhados no Ensino Médio; evidenciar as relações existentes entre os sentidos dados por educadores/as à identidade de gênero, à orientação sexual, à saúde e aos documentos oficiais publicados pelo Ministério da Educação e pelo Ministério da Saúde, a fim de compreender se as políticas de existência impressas em documentos oficiais fazem parte do cotidiano escolar; problematizar de que lugares falam e são falados os sujeitos que proferem tais discursos no campo em análise, com o propósito de trazer à tona os regimes de verdade que colocam em prática determinadas ações e, por fim, compreender os princípios e diretrizes que evidenciam os discursos presentes nas falas de professores/as que ministram aulas no Ensino Médio, na ideia de colocar em evidência as noções de sujeito e de mundo produzidas nesse cenário.

Para embasar tais investigações, foram utilizadas as ferramentas teórico-metodológicas do Construcionismo Social, cujo movimento foi e é responsável por tornar a produção de sentidos um objeto de investigação da Psicologia Social. O termo **sentido** é entendido aqui como uma construção social. Isto é, dar sentido à vida cotidiana é um processo coletivo, interativo e inevitável, atravessado por questões históricas e culturais.

Nas palavras de Spink e Medrado (2013, p. 2) trata-se de “uma prática social, dialógica, que implica a linguagem em uso”. Ao utilizar o termo **linguagem em uso**, os autores referem-se aos discursos, suas manifestações no cotidiano e às diferentes formas com que se inscrevem nos espaços de produção de subjetividade. Assim, entrevistas são analisadas enquanto práticas discursivas, considerando seu contexto interacional e sua relação com a produção de sentidos.

Do mesmo modo, a Psicologia Social entende que a vida cotidiana e o mundo em que vivemos são constituídos por sujeitos, papéis, lugares e artefatos construídos socialmente, cujos sentidos estão atrelados à história e à cultura a que pertencem. Durante muito tempo, acreditou-se que determinados fenômenos poderiam ser explicados exclusivamente por estudos objetivos, em que seus resultados seriam passíveis de observação e mensuração. Essa perspectiva cristalizou nas ciências alguns conceitos sobre pensamento, conhecimento e verdade que, após serem questionados, abriram-se a novas compreensões sem, no entanto, provocar construções discursivas que permanecem e perpassam o tecido social até hoje. (SPINK, 2013).

Através dos Estudos de Gênero e dos principais pontos de vista teórico pós-estruturalista, da Psicologia Social Crítica e da Saúde Coletiva, propõe-se, aqui, discutir e problematizar as práticas discursivas e suas possíveis implicações no cotidiano escolar, principalmente no que se refere às questões sobre sexualidade e identidade.

A partir disso, busca-se entender como esses conceitos são colocados em prática nas escolas e de que modo se produzem e são produzidos os sujeitos nesse processo, considerando a fase do desenvolvimento em que se encontram - a adolescência. (LOURO, 1997; SCOTT, 1995; SPINK, 2013).

No que concerne aos aspectos metodológicos, a pesquisa inscreve-se em uma abordagem qualitativa, descritiva e exploratória. A escolha pelo método está atrelada ao modo como o/a pesquisador/a compreende o mundo. Minayo (2010) lança o entendimento de que os métodos qualitativos são empregados em situações em que os/as pesquisadores/as não veem a realidade como algo anterior ao sujeito e, portanto, passível de ser descoberta.

A realidade não é vista como algo dissociado do cotidiano e das produções de sentido exercidas pelas pessoas. Assim, fenômenos como os temas dessa pesquisa somente podem ser compreendidos e interpretados face às interações sociais e suas influências no modo como são investidos, compreendidos e ressignificados.

A PERSPECTIVA CONSTRUCIONISTA PARA PENSAR O CAMPO DA PESQUISA

A Psicologia, ou boa parte dela, comprometeu-se - desde a sua consolidação enquanto ciência, no século XIX - com a investigação de fenômenos entendidos como “objetivos”, isto é, pesquisas e práticas que buscavam definir, categorizar e tornar observáveis conceitos e mecanismos a partir dos métodos experimentais e laboratoriais, com base nas lógicas positivista e racionalista.

O interesse pela compreensão daquilo que se considerava subjetivo – entendendo que, hoje, as compreensões acerca do que é objetivo ou subjetivo não são tão estanques – emergiu após a década de sessenta do século XX, quando os fenômenos psicológicos, já naturalizados e tomados como verdades absolutas, foram questionados, abrindo espaço para que os fatores sociais, produtos culturais e demais conceitos socialmente construídos e legitimados fossem considerados na formulação e compreensão dos processos psicológicos. (SPINK, 2013).

Além disso, havia um forte movimento de despolitização da Psicologia pautado na aplicação prática de conceitos como neutralidade e objetividade, princípios esses basilares, segundo muitos pensadores do século XIX, para a separação entre aquilo se que considerava e aquilo que não se considerava científico.

A Psicologia acadêmica ainda sofre forte influência de perspectivas que incorporam o individualismo e o cartesianismo em suas práticas, compreendendo que, para o estudo de determinados fenômenos, é preciso fragmentá-los e classificá-los, o que promove uma

descrição descontextualizada da perspectiva humana. Ao romper com tais ideias, a Psicologia Social Crítica passou a considerar os processos sociais como fundamentais na constituição dos modos de interpretar e compreender a realidade, comprometendo-se com os estudos acerca da produção de sentidos. (SPINK, 2013).

A partir do entendimento de que a pesquisa é uma ferramenta política, através da qual se pode transformar a realidade, tornou-se necessário o desenvolvimento de uma perspectiva teórico-metodológica que defendesse essa ideia e permitisse o questionamento do/s conhecimento/s construído/s até então.

O Construcionismo Social embasou importantes transformações na Filosofia, na Sociologia do Conhecimento e na Política. Os três movimentos reagiram aos ideais cristalizados e dominantes nas ciências, buscando a desconstrução e o empoderamento de grupos marginalizados pela sociedade. A partir disso, buscou-se entender e explicar “os processos por meio dos quais as pessoas descrevem, explicam ou dão conta do mundo – incluindo a si mesmas – em que vivem.”. (GERGEN, 2009; SPINK, 2013).

Isto é, o enfoque passou a estar nos processos de interação e a forma como se estruturam, indagando o modo como o conhecimento é construído e como ele é acessado, propondo investigações engajadas em estudos que vão além dos “processos internos” ou entendidos como “limitados à mente humana”.

Durante muito tempo, cientistas defenderam a ideia de que os processos cognitivos eram de ordem puramente neurológica, estando restritos às estruturas cerebrais. A cognição era vista como algo natural e definitivo da experiência humana e o pensamento, considerado único, independentemente da realidade, da cultura e das perspectivas ali adotadas. O movimento fomentou a desfamiliarização desses e outros discursos até então inquestionáveis, uma vez que eram legitimados pelas mais reconhecidas áreas das ciências, como a Medicina e a Psicologia. (SPINK, 2013).

O uso da linguagem no cotidiano, através das narrativas, argumentações, conversas e os repertórios, utilizados nessas produções, constituem-se enquanto práticas discursivas e são entendidas de forma dinâmica. Nesse sentido, são compostos por vozes, enunciados, formas e conteúdos que caminham juntos no processo de comunicação. Sua natureza é polissêmica, ou seja, possui uma gama variada de sentidos, o que torna possível o trânsito dos discursos por diferentes contextos e situações.

Outra importante característica das práticas discursivas diz respeito ao poder de promover mudanças e rupturas. Assim, como podem inscrever discursos que marcam, estigmatizam e criam verdades na sociedade, através delas é possível desconstruir,

questionar e promover a desfamiliarização desses discursos, fato que não anula sua tendência à hegemonia, tampouco garante que todas tenham o mesmo poder de mudança. Isso porque tal concepção também é produto de construções histórico-culturais. Portanto, o estudo dessas práticas implica adentrar nos processos de construção de identidade, considerando que esses se dão por intermédio das relações sociais e das trocas simbólicas que se desenvolvem nos espaços de intersubjetividade e interpessoalidade. (SPINK, 2013).

SEXUALIDADES, GÊNERO E SAÚDE

A sexualidade possui uma estreita relação com o conceito de identidade, contudo, deve ser entendida como uma construção histórica e constitutiva das relações de poder-saber. No capítulo *Cultura, economia política e construção social da sexualidade*, do livro *O Corpo Educado: Pedagogias da Sexualidade*, organizado por LOURO (2000), Richard Parker discorre sobre as múltiplas influências do Movimento Feminista na Teoria Construcionista, a partir de seus questionamentos acerca do que é “ser mulher”. Isso porque o movimento, ao reconhecer a diversidade histórica, cultural e geracional de papéis desempenhados por mulheres, instigou o questionamento de construtos ocidentais sobre gênero, sexualidade e, mais tarde, sobre identidade.

Outro importante trabalho desenvolvido de forma independente e paralelo ao movimento é a obra *História da Sexualidade*, de Michel Foucault (1978). Polêmica e pouco apoiada academicamente, o trabalho sustentou e ainda sustenta muitas pesquisas sobre o tema. A partir dela, outros trabalhos resultaram em importantes questionamentos acerca da homossexualidade e, posteriormente, às categorias de identidade sexual. (FOUCAULT, 1999; LOURO, 2000).

A sexualidade passou a ser discutida, ou seja, colocada em discurso, a partir do século XVII. As sociedades burguesas deram início a uma época de repressão, marcada pela circulação do discurso sobre o sexo, através do qual passou a ser controlado. Conforme Foucault:

Dir-se-ia mesmo que essas interdições temiam chamá-lo pelo nome. Sem mesmo ter que dizê-lo, o pudor moderno obteria que não se falasse dele, exclusivamente por intermédio de proibições que se completam mutuamente: mutismos que, de tanto calar-se, impõe o silêncio. Censura. (FOUCAULT, 1999, p. 20).

A partir disso, foram criadas regras de decência, que passaram a filtrar os enunciados sobre o sexo e a sexualidade. Foram demarcados os lugares, situações, locutores e relações

sociais em que se podia falar dele, assim como os/as em que ele, senão fosse silenciado, era extremamente restrito: entre pais e filhos/as, professores/as e alunos/as. (FOUCAULT, 1999).

As discussões sobre sexualidade despertaram tensões políticas na sociedade como um todo nos últimos três séculos, principalmente no que se refere às transformações do uso do termo sexo. Os discursos sobre ele se multiplicaram, principalmente, nos campos de exercício de poder institucional.

A partir do século XIX, o Estado passou a considerar a sexualidade uma questão de saúde pública. Entretanto, as políticas endereçadas ao tema obedeciam à lógica dicotômica saúde/doença, reforçada pelos discursos dominantes da Medicina e da Ciência. Além disso, o desenvolvimento de tais políticas comumente era liderado por profissionais de grupos socialmente privilegiados – em sua maioria homens, de classe alta, brancos e heterossexuais. (FOUCAULT, 1999; LOURO, 2000).

A Psicologia, enquanto ciência, influenciou, significativamente, esse cenário, na medida em que contribuiu, por intermédio de seus saberes e técnicas, com a patologização das identidades sexuais que não se enquadravam no que era considerado normal, ou seja, tudo que se diferenciava do modelo heteronormativo e que, portanto, não correspondia com as normas construídas pelos grupos dominantes.

Costa (2018), em seu trabalho: *Uma breve história sobre as noções de gênero e seus desdobramentos na área da saúde*, recupera a memória de como a Psicologia tratou essas temáticas no campo da saúde. O autor faz alusão ao historiador Thomas Laqueur (2001), que discorre sobre o exame das diferenças. Esse pensamento ocidental emergiu no século XVIII, diante dos interesses políticos que encontraram no estudo científico uma justificativa para a manutenção da hierarquia masculina na organização da sociedade.

Tal exame baseava-se na ideia de que homens e mulheres teriam diferenças que se supunham específicas e necessárias. Na mesma linha de pensamento, Staum (2003), lido através de Costa (2018), afirma que uma das ciências dedicadas a esse estudo foi a frenologia, que afirmava que o formato do crânio das mulheres não era desenvolvido na área responsável pela inteligência, ao passo que era desenvolvido nas regiões ligadas à maternidade.

Nesse sentido, os sujeitos que até então eram avaliados por suas condutas morais e religiosas passaram a ser avaliados pela conformidade a sua “natureza biológica”. A Psicologia e a Psiquiatria, portanto, contribuíram para a construção e cristalização dessas distinções, na medida em que tais concepções iam sendo incorporadas às ciências que se consolidavam na época.

Apenas no final do século XIX, a Psicologia se consolidou como ciência e continuou demonstrando interesse por essas diferenças através da expansão da avaliação psicológica, já no século XX. Enfatiza-se que seu interesse pelas diferenças, entretanto, não potencializou movimentos em prol da equidade e da valorização delas, mas instigou o reforço da patologização das identidades e a demarcação de territórios e nomenclaturas que davam lugares definidos a esses corpos. (COSTA, 2018).

Outro estudo significativo, que traz luz à ideia da Psicologia como ciência que auxiliou no processo de patologização das identidades sexuais entendidas como “desviantes” é o de Sandra Bem, realizado em 1974, intitulado *Bem Sex-Role Inventory* (BSRI). Esse instrumento foi utilizado para medir a masculinidade e feminilidade e surgiu na época da emergência da psicologia cognitiva e das teorias do processamento de informação, a partir da ideia de tipificação sexual, em que as pessoas internalizavam normas e comportamentos socialmente desejáveis.

Os e as respondentes do inventário precisavam se autodescrever em 60 características da personalidade e essas características eram classificadas como masculinas, femininas e neutras a partir do que a sociedade norte-americana considerava como desejável na época. As características femininas eram, a título de exemplo, a compaixão, o amor às crianças, a ternura e, por outro lado, as masculinas eram a personalidade forte e a capacidade de liderança. Já as consideradas neutras traziam a ideia de ser adaptável e convencional. (BEM, 1977).

Muitas críticas foram construídas a respeito desse instrumento, sendo muito expressiva a de Janet Spence (2011). De acordo com ela, gênero vai além das adesões sociais. A autora segue sua crítica abordando que, no lugar de características e comportamentos tipicamente associados a homens e mulheres, a masculinidade e a feminilidade deveriam ser conceitualizadas como identidades de gênero.

A historiadora norte-americana Joan Scott é uma das grandes referências nas discussões sobre gênero. Em seu artigo intitulado “Gênero: uma categoria útil para análise histórica”, cuja tradução foi publicada na revista *Educação & Realidade*, em 1995, a autora discute a utilização do termo de forma equivocada, principalmente em contextos gramaticais em que é posto como sinônimo de sexo biológico ou reduzido à orientação sexual. O termo foi formalizado recentemente pelo Movimento Feminista em referência à organização social da relação entre os sexos. (SCOTT, 1995).

Sob influência do feminismo anglo-saxão, o gênero (*gender*) passou a ser diferenciado de sexo (*sex*). Apesar de parecer algo “simples”, essa distinção em nível linguístico foi extremamente importante para a consolidação dessa diferença e, conseqüentemente, para

romper com o uso deliberado da palavra gênero para falar sobre sexo biológico e/ou características sexuais. Com isso, afirma-se “o caráter fundamentalmente social” do gênero (LOURO, 1997, p. 5).

Isto é, não se pode negar que o gênero se manifesta em um corpo biológico e sexuado; entretanto, assim como as características sexuais e biológicas, o gênero é considerado, nas práticas sociais, pertencendo a um processo histórico de construção. A discussão, portanto, é direcionada ao social, entendendo que é nele onde as relações entre os sujeitos se constroem e se reproduzem – inclusive as desiguais.

Em pouco tempo, muitas das categorizações e classificações da medicina ocidental e demais ciências, no que se refere à sexualidade e ao gênero, foram contestadas e desnaturalizadas. A homossexualidade, a prostituição e os próprios conceitos de masculinidade e feminilidade parecem estar – e de fato estão – longe de ser conceitos universais, mas sim manifestações estruturadas das mais diversas formas em muitas sociedades e culturas. (LOURO, 2000).

O PAPEL DA ESCOLA NA PRODUÇÃO DE SENTIDOS

A escola desempenha um papel muito além da produção e transmissão de conhecimento. Ela também é responsável por produzir modos de ser, pensar e agir embasados em suas próprias regras que, por sua vez, são aceitas e reproduzidas pela sociedade. O conceito de normalidade, por exemplo, obedece a uma série de normas estabelecidas e reconhecidas socialmente, que resultam em compreensões estanques e dicotômicas (normal/patológico) sobre o mundo, cujo resultado são relações desiguais. Nas palavras de Louro (1997):

[...] em seus inícios, a instituição escolar exerceu uma ação distintiva. Ela se incumbiu de separar os sujeitos — tornando aqueles que nela entravam distintos dos outros, os que a ela não tinham acesso. Ela dividiu também, internamente, os que lá estavam, através de múltiplos mecanismos de classificação, ordenamento, hierarquização. (ID, 1997, p. 57).

Essa definição está pautada no modelo ocidental e seus constantes movimentos de separação entre adultos e crianças, ricos e pobres e, por fim, meninos e meninas. Sua ideia inicial era de acolhimento, entretanto, não era para todos/as. Com o passar do tempo, aqueles/as que foram “negados/as” pela escola passaram a reivindicar o direito de estar nela e acessando-a, conseqüentemente, a transformaram.

A ideia de uma escola “homogênea” era prática. Com o ingresso de pessoas de diferentes classes, religiões e características culturais, a escola precisou adaptar-se, desenvolvendo novas estruturas, currículos e avaliações. Porém, além de garantir sua diversidade, a instituição passou também a produzir as diferenças entre os sujeitos.

A instituição escolar é responsável por delimitar espaços através de práticas discursivas que “dizem” o que é permitido e o que não é e, além disso, quem pode e quem não pode ocupar determinados espaços e lugares de fala. Trazendo para nossa discussão, é assim que se informa o lugar dos meninos e o das meninas dentro de uma concepção dicotômica. (ID, 1997).

Foucault (1999) discorre sobre as instituições escolares e psiquiátricas de forma análoga, considerando sua hierarquia, organizações espaciais e o sistema de fiscalização. Segundo ele, elas constituem:

[...] ao lado da família, uma outra maneira de distribuir o jogo dos poderes e prazeres; porém, também indicam regiões de alta saturação sexual com espaços ou ritos privilegiados, como a sala de aula, o dormitório, a visita ou a consulta. Nelas são solicitadas e implantadas as formas de uma sexualidade não conjugal, não heterossexual, não monogâmica. (FOUCAULT, 1999, p. 45).

O autor evidencia, ainda, a contradição sobre as formas de poder exercidas sobre os corpos e o sexo. Ao mesmo tempo em que se interdita a/s sexualidade/s, se provoca suas diversas manifestações através da especificação dos indivíduos, dos corpos e das diferentes formas como o prazer e o poder se reforçam. (FOUCAULT, 1999).

Pode se falar em sexualidades a partir do momento em que é compreendida enquanto os fenômenos que emergem com as idades, por intermédio dos gostos e práticas, do investimento nos relacionamentos. Além das sexualidades que habitam espaços definidos: na família, na escola, na prisão. Entretanto, ela segue sendo classificada e adaptada para diferentes sujeitos e lugares.

A problemática do sexo, principalmente no que se refere ao campo da educação, implica pensar a sexualidade enquanto um movimento do qual emergem diferentes concepções, para além da pedagogia do sexo seguro. Trata-se de um fenômeno dinâmico, que constitui a forma como os sujeitos se relacionam com o mundo, com seus pares e consigo mesmos. Para Louro (2000):

As formas pelas quais nós falamos sobre a sexualidade e as formas pelas quais nós tentamos produzir significados a partir dos corpos de outros nos deveriam estimular a fazer novas questões: o “que é imaginado quando o sexo é imaginado e o que é imaginado quando aquilo que é eufemisticamente chamado de “educação sexual” é imaginado? (ID, 2000, p. 69).

As crenças construídas socialmente atravessam o imaginário social e criam a dicotomia entre o que é aceitável ou não, em todos os contextos de inserção humana; iniciam na infância, no contexto familiar e se deslocam até o sistema escolar. No bojo da família, os pais escolhem o enxoval da criança de acordo com o sexo do bebê, mas, na escola, como esse discurso se reproduz?

Em sua pesquisa de doutorado, Finco (2012) identificou que algumas práticas cotidianas do ambiente escolar reforçam a separação entre meninos e meninas, na medida em que estabelecem dinâmicas de atividades baseadas em competição entre os dois grupos.

A pesquisa evidenciou que professores/as compreendem que a identidade da criança é maleável e, nesse sentido, quando a criança foge do padrão, logo se encontram estratégias para fazer com que volte ao estado “natural”. Qualquer conduta que desvie daquilo que é considerado normal é olhada sob um viés patologizante. E isso é prolongado durante todas as fases da vida humana (ID, 2012).

Outro estudo realizado em 500 escolas no ano de 2010, pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE), mostrou que a homofobia é uma das principais causas de discriminação na escola. Os dados apontam que:

[...] 26,6% dos alunos entrevistados concordam com a afirmação “Eu não aceito a homossexualidade”; 25,2% concordam com “Pessoas homossexuais não são confiáveis”; 23,2% com “A homossexualidade é uma doença”; 21,1% com “Os alunos homossexuais não são normais” e 17,7% com “Os alunos homossexuais deveriam estudar em salas separadas” (SILVA; COSTA, 2018, p. 177).

A escola tem o compromisso de estimular a compreensão e o respeito pela diversidade humana, ao menos em nível de teoria, já que essa não é a realidade vivenciada. Ratto e Grespan (2018) afirmam que a escola, enquanto instância pedagógica, juntamente com a família, a mídia, os grupos sociais e outras instituições tendem a reproduzir os papéis normalizados na sociedade.

Os autores entendem que a escola foi concebida e é organizada seguindo os padrões da heteronormatividade, em que mesmo que se perceba a pluralidade das pessoas, trata-as de maneira uniforme, ignorando suas diferenças étnico-raciais, de orientação sexual, religiosas, dentre outras. A escola, então, passa a reproduzir as exclusões.

A partir desse ponto de vista, é importante entender como se constroem e se estruturam as discussões acerca de temas como Saúde e Orientação Sexual no cotidiano da escola pública, uma vez que essas fazem parte da construção de identidade dos sujeitos e atravessam suas experiências individuais e coletivas. Além disso, é importante considerar a

etapa do desenvolvimento em que se encontram os/as alunos/as dos/as quais estamos falando.

O ENSINO MÉDIO E AS CONSTRUÇÕES SOBRE ADOLESCÊNCIA

Conforme disposto no site do Ministério da Educação e Cultura (MEC), o Ensino Médio é dividido em três etapas, que compreendem uma faixa etária de 15 a 19 anos. Nesse sentido, estamos falando de jovens que se encontram em uma etapa do desenvolvimento humano sobre a qual muitas áreas da ciência se debruçaram nas últimas décadas, principalmente a Psicologia.

Em suas várias correntes, a adolescência foi naturalizada e entendida como um fenômeno universal. Além disso, também foi considerada uma fase "difícil", carregada de conflitos ditos "naturais". Conforme Bock (2007):

Nessas construções teóricas encontramos a visão de que o homem é dotado de uma natureza, dada a ele pela espécie e, conforme cresce, se desenvolve e se relaciona com o meio, atualizando características que já estão lá, pois são de sua natureza. A adolescência pertence a esse conjunto de aspectos. Suas características são decorrentes do "amadurecer"; são hormônios jogados na circulação sanguínea e o desabrochar da sexualidade genital os fatores responsáveis pelo aparecimento da sintomatologia da adolescência normal. Inúmeros estudos têm sido feitos sem que se apresente uma nova versão ou conceituação para a adolescência capaz de superar a visão naturalizante. (ID, 2007, p. 66).

Em contrapartida às ideias de potencial e natureza humana, na concepção sócio-histórica abandona-se o entendimento de que a sociedade está sempre externa e independente no processo de desenvolvimento. Considera-se, portanto, a existência de um ser histórico, constituído pelas condições e relações sociais, em determinado tempo e cultura, "um ser que tem características forjadas pelo tempo, pela sociedade e pelas relações, imerso nas relações e na cultura das quais retira suas possibilidades de ser e suas impossibilidades". (BOCK, 2007, p. 67).

Esse ponto de vista considera a relação entre indivíduo e sociedade, onde um constitui o outro. A mesma compreensão se dá sobre a adolescência, que é entendida como uma construção social que repercute na subjetividade e na construção e interpretação da identidade do/a jovem moderno/a. Bock (2007) enfatiza algumas características da adolescência, principalmente no que se refere ao corpo e seus significados. Conforme a autora:

[...] a menina que tem seus seios se desenvolvendo não os vê, sente e significa como possibilidade de amamentar seus filhos no futuro, o que seria vê-los como naturais.

Com certeza, em algum tempo ou cultura, isso já foi assim. Hoje, os seios tornam as meninas sedutoras e sensuais. Esse é o significado atribuído atualmente. A força muscular dos meninos já foi significada como possibilidade de trabalhar, guerrear e caçar. Hoje é beleza, sensualidade e masculinidade. (ID, 2007, p. 68)

No que se refere aos ideais de juventude, Bordieu (2003) discute as diferentes formas de ser jovem, comparando as condições de existência que atravessam os jovens que estão no mercado de trabalho e os da mesma idade biológica que são estudantes, por exemplo. Segundo ele, são universos distintos, que permitem pensarmos em adolescências. Para ele:

Num caso [...] estes “jovens” encontram-se numa espécie de terra de ninguém social, são adultos para certas coisas, são crianças para outras, jogam nos dois tabuleiros. [...] as “duas juventudes” não representam outra coisa senão os dois pólos, os dois extremos de um espaço de possibilidades oferecidas aos “jovens”. (ID, 2003, p. 154).

Portanto, essa investigação não se preocupa com *o que é* a adolescência e sim *de que forma* essa se constituiu historicamente. Dessa forma, é possível entender esse fenômeno em sua totalidade, considerando fatos que o constituem e lhe dão sentido. A sociedade, a partir disso, reconhece a adolescência enquanto uma fase do desenvolvimento dos/as jovens, atribuindo a ela seus significados e esperando determinadas condutas por parte destes/as. Nesse sentido, a adolescência é social e histórica, não fixa nem universal, podendo existir em determinados lugares e em outros não. Isso deve ser considerado ao falar sobre jovens.

A reforma do currículo do Ensino Médio estabeleceu, no final dos anos 90, a divisão do conhecimento escolar em áreas. Conforme os documentos oficiais do Ministério da Educação, as áreas do conhecimento são estruturadas com base na educação científica e tecnológica, que busca se adaptar ao contexto sociocultural, orientada por dados epistemológicos, tecnológicos e humanistas.

É possível entender, a partir disso, que o conceito de ciência está atrelado a uma produção do conhecimento que considera o contexto social, cultural, econômico e político bem como corresponde a determinado espaço e tempo. A construção curricular do Ensino Médio pauta-se, ainda, em uma concepção transdisciplinar que abarca as linguagens, as ciências, as tecnologias e os conhecimentos históricos, sociológicos e filosóficos, sustentados pelo que prevê a formação de uma leitura crítica do mundo.

Em relação a cada área de conhecimento, existem parâmetros que sustentam as competências que deverão ser alcançadas pelos alunos ao concluírem a última etapa da Educação Básica. Ao mesmo tempo, circulam no âmbito social discursos sobre a adolescência e a juventude que estão diretamente relacionadas às noções de crise, desordem e irresponsabilidade, onde os e as jovens são produzidos dentro de um problema social a ser resolvido.

Nesse sentido, além de ser contraditório o que se fala sobre os/as adolescentes, há um distanciamento entre o que está previsto em lei e o que é esperado pelo campo da Educação. No que se refere à sexualidade, por exemplo, é descrita e abordada por vários discursos científicos e estudos do desenvolvimento humano como uma característica precípua da adolescência.

A proposta de preparar os/as educandos/as para o convívio social e para o mercado de trabalho trazida nos documentos oficiais da educação contempla diversos aspectos a serem desenvolvidos enquanto habilidades sociais. Entretanto, a sexualidade, ainda um tema considerado *tabu*, é o cerne para discutirmos Identidade de Gênero, Orientação Sexual e Saúde, dentro da noção de um sujeito integral, biopsicossocial.

Portanto, dar voz aos professores e professoras do Ensino Médio e extrair de suas práticas discursivas os sentidos sobre esses três conceitos permite compreender de que forma as noções de Identidade de Gênero, Orientação Sexual e Saúde atravessam o cotidiano escolar e são, ou não, articuladas com o que está previsto nos documentos oficiais do Ensino Médio.

REFERÊNCIAS

BEM, Sandra Lipsitz. On the utility of alternative procedures for assessing psychological androgyny. **Journal of Consulting and Clinical Psychology**, 1977, vol. 45, No. 2, 196-205.

BOCK, Ana Mercês Bahia. **A adolescência como construção social**: estudo sobre livros destinados a pais e educadores. Rev. da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE), v. 11, n. 1, 2007.

BORDIEU, Pierre. **Questões de Sociologia**. Tradução: Miguel Serras Pereira. Lisboa: Fim de Século, 2003.

COSTA, Angelo Brandelli. Uma breve história sobre as noções de sexo e gênero e seus desdobramentos na área da saúde. In: FONSECA, Ana Carolina da Costa e; LEIVAS, Paulo Gilberto Cogo. **Direitos Humanos e saúde**. Porto Alegre: UFCSPA, 2018. Disponível em: <<http://www.ufcspa.edu.br/index.php/editora/obras-publicadas>>. Acesso em: 11/07/2020.

FINCO, Daniela. **Educação Infantil, espaços de confronto e convívio com as diferenças**: transgredindo as fronteiras de gênero. In: STREY, Marlene et al. Gênero e ciclos vitais: desafios, problematizações e perspectivas. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I**. A vontade de saber. Tradução: Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 13ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

LAQUEUR, Thomas. **Inventando o sexo**: corpo e gênero dos gregos a Freud. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001. Disponível em:<<https://www.passeidireto.com/arquivo/45845031/laqueur-thomas-inventando-o-sexo-corpo-e-genero-dos-gregos-a-freud-cap-1-e-6>>. Acesso em: 11/07/2020.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**. Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ. Vozes, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. **O Corpo Educado**. Pedagogias da Sexualidade. Traduções: Tomaz Tadeu da Silva. 2ª edição. Autêntica. Belo Horizonte, 2000.

MINAYO, Maria Cecília. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec, 2010.

RATTO, Cleber Gibbon; GRESPAN, Carla Lisboa. Juventudes e direitos humanos no plural. In: SARMENTO, Dirléia Fanfa; MENEGAT, Jardelino; WOLKMER, Antonio Carlos. **Educação em direitos humanos**: dos dispositivos legais às práticas educativas. Porto Alegre: CirKula, 2018.

SCOTT, Joan. **Gênero**: Uma categoria útil para análise histórica. **Revista Educação & Realidade** (online), v. 20, n. 2, p. 71-99, jul/dez. 1995. ISSN 2175-6236. Tradução: Guacira Lopes Louro. Revisão: Tomaz Tadeu da Silva. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71721>>. Acesso em: 14 out. 2019.

SPENCE, Taylor Janet. **Off with the old, on with the new**. *Psychology of Women Quarterly*, v. 35, n. 3, p. 504-509, 2011. Disponível em:<<https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0361684311414826?journalCode=pwqa>>. Acesso em: 11/07/2020.

SPINK, Mary Jane (org). **Práticas discursivas e produção de subjetividade no cotidiano**. Rio de Janeiro: Cortez, 2013.

~ CAPÍTULO V ~

O CORPO E A MULHER QUE ALI ESTÁ: ENSAIOS VISUAIS DE TRÊS ARTISTAS MULHERES NO BRASIL DE 1968 A 1975

Thainá Maria da Silva

Bianca Knaak

Para Paul Zumthor, linguista, medievalista e crítico literário, o corpo aparece como a materialização da nossa relação com o mundo. É nele que sentimos e somos, é onde contraímos, reagimos, manipulamos. É no corpo que as pressões do sistema social, jurídico e político se manifestam. (ZUMTHOR, 2018, p. 25). Em arte, a interação do corpo com o meio tecnológico muitas vezes torna seus autores o próprio objeto da obra. Observaremos isso nas obras em vídeo das artistas Letícia Parente (BA, 1930 - RJ, 1991) e Sônia Andrade (RJ, 1935), durante a década de 1970, acompanhando a produção de uma nova linguagem artística no Brasil, a videoarte.

Elas nos permitem priorizar temáticas correntes e especialmente relevantes da arte contemporânea como sujeito e identidade, corporeidade, experimentalismo e comportamento social no âmbito das políticas de gênero em curso, bem como imbricadas subjetivações derivadas dos meios eletrônicos de comunicação massiva. Questões que, de alguma forma, encontraremos também na pintura de Wanda Pimentel (RJ, 1943 - 2019), desse mesmo período. A partir da análise estética e a coleta de dados sobre as obras, este ensaio, portanto, propõe uma reflexão crítica de parte da produção dessas artistas durante o período que vai de 1968 a 1975 e como o corpo (enquanto objeto artístico naquele contexto) manifesta-se nesses trabalhos.

No momento em que essas três artistas trabalharam, cada qual em sua própria poética, ecoavam, no horizonte social, as pautas feministas ainda focadas na emancipação da vida doméstica, na realização profissional da mulher fora do lar e, por conseguinte, sua atuação na esfera pública em defesa de seus direitos civis. Dadas as circunstâncias nacionais, sob a

dureza de uma ditadura civil-militar e suas perseguições amparadas no Ato Institucional nº 5 (AI5), o trabalho de Letícia, Sônia e Wanda representam também um ato de resistência política e afirmação subjetiva.

UM POUCO DE CONTEXTO HISTÓRICO

Especificamente, para adentrarmos o contexto e as ideias gerais da videoarte no Brasil, em sua primeira geração, consideremos que, no Rio de Janeiro e em São Paulo, núcleos de produção de videoarte se organizam a partir da década de 1970. Na primeira metade dessa década, o Museu de Arte Contemporânea da Universidade de São Paulo (MAC/USP), sob a direção de Walter Zanini¹, foi um espaço valoroso de eclosão e legitimação da videoarte brasileira. Tal como o Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro (MAM/RJ) que, em outubro de 1973, realizou a mostra Video Arte Show do brasileiro Carlos Borda, relevante na inauguração dos projetos, envolvendo o vídeo no país. (ALMEIDA, 2018, p. 20).

O acesso a equipamentos que possibilitam a produção de vídeo de forma massificada, como acontecia na televisão, representava um verdadeiro obstáculo para os (as) artistas, apesar do rápido desenvolvimento tecnológico e do lançamento de câmeras portáteis de 16 mm e Super-8. No entanto, já em 1974, multiplicou-se a realização de vídeos sob a liderança da artista Anna Bella Geiger² que, no ano anterior, havia realizado trabalhos com o uso de Super-8 na Expo-Projeção Grife³, juntamente com Ivens Machado⁴, Sônia Andrade e Fernando Cocchiarale⁵. Em seguida, no ano de 1975, juntaram-se ao grupo as artistas Letícia Parente e Miriam Danowski e o artista Paulo Herkenhoff⁶. O grupo organizado por Anna Bella Geiger compartilhava uma única câmera portátil, modelo *Sonic Matic portable videocorder*, que havia sido emprestada pelo cineasta e diplomata brasileiro Jom Tob Azulay (RJ, 1941).

Enquanto isso, na Filadélfia, através do Instituto de Arte Contemporânea da Universidade da Pensilvânia, Suzanne Delehanty organizava a mostra *Video Art* (1975) em estreita ligação com os movimentos de contracultura e experimentalismo de novos suportes de expressão. Foi a primeira grande exposição a reunir produções de vídeo realizadas por

¹ Walter Zanini (SP, 1925 - 2013) foi importante professor, historiador, crítico de arte e curador. Entre 1963 e 1978, dirigiu o Museu de Arte Contemporânea da Universidade de São Paulo (MAC/USP).

² Anna Bella Geiger (RJ, 1933), atuante artista plástica, escultora, desenhista e artista intermídia.

³ O Grupo de Realizadores Independentes de Filmes Experimentais (Grife), fundado em maio de 1972, por Maria Luiza de Alencar, historiadora e publicitária e Abrão Berman, cineasta, constituiu um importante espaço de formação cinematográfica e de difusão de obras em Super-8, nas décadas de 1970 e 1980.

⁴ Ivens Olinto Machado (SC, 1942 - RJ, 2015) foi um escultor e desenhista e também trabalhou com vídeo e performance.

⁵ Fernando Cocchiarale (RJ,1951) atuante crítico de arte, curador e professor de filosofia no Departamento de Filosofia da PUC-RJ, desde 1978.

⁶ Paulo Herkenhoff (RJ,1951) atuante crítico de arte e curador.

diversos artistas, alcançando ampla repercussão no meio artístico internacional. Zanini foi o encarregado de selecionar obras de artistas brasileiros para o evento e indicou trabalhos de Anna Bella Geiger, Fernando Cocchiarale, Ivens Olinto Machado e Sônia Andrade. Todas as obras apresentadas na *Video Art* haviam sido executadas em 1974 e foram exibidas nesse mesmo ano, na VIII Jovem Arte Contemporânea, coordenada por Zanini no MASP/USP. (ALMEIDA, 2018, p. 24).

Um pouco antes disso, em Salvador, Wanda Pimentel participava, em 1966 e 1968, da I e II Bienal Nacional de Artes Plásticas da Bahia, respectivamente⁷. Mas ,foi em 1968, ao participar do II Salão Esso de Artistas Jovens e do 17º Salão Nacional de Arte Moderna, ambos no Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, que a série **Envolvimentos** (que alcançou desdobramentos até 1984) deu para Wanda a visibilidade de artista mulher. Nessa série. ela pintou, sobretudo em cores primárias, temas femininos e domésticos, incluindo-se na tela como personagem e enigma.

A partir de então, sua trajetória se confirma em inúmeras exposições coletivas e individuais no Brasil e no exterior. Nesses certames, a artista alcançou menções e prêmios como ocorreu no I Salão de Verão, no Museu de Arte Moderna do Rio Janeiro, em janeiro de 1969. Lá, com as três pinturas expostas recebeu o Prêmio Viagem ao Exterior. A Comissão Julgadora do Salão, formada por Walmir Ayala (Jornal do Brasil), Vera Pedrosa (Correio da Manhã), José Roberto Teixeira Leite (O Globo), Carmem Portinho, Diretora da Escola Superior de Desenho Industrial e Edila Mangabeira, do Departamento de Artes do Ibeu (Instituto Brasil – Estados Unidos), foi unânime em sua decisão e não poupou elogios aos trabalhos de Wanda Pimentel. (SIQUEIRA, 2013).

Nota-se que, apesar de atuarem em um circuito de arte bastante efervescente, no eixo São Paulo – Rio de Janeiro, essas artistas enfrentaram uma conjuntura que gerou graves problemas para a livre circulação das obras. Em razão da ditadura civil-militar imposta ao país (1964-1985) e com o agravamento da censura através da promulgação do AI-5, o controle sobre as práticas artísticas tornou-se cada vez mais forte. A censura fazia parte de um sistema repressivo que tentava garantir uma legitimidade forçada ao Governo, e através de órgãos institucionais, como o Serviço de Censura e Diversões Públicas (DCDP) da Polícia Federal, promoveu uma intensa vigília sob a produção cinematográfica, televisiva, teatral e musical, assim como às artes visuais, ainda que para essa última não houvesse uma orientação específica de análise por parte dos censores. (SCHROEDER, 2019, p. 47).

⁷ De acordo com Vera Siqueira, em 68, o Salão baiano foi fechado pelos militares quando o público, já na abertura do salão, depredou obras, inclusive da própria Wanda Pimentel, que apresentava cinco pinturas. Assustada, ela voltou fugida para o Rio com seu amigo e também artista Antonio Manuel.

Em 1968, o General Presidente Costa e Silva sancionou a Lei nº 5.536, que regulamentou a censura através da classificação da idade às obras teatrais e cinematográficas e que, segundo o artigo terceiro, prevê que as obras não poderiam ser “contrárias à segurança nacional, [...] aos bons costumes” e que não incentivassem a luta de classes e, além disso, também foi criado, a partir dessa disposição, o Conselho Superior de Censura.

Portanto, como forma de transpor os obstáculos políticos (a censura) e materiais (meios), a produção artística da primeira geração de videoartistas foi caracterizada, segundo Arlindo Machado, por obras onde

[...] o mínimo coincidia de ser também o máximo. Uma vez que a eloquência do trabalho não podia residir na sofisticação dos recursos expressivos ou tecnológicos, todo esforço criativo era voltado para a performance do corpo que se oferecia à câmera. Associando-se a isso o fato do país encontrar-se, naquele momento, vivendo a fase mais violenta da ditadura militar, com a sociedade amedrontada ou emudecida e as perspectivas de futuro absolutamente sombrias, essa performance nunca era agradável e edificante, mas tendia resolutamente na direção de uma autoimolação transgressiva [...] (MACHADO, 2007, p. 22).

Nesse cenário de censura, tortura e truculência, a primeira geração de videoartistas tem um trabalho definido, majoritariamente, por projeções acerca das questões sociais, de denúncia e contestação, tanto quanto podemos perceber na pintura e demais linguagens utilizadas por artistas naquela ocasião. A ideia do sujeito fragmentado, que se esfacela em “inúmeros papéis (afetivos, familiares, profissionais, sexuais, políticos, éticos e estéticos, etc.) que podemos nos encaixar” (COCCHIARALE, 2006, p. 64) também será característico da produção desse período.

OS MEIOS E AS IMAGENS

Com o desenvolvimento do vídeo como suporte poético entre artistas, a difusão da videoarte no Brasil não se orienta apenas como possibilidade de registro das *performances* e *happenings*, mas articula-se progressivamente como manifestação de uma nova linguagem híbrida e potente na produção de imagens.

As primeiras produções em vídeo já reagiam à noção passiva usualmente utilizada pelas mídias hegemônicas, como a televisão. Construídas de forma bastante experimental, eram formalmente caracterizadas por planos contínuos e em *close ups*, articulando na tela um amontoado de fragmentos que sugere o todo. (MACHADO, 1993, p. 11). E, naquilo que Ferreira dos Santos caracteriza como o casamento entre o computador e o videogame, a videoarte foiserá marcada pelos conflitos sociais e políticos do sujeito em choque com a conjuntura política repressiva. As poéticas visuais de então, que ressoando o corpo torturado e privado de

liberdade, eram, por vezes, claramente agressivas, incômodas e radicais, mas nem sempre. Afinal, “programando-se um micro, ele preenche a tela com figuras que podem deslocar-se, mudar de forma ou de cor, ficar tridimensionais, em suma, pintar o diabo a quatro em forma de blips”. (SANTOS, 1986, p. 57). Essa suposta leveza narrativa própria da imagem *gameficada*, por assim dizer, foi melhor perceptível na pintura de Wanda Pimentel, onde a referência ao enquadramento narrativo cinematográfico e até mesmo aos quadrinhos de HQs (história em quadrinhos) é muito presente. Objetivamente, foi nos trabalhos de Letícia Parente e Sônia Andrade que o vídeo foi usado não só como meio de registro, mas também como suporte para o ato de criação e resistência frente aos limites do corpo e do poder. Para Ribeiro, o vídeo “radicaliza o olhar pormenorizado, detalhado e fragmentário da fotografia e rompe com a construção clássica de representação do corpo intacto ao empregar com veemência os recursos de enquadramentos, cortes e planos de cenas em *zoom*, como metáforas do corpo”. (RIBEIRO, 2019, p. 3).

As obras **Marca Registrada** (1974-1975), **Preparação I** (1975), **Eu, armário de mim** (1974) e **In** (1975) de Letícia Parente e alguns vídeos da série **Sem Título** (1974-1977) de Sonia Andrade serviram de material de análise para verificarmos a representação dos corpos nessas situações de fragmentação e violência. Gerados em espaços fechados e, ou, fazendo uso de materiais como linhas, agulhas e pregos esses trabalhos nos remetem ao ambiente da casa. Assim como a série **Envolvimentos** (1968 a 1984), de Wanda Pimentel, que apesar de trabalhar com imagens fixas, principalmente pela pintura vinílica sobre tela, indicia sua condição psicossocial repetindo pés e pernas em ambientes domésticos planejados e bem equipados com a tecnologia *pop* do momento.

É importante assinalar que os trabalhos de Letícia Parente, Sônia Andrade e Wanda Pimentel são aqui revistos a partir de uma perspectiva que envolve os estudos de gênero, ainda que essas artistas não tenham articulado programaticamente o seu fazer artístico com teorias feministas. Sônia Andrade, por exemplo, recusa a designação de obra feminista à sua produção (TRIZOLI, 2018, p. 74) característica perceptível a muitos de seus intérpretes. Nesse sentido, para situar a postura da artista e a nossa própria observação, nos auxilia o ponto de vista da historiadora Linda Nochlin⁸, em seu ensaio *Como o feminismo nas artes pode implementar a mudança cultural*, escrito em 1974. Ali, ela atenta para a observação das artistas mulheres enquanto indivíduos inseridos em uma condição macro, indispensável para

⁸ Linda Nochlin (1931 - 2017) foi uma historiadora da arte, nascida em Nova York, Estados Unidos. Trabalhou como professora emérita de arte moderna na New York University e é reconhecida por sua pesquisa em arte e feminismo. Entre suas obras mais conhecidas estão *Women, Art and Power and Other Essays* (1988) e *The Politics of Vision* (1989).

a análise de suas obras, que podem ou não ser feministas, mas que também são vistas por parâmetros de análise crítica propostos pelos estudos feministas, de gênero e de história das mulheres. Nochlin afirma:

Vejo o indivíduo como elemento do grupo social que está encerrado em certos limites de carne e osso, incorporando muitos valores e ideias de sociedade mais ampla. Mesmo os sentimentos que a pessoa pensa serem extremamente pessoais provêm, em última análise, de algum outro lugar. E que outro lugar é esse? Não creio que seja a natureza bruta. São as situações históricas, sociais e culturais específicas em que a pessoa nasceu. E o indivíduo, por sua vez, não raro está atuando, modificando e transformando o grupo social, de forma que o eu na sociedade, ou o indivíduo e a instituição, não são entidades imediatamente opostas, mas, na verdade, constituem uma espécie de processo num estado constante de mediação e transação. (NOCHLIN, 2019, p. 72).

Tratar a produção artística e a produção artística de artistas mulheres sob o viés das discussões de gênero demanda a consciência das relações invisíveis de poder que as perpassam socialmente. Assim, as experimentações de linguagem e seus ecos no campo artístico são também afirmações de subjetividade no espaço simbólico ampliado das relações sociais em permanente negociação.

Sônia Andrade trabalhou como professora de educação primária no Colégio Pueri Domus e, assim como Wanda Pimentel, iniciou sua trajetória como artista através de aulas e cursos propostos por Ivan Serpa⁹ no Museu de Arte Moderna no Rio de Janeiro (MAM/RJ) e, posteriormente, aproximou-se do grupo liderado por Anna Bella Geiger com o intuito de trabalhar com o vídeo. Ela integra a primeira geração de videoartistas brasileiros.

Além de ser reconhecida pelos seus trabalhos experimentais em vídeo, Sônia Andrade transitou também pelo desenho e na prática de *objet-cherché*¹⁰. Na série de vídeos intitulada **Sem título**, realizados a partir de 1974 e que, segundo Arlindo Machado, “podem ser incluídos entre os mais maduros de sua geração” (MACHADO, 2001, p. 23), a artista debruçou-se sobre questões que tocam o político, principalmente a tortura, a censura e o enclausuramento, em uma tentativa constante de subverter a lógica vigente e possibilitar brechas de questionamento ao que não podia ser dito.

Em uma vídeo *performance* Andrade martela pregos entre os seus dedos da mão direita e, posteriormente, amarra-os com fios de cobre. Usando o corpo como suporte discursivo, a artista alegoricamente faz marcações violentas em torno de seus dedos, restringindo aqui uma parte do corpo substancial ao fazer artístico: a mão. Tecendo uma constante tensão para quem

⁹ Ivan Ferreira Serpa (RJ, 1923-1973) foi pintor, desenhista, gravador e professor.

¹⁰ *Objet-cherché* que na tradução direta do francês para o português corresponde a objeto-procurado é utilizado por Talita Trizoli (2018) para identificar o método utilizado por Sônia Andrade na elaboração da sua série “Hydragrammas” de 1978/1993, um conjunto com aproximadamente cem objetos e que constitui uma espécie de arqueologia ou cartografia do fazer artístico da artista.

vê, a obra satiriza a espetacularização e banalização da violência.

Ainda, em um dos seus **Sem título**, a artista enrola sobre o seu rosto um fio de *nylon* preto repetidas vezes, deformando a sua fisionomia, impedindo a fala e suprimindo suas feições. A alteração provocada pelo fio preto e grosso é reveladora em mais de um sentido. Como possibilidade de negar certos padrões de beleza socialmente validados ou mesmo no sentido de obliterar a sua identidade enquanto mulher. Sônia amarra, pressiona, desfigura. Os seus traços de individualidade tornam-se irreconhecíveis abaixo do emaranhado de fios. Para Trizoli, a “autora salienta as relações de interferência, acomodação e sofrimento a que os sujeitos se submetem a fim de adentrar ao ideal imagético de beleza e conformidade social”. (TRIZOLI, 2018, p. 74-75). Para Arlindo Machado, sua obra também reflete uma “autoviolência latente, meio real e meio fictícia” em que a artista “discorre sobre os tênues limites entre lucidez e loucura que caracterizam o ato criador”. (MACHADO, 2001, p. 23).

Há também dois outros vídeos de curta duração que compõem a sequência dessa obra e que receberam os codinomes de **Corte** e **Higiene**. No primeiro, Andrade usa uma pequena tesoura para violentamente retirar parte dos pelos das suas sobrancelhas e cílios, bem como dos seus cabelos. No segundo, a artista castiga a si mesma em um ato corriqueiro de escovar os dentes. Acompanhamos a sua ação obstinada em passar o fio dental e em esfregar a escova com força contra os dentes. Nessas ações, Sônia reproduz em si uma violência que, no âmbito público, ocorre sistematicamente através do terrorismo de Estado, em que a tortura dos porões da ditadura, a perseguição, o controle e o assassinato, brutalmente restringem a possibilidade de ser, mitigam identidades e deslegitimam a capacidade criadora.

CORPOREIDADES

Juntamente com Sônia Andrade, a artista baiana Letícia Parente, que inicialmente trabalhou como professora de Química, na Universidade Federal do Ceará e na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, é considerada pioneira da videoarte brasileira e responsável por trabalhos em vídeo emblemáticos, como é o caso da obra **Marca Registrada** (1974-1975). Nesse vídeo *performance*, a câmera acompanha os passos de Letícia no chão de madeira até uma cadeira onde ela se senta e inicia, com o close agora em suas mãos, a preparação da linha na agulha. Em um ato contínuo, que dura aproximadamente dez minutos, acompanhamos as mãos de Parente bordando, com linha e agulha, em seu próprio pé a frase *made in Brazil*.

Utilizando seu pé, performando em si mesma um ato de afirmação, lamento e denúncia,

as imagens lentas causam desconforto e confrontam diretamente o espectador em sua atitude *voyeur*. Podemos conjecturar que em **Marca Registrada**, Letícia Parente é movida por uma vontade de demonstrar as contradições entre o sujeito e o sistema político vigente. A perfuração da sola dos pés é autoagressão feita com agulha e linha, aparatos banais, usualmente utilizados por mulheres em afazeres domésticos e manuais. Enquanto borda, lentamente, a frase *made in Brazil*, a artista invoca e provoca a ideia de lugar que esse corpo ocupa na sociedade, pondo em questão esse pertencimento longamente naturalizado.

A frase *Made in Brasil*, na planta do pé de Letícia, pode também ser interpretada como um trocadilho com o slogan *Brasil, ame-o ou deixe-o*, utilizado pelo Governo ditatorial de Emílio Garrastazu Médici¹¹, a partir de 1969. A escrita em pele e sangue de *Made in Brasil*, que acompanhamos surgir pouco a pouco no plano sequencial, é também uma forma de localizar geograficamente esse sujeito preso pelos pés ao seu país de origem, em um momento em que permanecer no Brasil significava estar em risco permanente de violação e abandoná-lo era entregar-se ao exílio identitário, social, cultural e geográfico.

Wanda Pimentel, em sua pintura enquadrada, de figuração planificada e cores serigráficas, usa muito o pé, as pernas ou apenas os dedos do pé, como indício da presença da mulher em casa. Em espaços domésticos burgueses, altamente equipados com as novidades tecnológicas que fizeram das rotinas do lar um ambiente mais ágil e moderno, supostamente devolvendo momentos de contemplação e tempo livre às mulheres reclusas em seus lares. Os seus pés, as suas pernas, os dedos dos seus pés são, por metonímia, o corpo e a presença dela e de todas as mulheres que se reconhecem na cena. Uma cena *made in Brazil*.

Na série **Envolvimentos**, de Wanda Pimentel, não há rosto, não há mãos, embora os objetos ali figurados, como um ferro de passar roupas elétrico ou mesmo uma máquina de costura, explicitem a ação, o fazer, o trabalho facilitado pela tecnologia como lugar de existir dessa mulher. Mas, se esse fragmento do corpo feminino indicia a condição da mulher do lar na sociedade brasileira, na virada dos anos 1960/1970, ao mesmo tempo personaliza as inquietações da própria artista ao constatar seu entorno rodeado por objetos de consumo e distinção social, submetendo a experiência subjetiva no lar à aceleração da subjetivação pelo consumo. E é nesse mote imagético, quadro a quadro, cinematográfico, que repousa a força política e poética da artista. Há nessa série de pinturas planas, sem marcas de pincel e sem meios tons, uma narração que conduz absoluta e descritivamente a condição feminina posta

¹¹ Emílio Garrastazu Médici, o terceiro Presidente a governar durante o período da Ditadura civil-militar no Brasil, de 1969 a 1974, período conhecido como anos de chumbo, marcados pelo uso sistemático da tortura e do assassinato contra opositores do Regime.

em questão a partir de dentro. Da casa para a vida lá fora, vislumbrada por frestas e telas de TV, tensionando um real fenomenológico em ebulição para essa mulher que ali está.

Se por um lado o ambiente doméstico configura o local de realização das obras dessas três artistas mulheres como localização de sua posição social, por outro, Christine Mello, em “Extremidades do Vídeo” ressalta que, ao contrário de

[...] outros países que produzem nos anos 1970 performances e body art (arte corporal) muitas vezes em espaços abertos, no Brasil tais manifestações públicas são recriminadas, censuradas, pelo Estado ditatorial. Os trabalhos performáticos são realizados, dessa forma, em caráter privado, isolados do espaço público e documentados pela câmera de vídeo. (MELLO, 2008, p. 144).

Nesse contexto, é importante destacar que, à época, Wanda Pimentel mantinha seu atelier no quarto de dormir, onde, segundo a artista, suas pinturas eram realizadas sobre a própria cama.

Em **Preparação I**, de 1975, Parente grava seu rosto refletido em um espelho em plano médio e, posteriormente, fechado. A ação consiste na artista colocando uma fita adesiva sobre sua boca e seus olhos para em seguida aplicar maquiagem por cima. A obra funciona como uma metáfora não apenas da alienação imposta pela censura moralizante da época – a mulher direita deve seguir uma vida sublimada na boa aparência, sem nada questionar e nada ver – mas, também, remete à imagem da mulher submissa às atividades de manutenção e construção daquilo que é definido como o padrão de beleza feminino, como em um ritual de feminilidade cotidiano.

O vídeo, com duração de pouco mais de três minutos, se passa em um cômodo que se parece com um banheiro. Não há som no ambiente interno onde Letícia performa, mas sim uma construção do silêncio como imposição da verdade, produto de um sistema que veda e abafa o exercício da liberdade de expressão. Contudo, sons de carros e sirenes, vindos de fora, compõem diegeticamente a ação, remetendo a condição caótica da sociedade de consumo. Letícia conclui o vídeo, penteando os cabelos de maneira quase automática e o desfecho se dá com a artista deixando o ambiente por uma porta, retirando seu corpo até o ponto em que só vemos uma mão deslizando para o lado de fora da porta.

É importante perceber que a crítica sistêmica desenvolvida por Parente, em ambos os vídeos, nunca é descolada da situação do sujeito mulher, esse corpo volitivo duplamente silenciado e apagado pela sociedade patriarcal e autoritarista.

Wanda Pimentel também percorre os cômodos da casa com suas cenas. Nelas, além de eletrodomésticos, xícaras e cigarros fumegantes, leiteiras e chaleiras transbordadas, roupas e sapatos, há uma profusão de gavetas e janelas. Gavetas fechadas, gavetas abertas, gavetas

reviradas. Janelas fechadas ou semicerradas por cortinas, às vezes esvoaçantes, por onde corre a brisa e se pode espiar, ou intuir, o mundo lá fora. Há também janelas que abrem para dentro do próprio quadro, reiterando a perspectiva e o ponto de vista, como telas de televisão dentro de si mesmas. A arquitetura é também fragmentada e simbólica na construção reconfigurada desses interiores. Assim, vigas, escadas, planos e portas de vistas furtivas estruturam a composição de forma rígida e confusa (pela desproporcionalidade dos planos e objetos entre si) e, ao mesmo tempo, amparam a mulher que está ali, tão envolvida quanto reflexiva.

Em **Eu, armário de mim** (1975) e **In** (1975), Letícia também vai explorar, sobretudo, a interação do corpo com a espacialidade doméstica no âmbito privado da casa, espaços onde a feminilidade é vivenciada enquanto prática social compulsória. Parente revisita criticamente essas zonas onde a intimidade e a subjetividade da mulher podem ser mais, ou menos, experienciadas: a sala de estar, o quarto, o banheiro.

Em **In** (1975), gravado com o auxílio de Jom Azulay, Letícia é capturada entrando em um ambiente que parece um quarto e, na ação aparentemente banal de pendurar e organizar roupas em um armário, a artista se autopendura em um cabide e guarda a si própria dentro de um armário branco embutido na parede, que ocupa todo o enquadramento da câmera. Silvia Federici¹², em *O ponto zero da revolução*, traz uma reflexão que vai ao encontro da visão crítica das artistas que, naquele momento, estão questionando o âmbito doméstico. Ela afirma que o trabalho doméstico “[...] não só tem sido imposto às mulheres como também foi transformado em um atributo natural da psique e da personalidade femininas, uma necessidade interna, uma aspiração, supostamente vinda das profundezas da nossa natureza feminina.” (FEDERICI, 2019, p. 42).

A organização da casa, a limpeza, os cuidados com os filhos e toda a gama de afazeres domésticos que engendram o trabalho reprodutivo - invisível e não remunerado -, feito cotidianamente pelas mulheres, é fator indispensável na manutenção da lógica capitalista. Podemos encarar a ação de encerrar-se dentro de um armário como uma crítica ao trabalho repetitivo e mal pago que acaba anulando a mulher, transformando-a em um mero objeto multifuncional intrínseco à manutenção da casa?

Em 1969, a artista estadunidense Mierle Laderman Ukeles¹³ escreve o *Manifesto pela Arte da Manutenção, 1969!*, em que descreve o trabalho doméstico como sistema de manutenção e afirma “a manutenção é um saco; leva tempo pra cacete. (lit.) A mente pasma e

¹² Silvia Federici (1942), intelectual e militante feminista marxista italiana, foi cofundadora do *International Feminist Collective*, participou ativamente do *International Wages of Housework Campaign* e atualmente é professora emérita da Universidade de Hofstra, em Nova York.

¹³ Mierle Laderman Ukeles (1939), artista, desde 1977 trabalha como Presidente no *New York City Department of Sanitation*.

se desgasta no tédio”. (UKELES, 2019:43).

Em **Eu, armário de mim** (1975), feito a partir de uma série de fotografias em preto e branco rearranjadas em formato de vídeo, a artista coloca em perspectiva uma série de utensílios e objetos organizados dentro de um armário. O trabalho¹⁴ inicia com uma tela em branco e uma voz que afirma categoricamente “eu, armário de mim. eu, armário de mim. eu, armário de mim.”. Na sucessão de fotografias, acompanhamos a sensação claustrofóbica e sufocante de um armário que suporta calçados, roupas pretas e brancas, cadeiras e bancos amontoados, frutos, legumes e carnes, fragmentos de imagens em raios-X, jornais amassados, objetos de culto e pessoas. Vez ou outra, a tela em branco, imagens pouco nítidas e a voz seguem com seu poema-denúncia, durante três minutos e meio de vídeo. Cada parte vai amarrando-se com as fotografias em tela. Em uma catalogação do espaço doméstico, dos afazeres, das listas intermináveis daquilo que se é obrigada a manter, reunir, organizar, arrumar e limpar. Em um dos trechos do poema, Letícia declara:

[...]

Mal travestido em doença. Registro de lutas na carne
A condição de ser é fardo às vezes
nas costas a humanidade. Tão leve e tão pesada.
Cura-me a própria dor da dor. Cura-me a dor da dor.
Eu armário de mim. Eu armário de mim.
Mãos registrando a vida em mim. Mãos narrando a vida no tempo.
Eu armário de mim.
Ferramentas de construir cada dia. [...]

O discurso e a ação entrelaçam desejos e aflições da artista, o arrebatamento visível nas obras de Letícia de uma liberdade que é diariamente negada às mulheres. Fica clara, em suas obras, a noção de casa como prisão, como sufocamento de si e de sua própria subjetividade que permanecem enquadradas em armários, salas, quartos e banheiros, naquilo que Letícia afirmava ser uma arqueologia do tempo presente. André Parente atenta que, nas obras de Letícia, “a casa é mais do que um território ou um espaço neutro; ela é também confluência de signos e de redes que nos compõem, nos produzem”. (PARENTE, 2014:7).

ABRINDO O DIÁLOGO, BREVES CONSIDERAÇÕES

Sônia Andrade, Letícia Parente e Wanda Pimentel foram criadoras de importantes trabalhos que inauguram uma tradição alçada na crítica social a partir da videoarte. Seja pelo

¹⁴ Reeditado por André Parente (1957), artista visual, cineasta e filho de Letícia Parente.

uso explícito do vídeo como meio, suporte e espaço performativo como vimos em Parente e Andrade; seja através da percepção espacial transmutada, atravessada pela linguagem midiática que vem marcar a vida cotidiana das sociedades estruturadas pelo consumo conspícuo, atuando na subjetividade e nas múltiplas formas de subjetivação do indivíduo sob a experiência/experimentação do mundo através dos meios eletrônicos de comunicação.

Em Pimentel, Andrade e Parente, os trabalhos, no geral, exibem também um Brasil que foi marcado pela tortura, pela violação, pelo silenciamento e, aqui, principalmente, também pelo feminismo de artistas mulheres e outros ativismos políticos e poéticos. As práticas artísticas, sempre transversais às práticas sociais e políticas, fazem da arte um espaço polissêmico de conexões simbólicas.

Wanda Pimentel faleceu em dezembro de 2019, sem conseguir realizar um vídeo, o primeiro vídeo idealizado por ela. Queria filmar seus passos em uma esteira rolante. À vista, apenas seus pés, um passo atrás do outro, obstinada e lentamente. Só o caminhar, a ação incessante como ato de existência, presença e vida diária. Tudo passa, nos diz o tempo. Mas, e a história?

Se construir representações artísticas através de novos suportes é uma das características da arte contemporânea, no Brasil dos anos 60/70 o vídeo, desde as emissoras de TV, passou a configurar uma ferramenta que possibilitou aos artistas uma linguagem renovada e resiliente. Os meios de comunicação de massa, cultural, política e subjetivamente influenciaram e seguem influenciando nossa forma de ver e representar o mundo, em todos os suportes, de forma incontornável.

As representações artísticas realizadas por essas três mulheres, como acabamos de ver, estão intimamente relacionadas com questões do âmbito público e político, no contexto dos anos 60/70, no Brasil. Por um lado, de forma orgânica, elas refletem pautas de um ainda incipiente movimento de mulheres, influenciado pelo feminismo estadunidense e europeu, ao questionarem, a partir de suas realidades de classe, o lugar da mulher na sociedade, o papel da mulher na configuração familiar.

O lugar social da mulher nos trabalhos de Letícia, de Wanda e de Sônia, está situado no âmbito doméstico das camadas médias e altas da sociedade, onde também se perpetram práticas opressoras tais como, por vezes, revelam os corpos feridos e torturados ou sem rosto, ou fragmentados de suas imagens, sinalizando também violências específicas a que as mulheres estão submetidas. É importante reforçar que ainda que essas produções sejam, ou não, caracterizadas como feministas, a estrutura teórica que utilizamos para analisá-las procura dar conta das particularidades desses trabalhos, tomando das obras as informações

que são possíveis de ensaiar objetiva e subjetivamente, tendo em vista o contexto e as estruturas sociais que permeiam essas artistas mulheres. Para Griselda Pollock, não devemos

[...] aderir ao estereótipo feminino, que homogeneiza o trabalho das mulheres como algo determinado pelo gênero biológico [...] ainda assim, precisamos reconhecer aquilo que as mulheres compartilham - como resultado de sua criação, e não da natureza, ou seja, os sistemas sociais historicamente variáveis que produzem a diferença sexual. (POLLOCK, 2019, p. 124).

Desse modo, o corpo e a mulher frente à câmera ou à tela dessas três artistas, os tantos fragmentos que são produtos e, ao mesmo tempo, intervenções em uma dada realidade, correspondem a uma das múltiplas possibilidades de leitura do real. Não pretendem ser porta vozes ou mesmo discursos subjetivos homogeneizantes, mas abrem frestas para abordar e olhar os corpos que ali estão. Em nosso país, naquele momento político antidemocrático e inquisidor, tanto quanto o movimento de mulheres brasileiro, suas poéticas artísticas, esteve permeado pelo sentimento de urgente resistência ao autoritarismo e à repressão patriarcal. Mesmo que individualmente e, com maior ou menos engajamento, suas produções visuais ajudaram a promover subjetividades emancipadoras com repercussões no campo artístico e social que a história pode sempre reencontrar.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Thamara Venâncio de. **A videoarte no Brasil: Uma perspectiva histórica.** Is Working Paper do Instituto de Sociologia da Universidade do Porto, v. 67, p. 1-49, 2018.

BRASIL. Lei nº 5536, de 21 de novembro de 1968. Dispõe sobre a censura de obras teatrais e cinematográficas, cria o Conselho Superior de Censura, e dá outras providências. **Diário Oficial da União:** seção 1, Brasília, DF, p. 10177, 21 nov. 1968.

COCCHIARALE, Fernando. **Quem tem medo de arte contemporânea?** Editora Massangana: Recife, 2006.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução:** trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. Editora Elefante: São Paulo, 2019.

MACHADO, Arlindo. **As três gerações do vídeo brasileiro.** Sinopse, n. 7, ano III, ago. 2001, p. 22-33.

MACHADO, Arlindo. **Made in Brasil:** três décadas do video brasileiro. Editora Iluminuras: São Paulo, 2007.

MACHADO, Arlindo. **O vídeo e a sua linguagem.** Dossiê Palavra/Imagem – Revista USP, n. 16,

p. 6-17, dez. 1992 – fev. 1993.

MELLO, Christine. **Extremidades do vídeo**. Senac: São Paulo, 2008.

MUSEU DE ARTE DE SÃO PAULO ASSIS CHATEAUBRIAND. **Wanda Pimentel: Envolvimentos**. Curadoria, Adriano Pedrosa, Camila Bechelany...[et al.]. Catálogo da exposição. São Paulo, MASP, 2017. 144 p., il. color. p.b.

NOCHLIN, Linda. Como o feminismo nas artes pode implementar a mudança cultural. **In: MUSEU DE ARTE DE SÃO PAULO ASSIS CHATEAUBRIAND. História das mulheres, histórias feministas: vol. 2 antologia/organização Adriano Pedrosa, Amanda Carneiro e André Mesquita - São Paulo: MASP, 2019. 528 p. il.**

PARENTE, André. **Alô, é a Letícia?** eRevista Performatus, Inhumas, ano 2, n. 8, jan. 2014.

POLLOCK, Griselda. A modernidade e os espaços de feminilidade. **In: MUSEU DE ARTE DE SÃO PAULO ASSIS CHATEAUBRIAND. História das mulheres, histórias feministas: vol. 2 antologia/organização Adriano Pedrosa, Amanda Carneiro e André Mesquita - São Paulo: MASP, 2019. 528 p. il.**

RIBEIRO, Regilene Sarzi. **O corpo em primeiro plano** – uma análise do vídeo Marca Registrada de Letícia Parente. Revista Nexi, São Paulo, n. 5, p. 1-14, 2019.

SANTOS, Jair Ferreira dos. **O que é pós-moderno**. Editora Brasiliense: São Paulo, 1986.

SCHROEDER, C. S. **As artes visuais sob vigilância: censura e repressão nos anos de ditadura**. MODOS, Revista de História da Arte. Campinas, v. 3, n. 3, p. 45-59, set. 2019. Disponível em: <https://www.publionline.iar.unicamp.br/index.php/mod/article/view/4300>

SIQUEIRA, Vera Beatriz. Wanda Pimentel e o circuito expositivo brasileiro (1960-1970). **In: XXXIII Colóquio do Comitê Brasileiro de História da Arte - A arte e suas instituições**. Anais do XXXIII Colóquio do Comitê Brasileiro de História da Arte. 2013, Fundação Casa de Rui Barbosa. Rio de Janeiro, CBHA e UFRJ, 2013. p. 235 -254.

TRIZOLI, Talita. **Atravessamentos feministas: um panorama de mulheres artistas no Brasil dos anos 60-70; orientação Celso Fernando Favaretto**. São Paulo: s.n., 2018. 434 p. ils. Tese (Doutorado - Programa de Pós-Graduação em Educação. Área de concentração: Filosofia e Educação) - Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.

UKELES, Mierle Laderman. Manifesto pela arte da manutenção, 1969! **In: MUSEU DE ARTE DE SÃO PAULO ASSIS CHATEAUBRIAND. História das mulheres, histórias feministas: vol. 2 antologia/organização Adriano Pedrosa, Amanda Carneiro e André Mesquita - São Paulo: MASP, 2019. 528 p. il.**

ZUMTHOR, Paul. **Performance, recepção, leitura**. São Paulo: Ubu Editora, 2018.

~ CAPÍTULO VI ~

OS LIVROS INFANTIS SOB A PERSPECTIVA DOS ESTUDOS DE GÊNERO E DO CONSTRUCIONISMO SOCIAL

Ana Carolina Weselovski da Silva

Eliane Cadoná

O MUNDO DA FANTASIA SOB ANÁLISE

Histórias infantis - quando nos referimos à cultura ocidental moderna - estão muito presentes na infância das crianças. Trazem elementos mágicos e imaginários, fazendo com que a fantasia ganhe vida aos olhos de seus/as pequenos/as leitores/as. Tais histórias, no que tange à produção de modos de ser e narrar o mundo, são mais do que apenas uma simples sucessão de fatos, pois estão recheadas de discursos e produções de sentido que as crianças utilizam para dar conta, olhar e interpretar o mundo em que vivem.

Esses contos infantis podem impactar, nos processos de subjetivação de quem os lê/reproduz, nas noções neles impressas. (GUATTARI; ROLNIK, 1986; GUATTARI, 1990; CADONÁ; STREY; SCARPARO, 2017). Ao escrever, o/a autor/a não só coloca no seu livro uma noção de sujeito pautada no contexto no qual se encontra inserido/a, mas uma forma de olhar para o mundo carregado de produção de sentidos e de regime de verdade. (SPINK, 2010; FOUCAULT, 2007). Vemos, assim, diversas instituições dançarem nas páginas desses livros e diversas vozes falarem através de seus personagens.

Segundo Gregório Baremlitt (2002), as instituições configuram-se, no contexto social, como lógicas inventadas e adotadas no cotidiano das pessoas que, por sua vez, regulam seu comportamento. Dentre as instituições de maior relevância para este estudo, encontramos a linguagem e suas regularidades (IÑIGUEZ, 2002; SPINK, 2010) que, por intermédio de palavras, gestos e imagens, produzem os sujeitos de quem fala.

Andressa Bottom e Marlene Strey (2011, p. 33) trazem que somos constantemente alvo de interpelações discursivas que visam a moldar nosso comportamento de acordo com o que se julga ideal dentro de determinada cultura. Assim, os livros infantis também se constituem como agentes capazes de subjetivar seus/as leitores/as, e, por muitas vezes, estão carregados de uma lógica de sujeito sexista e binarista (BUTLER, 2003; CADONÁ; SCARPARO, 2014) que determina o que é aceito e esperado de meninos e meninas de acordo com o gênero com o qual são identificados. Esses livros são, portanto, produtos e produtores de nossa cultura.

Não se trata aqui de criticar os/as autores/as dessas obras, mas de buscar compreender o que se diz, como se diz e para quem se diz (CADONÁ; STREY; SCARPARO, 2017; SPINK, 2010), tendo em mente a época em que foram escritos esses contos. Com esse movimento, buscamos também problematizar de que forma podem influenciar em como as crianças se constroem em meio a esses dispositivos (FISCHER, 1996; 2001; 2002), afetando tanto como veem a si mesmas quanto o que/quem as rodeia.

Levando em conta os aspectos acima mencionados, na presente pesquisa buscamos problematizar os sentidos de gênero produzidos pelos livros de literatura infantil mais utilizados durante o primeiro ano, do Ensino Fundamental, de todas as escolas municipais de uma cidade, localizada no noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Assim, destacamos a importância de debater questões de gênero, pois esse se constitui em um tema que atravessa nosso cotidiano, nossas vidas, nossas mentes, nossos corpos, deixando marcas indeléveis. (FOUCAULT, 2004; 2011). No cenário em questão, a palavra “gênero” acaba por ser carregada de discriminações e sofrimento para aqueles/as que fogem dos padrões produzidos pelos discursos dominantes. Têm-se, assim, uma necessidade de refletirmos criticamente acerca desse tema, a fim de abrir novas possibilidades de vivenciar e conviver com tais questões.

Teóricos/as pós-estruturalistas adotam um posicionamento crítico a ideias estruturalistas e pautadas na Modernidade (GERGEN, 2009; GERGEN, 2008; GERGEN; GERGEN, 2010), trazendo formas de compreender o sujeito menos rígidas e fechadas. Um dos postulados da Modernidade traz o conhecimento como a representação do mundo, em que conhecer é sinônimo de representar fielmente os objetos do mundo. E, para chegar-se a essa “fiel representação do mundo”, seria necessário prezar por algumas características, como a objetividade, a neutralidade, a constância e a continuidade, a partir das quais tornaria possível a racionalidade científica. Assim, a modernidade acaba por cair em um discurso totalizante. (ÍÑIGUEZ, 2002b). A Pós-modernidade rompe com essa forma de pensar ao introduzir o relativismo no pensamento científico, movimento no qual os objetos do mundo não podem ser

apreendidos por meio da razão científica moderna, pois o sentido atribuído a tais objetos é dado através do discurso, então o real é definido pelos intercâmbios sociais. Íñiguez (2002b p.119) traz que “não há realidade que seja independente da maneira pela qual nos referimos a ela”.

Em meio às teorias pós-modernas, encontramos críticas acerca da noção de produção de subjetividade e de desejo como práticas exercitadas no interior dos sujeitos. Abre-se aí para a ideia de que existem, ao invés disso, agenciamentos coletivos de desejo e de subjetividade que podem, em algum momento e contexto social, se individualizarem. O desejo é considerado como pertencente a sistemas maquínicos e aqui o que se compreende por maquínico são as máquinas sociais, estéticas e teóricas que produzem os sujeitos e suas subjetividades. Assim, o desejo corresponde a certo tipo de produção, tendo infinitas possibilidades de “montagem”. (GUATARRI; ROLNIK, 1986).

Por acreditarmos que o conhecimento avança através da oposição, sem nunca chegar a uma certeza absoluta (SALIH, 2013), neste trabalho não propomos buscar por verdades absolutas. Mas, tivemos por objetivo por o conhecimento em movimento, fomentando o pensamento crítico ao problematizar questões de grande relevância para nossas vidas.

A perspectiva adotada neste estudo tem como uma de suas bases o Construcionismo Social, que se interessa pela forma como as pessoas descrevem/explicam o que as cerca, compreendendo o discurso sobre o mundo como um artefato de intercâmbio social e não como meramente um reflexo do mundo. (GERGEN, 2009, p. 303). Através dele, nos propomos a questionar as verdades acatadas, a forma como nos ensinaram a olhar para o nosso entorno e para nós mesmos, pois o Construcionismo parte do pressuposto de que o conhecimento não se baseia na observação, não é objetivo, como também não é imparcial. (ÍÑIGUEZ, 2002a). É sim algo que os sujeitos fazem juntos, de forma que pode variar de uma cultura para outra, pois quando se lança outro olhar para uma determinada questão as verdades mudam e, por conseguinte, a compreensão que se tem acerca do tema em questão. Logo, podemos concluir que as verdades não são absolutas, mas transitórias e marcadas por diversos processos (históricos, políticos, sociais, individuais...). De acordo com Íñiguez (2002), independente do conhecimento, esse sempre está localizado em um tempo e em um lugar que, por sua vez, dá lugar a ele em sua conjuntura pela sua funcionalidade, eficácia e utilidade no âmbito da produção de subjetividade.

O Construcionismo tem tido uma grande adesão de pensadoras feministas por conta de sua “ênfase nas bases sociais do conhecimento, seus processos de interpretação, e sua preocupação com os fundamentos valorativos das descrições científicas” (GERGEN, 2009, p.

315). Apresenta-se, então, como uma alternativa à ciência empírica que, sob a perspectiva dessas autoras, foi frequentemente empregada para construir visões que acabavam por colaborar com a subjugação das mulheres, na medida em que advoga a manipulação, supressão e alienação daqueles/as a quem se propõe entender. (GERGEN, 2009, p. 315).

Dessa forma, as Teorias de Gênero de caráter pós-estruturalistas constituem-se como importante base teórica para nosso estudo, pois veem o sujeito em meio às tramas das instituições que os envolvem, buscando desconstruir as categorias de “homem”, “mulher”, “lésbica”, “gay”. (SALIH, 2013). O termo gênero é empregado de forma a problematizar as demandas que são socialmente impostas a homens e mulheres que extrapolam diferenciações meramente biológicas, evidenciando, assim, a construção social da diferença sexual. Após a terceira onda do feminismo, “gênero” deixa de designar apenas a dualidade homem *versus* mulher, feminino *versus* masculino; busca, então, a desnaturalização dessas categorias, permitindo a multiplicidade de representações acerca das mesmas. (BOTTOM; STREY, 2011, p. 29).

Joan Scott (1990, p. 75) diz que esse termo também é usado para referir-se às relações sociais entre os sexos e seu emprego deixa evidente uma rejeição às explicações unicamente direcionadas às categorias biológicas. Indica, por outro lado, as construções sociais acerca dos papéis atribuídos a homens e mulheres e a “raiz” social das identidades subjetivas que assumimos. Assim, podemos afirmar que “Gênero é uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado” e que o simples fato de se constituir em uma categoria já denota uma interpretação sobre tal fenômeno e, em função disso, uma compreensão discursiva a respeito.

Assim, vemos a importância de discutirmos sobre temas relacionados à diversidade sexual e gênero, a fim de promovermos formas menos discriminatórias e excludentes de vivenciar essas temáticas no dia a dia, possibilitando processos de singularização dos sujeitos. Para Suely Rolnik e Félix Guattari (1996, p.66), singularização é o processo de “encarnar a vida por nós mesmos”. Falar de singularização leva, inevitavelmente, a falar de identidade. Esses mesmos autores trazem que identidade e singularidade são duas coisas distintas, pois ao passo que a singularidade é um conceito existencial; a identidade remete a uma circunscrição da realidade a quadros de referência que podem até mesmo ser imaginários. Singularizar-se pressupõe uma capacidade do indivíduo de se distanciar de referências socialmente dadas para que possa explorar novas dimensões de si. (BORGES, 2013).

Singularizar é afirmar a potência, é criar outros modos de existência, rompendo com os modos de subjetivação hegemônicos. “Trata-se de uma verdadeira lógica dos devires, lógica

das multiplicidades que estão sempre colocando em xeque qualquer tentativa de eternidade pelas universalizações”. (CORRÊA, 2006, p 37). Fato esse, na nossa leitura, somente possibilitado em meio à construção de uma formação pautada na promoção da cidadania e na criticidade.

A partir disso, propomos uma análise de livros de literatura infantil. Este estudo consiste em uma pesquisa documental, que segue a metodologia qualitativa, uma vez que se propõe a compreender o sentido que determinado fenômeno tem para diversas pessoas, algo que não poderia ser resumido e compreendido apenas através de dados quantitativos. (GUARESCHI, 1998). Os dados foram analisados sob a perspectiva da Análise de Discurso, que afirma que, para analisar um texto, é necessário vê-lo dentro de sua complexidade histórica e política, compreendendo que a linguagem e o discurso também produzem certos tipos de práticas sociais. (FISCHER, 2001).

Na presente pesquisa, olhamos para os dados coletados através de uma perspectiva embasada no Construcionismo Social e nas Teorias de Gênero. Entretanto, não desconsideramos que há outras formas de olhar para os mesmos dados, através de outros aportes teóricos. Assim, frisamos que não temos por intuito estabelecer verdades acerca do tema em questão, mas sim, de movimentar o pensamento crítico, trazendo nossa contribuição para esse campo de pesquisa.

Para a obtenção do *corpus*, primeiramente entramos em contato com a Secretaria Municipal de Educação, de um município do interior do Rio Grande do Sul, região do Alto Uruguai e, posteriormente, nos dirigimos às escolas em questão. Foram selecionadas todas as escolas municipais do perímetro urbano do referido município.

Nas escolas, buscamos conversar com seus/as Diretores/as, explicando brevemente do que se tratava a pesquisa e solicitando o acesso aos livros utilizados pelos/as alunos/as do primeiro ano do Ensino Fundamental. Então, realizamos um levantamento, juntamente com os/as professores/as responsáveis pelas turmas, a fim de chegar ao livro mais retirado pelas/os alunas/os e/ou utilizado em sala de aula enquanto recurso didático. Esse livro foi fotografado em sua totalidade e, posteriormente, impresso pelas autoras.

Para iniciarmos a análise, o conteúdo dos livros foi colocado em tabelas (SPINK, 2013; CADONÁ; STREY; SCARPARO, 2017), como as que seguem abaixo e, a partir delas, foram eleitos eixos temáticos relacionados ao que mais se tornou evidente, levando-se em conta as ferramentas teórico-metodológicas da Análise do Discurso, os objetivos do estudo e o que se evidenciou nos materiais em análise.

Tabela 1 – Análise da capa

Ano	Descrição da capa	Observações

Fonte: As autoras (2017).

Tabela 2 – Análise do livro

Página	
Editora	
Quem fala	
O que fala	
Como fala	
Resumo do texto	
Observações	

Fonte: As autoras (2017).

Em duas das quatro escolas contempladas pela pesquisa foi possível nos utilizarmos do registro de retiradas para chegar ao livro mais utilizado pelos/as alunos/as do primeiro ano. Como as demais escolas não mantinham tais registros, solicitamos para que a professora das turmas em questão indicasse qual era o livro que, a seu ver, era o mais utilizado por seus/as alunos/as. Em uma dessas escolas, a professora indicou dois livros e utilizamos ambos na pesquisa. Assim, o *corpus* foi constituído por cinco livros.

Tabela 3 – Livros coletados

Título	Autor(a)	Ano	Editora	Localidade
A Bela Adormecida	Geraldo H. Kool Filho	2007 (ISBN)	Bicho Esperto	Blumenu/SC
A joaninha Lelé	Gerusa Rodrigues Pinto	1900 (ISBN)	Fapi	Belo Horizonte/MG
Balas, bombons, caramelos	Ana Maria Machado	2013	Altea	São Paulo/SP
Lúcia Já-vou-indo	Maria Heloisa Penteadado	1984	Ática	São Paulo/SP
Rapunzel	Patrícia Amorim	2006	Edições Sabida	Blumenu/SC

Fonte: As autoras (2017).

Como os livros *A bela adormecida* e *A joaninha Lelé* não informavam o ano de sua publicação, para a obtenção de tal, consultamos o ISBN¹.

Optamos pelo primeiro ano do Ensino Fundamental para a coleta do material em razão de ser esse o ano que se inicia a alfabetização, sendo o momento de entrada no mundo da linguagem escrita e dos simbolismos a ela relacionados. Compreendemos, também, ser essa uma importante fase do desenvolvimento em que as crianças estão constituindo sua forma de ver o mundo e a si mesmas.

A partir das análises realizadas, notamos que algumas questões se sobressaíram, sendo recorrentes na maioria dos livros analisados. Assim, discorreremos mais profundamente sobre algumas delas a seguir.

PASSIVIDADE FEMININA

Contos infantis costumam trazer em suas páginas uma infinidade de personagens, cada um com características distintas, que encantam e passam a permear o imaginário das crianças. Contudo, foi possível observar, nos livros analisados, uma forma recorrente de retratar suas personagens. Em se tratando das personagens femininas, vemos que muitas delas adotam uma postura passiva frente às adversidades que lhes ocorrem.

Começando pelos clássicos *A bela adormecida* e *Rapunzel*, temos suas protagonistas, as princesas, retratadas como jovens tão belas que encantam seus príncipes e esses, por sua vez, tomados pela paixão, salvam as princesas da situação em que se encontravam e então, casam-se, chegando ao tão esperado final feliz. Podemos ver a produção do masculino nesse cenário e também se torna muito evidente, nesses contos, uma característica passiva por parte das protagonistas dando, até mesmo, um contorno de fragilidade para elas, pois, no decorrer da história, as princesas tornam-se alvo de vicissitudes; entretanto, não conseguem superá-las sozinhas. Já o seu contraponto, o príncipe, é sempre retratado como um jovem aventureiro e destemido. Vemos, assim, quanto príncipes e princesas são investidos de formas distintas e têm determinadas características valorizadas em detrimento de outras. Os príncipes são valorizados por sua coragem e as princesas por sua beleza.

A partir disso, podemos pensar na forma como os sujeitos se produzem em meio a tais discursos. Esses livros trazem práticas discursivas capazes de produzir sentidos, na medida em que a linguagem se constitui como uma prática social por intermédio da qual

¹ International Standard Book Number - sistema internacional padronizado que identifica numericamente os livros segundo o título, o autor, o país, a editora, individualizando-os inclusive por edição.

estamos constantemente nos produzindo, onde diversas vozes se confrontam e se fazem presentes. (SPINK, 2013).

Podemos observar que o padrão de passividade feminina se repete em outras personagens dessas histórias, como a mãe de Rapunzel e a Rainha de Bela Adormecida. Em *A Bela Adormecida*, vemos o Rei tomar as decisões quanto ao futuro de sua filha sem a participação da Rainha, ordenando que a mesma seja escondida em uma casa no meio da floresta e, posteriormente, que seja trazida de volta. Já a mãe de Rapunzel, adoece por conta de seu desejo em comer os rabanetes da bruxa, sua vizinha, tendo, assim, que o seu marido ir apanhar alguns.

Príncipes, Princesas, Rei, Rainha são caricaturas de figuras características do patriarcado, sistema no qual os/as autores/as da obra encontram-se inseridos/as. Na prática, o patriarcado delega determinados papéis e impõe certos comportamentos a homens e mulheres, refletindo assim qual era a ideia de feminilidade e masculinidade que se tinha dentro daquele contexto. No caso desses contos, é importante ter em mente que são adaptações baseadas nos contos dos irmãos Grimm, lançados na Alemanha, em 1812, que, posteriormente, foram popularizados por Walt Disney. O patriarcado, nesse cenário, compreende em um sistema no qual “a política sexual implica no fato de que os homens estabelecem as regras de poder e de controle social. (...) o projeto de dominação implantado identifica a mulher com a natureza. Uma e outra, no seu entender, deveriam ser submetidas pelo homem”. (STREY; WERBA; NORA, 2004, p. 151).

Bourdieu (2012), que se dedicou a estudar a dominação masculina, traz que essa se encontra nas estruturas sociais. Na forma como masculino e feminino são construídos a partir de uma lógica binária em que determinadas características são atribuídas a um em oposição ao outro, e – por ser uma lógica androcêntrica – as características associadas ao masculino são mais valorizadas e tidas como superiores. Essa divisão binária é naturalizada, colocada como sendo a “ordem natural das coisas” e, assim, legitimada. A naturalização da dominação masculina e a incorporação dessa divisão binária entre masculino e feminino no *habitus*, que é o princípio unificador de práticas, faz com que as mulheres sejam vistas muito mais como objetos e não como sujeitos transformadores. Por conta disso, para esse sociólogo, a violência simbólica é intrínseca a essa forma de dominação. Em suas próprias palavras:

Sempre vi na dominação masculina, e no modo como é imposta e vivenciada, o exemplo por excelência desta submissão paradoxal, resultante daquilo que eu chamo de violência simbólica, violência suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento. Essa relação social extraordinariamente ordinária

oferece também uma ocasião única de apreender a lógica da dominação, exercida em nome de um princípio simbólico conhecido e reconhecido tanto pelo dominante quanto pelo dominado... (BOURDIEU, 2012, p. 7-8).

Entretanto, vemos surgir, nesses mesmos contos, uma figura feminina poderosa, ativa e independente: a bruxa. A personagem feminina mais astuta e autônoma retratada em uma figura que, por sua característica subversiva, é temida, é logo associada a um ser maldoso. Isso se torna ainda mais interessante ao observar que a bruxa de *Rapunzel* apresenta-se na maior parte do tempo, apenas, como uma mulher independente, que mora sozinha, sem marido ou filhos/as, o que faz com que nos perguntemos: afinal, quem são as bruxas?

Para entendermos os significados que essa palavra carrega, precisamos ter em mente que a figura da bruxa que permeia o imaginário popular em muito é influenciada pela forma como passaram a ser vistas a partir da Idade Média. Isso por conta da caça às bruxas empreendida pela Igreja Católica, na qual tais mulheres eram vistas como maléficas e corruptoras. Seus crimes eram considerados piores que heresias e, atualmente, são comumente representadas como feiticeiras carregadas de eroticidade e maldade, remetendo a uma antiga associação entre mulher, luxúria e pecado. (ZORDAN, 2005; VIEIRA, 2011).

Vieira (2011) traz que há indícios arqueológicos que apontam a existência de sociedades pré-patriarcais, em que a mais antiga imagem humana do divino era feminina. Como ainda não era completamente compreendida a participação masculina na concepção, essas sociedades centravam-se na figura feminina, atribuindo às mulheres elevado valor e *status* social. O Paganismo, termo que logo nos remete à bruxaria, foi criado pela Igreja Católica para designar aqueles/as que se mantinham fieis às antigas religiões, que cultuavam a natureza e o sagrado feminino, sendo sua principal figura de adoração a Deusa ou a Grande Mãe.

Vieira (2011) traz que reimaginar Deus como uma figura feminina é questionar a dominação masculina que é exercida tanto sobre mulheres, quanto sobre homens e outras formas de vida. Assim, podemos perceber que criar alternativas para a imagem masculina de poder e dominação é um ato político de muita relevância, pois a imagem de Deus como um ser masculino dominante corrobora para sustentar a dominação masculina, que aparenta ser a forma mais natural de exercício de dominação.

A figura da bruxa durante a Santa Inquisição foi utilizada com certa finalidade pedagógica para disseminar a moral cristã, muito pautada em preceitos patriarcais, e para combater o mal. Assim, empreendiam uma perseguição ferrenha ao que parecia encarnar tudo que é rebelde, indomável e instintivo nas mulheres. (ZORDAN, 2005, p. 332). Dessa

forma, podemos compreender que bruxas desestabilizam a estrutura patriarcal, ao subverter papéis de gênero, por isso são más.

No livro *A joaninha Lelé*, podemos encontrar algumas semelhanças com os contos clássicos, principalmente no momento em que a protagonista encontra seu noivo. No cenário narrado, a mesma encontra-se triste e cabisbaixa quando, de repente, surge o Senhor Pernilongo, tirando-a para dançar e arrebatando o coração da Joaninha. O personagem que representa a figura masculina, vale destacar, não é muito diferente do Príncipe que surge e salva a Princesa.

A Joaninha difere um pouco das demais protagonistas femininas. A centralidade do conto está no movimento que ela faz para realizar o que tanto deseja: encontrar um noivo. Mas, ao contrário das demais personagens, não tem como característica principal a passividade. Entretanto, o nome dado à personagem - "Joaninha Lelé" - põe em cheque suas faculdades mentais, dando a impressão de que a protagonista que vai atrás do noivo pelo qual tanto anseia, ao invés de esperá-lo em uma torre ou algo do gênero, é meio "maluquinha". Tendo isso em vista, podemos concluir que um dos possíveis sentidos que esses livros podem produzir em seus/as leitores/as é o de que mulheres que não se encaixam no padrão de passividade imposto a elas, ou são más ou são loucas.

Foucault, em seu livro *A história da loucura na idade clássica*, de 1978, faz uma análise da forma como a loucura era compreendida desde o Renascimento até a Modernidade, trazendo uma visão crítica da Psiquiatria enquanto saber e poder institucionalizados. Para ele, o poder psiquiátrico funcionou de forma a controlar os comportamentos dentro de uma sociedade, fixando uma norma e aqueles que se desviassem dessa normalidade instituída seriam enquadrados como os "anormais". Assim, os loucos, aqueles que fugiam à normalidade só tinham dois destinos: ou tentava-se adequá-los ao padrão, ou eram excluídos da sociedade através de instituições de controle e correção. (TORRE; AMARANTE, 2011). Podemos observar isso no caso da personagem Joaninha Lelé, que fogia à normalidade em determinado aspecto e, por conta disso, era retratada como louca.

Com relação ao livro *Lúcia Já-vou-indo*, vemos uma protagonista identificada com o gênero feminino, sendo ancorada às características usualmente pouco valorizadas dentro do contexto sociocultural em que vivemos. A trama da história centra-se na tentativa de Lúcia de chegar a tempo a uma festa pela qual havia ficado muito animada em participar; entretanto, por ser uma lesma, faz tudo muito devagar e não consegue superar isso, chegando atrasada a tal festa. Desolada, começa a chorar até que a Libélula Chispa-foguinho, dona da festa, ouve seu choro e decide ajudá-la. Sem esperar pela resposta de Lúcia, a Libélula começa a organizar

uma festa na casa da protagonista da história. Contudo, Lúcia atrasa-se para a festa que estava sendo realizada na própria casa, necessitando da ajuda das libélulas para ser levada até lá a tempo. Novamente, vemos um padrão de passividade atrelado a uma personagem feminina; a expressão: “Só faltava colocar a Lúcia dentro de casa...” (PENTEADO, 1984, p.23) denota isso. Na sua relação com o mundo, Lúcia chora, porque lentidão não é uma característica cultuada em tempos pós-modernos. Particularidades que denotam a diversidade da expressão da existência pouco são exploradas nesse e nos demais livros, reforçando assim a binaridade presente em nossas práticas discursivas.

CONSTRUÇÃO SOCIAL DO GÊNERO

Ainda vivemos em uma sociedade binária, que ancora determinadas características ao feminino e outras ao masculino, que divide o mundo em “coisas de homem” e “coisas de mulher”, que relega certos tipos de tarefas a homens e outras a mulheres, impõe determinados comportamentos aos indivíduos a partir de seu sexo biológico, de sua identidade de gênero ou orientação sexual. Até mesmo antes de seu nascimento, o sujeito tem seu destino social determinado de acordo com o gênero com o qual é identificado. Meninos e meninas são vestidos de formas distintas logo após seu nascimento e isso vai além do clássico rosa para meninas e azul para meninos, mas implica em uma série de expectativas com relação à forma desse sujeito se comportar, vestir, pensar, sentir, etc.

O processo de subjetivação de cada indivíduo é influenciado de forma substancial pela maneira como se dão as inserções de classe social e gênero em uma sociedade, delineando assim, possibilidades e limitações. Então, a partir de seu gênero, o indivíduo passa a “incorporar” determinadas normas e valores socioculturais que indicam como deverá se comportar. Esse processo é chamado de socialização de gênero, sendo esse um processo permanente e inconcluso, em que categorias ligadas à identidade são permanentemente reconstruídas pelas pessoas em suas interações. (Martha TRAVERSO-YÉPEZ; Verônica de Souza PINHEIRO, 2005).

Tais discussões podem ser colocadas em análise nos livros de contos infantis, pois, ao escrevê-los, estamos transmitindo para o papel nossa forma de ver o mundo, que está amplamente relacionada aos aspectos sociais, culturais e políticos do tempo que vive quem escreve. Ao analisarmos a protagonista de *A joaninha Lelé*, vemos, por exemplo, uma joaninha maquiada que usa saia, dança balé e anseia por um casamento; práticas essas que, embora questionadas na contemporaneidade, quando atreladas ao feminino, ainda representam e

retratam a vida de muitas mulheres que, por sua vez, escapam, subvertem, mas também aderem e se reconhecem em meio a tais práticas discursivas.

A história de *A joaninha Lelé* centra-se na ideia de casamento, sendo esse um evento muito desejado e esperado pela protagonista, como se não pudesse ser feliz sem isso. É interessante tentar imaginar essa mesma personagem como sendo do gênero masculino e perceber a estranheza que causa. Tal lógica se deve ao fato de homens e meninos serem investidos de forma totalmente distinta, em que suas expectativas não se centram no casamento, mas em realização profissional, pois, isso, juntamente com a possibilidade de assumir o papel de provedor, legitima a masculinidade hegemônica presente nesse contexto. (ECCEL; GRISCI, 2011).

Ao passo que, para as mulheres, sua possibilidade de realização dá-se através do matrimônio, seguido da maternidade. Essa última constitui-se como um produto cultural, na medida em que seus significados são construídos por intermédio das práticas de significação linguísticas dos sistemas simbólicos. É a partir de tais significados que as mulheres irão direcionar seu entendimento acerca da vivência da maternidade, bem como suas práticas e sentimentos em torno de tal questão. (CADONÁ; STREY; SCARPARO, 2014, p. 478).

Além disso, na forma normativa de exercer a maternidade, essa é revestida de um viés altruísta, em que se espera que a mulher abdique de si própria em benefício de seus/as filhos/as. Vemos assim que os aspectos intrínsecos ao ser e mostrar-se como mãe são intimamente relacionados a noções como amor e autossufrimento, o que acaba por colocá-la em uma posição de inferioridade e dominação. (BOTTOM; STREY, 2011, p. 84).

Vale destacar quanto os homens também são investidos pelo viés do matrimônio, de forma a sustentar esse sistema. Alexei Leontiev (2004 apud CARVALHO; MELO; GONÇALVES, 2014, p. 3) traz que o humano é um ser social, que se forma a partir de um processo denominado de humanização, sendo esse um processo histórico-cultural em que o indivíduo apropria-se dos conhecimentos, valores e comportamentos produzidos por seu grupo. Assim, conclui que o indivíduo torna-se um produto da vida em sociedade e da apropriação cultural.

Partindo para o livro mais atual, em termos de data de publicação, *Balas, bombons, caramelos*, de 2013, vemos a apresentação de uma personagem que vale a pena ser trazida para discussão. Em dado momento da história, Seu Crocodilo aproxima-se do protagonista da história e diz: “Sabe, seu Pipo, o senhor deveria comer uma carinha de vez em quando. Não sei que graça o senhor acha em passar o dia mastigando esse capinzinho. Se um bicho grande e forte como o senhor quisesse se juntar a mim, nós íamos **mandar** em todos.” (MACHADO, 2013, p. 11, grifo nosso).

Isso nos remete a uma forma de socialização masculina, pautada na violência, que condiz com uma lógica patriarcal em que os homens são colocados em um papel de dominação. A violência masculina está, há muito, institucionalizada, em meio a uma cultura em que o uso dela é vista como um meio aceitável para a resolução de conflitos em determinadas situações. A forma como a masculinidade é construída, em meio a essa cultura, necessita firmar-se em meio às bases acima citadas para manter o lugar por ela ocupado na história do patriarcado. (STREY, 2004).

Em contraponto a isso, vemos que alguns desses livros trazem uma ideia de sentimentos ligados ao universo feminino, em que suas personagens se apresentam de forma sentimental e dócil. Como, por exemplo, vemos que Rapunzel não oferece muita resistência à bruxa quando essa corta seus cabelos; Lúcia, de *Lúcia já-vou-indo*, quando se vê em uma situação difícil, desata a chorar até que obtém o auxílio de outrem; ademais, também temos a apaixonada Dona Lelé, marcada por características e estereótipos vistos como naturalmente femininos. Nesses exemplos, vemos uma produção de subjetividade marcada pela passividade, pela fragilidade e pela necessidade incutida na mulher de viver como uma extensão do outro (nesse caso, seu parceiro, aquele que não somente a completa, mas que possui características tidas como privilegiadas na cultura ocidental).

Entretanto, vimos que o protagonista da história *Balas, bombons, caramelos* recusa-se a agir da forma proposta pelo crocodilo, trazendo a possibilidade de outra forma de exercer a masculinidade que não seja através da violência e da dominação. A masculinidade, longe de ser uma essência relacionada a uma determinada condição biológica, pode ser compreendida como algo construído e sustentado coletivamente. O significado de ser homem dentro de certo contexto também se relaciona com variáveis como classe, raça, etnia, sexualidade. Assim, há uma pluralidade de vivências masculinas, entretanto, denominamos como masculinidade hegemônica aquela que conta com maior legitimação, sendo tida como a maneira mais “correta” e “normal” de ser homem em determinado meio. (ECCEL; GRISCI, 2011).

O gênero constitui-se como uma categoria produzida por discursos dominantes, um processo que não tem origem nem fim, sendo assim algo que fazemos e não algo que somos. (SALIH, 2013). Judith Butler (1990, apud SALIH, 2013) comenta a afirmação de Beauvoir de que não nascemos mulher, mas nos tornamos, dizendo que caso o argumento de Beauvoir esteja correto, então “ser mulher” é um processo que está em constante construção, do qual não podemos assegurar legitimamente que tenha origem ou fim. Pois, mesmo quando o gênero parece cristalizado, ainda está aberto à intervenção e à ressignificação por ser uma prática discursiva contínua, sustentada e regulada por diversos meios sociais.

O sexo e o gênero são discursivamente construídos, de forma que não há nenhuma liberdade tácita para além do discurso e para o sujeito resta a questão de como reconhecer e fazer a construção na qual já se encontra. Por estarmos dentro do discurso que nos produz, até mesmo nossas possibilidades de subversão são restritas, assim não somos totalmente livres para escolhermos ou subvertermos nosso gênero, pois não conseguimos sair de dentro do discurso predominante. (SALIH, 2013).

A performatividade, conceito introduzido por Judith Butler, traz a ideia de gênero como algo que encenamos. Para ela, todos os corpos são genereficados desde o começo de sua existência social, de forma que não existe um corpo natural que preexista à sua inscrição cultural (SALIH, 2013).

(...) o gênero é uma identidade tenuemente constituída no tempo, instituído num espaço externo por meio de uma repetição estilizada de atos. O efeito do gênero se produz pela estilização do corpo e deve ser entendido, conseqüentemente, como a forma corriqueira pela qual os gestos, movimentos e estilos corporais de vários tipos constituem a ilusão de um eu permanente marcado pelo gênero (BUTLER, 2003, p. 200).

Essa compreensão desloca a noção de gênero do campo de uma identidade substancial para a concepção de uma “temporalidade social constituída” (BUTLER, 2003, p. 200), em que os sujeitos performam o gênero em uma série de atos internamente descontínuos e, a partir disso, se constrói uma identidade e, então, passam a acreditar nessa identidade constituída, exercida então sob a forma de uma crença. (BUTLER, 2003).

Ao lermos os livros *A joaninha Lelé* e *Lúcia Já-vou-indo*, vemos insetos usando saia, vestido, fraque, cartola e as personagens femininas maquiadas, sendo que se trata de insetos. De certa forma, isso ressalta o aspecto não natural do gênero, como algo que aprendemos e passamos a encenar e que insistimos em reproduzir e legitimar desde o primeiro momento da formação intelectual humana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou problematizar de que forma os livros de literatura infantis poderiam impactar nos processos de subjetivação das crianças que os leem, em especial no que concerne aos sentidos de gênero (re)produzidos por esses materiais. Nos livros analisados, notamos a presença de alguns estereótipos de gênero e uma noção de sujeito muito pautada em uma lógica binária, algo presente no contexto macrossocial em que essas obras foram redigidas e que, por conta de sua popularidade, ainda é reforçada na contemporaneidade. Tal contexto é atravessado por diversas instituições, como a da Moral, da

Igreja, da Família, da Educação, do Patriarcado, entre outras, que delimitam o comportamento dos sujeitos, definindo o que é aceitável e o que é inaceitável, o que é certo e o que é errado, traçando linhas que as pessoas devem seguir para poder conviver em sociedade, dentro das regras e normas instituídas.

Entretanto, o que está instituído e cristalizado pode ser desacomodado e desnaturalizado, dando espaço para novas formas de conviver e perceber a realidade que nos cerca. A isso damos o nome de Movimento Instituinte.

REFERÊNCIAS

BAREMBLITT, Gregório F. **Compêndio de análise institucional e outras correntes: teoria e prática**, 5ed., Belo Horizonte, MG: Instituto Félix Guatarri, 2002.

BORGES, Carolina de Campos. **Mudanças nas trajetórias de vida e identidades de mulheres na contemporaneidade**. *Psicol. estud.*, Maringá, v. 18, n. 1, p. 71-81, Mar. 2013.

BOTTOM, Andressa; STREY, Marlene. **“E o prêmio vai para...”: os estereótipos de gênero nos livros infantis premiados na última década**. 2011. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social). Pontifícia Universidade Católica Do Rio Grande Do Sul. RS. Brasil.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2012.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CADONÁ, Eliane; STREY, Marlene Neves; SCARPARO, Helena. **A produção da maternidade nos discursos de incentivo à amamentação**. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 22, n. 2, p. 477-499, Aug. 2014.

CARVALHO, Jamille Ma Rodrigues; MELO, Pamella Beserra; PAULA GONÇALVES, Ruth Maria. **A contribuição da teoria de Leontiev no estudo da relação entre trabalho e educação**. 2014. Disponível em:

www.abrapso.org.br/siteprincipal/images/Anais_XVENABRAPSO/172.%2520a%2520contri%25C7%25C3o%2520da%2520teoria%2520de%2520leontiev.pdf+&cd=4&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br. Acessado em julho de 2017.

CORRÊA, Sandra Lourenço. **Esquizoanálise: clínica e subjetividade**. Aveso do Aveso, Araçatuba, 2006.

ECCEL, Claudia Sirangelo; GRISCI, Carmem Lígia Iochins. **Trabalho e gênero: a produção de masculinidades na perspectiva de homens e mulheres**. *Caderno EBAPE*. Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 57-78, 2011.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. Foucault e a Análise do Discurso em educação. **Cadernos de Pesquisa**, n.114, p. 197-223, novembro/2001.

- FISCHER, Rosa Maria Bueno. **Adolescência em discurso: mídia e produção de subjetividade**. 1996. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- FISCHER, Rosa Maria Bueno. Problematizações sobre o exercício de ver: mídia e pesquisa em educação. **Revista brasileira de educação**, n. 20, p. 83-94, 2002.
- FOUCAULT, Michel. Michel Foucault, uma entrevista: sexo, poder e a política da identidade. **verve. revista semestral autogestionária do Nu-Sol.**, n. 5, 2004.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 23.ed. Rio de Janeiro: Edicoes Graal, 2007.
- FOUCAULT, Michel. **O governo de si e dos outros: Curso de Collège de France (1982-1983)**. Edições AKAL, 2011.
- GERGEN, Kenneth. O movimento do Construcionismo Social na Psicologia Moderna. **INTERthesis**, Florianópolis, v.6, n.1, p. 299-325, jan./jul. 2009.
- GERGEN, Kenneth. A psicologia social como história. **Revista Psicol. Soc.**, Florianópolis, v. 20, n. 3, p. 475-484, Dec. 2008.
- GERGEN, Kenneth; GERGEN, Mary. **Construcionismo Social: um convite ao diálogo**. Editora do Instituto NOOS, 2010.
- GUARESCHI, Pedrinho. Quantitativo versus qualitativo: uma falsa dicotomia. **Revista Psico**, v. 29, n. 1, p. 165-174, 1998.
- GUATTARI, Felix. As Três Ecologias, Ed. **Campinas & Papirus: São Paulo**, 1990.
- ÍÑIGUEZ, Lupicinio. Construcionismo social e psicologia social. In: MARTINS, João Baptista; EL HAMMOUTI, Nour-Din.; ÍÑIGUEZ, Lupicínio (Orgs.). **Temas em análise institucional e em construcionismo social**. São Carlos: RiMa, 2002a. pg.127-156.
- ÍÑIGUEZ, Lupicinio. A pós-modernidade: o novo Zeitgeist de nosso tempo. In: MARTINS, João Baptista; EL HAMMOUTI, Nour-Din.; ÍÑIGUEZ, L. (Orgs.). **Temas em análise institucional e em construcionismo social**. São Carlos: RiMa, 2002b. Pg. 101-126.
- MACHADO, Ana Maria. **Balas, bombons, caramelos**. Editora Altea: São Paulo, 2013.
- PENTEADO, Maria Heloísa. **Lúcia já-vou-indo**. Editora Ática: São Paulo, 1984.
- ROLNIK, Suely; GUATTARI, Félix. **Micropolítica: cartografias do desejo**. Petrópolis: Vozes, 1996.
- SALIH, Sara. O Gênero. In: **Judith Butler e a Teoria Queer**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013. Cap. 2, pg. 63-100.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, v. 15, n. 2, jul./dez. 1990.

SPINK, Mary Jane (Org.). **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas**. São Paulo: Cortez, 2013.

SPINK, Mary Jane (Org.). **Linguagem e produção de sentidos no cotidiano**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010.

STREY, Marlene Neves. Violência de gênero: uma questão complexa e interminável. In: STREY, Marlene Neves; AZAMBUJA, Mariana Porto Ruwer de; JAEGER, Fernanda Pires. **Violência, gênero e políticas públicas**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

STREY, Marlene Neves; WERBA, Graziela C.; NORA, Thais Cardoso. “Outra vez essa mulher aqui”? Processo de atendimento a mulheres em situação de violência nas Delegacias da Mulher do RS. In: STREY, Marlene Neves; AZAMBUJA, Mariana Porto Ruwer de; JAEGER, Fernanda Pires. **Violência, gênero e políticas públicas**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

TORRE, Eduardo Henrique Guimarães; AMARANTE, Paulo. **Michel Foucault e a ‘História da Loucura’**: 50 anos transformando a história da psiquiatria. Cadernos Brasileiros de Saúde Mental, Florianópolis, 2011, v. 3, n. 6, p. 41-64.

TRAVERSO-YEPEZ, Martha A.; PINHEIRO, Verônica de Souza. **Socialização de gênero e adolescência**. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 147-162, abr. 2005.

VIEIRA, Taís Borin. **Gênero e religião: paganismo e o culto à Deusa na contemporaneidade**. 2011. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, RS, Porto Alegre, Brasil.

ZORDAN, Paola Basso Menna Barreto Gomes. **Bruxas: figuras de poder**. Revista Estudos Feministas, v. 13, n. 2, p. 331-341, 2005.

~ CAPÍTULO VII ~

PROBLEMATIZANDO GÊNERO COM CRIANÇAS: DESCONSTRUÇÕES E TRANSFORMAÇÕES ATRAVÉS DA LITERATURA INFANTIL

Andressa Botton

Victória Portela Mandarino Peixoto

Alice Lopes Caldas Fagundes

Marlene Neves Strey

GÊNERO NO UNIVERSO LITERÁRIO INFANTIL

Quando se analisa o universo infantil, percebe-se a variada gama de produtos destinados às crianças, sendo um público no qual os investimentos comerciais crescem constantemente. Nos dias atuais, meninos e meninas – e todos os/as seus/as responsáveis – são expostos/as diariamente a lançamentos destinados a eles/as: são brinquedos, filmes, roupas e calçados, materiais escolares, aplicativos para celulares e tablets, entre outros, que trazem inovações, aprimoramentos e/ou vêm com o tema de algum/a personagem que está em alta. Nesse mercado em pleno desenvolvimento, os livros infantis, embora sejam produtos bastante antigos, ainda permanecem com grande espaço entre as crianças e é comum ter o incentivo de mães, pais e educadores/as por auxiliarem no desenvolvimento cognitivo, intelectual e das habilidades de leitura infantil.

Os livros são materiais que costumam atrair as crianças com seus diferentes desenhos, cores, formas e estilos de escrita, podendo vir com acessórios como CDs e DVDs, botões interativos nas próprias obras que trazem músicas ou a narração da história para os não-alfabetizados. Argüello (2005) e Wilke (2008) alertam para o poder que a literatura infantil tem em transmitir aspectos culturais e difundir ensinamentos através de suas páginas. Isso, porque a produção desses materiais traz elementos da cultura que os produz e as intenções

de quem os desenvolve e, através do enredo e do lúdico, de forma sutil e muitas vezes despercebida, vai mostrando o que é certo ou errado, o que seria aceitável ou não, sendo um dispositivo de informação capaz de transmitir às crianças elementos da cultura em que elas vivem. Entretanto, embora tenham essa capacidade de difundir informações sobre normas e regras sociais, em virtude da sutileza com que as transmitem, os livros infantis costumam ser vistos apenas como sinônimo de entretenimento e como um auxiliar no desenvolvimento da leitura, havendo pouco questionamento ou cuidado com os seus discursos.

Nessa perspectiva, faz-se importante uma análise criteriosa da literatura infantil, entendendo que as crianças são consumidoras das ideias que são passadas pelos livros sem, na maioria das vezes, estarem preparadas para criticar e questionar o que lhes é transmitido. Frente a tantos problemas sociais da contemporaneidade, é importante refletir sobre a desigualdade de gênero e as enormes diferenças que ainda são impostas a meninos e meninas e a homens e mulheres, bem como os preconceitos com relação à orientação sexual, geradores de tantas violências. Nessa perspectiva, cabe examinar esses materiais sob a luz dos estudos de gênero feministas e buscar estratégias para que os ensinamentos passados pela literatura infantil sejam de desconstrução desses preconceitos e de promoção de relações mais justas, desde a infância. (ZINANI; CARVALHO, 2015).

Para isso, buscou-se livros infantis que se propõem a questionar estereótipos de gênero e contribuir para a desconstrução de aspectos patriarcais ainda presentes na sociedade, a fim de que esses discursos que chegam até as crianças, permitam possibilitar a difusão do respeito e de relações mais justas e igualitárias. Dessa forma, com este estudo, objetivou-se investigar como as relações de gênero são apresentadas em livros infantis onde as temáticas principais são a igualdade de gênero, o empoderamento de meninas e mulheres e o respeito à diversidade, bem como refletir se/como esses discursos podem contribuir para uma sociedade mais igualitária, através dos ensinamentos que promovem entre as crianças.

Para a realização dessa análise documental, o *corpus* de pesquisa foi escolhido através de indicações de diversos meios de comunicação (artigos, reportagens, blogs, palestras) que indicavam livros infantis que objetivam problematizar as questões de gênero tradicionais, permitindo que se trabalhe a desconstrução desses discursos estereotipados com as crianças. Assim, com várias obras em mão, escolheu-se seis em que é possível perceber que abordam, de forma lúdica e responsável, questões como: a igualdade de gênero, o empoderamento de meninas e mulheres e o respeito à diversidade.

As obras selecionadas são: *Príncipe Cinderelo* (COLLE, 2002), *A princesa Sabichona* (COLLE, 2004), *Menina não entra* (ANDRADE, 2006), *A menina e o menino que brincavam de*

ser... (XAVIER, 2009)³¹, *O grande e maravilhoso livro das famílias* (HOFFMAN; ASQUITH, 2010) e *A pior princesa do mundo*. (KEMP, 2015). Esses materiais, como grande parte dos livros infantis, são compostos por ilustrações e textos, complementares e dependentes para a compreensão completa da história. Assim, a fim de contemplar ambos os elementos discursivos presentes nesses materiais e conferir maior fidedignidade na apreciação dos dados, foram utilizadas duas técnicas de análise de dados distintas, configurando a triangulação dos métodos. (FLICK, 2004; MATHISON, 1988; MINAYO, 2008).

Para a análise das ilustrações, utilizou-se a Análise Semiótica de Imagens Paradas (PENN, 2004), um processo interpretativo que propõe desconstruir o que está naturalizado nas imagens, mostrando as informações culturais que estão presentes nas ilustrações. Já para os textos, foi empregada a Análise de Discurso (GILL, 2004), que busca investigar quais são os discursos que estão produzindo esses textos, a fim de entender a mensagem que estão tentando transmitir. Ambas as técnicas defendem que as produções discursivas são social e historicamente construídas, tendo o viés de quem as produziu, bem como serão absorvidas de acordo com o contexto e a cultura de quem as lê. Os discursos são vistos, então, como práticas sociais, que sempre têm a intenção de passar uma informação que, na maioria das vezes, é absorvida pelo receptor sem crítica, contribuindo para a difusão daquela mensagem, independente do seu conteúdo.

Nessa perspectiva, esse viés metodológico permite maior compreensão sobre as informações que chegam às crianças através da literatura infantil, permitindo aos responsáveis avaliar e decidir sobre o conteúdo que desejam passar a esses meninos e meninas. Além disso, permite promover a difusão dessas obras em que os discursos trazem questões de gênero que subvertem a lógica tradicional, pois, embora muito importantes para os dias atuais, ainda têm uma divulgação escassa, o que dificulta o seu acesso pelo público infantil e pelos adultos que proporcionam esse contato das crianças com os livros.

O QUE NOS ENSINAM ESSES LIVROS INFANTIS?

É interessante analisar as estratégias que os livros infantis usam para aproximar-se do universo infantil, a fim de parecerem interessantes aos olhos dos/as leitores/as novatos/as. Nos livros analisados, há três tipos de enredos: em *O grande e maravilhoso livro das famílias*,

³¹ Esse livro é parte do Kit de Materiais Educativos para trabalhar Sexualidade, Equidade de Gênero e Diversidade Sexual, produzido pela professora Dra. Constantina Xavier Filha no projeto de extensão "Educação para a Sexualidade, Equidade de Gênero e Diversidade Sexual: práticas e materiais educativos". O Kit possui mais um livro infantil, dois DVDs e dois livros com capítulos de autores brasileiros sobre tais temáticas.

há características de diversos elementos sociais como família, trabalho, moradia, costumes, lazer; e, o envolvimento do/a leitor/a pode ocorrer através de questionamentos para que ele/ela compare sua vida com a narrativa do livro, buscando semelhanças ou diferenças. Em *Menina não entra e O menino e a menina que brincavam de ser...*, os/as personagens principais são crianças e trazem exemplos comuns ao universo infantil como a descrição de brincadeiras, de ambiente escolar e de conflitos e vivências comuns dessa fase, facilitando a identificação de quem os lê. E em *A pior princesa do mundo, Príncipe Cinderelo e A princesa Sabichona*, através dos títulos já fica claro que o mundo (des)encantado das princesas e príncipes é a temática principal. Esse é um tipo de enredo bastante conhecido das crianças em virtude dos contos de fadas clássicos e suas produções (livros, animações, acessórios com esse tema), o que acaba causando o envolvimento e a identificação com a narrativa e com os discursos presentes no imaginário infantil.

É através dessa aproximação dos livros com o universo das crianças, que elas conseguem explorar suas fantasias e identificarem-se com os/as personagens, entendendo que os discursos que são trazidos nas obras provocam aprendizagens como as que elas recebem em outros espaços de socialização, como a família e a escola. Logo, a linguagem dos livros produz aprendizagens significativas para meninos e meninas. (ARGÜELLO, 2005). Dessa forma, quando essas obras trazem elementos que propõem a desconstrução de estereótipos de gênero, a promoção da igualdade entre homens e mulheres e o empoderamento feminino, bem como o respeito às diversas formas de ser, entende-se que essas ideias passam a fazer parte da cadeia discursiva das crianças, mostrando que há outras possibilidades em relação às questões de gênero que não somente as tradicionais, ainda tão presentes na contemporaneidade. Assim, quando um outro modelo de existência é apresentado, pode passar a ser uma possibilidade nos comportamentos das crianças e na compreensão daquilo que vivenciam e expressam. (ARGÜELLO, 2005; FURLANI, 2005; VIDAL, 2008).

Mas, afinal, de que forma os discursos desses livros abordam a problematização das questões de gênero tradicionais? A seguir, segue-se uma síntese de elementos relevantes que aparecem nas obras pesquisadas, a fim de mostrar de que forma a igualdade de gênero, o empoderamento de meninas e mulheres e o respeito à diversidade são presentes nas histórias narradas.

Quando se fala em igualdade de gênero, conceito que define o cenário em que mulheres e homens têm o mesmo acesso, oportunidades e direitos na esfera política, econômica, cultural, doméstica e demais, e quando seus desejos são igualmente valorizados socialmente

(IBGE, 2014), faz-se necessário compreender que há muitas etapas a serem alcançadas até que homens e mulheres conquistem a referida condição de igualdade e há estratégias que contribuem para isso. Uma delas é a questão do empoderamento feminino, que pode ser entendido como as práticas realizadas no âmbito coletivo e individual que buscam transformar a condição patriarcal de opressão das meninas e mulheres – construída historicamente – em relação aos meninos e homens, para fortalecê-las enquanto cidadãs com direitos, autônomas e independentes desses mesmos homens. (LEÓN, 2000; SORJ; GOMES, 2011).

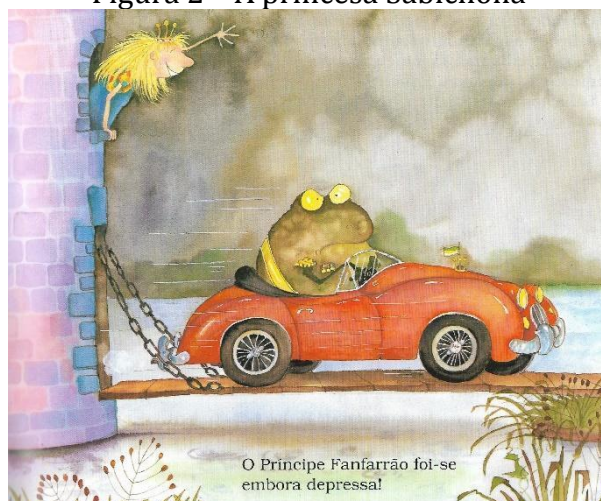
Assim, uma possibilidade é educar e orientar meninas e mulheres para que possam exercer suas vontades e desejos, sem precisar seguir as normas patriarcais de um relacionamento em busca de um destino no modelo “felizes para sempre”, por exemplo. Nesse sentido, há algumas passagens dos livros analisados que merecem destaque por abordarem essas questões. Em *A princesa Sabichona* (COLLE, 2004), a protagonista deixa claro, desde o início, que não tem a intenção de casar-se (figura 1) e, ao longo da narrativa, consegue recusar todas as propostas de casamento, inclusive tendo o poder de, ao beijar o Príncipe Fanfarrão (o candidato mais forte), transformá-lo em um terrível sapo, que foge rapidamente (figura 2). É a lógica inversa dos contos de fadas tradicionais que também vêm para atender ao desejo dessa poderosa princesa e permitir que ela termine a história como desejara: acompanhada de seus animais de estimação e desfrutando de sua liberdade (figura 3).

Figura 1 – A princesa Sabichona



Fonte: Colle (2004).

Figura 2 – A princesa Sabichona



Fonte: Colle (2004).

Figura 3 – A princesa Sabichona

Quando os outros príncipes ficaram sabendo o que tinha acontecido com o Príncipe Fanfarrão, ninguém mais quis se casar com a Princesa Sabichona...



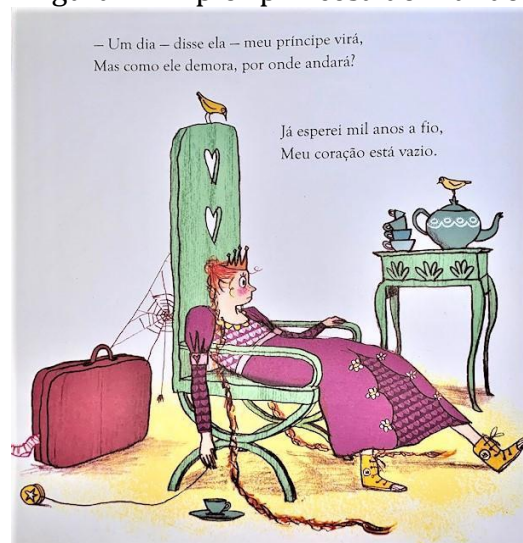
Fonte: Colle (2004).

A desconstrução desse modelo heteronormativo de “felizes para sempre” está diretamente relacionada à desconstrução dos modelos de feminilidade e masculinidade representados, na maioria das vezes, pela princesa bela e dócil e pelo príncipe corajoso e charmoso. Histórias clássicas, diferentes de *A princesa Sabichona*, tendem a ser pautadas na espera pelo príncipe, com um papel passivo das princesas e no amor romântico e “verdadeiro” e, em grande parte, acabam com um casal composto por uma mulher e um homem que vivem um final feliz. (BASTOS; NOGUEIRA, 2016; SOBRAL; BERALDO, 2015; XAVIER-FILHA, 2011). Esses aspectos dos príncipes e das princesas tradicionais, quando repensados, geram narrativas que tendem a desacomodar os lugares esperados para homens e mulheres, o que torna possível, para as meninas leitoras (e, talvez, para os meninos leitores), novas compreensões sobre ser princesa, ser menina e ser mulher.

Em *A pior princesa do mundo* (KEMP, 2015), a protagonista inicia desejando a companhia de um príncipe encantado (figura 4), relatando a expectativa e demora dessa

espera: “Já esperei mil anos a fio, meu coração está vazio”. (KEMP, 2015, p. 8). Embora se perceba que os “mil anos” são uma metáfora, é importante lembrar que é uma forma de fazer referência aos contos de fadas tradicionais, em que as princesas esperam por incontáveis décadas, ou até séculos, por um príncipe que coloque fim ao feitiço ao qual foram destinadas. Assim, todas as referências a um universo já conhecido pelas crianças são uma forma de acessar seus conhecimentos prévios e tornar os discursos desses livros aceitáveis e convincentes.

Figura 4 – A pior princesa do mundo



Fonte: Kemp (2015).

Todavia, apesar do seu desejo pela companhia de um príncipe, a Princesa Soninha depara-se com uma realidade muito diferente da imaginada, o que a faz mudar de ideia em relação ao desejo inicial (figuras 5 e 6). Ao perceber que o príncipe (que assim como em muitos contos de fadas tradicionais, é um príncipe sem nome) não iria permitir que ela fizesse aquilo que gostaria, como “sair por aí, fazer coisas divertidas e me distrair” (KEMP, 2015, p. 17), a empoderada Soninha mostra que o relacionamento amoroso não é o único investimento divertido e capaz de provocar satisfação plena, e transforma o enredo aliando-se ao dragão (figura 7) e ignorando o conselho patriarcal do príncipe que alerta que “lutar com dragão não é coisa de menina” (KEMP, 2015, p.19).

Figura 5 – A pior princesa do mundo



Fonte: Kemp (2015).

Figura 6 – A pior princesa do mundo



Fonte: Kemp (2015).

Figura 7 – A pior princesa do mundo



Fonte: Kemp (2015).

Assim, ela se une ao dragão dizendo que prefere “viajar com seu novo amigo” (KEMP, 2015, p. 28), reforçando a ideia de que seu final não pressupõe um relacionamento amoroso com o dragão, ou com outro personagem, mas que uma amizade que a permita, brincar, viajar e sair em busca de aventuras é motivo para um final feliz (figuras 8 e 9). Cabe ressaltar que a frase final, diferente dos contos de fadas clássicos, não evoca a amizade eterna, o famoso “para sempre”, mas descreve que “viveram felizes os dois”. (KEMP, 2015, p. 34). Essa estratégia de quebra de um conhecimento ou de uma frase esperada é interessante para mostrar mais uma ruptura no discurso e introduzir uma alternativa às crianças de subversão de um final tradicional baseado em estereótipos de gênero (figura 10).

Figura 8 – A pior princesa do mundo



Fonte: Kemp (2015).

Figura 9 – A pior princesa do mundo



Fonte: Kemp (2015).

Figura 10 – A pior princesa do mundo



Fonte: Kemp (2015).

Os discursos tradicionais – que sustentam o casamento heteronormativo, o amor romântico e a desigualdade de gênero entre homens e mulheres – se repetem nas histórias clássicas infantis e, justamente, por estarem na “ordem da repetibilidade”, sua inscrição pelo sujeito se dá na ordem da formulação/regularização. (WITZEL, 2012, p. 166). Ou seja, quanto mais um discurso é reproduzido nas histórias infantis, mais a criança leitora o normatiza e, sem perceber, se acomoda nessas narrativas. Assim, livros como os dois já apresentados, proporcionam a quebra desses discursos, que se dá no momento em que essas imagens e falas tão repetidas em outros dispositivos não são apresentadas, ou, quando são, são utilizadas para questionar sua aparente naturalidade e o desfecho da história torna-se diferente do comum e do esperado. Dessa forma, a criança tem acesso a uma realidade nova que, talvez, demonstre contextos além dos tradicionais, sejam esses fictícios, ou não.

Frente a todas as imagens anteriores, cabe destacar a desconstrução de mais um estereótipo de gênero que contribui para o ensino e a perpetuação das desigualdades de gênero através dos contos de fadas clássicos: as vestimentas das princesas. Enquanto, nas histórias tradicionais, as princesas vestem-se com roupas e acessórios como as que o príncipe ofereceu à Soninha na figura 6, em *A princesa Sabichona* e *A pior princesa do mundo* as duas protagonistas vestem-se com roupas comuns e que as deixam à vontade, como um macacão jeans e pés descalços, vestido e tênis e, como ousadas princesas, até biquíni. É interessante notar que elas não abrem mão do uso da coroa e de antecederem seu nome com a palavra “princesa”. Entretanto, entende-se que esses dois elementos ajudam a reforçar a problematização desse padrão de princesa que povoa o imaginário de meninas e meninos, aculturadas/os por décadas pelas princesas tradicionais, e cria outros caminhos para a

fantasia infantil, quando mostra que as personagens são princesas, mas que não possuem todas as características que esse modelo costuma ter.

No universo de príncipes e princesas, a obra *Príncipe Cinderelo* (COLLE, 2002) também inova ao trazer uma releitura do clássico conto da Cinderela. Nessa história, Cinderelo que “nem parecia príncipe. Era baixinho, sardento, magricela e andava molambento” (COLLE, 2002, p. 6) já propõe desconstruir o modelo estético de um príncipe que está no imaginário do/a leitor/a; e, mesmo pertencendo ao mundo da fantasia, mostra um personagem que tem mais elementos reais, que do mundo encantado. Cinderelo sonha em ir ao Baile Real, como seus irmãos e, então, tem a ajuda de uma fada-madrinha que, ao não acertar nas mágicas, o transforma em um macaco gigante. Devido a essa transformação e por estar enorme, não conseguiu passar pela porta do baile e resolve retornar para casa. É quando se encontra com a princesa Belarrica, que estava no ponto de ônibus sozinha, perto da meia-noite (figura 11), sendo possível pensar que a cultura em que se passa a história é igualitária em relação ao exercício da cidadania, da liberdade de ir e vir e da garantia de segurança, para mulheres e homens.

Figura 11 – Príncipe Cinderelo

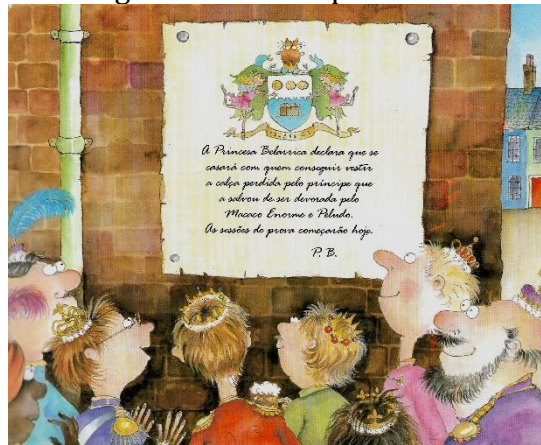


Fonte: Colle (2002).

Nesse momento, com a chegada da meia-noite, a magia terminou e Cinderelo voltou ao normal. Belarrica imaginou que ele tivesse espantado o macaco enorme e peludo e, agradecida, foi atrás dele. O tímido Cinderelo saiu correndo e perdeu a calça na fuga, que foi usada como uma pista para a princesa o encontrar. Belarrica declarou a todos os homens do reino que se casaria com aquele no qual servisse a calça (figura 12), em alusão ao sapatinho de cristal da Cinderela. Ao ver que a prova deu certo em Cinderelo, a princesa o pede em

casamento (figura 12) e o enredo destaca que ele passou a viver “luxuosamente e feliz para sempre” (COLLE, 2002, p. 32), graças ao pedido de casamento da princesa (figura 14).

Figura 12 – Príncipe Cinderelo



Fonte: Colle (2002).

Figura 13 – Príncipe Cinderelo

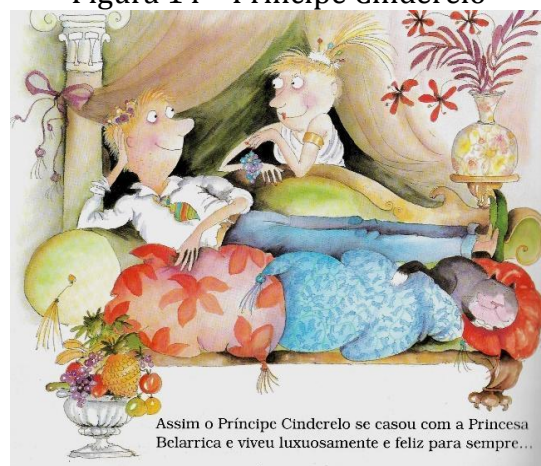
“A calça não vai servir nesse garoto atrevido”, reclamaram os irmãos.



... Mas serviu!
Na mesma hora a Princesa Belarrica o pediu em casamento.

Fonte: Colle (2002).

Figura 14 – Príncipe Cinderelo



Assim o Príncipe Cinderelo se casou com a Princesa Belarrica e viveu luxuosamente e feliz para sempre...

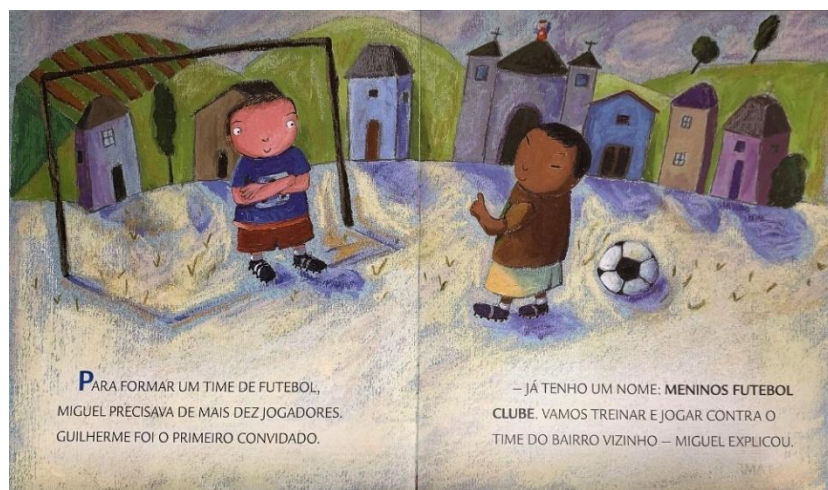
Fonte: Colle (2002).

É importante problematizar que há um cenário de casamento e de um final “feliz para sempre”, mas que isso foi provocado pelo desejo da Princesa Belarrica – e não como o único destino como é mostrado nos contos de fadas tradicionais, em que as princesas aguardam inertes pelo príncipe, sob um feitiço. É um livro que mostra uma protagonista que está certa do que quer e vai atrás de formas de realizar suas vontades, mostrando aos/às leitores/as infantis que as mulheres podem ter autonomia nas decisões e comportamentos e, assim, ser construtoras de seu destino.

Percebe-se que uma princesa como Belarrica está voltada, ainda que não explicitamente, para a libertação das amarras do patriarcado. Ao longo do tempo, o papel da mulher vem se desassociando da imagem de dona de casa e não é mais singular o fato das mulheres saírem de sua residência para trabalhar, estudar e reivindicar seus direitos. Isso se deu graças à luta das mesmas impulsionadas pelos movimentos feministas que reivindicam que homens e mulheres devem ter direitos equivalentes. (NARVAZ; KOLLER, 2016). Assim, os movimentos batalham e permitem que as mulheres batalhem para serem tratadas sem que haja necessidade de desconsiderar suas especificidades, tornando possível que, sendo mulheres, empoderem-se e busquem a liberdade sob seus corpos e o poder de decisão sobre suas vidas. (LEÓN, 2000).

Outro livro que aborda o empoderamento feminino através de uma brincadeira comum nos espaços infantis é *Menina não entra*. (ANDRADE, 2006). Nessa obra, a personagem Fernanda consegue provar – após apostas de descrédito – para um grupo de meninos que tentava montar um time, que uma menina pode ser uma craque no futebol e jogar como não era esperado dela. Nas duas primeiras páginas (figura 15), o texto já deixa claro que a intenção dos jogadores é que o time seja composto por meninos, haja vista o nome pensado para o time, “Meninos Futebol Clube” (ANDRADE, 2006, p. 5), que exclui a possibilidade da presença de meninas. Na ilustração, há elementos do futebol (bola, goleira, meninos usando chuteiras) reforçando a indicação de um ambiente masculino.

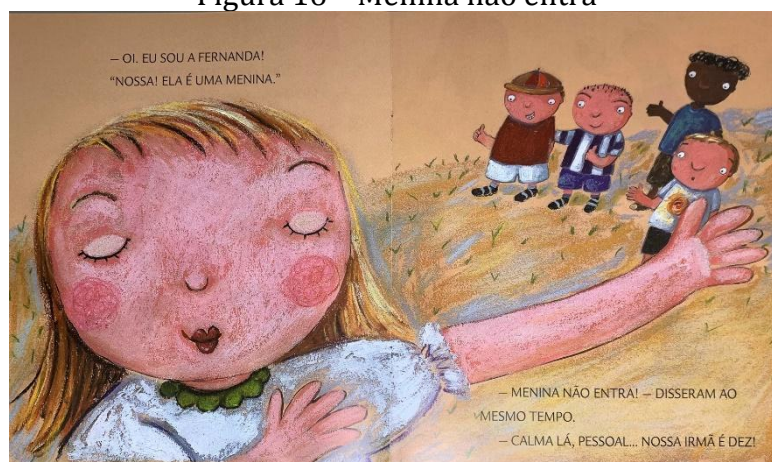
Figura 15 – Menina não entra



Fonte: Andrade (2006).

Quando há falta de jogadores, a imagem seguinte (figura 16) permite pensar que os irmãos de Fernanda a chamam para o time, justificando que “nossa irmã é dez!” (ANDRADE, 2006, p. 9), para responder às críticas e surpresa de que o convite foi feito a uma menina. Uma frase interessante nessa figura ilustra o título do livro e revela uma frase típica das brincadeiras de crianças: “Menina não entra”. Essa afirmação mostra a segregação que o sexo biológico causa na infância, sendo utilizado para o contrário também, quando os meninos querem usufruir de espaços considerados “de menina” e também podem vir a escutar que “menino não entra”. Cabe refletir que as crianças começam a falar frases desse tipo quando passam a entender o mundo polarizado que as divide de acordo com o sexo e as construções sociais feitas em cima da biologia.

Figura 16 – Menina não entra



Fonte: Andrade (2006).

Ensinaamentos discriminatórios que surgem de princípios binários são enraizados nas crianças desde muito cedo. As diferenciações de gênero estão presentes de diversas formas, tentando padronizar os indivíduos e discriminar aqueles que não seguem a norma. (LISBOA; SILVA; REZENDE; 2015). Uma das ferramentas para perpetuar esse mundo binário e polarizado é o discurso sexista de que homens e mulheres são bons em questões diferentes e, de modo análogo, são ruins em outros, privando e limitando ambos de certas atividades, como se fossem designações naturais. Automaticamente, impõe-se mundos separados, tanto às meninas, quanto aos meninos, sendo as submissões mais severas para um ou para o outro sexo, dependendo do contexto. São os discursos sexistas que, por exemplo, fazem com que as meninas não se interessem ou sejam desencorajadas a jogarem futebol, bem como os meninos se controlem e controlem uns aos outros em atividades de dança, onde qualquer movimento mais sensual pode ser motivo de deboche. Assim, as crianças são ensinadas a pensar e agir de acordo com o seu sexo e a construção de suas masculinidades ou feminilidades. (WENETZ; STIGGER, MEYER, 2013).

As tentativas de excluir Fernanda e fazê-la desistir seguem-se nas próximas páginas (figura 17), com frases clichês carregadas de exemplos que mostram a desigualdade em que vivem os meninos e as meninas, ainda na atualidade. Nos discursos desses meninos (que representam a sociedade) há divisão do que é adequado para os meninos – futebol, e para as meninas – balé, pois a prática da dança seria adequada para que ela não saísse machucada, já que “garotas não sabem de nada”. (ANDRADE, 2006, p. 10). Essa frase, no livro, está se referindo ao futebol, mas pode, negativamente, fazer alusão a outros aspectos da vida, se for considerado que os discursos patriarcais colocam meninas e mulheres em posição de submissão à autoridade dos homens e às suas práticas, seus comportamentos e seus saberes.

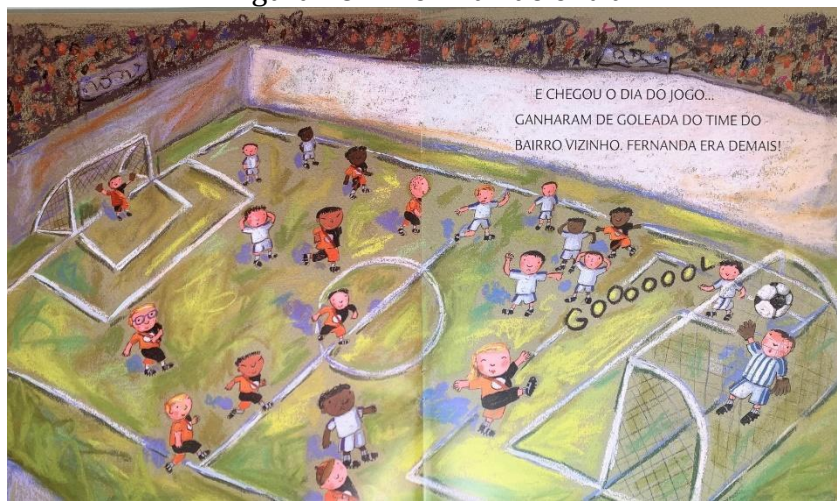
Figura 17 – Menina não entra



Fonte: Andrade (2006).

Entretanto, ao mostrar ótimo desempenho no esporte (figura 18), a protagonista é aclamada pelos meninos e consegue propôr mudanças para esse cenário sexista e patriarcal, se tornando a capitã do time, indicando a inclusão de meninas e a mudança do nome do clube (figura 19), mostrando, assim, que as habilidades para o esporte não são definidas pelo sexo. Ao também desconstruir o título da obra e mostrar que as meninas podem entrar nesse ambiente, a narrativa traz uma proposta que pode ser inspiradora para as crianças que a leem e permitir práticas e mudanças que podem contribuir para o empoderamento das meninas e para a igualdade de gênero.

Figura 18 – Menina não entra



Fonte: Andrade (2006).

Figura 19 – Menina não entra



Fonte: Andrade (2006).

Essa separação entre meninos e meninas também é problematizada no livro *O menino e a menina que brincavam de ser...* (XAVIER, 2009), ao mostrar como as cores azul e rosa representam, respectivamente, o universo masculino e feminino, e como a sociedade cuida para que não haja nenhum deslize infantil em gostar da cor que não é aprovada para o seu sexo.

A obra infantil mostra os dilemas de Mateus e Ana Carolina ao se depararem com um mundo que lhes é binariamente apresentado e dividido não só pelas cores, mas por brincadeiras, vestimentas e formas de se comportar consideradas adequadas para meninos e meninas. Na história, ele e ela eram crianças como qualquer outra, até o dia em que foram adquirindo a cor do mundo que as rodeava: obviamente, ela ficou rosa, enquanto ele tornou-se azul (figuras 20, 21, 22 e 23).

Figura 20 – A menina e o menino que brincavam de ser...



Fonte: Xavier (2009).

Figura 21 – A menina e o menino que brincavam de ser...



Fonte: Xavier (2009).

Figura 22 – A menina e o menino que brincavam de ser...



Fonte: Xavier (2009).

Figura 23 – A menina e o menino que brincavam de ser...



Fonte: Xavier (2009).

Na escola, cada vez que se aproximavam, havia uma sirene que tocava e acendia uma luz de alerta, para que eles seguissem em mundos bem distintos, conforme a figura 24. Pode-se fazer a alusão que essa sirene ilustra a sociedade atual que, mesmo com vários avanços na desconstrução de estereótipos, ainda polariza o sexo biológico em cores e brinquedos “de menino” e “de menina”, e vai ensinando às crianças a manterem esses padrões. Cabe notar que, na figura 25, a forma empoderada com a qual o livro retrata Ana Carolina, ressaltando a importância do seu posicionamento é de uma postura questionadora. Ao mesmo tempo, sempre iguala o personagem Mateus à Ana Carolina, na postura e nos acontecimentos, mostrando que, nesse livro, não há diferença entre os personagens, mesmo que o mundo que os rodeia tente enquadrá-los em mundos distintos.

Figura 24 – A menina e o menino que brincavam de ser...



Fonte: Xavier (2009).

Figura 25 – A menina e o menino que brincavam de ser...



Fonte: Xavier (2009).

Nessa realidade, ele e ela descobrem que a convivência os permite voltar à sua cor anterior à transformação e entende-se o porquê do título do livro (figura 26). Ao fim, as crianças são expostas ao compromisso de mudarem o mundo estereotipado em relação ao gênero, resistindo às construções sociais que provocam o gendramento dos seres humanos, iniciado na infância. A obra apresenta uma personagem empoderada e que luta, em pé de igualdade, junto ao menino por um mundo que seja equivalente para os dois, independente do seu sexo no nascimento.

Figura 26 – A menina e o menino quebrincavam de ser...



Fonte: Xavier (2009).

Como demonstrado nesse livro, esse processo de exigências sociais sobre o que é adequado aos meninos ou às meninas, com o que podem ou não podem brincar, como e com que cor devem se vestir é fruto das construções sociais – do gênero – definidas de acordo com seu sexo biológico. Esse processo de subjetivação que as crianças vivenciam constantemente é chamado gendramento e a criança começa a ter contato ao nascer, embora as expectativas com distinção de sexo podem ocorrer ainda na vida uterina, quando a família descobre se o bebê é menino ou menina. (ARAÚJO, 2011; BUTLER, 2008; XAVIER-FILHA, 2009). Nesse sentido, uma história como *A menina e o menino que brincavam de ser...* demonstra que essa forma fixa de definir meninos e meninas pode e deve ser passível de questionamentos e que uma maneira de mudar essas construções sociais é através de questionamentos desses estereótipos, como fizeram os personagens Ana Carolina e Mateus.

O último livro escolhido para a análise, *O grande e maravilhoso livro das famílias* (HOFFMAN; ASQUITH, 2010), traz a presença considerável de elementos discursivos que mostram a igualdade de gênero e a presença da diversidade, o que pode favorecer a difusão do respeito às diferenças entre aqueles/as que leem a obra. Pode-se ver que o título, através do adjetivo "maravilhoso", já enaltece a existência de famílias (no plural). Além disso, nas páginas que retratam as famílias da contemporaneidade, as bordas e os desenhos das páginas do livro mostram vários modelos de famílias: heterossexuais, homossexuais, monoparentais, crianças com tutores como avós e avôs, pais e mães adotivos ou padrinhos e madrinhas afetivos, com diversidade étnica pelos diferentes tons de pele, física pelo uso da cadeira de rodas e um cartaz ao alto que explicita que todas as configurações nessas páginas apresentadas são: famílias (figura 27). Isso demonstra que os discursos escritos e ilustrados promovem a diversidade, não considerando o modelo de família patriarcal (pai, mãe, filhos/as) como a única configuração possível, pois mesmo sendo cada vez menos comum,

ainda habita o imaginário dos adultos e dos dispositivos de informação, que facilmente passam isso para as crianças através das vivências diárias.

Figura 27 – O grande e maravilhoso livro das famílias



Fonte: Hoffman; Asquith (2010).

O livro explora a diversidade em suas diferentes formas e, ao final, reforça os discursos de que as famílias podem ser de diferentes maneiras, retomando alguns aspectos apresentados ao longo do livro, com imagens que ilustram os diferentes tipos já apresentados: monoparentais, heterossexuais e homossexuais, bem como um núcleo que pode ser pensado como um recasamento, pelo número elevado de membros e suas diferentes características. Os adjetivos da figura 28 (felizes, tristes, silenciosas, bem-humoradas...) são descritos como aplicáveis para todas as famílias: "a maioria das famílias é tudo isso em algum momento" (HOFFMAN; ASQUITH, 2010, p. 39), o que propõe um reforço na ideia de diversidade apresentada ao longo do livro. Por fim, convida a criança leitora a olhar para sua família e analisar de que forma ela está "hoje", o que inclui a noção de temporalidade e possibilidade de transição e mudanças nesses núcleos.

Figura 28 – O grande e maravilhoso livro das famílias



Fonte: Hoffman; Asquith (2010).

Reconhece-se que existem, atualmente, diversas configurações de família, conforme as ilustradas na narrativa. E, que a representação dessas em livros como o apresentado, são de extrema importância para que pequenas e pequenos leitores tenham consciência de que todo e qualquer modelo familiar é digno de respeito, reconhecimento e representatividade. Entende-se, também, que para quem pertence a uma dessas configurações, a divulgação dessa diversidade pode propiciar sentimentos de contemplação e legitimação de sua própria estrutura familiar. (FACCO, 2009; FURLANI, 2005).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, discutiu-se a importância dos livros infantis serem vistos com menos ingenuidade e mais crítica, considerando que podem ser instrumentos de transmissão de valores e ensinamentos aos/às seus/as leitores/as, no caso, às crianças. Isso, porque os livros são produzidos em determinada cultura, com a visão de quem os produz e têm a intenção de passar determinadas mensagens. Os contos de fadas, por exemplo, trazem ideias de amor romântico e posição de passividade das figuras femininas, que esperam ser salvas por uma figura masculina, para viverem “felizes para sempre”. Esse exemplo, que vai ao encontro dos discursos patriarcais, representa os conteúdos que povoam o imaginário de muitos adultos que o escutaram na infância, bem como ainda é presença nas leituras de muitas crianças da atualidade. Além disso, é comum que retratem alguma mensagem que pode ser confirmada

em outros meios de informação, como a família, a escola, a mídia, com a intenção de reforçar esses ensinamentos sociais.

Considerando um aspecto bastante preocupante da sociedade contemporânea: a questão das desigualdades de gênero, em diversos contextos sociais, e da intolerância e violências contra o considerado “diferente”, colocar uma lente de gênero sobre o conteúdo que as crianças acessam é de suma importância. Dessa forma, os livros infantis podem ser uma boa fonte de análise, principalmente, quando se propõe a difundir discursos sobre a igualdade de gênero, o empoderamento feminino e o respeito à diversidade, como foram apresentados neste capítulo. Assim, analisaram-se seis livros infantis considerados questionadores dos estereótipos de gênero e incentivadores do protagonismo feminino e do respeito entre os sujeitos e suas diferenças, em uma abordagem feminista de gênero.

A Análise de Discurso (GILL, 2004) e a Análise Semiótica de Imagens Paradas (PENN, 2004) permitiram constatar que uma das estratégias utilizadas para aproximação e convencimento das crianças é retratar ambientes, falas e dilemas semelhantes aos que eles vivem em suas vidas reais, como um convite para sua identificação. Além disso, utilizar elementos também conhecidos das suas próprias fantasias e brincadeiras, como as narrativas de príncipes e princesas – comuns em contos, desenhos e acessórios infantis – podem chamar a atenção e despertar o interesse da criança.

Nos três livros analisados em que os personagens são príncipes e princesas, o final mostra-se diferente dos contos de fadas tradicionais: uma delas vai viver aventuras com o dragão, a outra fica solteira (e feliz) com seus animais de estimação e a outra casa-se com o príncipe, mas por desejo e esforço dela. São discursos de empoderamento feminino e, conseqüentemente, de igualdade de gênero, com princesas que vão atrás dos seus desejos, não aceitam imposições de modelos naturalizados e são protagonistas de suas vidas. Logo, esses livros mostram-se interessantes na medida em que utilizam uma temática apreciada pelas crianças e desconstruem modelos de gênero tradicionais, mostrando que não é necessário proibir o acesso das crianças ao mundo dos príncipes e das princesas, mas se pode, justamente, utilizá-los para problematizar e desconstruir estereótipos de gênero, aproveitando-se da identificação infantil para mostrar outro universo, com mais igualdade entre os gêneros.

O empoderamento feminino e a busca por igualdade de gênero também aparecem em dois livros que mostram o cotidiano infantil, aproximando-se das crianças através de representações de suas vivências e brincadeiras do dia a dia. Os livros problematizam o binarismo e o gendramento que naturalmente é imposto às crianças quando elas nascem,

fazendo com que se adequem às construções sociais sobre ser menino e ser menina, aprendendo sobre o que são as masculinidades e feminilidades. Isso proporciona dois mundos opostos, divididos em, por exemplo, azul e rosa, futebol e ballet, carrinhos e bonecas, poder e não poder, respectivamente para homens e mulheres. Nesse sentido, através de duas protagonistas questionadoras (Fernanda e Ana Carolina), um protagonista questionador (Mateus) e de discursos de empoderamento feminino e de igualdade de gênero, os estereótipos vão sendo problematizados e desconstruídos, permitindo que meninos e meninas enxerguem que podem ocupar os mesmos lugares com equivalência nas suas formas de expressão, nos seus desejos e nas suas possibilidades de comportamento.

Por fim, embora a questão do respeito à diversidade humana seja transversal em todos esses livros, pois só pelos/as personagens que questionam os discursos naturalizados e propõem novas formas de vivências, já se ilustra diferentes posicionamentos e personalidades, a temática das diferentes orientações sexuais e dos diferentes modelos de família é abordada em apenas um livro, mas com representatividade significativa. São descritos diferentes modelos de famílias e feito um convite para a criança pensar como é e quem é o seu núcleo familiar. Ao ilustrar que as famílias podem ser de diferentes maneiras, questiona-se o modelo de família tradicional como o único e correto exemplo para ser considerado família, problematizando que os laços afetivos são muito mais importantes que o enquadramento dentro dos padrões tradicionais de gênero. Assim, esse livro também permite que a maioria das crianças possa se identificar com a narrativa e se sentir, junto com sua família, representados e valorizados.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Telma Guimarães Castro. **Menina não entra**. São Paulo: Editora do Brasil, 2006.

ARAÚJO, Jair Bueno de. A desconstrução dos processos identitários dos gêneros sexuais em Judith Butler. **Revista Saber Acadêmico**, n. 11, p. 33-38, 2011.

ARGÜELLO, Zandra Elisa Argüello. **Dialogando com crianças sobre gênero através da literatura infantil**. 2005. 193 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, UFRGS, Porto Alegre, 2005.

BASTOS, Rodolpho Alexandre Santos Melo; NOGUEIRA, Joanna Ribeiro. Estereótipos de gênero em contos de fada: uma abordagem histórico-pedagógica. **Dimensões**, Vitória, n. 36, p. 12-30, 2016.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

COLLE, Babette. **A princesa sabichona**. Tradução de Monica Stahel. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

COLLE, Babette. **Príncipe Cinderelo**. Tradução de Monica Stahel. São Paulo: Martins Editora, 2002.

FACCO, Lucia. **Era uma vez um casal diferente**: a temática homossexual na educação literária infanto-juvenil. São Paulo: Summus, 2009.

FLICK, Uwe. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. Tradução de Joice Elias Costa. Porto Alegre: Bookman, 2004.

FURLANI, Jimena. **O bicho vai pegar! - um olhar pós-estruturalista à educação sexual a partir de livros paradidáticos infantis**. 2005. 272 p. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, UFRGS, 2005.

GILL, Rosalind. Análise de discurso. In: BAUER, Martin; GASKELL, George. (Orgs.) **Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. 3ª ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 2004. p. 244-270.

HOFFMAN, Mary; ASQUITH, Ros. **O grande e maravilhoso livro das famílias**. Tradução de Isa Mesquita. São Paulo: Edições SM, 2010.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estatísticas de gênero: uma análise dos resultados do censo demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2014.

KEMP, Anna. **A pior princesa do mundo**. Tradução de Marília Garcia. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

LEÓN, Magdalena. Empoderamiento: Relaciones de las mujeres con el poder. **Estudios Feministas**, Florianópolis, v.8, n. 2, p. 1-15, 2000.

LISBOA, Wellington Teixeira; SILVA, Tássio José da; REZENDE, Aline da Silva Borges. Magia é de menina, aventura é de menino: os binarismos de gênero na infância pela perspectiva da indústria cultural, **Vozes e Diálogo**, Itajaí, v. 14, n. 02, p. 1-13, 2015

MATHISON, Sandra. Why triangulate? **Educational Researcher**, Thousand Oaks, v. 17, n. 2, p. 13-17, 1988.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Mudança: conceito-chave para intervenções sociais e para avaliação de programas. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza; ASSIS, Simone Gonçalves; SOUZA, Edinilsa Ramos de. **Avaliação por triangulação de métodos**: abordagem de programas sociais. Rio de Janeiro: Editora da Fiocruz, 2008. p. 38-58

NARVAZ, Martha Giudice; KOLLER, Sílvia Helena. Metodologias feministas e estudos de gênero: articulando pesquisa, clínica e política. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 11, n. 3, p. 647-654, 2006

PENN, Gemma. Análise semiótica de imagens paradas. In: BAUER, M.; GASKELL, G. (Org.). **Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. p. 319-342.

SOBRAL, Jacqueline; BERALDO, Beatriz. Princesa congelada? Uma leitura feminista de Frozen – uma aventura congelante. **Vozes & Diálogos**, Itajaí, v.14, n. 2, p. 139-150, 2015.

SORJ, Bila; GOMES, Carla. O gênero da “nova cidadania”: o programa: mulheres da paz. **Sociologia & Antropologia**, Rio de Janeiro, v, 1, n. 02, p. 147-164, 2011.

VIDAL, Fernanda Fornari. **Príncipes, princesas, sapos, bruxas e fadas**: Os “novos contos de fadas”: ensinando sobre relações de gênero e sexualidade na contemporaneidade. 2008. 244 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, UFRGS, 2008.

WENETZ, Ileana; STIGGER, Marco Paulo; MEYER, Dagmar Estermann. As (des)construções de gênero e sexualidade no recreio escolar. **Revista Brasileira de Educação Física e do Esporte**, São Paulo, v. 27, n. 1, p. 117-128, 2013.

WILKE, Maria Eliza Vernet Machado. A transmissão de modelos femininos e masculinos nos livros infantis. In: STREY, Marlene Neves. et al. (Org.). **Encenando gênero**: cultura, arte e comunicação. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008. p. 343-364.

WITZEL, Denise Gabriel. Contos de fadas (re)citados na publicidade: um estudo sobre interdiscurso, redes de memória e identidade. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, Paraná, v. 13, n. 2, p.163-182, 2012.

XAVIER, Tina. **A menina e o menino que brincavam de ser...** Campo Grande: Ed UFMS, 2009.

XAVIER-FILHA, Constantina. Era uma vez uma princesa e um príncipe...: Representações de gênero nas narrativas de crianças. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 19, n. 2, p. 591-603, 2011.

XAVIER-FILHA, Constantina. Sexualidade(s) e gênero(s) em artefatos culturais para a infância: práticas discursivas e construção de identidades. In: XAVIER-FILHA, Constantina. **Educação para a sexualidade, para a equidade de gênero e para a diversidade sexual**. Campo Grande: Editora UFMS, 2009. p. 71-98.

ZINANI, Cecil Jeanine Albert; CARVALHO, Diógenes Buenos Aires de. **Estudos de gênero e literatura para crianças e jovens: um diálogo pertinente**. Caxias do Sul: EDUCS, 2015. p. 11-15.

~ CAPÍTULO VIII ~

O USO DE APLICATIVOS NAS PRÁTICAS SEXUAIS CONTEMPORÂNEAS: ENCONTROS E DESENCONTROS DE HOMENS QUE FAZEM SEXO COM OUTROS HOMENS

William Heldt dos Santos

Yáskara Arrial Palma

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O ciberespaço constitui-se cada vez mais como possibilidade e realidade no estabelecimento de novas formas de relacionamentos. A era digital revoluciona constantemente as formas de interação (NILSON, 2015), sendo que o avanço da tecnologia provoca que essas interações sejam ressignificadas e acompanhem a movimentação dos fenômenos sociais. Tendo em vista essas novas formas de acesso a outras pessoas e locais, observa-se como essa facilitação na criação de novos contatos subjetiva e modifica o modo até então vigente de comportamentos, regras e fronteiras que estavam estabelecidos.

Os relacionamentos virtuais, sejam eles associados ou não ao afeto, crescem em quantidade e em possibilidades, isso poderia até parecer uma consequência da modernidade e algo que, a priori, seria enfrentado somente devido às possibilidades advindas da tecnologia. Todavia, ao lembrar que o ser humano é um ser social (VIGOTSKY; COLE, 1998), podemos inferir que tal prática encontra tamanha equivalência devido a um aspecto natural do ser humano que tende a buscar conexões. Atualmente, esse crescimento em quantidade se deu pela facilidade do acesso ao outro, não mais é necessário um encontro físico para que ocorra a interação, todo o contato pode ocorrer de modo virtual, relacionamentos em suas mais diversas formas têm seus inícios, meios e até mesmo fins através de dispositivos tecnológicos sem que haja necessariamente encontros físicos.

As possibilidades advindas da tecnologia no que tange à visibilidade das identidades sexuais têm ampliado o conhecimento para além dos territórios que antes essas identidades estavam subordinadas. Entretanto, da mesma forma que encontramos essas visibilidades que vêm se fortificando, diariamente, encontramos também um contraponto que parte de um processo de exclusão do que foge a hegemonia.

Esse exercício contemporâneo de análise de movimentos que facilitam ou dificultam as mais diversas formas de visibilidades das identidades sexuais têm sido alvo de diversos estudos entre pensadores de temáticas associadas a gênero; todavia, nenhum consenso que facilite um entendimento foi encontrado. (NASCIMENTO, 2015). Dentro dessas novas possibilidades apresentadas, uma camada significativa da população que encontrava uma maior dificuldade no acesso a esses facilitadores de relacionamentos, apropriou-se como grande consumidora desse ciberespaço. (MISKOLCI, 2015).

Homens que fazem sexo com outros homens - HSH (CARRARA, SIMÕES, 2007) encontraram em sites e aplicativos para dispositivos móveis novas possibilidades para a efetividade de seus desejos sexuais. A prática de sexo entre homens está associada social e culturalmente à orientação sexual, todavia, o ato sexual transcende esses determinantes, diversos homens identificam-se como heterossexuais, e mesmo assim praticam sexo com outros homens. (GOSINE, 2008). Ainda que exista a vontade de buscar uma forma de categorizar as pessoas conforme suas práticas sexuais a determinada orientação sexual, a discussão para tanto precisa ser sempre mais profunda, compreendendo o quanto o ato de assumir tal orientação representa socialmente para cada indivíduo. Entendendo essa visão que o sujeito tem a respeito da temática, a forma com que a pessoa se identificar ou não, deverá ser a forma com que ela será compreendida.

DAS LIMITAÇÕES TERRITORIAIS À CRIAÇÃO E DOMINÂNCIA DOS ESPAÇOS

Historicamente, homens sempre se relacionaram sexualmente entre si (FRY; MACRAE, 1983), buscar o início de tais práticas nos remontaria ao início da civilização, e mesmo assim, tornar-se-ia matéria de difícil estudo, tendo em vista o significado que tais práticas possuem para diversas culturas. Ainda assim, pensar nesse recorte, faz-se necessário para uma maior compreensão dos caminhos que apontam para essa constatação.

As possibilidades de encontro de parceiros para relacionamentos sexuais entre HSH apresentam ainda hoje diversos atravessamentos que atrapalham as práticas objetivadas por tais indivíduos. Preconceito, marginalização e determinação territorial mostram-se como

barreiras que estão sendo minimizadas através das novas possibilidades apresentadas no ciberespaço. Embora o advento da tecnologia ajude na minimização dos fatores considerados de risco, apresentados anteriormente, os atravessamentos ainda estão presentes e fortemente vivos na sociedade contemporânea. (COSTA, 2010).

A população de HSH possuía territórios demarcados para sua convivência, Green (2000) pontua a existência de fronteiras bastante rígidas como redutos para a prática desse tipo de encontro, a dificuldade de comunicação e a localização geográfica diversas vezes também se apresentavam como um empecilho no acesso a essas formas de prazer. Os determinantes sociais sobre papéis estipulados aos gêneros limitaram, durante um longo período, os encontros entre HSH, que existiam em maior quantidade e frequência riscos físicos, sociais e emocionais dentre diversos outros que o assumir e acessar o ato de praticar atividades sexuais com outros homens representava. Pensando mais recentemente nessa construção histórica, o surgimento dos primeiros casos da AIDS, mostraram-se como mais um dificultador nas práticas sexuais desses homens e, do mesmo modo, a falta de informação associada ao preconceito acabaram por reforçar o estigma para HSH, categorizando-os como um grupo moralmente perigoso e de risco.

Na década de 1980, os primeiros casos de pessoas infectadas com o vírus da AIDS foram identificados no Brasil; nesse mesmo momento, as conexões entre a doença e práticas homossexuais surgiram. Ao associar a homossexualidade a fator de risco, essa parcela da população foi estigmatizada, opinião pública e imprensa munidas de poucas informações utilizaram, na época, termos como *Peste Rosa*, *Peste Gay* e *Câncer Gay* (PARKER, 2000). A associação entre AIDS e homossexualidade masculina até hoje não foi vencida, fato que está fortemente ligado aos discursos sobre a moral do que é aceito ou não com fortes bases na construção religioso-cristã-ocidental. (KELLNER, 2001).

Atualmente, as militâncias dos grupos defensores de direitos LGBTQIA+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros, Queer, Intersexo, Assexual) conseguiram, após árduas batalhas, diversos direitos básicos que conseqüentemente facilitam as práticas de HSH. A apropriação de uma identidade que dia após dia se torna mais aceita e alvo de olhares mais rígidos quando em conflito com tais direitos também assume posto de marco apropriatório no ser/fazer o que lhe causa satisfação. Preciado (2014) pontua que o corpo e as práticas sexuais também atuam como espaço de construção biopolítica, bem como local de opressão; porém, também se apresentam como centro de resistência ao imposto.

O USO DE APLICATIVOS

Levando em conta todo esse movimento apropriatório, dentre as novas tecnologias facilitadoras para encontros entre HSH, o uso de aplicativos para dispositivos móveis tais como Grindr, Hornett e Scruff, que possuem como objetivos principais proporcionar encontros entre homens que estão próximos geograficamente entre si para práticas sexuais, modificam as formas que os laços sociais são construídos, laços esses que antes necessitavam de interação física para serem constituídos; hoje, possuem uma facilidade maior para ocorrerem pelos benefícios que o virtual proporciona. (NAZARÉ, 2012). O sexo exclusivamente virtual também se constitui como prática nesses tipos de aplicativos (apps), o encontro físico pode não ocorrer de fato, mas o laço social poderá ser construído. O uso desses aplicativos possibilitou o desenvolvimento de novos espaços geossociais, são ciberespaços como no caso de pessoas que praticam sexo virtual, mas também espaços físicos reais para as que de fato realizam encontros físicos. (MISKOLCI, 2015).

O crescimento do desenvolvimento e acesso às novas tecnologias de informação e comunicação (TIC's) proporcionam novas formas de interação social; não se fazem mais necessários pontos de encontro para que se possa conhecer novas pessoas. O uso de tais tecnologias modifica-se rapidamente, os relacionamentos virtuais inicialmente ocorreram através do uso de e-mails, seguido pela utilização de salas de bate-papo e sites destinados para encontros e namoro; e; por fim; nos dias atuais; os aplicativos para dispositivos móveis geolocalizados. Os aplicativos observados são meios rápidos e de fácil utilização, através deles pode-se conhecer pessoas de diversos gêneros e orientações sexuais, o intuito de quem utiliza pode ser o de conhecer novas pessoas, fazer amizades, iniciar relacionamentos e/ou encontros sexuais. (MISKOLCI, 2013).

Os aplicativos para dispositivos móveis (celulares, smartphones e tablets) Grindr, Hornett e Scruff podem ser adquiridos em lojas virtuais, em sua maioria são gratuitos; todavia, alguns recursos, tais como os que limitam o acesso a perfis conforme os gostos dos usuários podem ser pagos. Esses aplicativos são considerados geolocalizáveis pelo fato de utilizarem o sistema de GPS (Sistema de Posicionamento Global). Esse sistema possibilita a localização de pessoas, utilizando o aplicativo que estejam próximas entre si. De interface simples de utilização, o aplicativo aponta indivíduos próximos que atendam aos critérios estipulados como preferência pelo usuário, tais como altura, peso, idade, preferências sexuais dentre outras.

Conforme Nazaré (2011), vemos o quanto essas novas possibilidades subjetivam e ressignificam as formas impostas de relacionamentos, o que antes era tido como de difícil acesso por ser considerada uma prática subversiva, hoje encontra equivalência e aderência, o que acaba se validando como prática real e atual e que, como espaço adquirido, não pretende ser extinto. Ainda, de acordo com essa autora, a existência de resistências e de um movimento apropriatório dessa identidade não exime essa população de ainda sofrer grandes estigmas e preconceitos, a sociedade, mesmo que mais flexível do que em tempos passados, segue com um pensamento que considera lógico de associar o ato sexual ao amor.

Cabe ainda ressaltar que o uso de aplicativos com fins sexuais, mesmo sendo tecnologia recente, já encontra críticas por usuários e não usuários. Visto por muitos como facilitador de sexo rápido, fácil e não seguro, tais aplicativos são condenados devido à praticidade do encontro sexual. A ideia de promiscuidade associada à homossexualidade masculina ressurgiu juntamente com o estigma da contaminação pelo HIV. As práticas sexuais resultantes desses aplicativos facilmente vêm sendo associadas a questões morais, ou seja, novamente a liberdade sexual conquistada por HSH, só pode ser vivida socialmente caso seja realizada na clandestinidade. (MISKOLCI, 2015).

Ainda em relação aos estereótipos de gênero e orientação sexual, o amor romântico é tomado como ponto de partida para uma análise das possíveis origens do preconceito para com práticas sexuais não associadas ao amor, datando do seu surgimento aproximadamente no século XVIII. Conforme pontua McFarlane (1990), foi a partir do surgimento do amor romântico que o sexo passou a assumir uma prática de importância dentro das uniões matrimoniais. Ao associar o sexo a uma relação monogâmica, o que fugir dessa lógica se tornará conseqüentemente estigmatizado como fora do padrão aceito e motivo de rechaço. Associada ao amor romântico está a monogamia compulsória, que regulamenta as práticas sexuais e possui suas peculiaridades e acordos velados quando se trata de homens e mulheres. Os homens, mesmo que estando em uma relação monogâmica regida pelo amor romântico, diferentemente das mulheres, têm o acesso às relações sexuais sem compromissos validados por diversas áreas da sociedade, com o discurso de que ser homem implica em ter determinados comportamentos, dentre eles a liberdade sexual para além de sua/seu parceira/o.

A prática de sexo entre homens, facilitada pelo uso de aplicativos para dispositivos móveis, apresenta-se como mais uma forma contemporânea de interação social. O entendimento do percurso que leva a esse tipo de tecnologia possui um elevado grau de consumidores caminha juntamente a marcos históricos da população LGBTQIA+, os papéis

atribuídos à identidade do ser homem, o vírus do HIV e por fim, o entendimento da construção do amor romântico. Miskolci (2013) e Zago (2013) apontam que mesmo o uso de aplicativos com finalidades sexuais sendo vistos como moralmente repreensíveis, sexo e internet legitimam-se como práticas cada vez mais presentes na realidade de pessoas em todos os locais do mundo.

O modo como essas novas possibilidades subjetivam os indivíduos, refletem nessas significativas experiências dos sujeitos contemporâneos e sugerem novas dimensões para a discussão de fronteiras, deslocamentos e diversidades. A existência de aplicativos que tratam o sexo de modo explícito e desvinculado do amor rompe com a lógica moderna da configuração das relações afetivas, ampliando o exercício da sexualidade para além das normativas até então estabelecidas.

A PESQUISA

O presente estudo teve como objetivo compreender de que modo o uso de aplicativos destinados a práticas sexuais influenciam seus usuários em suas relações interpessoais. A pesquisa realizada foi qualitativa e exploratória. Tal metodologia proporciona um meio de compreensão de determinado fenômeno levando em conta particularidades e subjetividades. A pesquisa qualitativa é um método que contribui para o entendimento dos significados atribuídos a problemas humanos e/ou sociais. Juntamente a parte descritiva, objetivou-se a descrição de características de populações, bem como de fenômenos. (GIL, 2002).

Participaram do estudo sete homens que fazem sexo com outros homens e que utilizaram algum dos aplicativos Grindr, Hornett, e/ou Scruff com seu uso iniciado no mínimo há seis meses da data da entrevista, que residissem em Porto Alegre e/ou região metropolitana e maiores de dezoito anos. O número de participantes foi definido conforme a constatação da saturação dos dados.

Os participantes da pesquisa foram encontrados através da técnica bola de neve, partindo do primeiro indicado ser do convívio social do primeiro autor da pesquisa. As entrevistas foram coletadas ao longo de dois meses e ocorreram em diversos lugares, conforme disponibilidade dos participantes. Os mesmos assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e a pesquisa passou pela aprovação do Comitê de Ética da instituição que os autores estavam vinculados.

Os dados obtidos foram compreendidos através de análise de discurso sob a ótica dos estudos de autores pós-estruturalistas, como Michel Foucault (2010), Judith Butler (2010),

Beatriz Preciado (2014) e Guacira Louro (1997). Esses/as autores/as discutem as questões relacionadas à sexualidade, gênero, opressões, aprendizagens e práticas, bem como as instâncias sociais e culturais. Além disso, também foi utilizada a Psicologia Social Sócio-Histórica que trabalha a ideia de que a realidade deve ser utilizada como critério para que a análise da fidedignidade e importância dos dados esteja comprometida, com vistas ao trabalho para uma transformação social. (LANE, 1984).

AS DESCOBERTAS

Através da análise das falas dos participantes, foram identificadas grandes temáticas que competem assuntos distintos dentro do universo dos aplicativos destinados às práticas sexuais. O tema que apresentou destaque durante o processo de coleta foi a problematização realizada pelos entrevistados a respeito dos discursos preconceituosos encontrados em perfis de outros homens nos apps. Logo em seguida foram também apontados com destaque temas ligados ao desmerecimento associado ao feminino e, por fim, mas com a mesma importância, os benefícios e possibilidades que os entrevistados encontraram no uso de apps.

Em sua totalidade, os entrevistados entendem que o espaço proporcionado pelos aplicativos também é um ambiente que dissemina preconceitos e reproduz padrões de comportamentos que são considerados mais socialmente aceitáveis como pode ser visto na seguinte fala: “(...) ou aqueles caras que tinham discurso de tipo, nossa apenas macho com macho sabe e a gente sabe assim que nesse exemplo há uma conotação homofóbica” (P2). Todos também compreendem sobre a força que esse padrão masculinizador exerce e demonstra uma predileção nos apps, ao relatarem discursos encontrados na descrição de perfil de outros usuários ilustram tal afirmação: “(...) caras que colocam macho x macho e é claro que existem no meio do mundo gay, eles querem se esconder, querem se masculinizar” (P4). A descrição desses perfis, que limitavam o acesso a outros usuários, utilizando para tanto a reprodução de conceitos e preconceitos foi notada de forma negativa pelos usuários entrevistados.

Para que a compreensão dessa problematização seja entendida de forma clara, é importante pensar em como os estereótipos têm chegado à população, nesse caso em especial a população de homens que fazem sexo com outros homens e que para tanto valem-se de um dispositivo que possibilita a expressão de gostos. Dessa forma, como pontua Louro (1997), é de extrema importância que o debate sobre tais vivências seja realocado no campo do social, pois é nele que as reproduções de relações desiguais são construídas entre os sujeitos.

A exigência de estar em padrões do que é considerado ser homem (másculo e isento de quaisquer traços femininos), com características reforçadoras de uma heterossexualização compulsória, deixou de ser, se é que em algum dia foi destinada a homens heterossexuais. Ainda, sobre a masculinização exigida como forma de ser “bem visto” outro participante aponta sobre sua análise dos objetivos encontrados nos perfis: “(...) tu já sabe pelo perfil bombadinho, todo metidinho, eles querem caçar esse mesmo perfil mais homenzinho” (P1). Além da busca por tal perfil como preferência, ele também se apresenta como uma vertente que determina uma parcela expressiva do público acessante: “(...) sempre é o cara arrumadinho, branco, com a carinha de heterossexual, o da golinha polo” (P5). Miskolci (2015) refere a respeito dessa busca por um reconhecimento e enquadramento em determinado perfil que possui uma maior aceitação social na qual elementos sociológicos e históricos ditam a sua construção.

Os participantes relatam também sobre o modo pejorativo de entender tudo que é tido como feminino, ou seja, o que se construiu socialmente sobre os sexos e não apenas somente os sexos em si. (LOURO, 1997). Nas falas dos entrevistados, a construção social excludente e estigmatizadora apresentou elevada incidência: “(...) tanto que tu vai mudando os rostos e a descrição das pessoas que tem nos apps e muitos dizem não curto afeminados, não curto afeminados, não curto afeminados” (P3). A questão do rechaço aos perfis de homens com características femininas foi apontada de forma negativa por todos os entrevistados: “(...) me incomoda muito de caras que dizem não curtir afeminados” (P3). Dessa forma, volta-se aos apontamentos de Butler (2010), que salienta que o gênero é o que garante reconhecimento como humanos perante a sociedade; todavia, para tanto é preciso atender aos pré-requisitos instituídos por essa sociedade que prega que gênero, sexo e práticas sexuais devem estar em acordo com o que foi instituído e naturalizado como o correto.

Os discursos que abominam figuras com características ditas femininas, mesmo nesse recorte por estarem sendo provenientes de um espaço que é destinado a minorias, mostra-se como um sintoma do adoecimento misógino que é reforçado diariamente. Guacira Lopes Louro (1997) pontua a respeito de toda a segregação social e política no qual o feminino foi conduzido historicamente; essa invisibilidade reflete as práticas que seguem buscando invisibilizar/condenar a expressão de características ditas como femininas. Ainda, a dualidade e fluidez entre o masculino e feminino trazidas por nossos protagonistas referem que “certos tipos de ‘identidade de gênero’ parecem ser meras falhas no desenvolvimento ou impossibilidades lógicas, precisamente por não se conformarem às normas da inteligibilidade cultural”. (BUTLER, 2010, p. 39).

Para além do rechaço contido na descrição dos perfis dos usuários que se mostram contrários à possibilidade de conhecer pessoas que representam expressões do feminino, há um crescente movimento contrário, o dos que assumem que são sim afeminados e que isso não é motivo para vergonha. Se, em um passado não muito distante, a homossexualidade era associada somente ao feminino e isso como uma construção social por si só é visto como uma forma de estigmatização, hoje em dia o processo de padronização e heterossexualização figura como realidade nas práticas dos que costumavam ser suas vítimas. Tal prática demonstra assim uma busca por um distanciamento do perfil associado ao feminino, como se esse fosse de alguma forma negativo ou de menor valor. (PRECIADO, 2014, p. 26).

Os participantes também julgaram ser necessário expor seus pontos de vista sobre outros tipos de preconceito que se encontram no ambiente virtual dos apps: “(...) a gente vê reforço de estereótipos das coisas sobre o corpo negro e é bem objetificação mesmo” (P6), e ainda outros preconceitos: “(...) enfim ali acaba virando um palco do que a gente vê na rua, na vida, do tipo “não curto afeminados, negros, gordos...” essas coisas assim, só que na vida as pessoas não falam isso explicitamente e ali é falado” (P6). Miskolci refere sobre essas visibilidades e invisibilidades do que é dito a essa organização, o autor conferiu o título de regime de visibilidade.

Na esfera da sexualidade, regime de visibilidade é uma noção que busca sintetizar a maneira como uma sociedade confere reconhecimento e torna visível certos arranjos amorosos, enquanto controla outras maneiras de se relacionar por meio de vigilância moral, da coibição de sua expressão pública, em suma, pela manutenção dessas outras formas amorosas e sexuais em relativa discricção ou invisibilidade. Um regime de visibilidade traduz uma relação de poder sofisticada, pois não se baseia em proibições diretas, antes em formas indiretas, mas altamente eficientes, de gestão do que é visível e aceitável na vida cotidiana. Assim, um regime de visibilidade é também um regime de conhecimento, pois o que é visível e reconhecido tende a estabelecer as fronteiras do pensável. (MISKOLCI, 2014, p. 62).

Outro participante traz uma reflexão que demonstra como os apps subjetivam os sujeitos contemporâneos: “(...) É um espaço que acaba reproduzindo, várias coisas ruins sabe... o que de certa forma me choca, mas eu também entendo, que não é porque somos gays ou bissexuais que nós estamos livres de reproduzir outras opressões” (P7). Ao se analisar o espaço que os sujeitos adquirem dentro dos apps, a existência de ideias pré-concebidas com características misóginas, homofóbicas e racistas ocorrem associadas a noções de poder, o que conforme afirmam Deleuze e Guattari (1995) são características comuns em grupos e indivíduos que, agindo de tal forma, reproduzem “microfascismos”, retornando dessa forma o poder às figuras significantes e dominantes, nesse caso, ao masculino.

Ainda, mesmo que a visão do grupo entrevistado mostre uma desconstrução e crítica desses comportamentos, outros trechos trazem a respeito desse poder subjetivador que a ferramenta apresenta: “(...) acho que os apps me atrapalham, eu acabo reforçando estereótipos e preconceitos, e eu acho que isso para mim como pessoa é horrível, porque vivo naquele processo de desconstrução, de se aceitar, de não reproduzir as coisas que são horríveis daí tu vai ali e reproduz...” (P4). Nesse sentido, Foucault (2014) afirma que, ao buscarmos resistências, não devemos, de forma alguma, descartar os instrumentos distribuídos pelo contemporâneo tais como as mídias e que mesmo essas sendo as mesmas ferramentas utilizadas pelos regimes que disseminam violência e opressão são também meios de apropriação do espaço social-político. Outro participante discorre ainda sobre a mesma temática, mas da mesma forma salientando a sua posição: “(...) eu faço o meu possível até porque eu estou do outro lado, para não reforçar estereótipos e preconceitos com pessoas que assim como eu estão fora dos padrões, mas é muito frequente eu ser vítima digamos de atitudes e de falas que reforcem isso” (P7).

Ainda que apresentando limitações e reproduções de discursos que não contemplam os ideais dos entrevistados, os aplicativos também são vistos como portadores de imensas possibilidades, Recuero (2009) aponta que a compreensão dessas novas redes de comunicação é essencial, pois as relações provenientes desses encontros dão-se como uma ferramenta de organização social e de informações contemporâneas. Nos trechos a seguir, o poder das vivências adquiridas nos apps é exposto pelos entrevistados: “(...) uma coisa boa de ter usado, então eu acabei de certa forma amadurecendo a minha percepção do que é sexo e do que me contempla com relação ao sexo” (P1), “(...) eu não conversava muito, eu não flertava muito e eu vejo que o app me ajudou nisso” (P7), outro participante ainda relata: “(...) eu percebi como tinha se tornado natural eu poder interagir com outros homens e poder me relacionar com outros homens” (P2).

Compreendidos também como facilitadores no autoconhecimento, os aplicativos auxiliam na construção de habilidades, conforme exposto a seguir: “(...) eu entrei em contato com os apps justamente em um momento que eu estava procurando entender um pouco mais da minha sexualidade” (P2), outro entrevistado ainda cita que o aplicativo possibilitou uma reflexão mais profunda, para além do sexo: “(...) foi depois dos apps que eu comecei a pensar um pouco mais sobre, enfim, relacionamentos entre homens” (P3). Todos esses benefícios ocorrem também devido a possibilidade de os aplicativos aproximarem pessoas com interesses em comum, sem esbarrar na barreira da distância física, que anteriormente era um empecilho a muitas interações. Dessa forma, “Sem a comunicação cada pessoa seria um

mundo fechado em si mesmo. Pela comunicação as pessoas compartilham experiências, ideias e sentimentos. Ao se relacionarem como seres interdependentes influenciam-se mutuamente e, juntas, modificam a realidade onde estão inseridas”. (BORDENAVE, 1997, p. 36).

Dois participantes, ainda, relataram sobre o auxílio no próprio amadurecimento através do uso dos aplicativos: “(...) amadureci e usar apps teve influência nisso” (P2), “(...) porque eu sinto assim que eu cresci sabe que eu consegui criar alguma maturidade a partir disso” (P7). Dessa forma, o uso de apps apresenta vantagens além das que se propõe, mesmo que em determinados momentos represente um espaço propagador de estereótipos e estigmas, a ferramenta cumpre a função de facilitadora de interações sociais. Ainda que o uso seja perpassado tanto por pontos que representam avanços sociais quanto por pontos ainda fixados em normativas, as discussões sobre esses dispositivos se fazem necessárias, pois refletem uma ferramenta utilizada para o exercício da sexualidade da contemporaneidade.

REFLEXÕES NO MEIO DO CAMINHO...

O mundo digital tem modificado o modo com que os sujeitos contemporâneos têm estabelecido vínculos sociais. O acesso a Internet, facilitado pelo baixo custo de smartphones e planos de dados possibilita que, cada vez mais, uma maior camada da população consiga fazer uso dessas tecnologias. Esse acesso facilitado associado à transformação das relações sociais implica no surgimento de dispositivos que engendram e compõem o exercício da sexualidade, ampliando possibilidades e potencializando esse campo tão engessado por capturas que o normatizam.

A coleta das entrevistas possibilitou uma importante imersão no universo dos aplicativos utilizados por HSH, contribuindo para um entendimento mais amplo do uso das tecnologias e de aspectos problematizadores dos discursos dos participantes que acessam os apps. Em todas as entrevistas, conteúdos associados às diversas formas de padronização do corpo e de modos de agir surgiram de forma espontânea. É crescente o número de homens que fazem sexo com outros homens que, independente de orientação sexual, apresentam um discurso de opressão/repressão que lhes foi imposto e ensinado durante toda a sua construção como um ser participante de uma sociedade marcada por estereótipos de gênero e pelo patriarcado.

Dentro das características dos relacionamentos virtuais, observa-se também uma diferença com relação ao esforço/investimento que se faz necessário para manter algum tipo de relacionamento, diferentemente das relações estabelecidas de forma presencial. As

diversas possibilidades que se apresentam no mundo *on-line* por vezes demandam menor investimento dado à ampla oferta disponível de perfis para se conhecer. Exclui-se assim a possibilidade de conhecer o diferente, entra-se em uma busca pelo perfil ideal, em que a cada clique é possível o surgimento de um novo ser na tela, cada vez mais específico dentro das características procuradas.

A compreensão de que o feminino é inferior e motivo de rechaço é integrada no cotidiano das pessoas de diversos modos, a sutileza dessas ações nos dias atuais pode ser ainda mais perversa, uma vez que elas podem facilmente ser reproduzidas quando a compreensão do que está imposto deixa de ser contestada por não ser uma violência explícita. Ainda, conforme Fry (1983), diversos homens abertamente gays recebem uma maior aceitação da família desde que não seja abertamente afeminado; isso por si só é facilmente compreendido na realidade do nosso país, no qual a incidência de travestis e transexuais, que são a expressão do que seria considerado feminino, possuem uma taxa baixa de longevidade e em contrapartida uma elevada taxa de mortalidade através de crimes de ódio.

Por fim, os aplicativos apresentam-se como campos ricos em experiências, tanto para vivências de sexualidade, como para compreensão das relações, pois os mesmos fornecem uma base bastante consistente de material que facilita o entendimento de diversos componentes históricos, partindo de fenômenos individuais e garantindo assim uma compreensão ampla de construções e desconstruções contemporâneas e históricas.

Os resultados auxiliaram no entendimento do modo como essas novas possibilidades subjetivam, constroem experiências nos sujeitos contemporâneos e sugerem novas dimensões para a discussão de fronteiras, deslocamentos e diversidades. A construção desse trabalho possibilitou, através da análise do uso de aplicativos para dispositivos móveis de homens que fazem sexo com outros homens, uma maior compreensão do modo como as práticas sexuais são subjetivadas pelos dispositivos contemporâneos e possibilitam novos relacionamentos a partir de seu uso. Buscou compreender as possibilidades advindas dessas tecnologias que eram impensáveis em gerações anteriores e atualmente constituem-se como modelos de sociabilidade.

O presente estudo apresenta limitações, dada a complexidade do tema, pois ainda que o uso de aplicativos seja uma prática tecnológica de fácil acesso, não contempla a todos os públicos na sua dimensão social, econômica e política. Mesmo que esses aplicativos já possuam status de mídia social de massa, sendo utilizados por milhares de homens em dimensão global, ainda estão restritos a um recorte específico populacional. Apesar da sociedade contemporânea contemplar práticas sexuais de homens com outros homens sem o

estigma da homossexualidade, as normativas binárias se restringem aos estereótipos estruturalistas que ainda compõem o nosso atual cenário, segmentando práticas, públicos e vivências.

Novos estudos poderiam contemplar outros aplicativos utilizados para o exercício da sexualidade, ampliando para a busca de mulheres que exerçam a sua sexualidade sem a necessidade de vincular a prática sexual ao amor romântico. A existência de aplicativos voltados somente para o universo masculino reforça a existência dos estereótipos de gênero ainda bastante fortalecidos em nossa sociedade, liberando os homens para um livre exercício sexual e deixando para as mulheres os sonhos da felicidade eterna trazida pelo amor conjugal. Embora muitas mulheres tenham conseguido romper com as amarras do patriarcado em suas relações interpessoais, as representações sociais das relações construídas pelas mulheres sinalizam modos de vivenciar a sexualidade ainda voltados para práticas monogâmicas, romantizadas e inseridas em uma maternidade compulsória.

As práticas sexuais acompanham as transformações sociais, sendo que refletem modificações ocorridas nas relações através dos tempos e concomitantemente constroem novas vivências no exercício sexual transformando o cenário da sexualidade. O uso de aplicativos para fins sexuais apresenta mais uma faceta do dispositivo sexualidade, que é múltiplo e ilimitado e continua engendrando modos de ser e de viver da vida em sociedade. E, desse modo, seguem os encontros e desencontros, sejam eles possibilitados ou impossibilitados pelas tecnologias, ressignificando relações e desacomodando normativas.

REFERÊNCIAS

BORDENAVE, J. E. D. **O que é comunicação coleção primeiros passos**. Brasília: Editora Brasiliense, 1997.

BUTLER, J. **Problemas de Gênero: Feminismo e subversão da identidade**. Tradução de R. Aguiar. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CARRARA, S. SIMÕES, J. A. Sexualidade, cultura e política: a trajetória da identidade homossexual masculina na antropologia brasileira. **Cadernos Pagu**, 2007, p. 65-99. Disponível em: <<https://dx.doi.org/10.1590/S0104-83332007000100005>>

COSTA, A. H. C. Homem com H: Uma etnografia sobre homens que fazem sexo com homens – HSH na cidade de Fortaleza. **Anais do Seminário Internacional Fazendo Gênero**. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil, 2010.

DELEUZE, G. GUATTARI, F. **Mil platôs - capitalismo e esquizofrenia**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.

- FRY, P. MACRAE, E. **O que é homossexualidade?** São Paulo: Brasiliense, 1983.
- FOUCAULT, M. **A história da sexualidade I: a vontade de saber.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.
- FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber.** Tradução: L. F. B. Neves, 7ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.
- FOUCAULT, M. **A ordem do discurso.** 5ª ed. São Paulo: Loyola, 1999.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do poder.** 28ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- GOSINE, A. "Raça", cultura, poder, sexo, desejo e amor inscrevendo os "homens que fazem sexo com homens". **Questões de Sexualidade – Ensaios transculturais.** Rio de Janeiro: ABIA, 2008.
- GREEN, J. **Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX.** São Paulo: UNESP, 2000.
- KELLNER, D. **A cultura da mídia.** São Paulo: EDUSC, 2001.
- LANE, S. T. M. A Psicologia Social e uma nova concepção de homem para a Psicologia. In LANE, S. T. M. CODO, W. **Psicologia Social: O homem em movimento.** p. 10-19. São Paulo, SP: Brasiliense, 1984.
- LOURO, G. L. **Gênero, Sexualidade e Educação: Uma perspectiva pós-estruturalista,** 6ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.
- MCFARLANE, A. **História do casamento e do amor: Inglaterra: 1300-1840.** São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- MISKOLCI, Richard. "Discreto e fora do meio" - Notas sobre a visibilidade sexual contemporânea*. **Cadernos Pagu**, (44), 61, 90, 2015. Disponível em <<https://dx.doi.org/10.1590/1809-4449201500440061>>
- MISKOLCI, Richard. Estranhos no paraíso: notas sobre os usos de aplicativos de busca de parceiros sexuais em San Francisco. **Cadernos Pagu**, (47), e164711. Epub August 15, 2016. Disponível em: <<https://dx.doi.org/10.1590/18094449201600470011>>
- MISKOLCI, Richard. Machos e Brothers: uma etnografia sobre o armário em relações homoeróticas masculinas criadas on-line. **Revista Estudos Feministas**, 21(1), 301-324, 2013. Disponível em: <<https://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2013000100016>>
- MISKOLCI, Richard. Negociando visibilidades: segredo e desejo em relações homoeróticas masculinas criadas por mídias digitais. **Bagoas: Estudos gays, gêneros e sexualidades**, 8(11), 61-66, 2014.

- MISKOLCI, Richard. Novas conexões: notas teórico-metodológicas para pesquisas sobre o uso de mídias digitais. **Revista Cronos**, 12(2), 2013. Recuperado de <https://periodicos.ufrn.br/cronos/article/view/3160>
- NASCIMENTO, G. C. M. Relacionamentos amorosos e homossexualidade: revisão integrativa da literatura. **Temas em Psicologia**, 23(3), 547-563, 2015. Disponível em: <<https://dx.doi.org/10.9788/TP2015.3-03>>
- NAZARÉ, M. P. B. (2011). O Movimento Homossexual Brasileiro: da clandestinidade à esfera pública. **Revista Urutágua**, 0(24), 40-49, 2011. Recuperado de <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/Urutagua/article/view/10630>
- NAZARÉ, M. P. B. As mídias digitais e seus usos pelo movimento LGBT brasileiro. **Anais do Seminário de Ciências Sociais** - Tecendo diálogos sobre a pesquisa social da Universidade Estadual de Maringá, Maringá, PR, Brasil, 2012.
- NILSON, A. M. C. Os laços afetivos na era digital: **E-Com - Revista Científica de Comunicação Social do Centro Universitário de Belo Horizonte**. Belo Horizonte, 8(2), 16-30, 2015.
- PARKER, R. **Na contramão da AIDS: sexualidade, intervenção e política**. Rio de Janeiro: ABIA, 2000.
- PRECIADO, B. **Manifesto Contrassexual: Políticas subversivas de identidade sexual**. São Paulo: N-1 edições, 2014.
- RECUERO, R. **Redes sociais na internet**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2009.
- VIGOTSKY, L. S; COLE, M. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. 6ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- ZAGO, L. F. **Caça aos homens disponíveis: corpo, gênero e sexualidade na biossociabilidade gay online**. Sexualidad, Salud y Sociedad: Rio de Janeiro, 2013.

~ CAPÍTULO IX ~

VIOLÊNCIA DE GÊNERO E FEMINICÍDIO NA MÍDIA DIGITAL: UMA ANÁLISE DAS NOTÍCIAS PUBLICADAS NO G1

Janaína Deponti

Eliane Cadoná

CONSIDERAÇÕES INICIAIS ACERCA DO ESTUDO

Nestes escritos, apresentamos um estudo realizado em mídia digital sobre a violência de gênero e o feminicídio, junto a notícias publicadas no portal G1, no ano de 2018, a fim de compreender os sentidos que são produzidos pelos acontecimentos narrados pela mídia em análise e a forma que essa narra situações de violência de gênero e feminicídio em suas publicações.

Para contextualizar alguns conceitos utilizados na pesquisa, compreendemos a violência como um problema no âmbito social, que possui interferência nas relações humanas e nos aspectos históricos de sua trajetória. Dessa forma, a violência aparece nas relações, por meio de conflitos de autoridade, disputa de poder e posse sobre o outro ou seus bens. (MINAYO, 2006).

Nesse sentido, buscamos, para um maior entendimento do assunto, compreender a violência de gênero que, segundo Strey (2017), constitui-se em uma das formas que a sociedade reconhece e produz o homem e a mulher, sendo ele o provedor de força e poder, que assume perante ela uma posição de autoridade, fazendo-a inferior e submissa a ele. Essa violência ocorre de fato quando alguma pessoa é maltratada ou humilhada por questões ligadas ao seu gênero e quando causa danos à sua integridade.

Tendo em vista a intenção de nosso estudo, é importante compreendermos que muitas formas de violência podem, segundo Rey (2006), associar-se a uma produção de sentidos que

acontece através de uma ação. Dessa forma, a mídia digital é contribuinte na produção de sentidos e permitem que o sujeito se reconheça em meio a eles, posicionando-se diante daquilo que lhe é apresentado. A mídia, de maneira geral, contribui para que o sujeito construa sua subjetividade e a exerça em seu cotidiano, reconhecendo-se em meio à produção de regimes de verdade específicos de seu tempo. (CADONÁ; STREY; SCARPARO, 2017).

Diante disso, discorreremos a pesquisa, considerando os problemas evidenciados: como a mídia digital, em suas práticas discursivas, expõe os acontecimentos de violência de gênero e feminicídio? De que forma a mídia digital narra os acontecimentos de violência de gênero e feminicídio? Quais são os possíveis sentidos de violência de gênero e feminicídio produzidos pelos leitores e leitoras da mídia em análise?

BASES TEÓRICAS DO ESTUDO

VIOLÊNCIA DE GÊNERO

A violência, de acordo com o dicionário Aurélio, é “um ato violento, ato de violentar, abuso da força, constrangimento realizado sobre alguma pessoa, opressão e coação”. Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS, 2002), a violência é vista como uso proposital da força física ou poder, ameaça contra si, contra o outro ou contra os grupos e comunidades, que suceda em lesões, danos psicológicos, privações e mortes. Muitas práticas de violência acontecem no contexto de uma relação de poder, onde determinada pessoa detém o poder sobre a outra, causando-lhe ameaças e intimidações, danos psicológicos, abuso físico e sexual.

Desde 1950, a violência é compreendida de diversas formas. Primeiramente, por volta do século XX, era chamada de violência intrafamiliar. Após vinte anos, passou a ser mencionada como violência contra a mulher. Na década de 80, era caracterizada como violência doméstica e, em meados de 90, passou a ter a nomenclatura de violência de gênero, pelo fato de muitos casos de violência acontecerem em uma relação de poder, em que a mulher é submetida e negligenciada em meio a atos de violência. (BRASIL, 2009).

A partir dos anos 80, o olhar sobre as diferenças e desigualdades de gênero começou a se ampliar. O gênero passou a ser compreendido por meio de uma construção social, reconhecendo o lugar da mulher e do homem na sociedade, que transcende os aspectos biológicos e culturais. Por muito tempo, discursos do senso comum como “em briga de marido e mulher ninguém mete a colher” tornou a violência como algo privado, de interesse familiar. (GRANJA; MEDRADO, 2009).

Dessa forma, enfatizamos o conceito de gênero como uma construção social que diferencia o homem e a mulher por meio de suas características, as quais são atribuídas pela sociedade, onde a mulher “deve” ser sensível, do lar e cuidadosa. E, o homem, provedor do sustento, sinônimo de força e coragem. Entretanto, a maneira pela qual o homem e a mulher se portam e agem na sociedade corresponde a um aprendizado adquirido e vivenciado no seu meio social e cultural (BRASIL, 2014) e se incluem aí as interpretações a respeito de seus corpos e comportamentos.

Para assegurar às mulheres políticas de proteção, foi criada, em 07 de agosto de 2006, a Lei nº 11.340, intitulada Lei Maria da Penha, em homenagem a uma mulher que lutou por vinte anos pela punição do marido, por intermédio do qual sofreu violência. A Lei entra em vigor para assegurar à mulher o seu direito à integridade física, psíquica, moral e sexual, criando mecanismos necessários para a coibição da violência contra a mulher, buscando meios de prevenção, punição e erradicação a toda e qualquer forma de violência cometida contra a mulher. (BRASIL, 2006).

O feminicídio, de acordo com Oliveira, Costa e Sousa (2015), é uma situação real em todas as sociedades, decorrente de dominação e poder do homem para com a mulher, que resulta em mortes de mulheres por questões ligadas ao gênero. Dessa forma, entendemos por feminicídio mortes ocasionadas a mulheres por meio de mutilação, estupro, espancamento, perseguições, assédio, entre outros, sendo resultado de um intenso processo de violência contra a mulher. (MENEHHEL; PORTELLA, 2017).

Segundo Costa e Porto (2014), é considerado feminicídio quando uma mulher é assassinada em decorrência de seu gênero, por quatro vias: violência doméstica e familiar, violência sexual, mutilação ou desfiguração e tortura antes ou depois do crime. Nesse sentido, devemos olhar para o feminicídio como um problema econômico, cultural, político e social.

Em nove de março de 2015, entrou em vigor a Lei nº 13.104, que reconhece o feminicídio como homicídio qualificado contra a mulher em decorrência de seu gênero. (BRASIL, 2015). Estima-se que, a cada 01 hora e 30 minutos mais de quatro mulheres são assassinadas no Brasil, sendo elas jovens com idade entre 15 e 29 anos, que, por muitas vezes, são assassinadas em seu âmbito familiar, sendo autores dos crimes companheiros ou ex-companheiros. (COSTA; PORTO, 2014).

COMPREENDENDO A MÍDIA E O SEU PAPEL NOS PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO

A mídia, segundo Medrado (2013), é um sistema cultural que implica na construção, armazenamento, reprodução e circulação dos produtos, sendo ela produtora de variados sentidos. A mídia possui um papel contextual, pelo fato dos seus enunciados técnicos e comunicativos instigarem a consumir, portar-se e sentir a partir de seus conteúdos veiculados.

Acreditamos que a mídia possa ser precursora de movimentos que causam exclusões, principalmente quando há um nível alto de desigualdade social e discriminação, que acaba, em muitos casos, levando a um ciclo de violência, construído pela própria representação midiática. (BATISTA, 2009). Muitos casos de violência de gênero e feminicídio são tratados na mídia de uma forma naturalizada. (SPINK; SPINK, 2006). Nesse sentido, segundo Rey (2006), o que a mídia busca mostrar, em seus noticiários, é uma justificativa aos crimes que acontecem.

Compreendemos que os sentidos surgem de uma construção social, de uma iniciativa de grupos, que constroem a partir de suas vivências históricas e culturais, modos de lidar com as variáveis em seu meio. Dessa forma, entendemos que todo indivíduo deve ser visto como um ser em construção. O humano deve ser questionado e desfamiliarizado, buscando estar o tempo todo se redescobrimo e encontrando novos sentidos e significados para a sua vida. (SPINK; MEDRADO, 2013).

O construcionismo social parte da ideia de que o conhecimento que adquirimos em nosso cotidiano faz parte de uma construção dialógica, onde passamos a produzir diferentes sentidos em nossas práticas. Diante disso, compreendemos a realidade e o contexto em que estamos inseridos, nos reconhecendo em meio aos discursos que nos são postos. (CAMARGO-BORGES; MISHIMA, 2009).

Por intermédio da linguagem, produzimos realidades e descrevemos o mundo das mais variadas formas. Essa construção faz parte de vivências sociais e históricas, das quais produzimos os sentidos em nosso cotidiano. Produzimos sentidos por intermédio do reconhecimento dos discursos que nos são passados enquanto verdadeiros, em meio a processos contínuos de ajustes e trocas que vão construindo nossa identidade. (SPINK; MEDRADO, 2013).

De acordo com Spink e Medrado (2013), à mídia é atribuído um papel essencial na produção de sentidos, tendo papel fundamental na construção da pós-modernidade. A mídia é uma ferramenta valiosa, que nos leva, muitas vezes, a acreditar em tudo aquilo que está posto.

Seu papel não se resume somente em criar ou inovar em seus programas e conteúdo, mas sim, transformar, para que novos sentidos sejam produzidos. Ressaltamos que a mídia assume um papel central na construção de identidade na sociedade e que, longe de ser um ente a parte da sociedade, é produzida, alimentada e consumida por ela mesma. (SPINK; MENEGON, 2013).

CAMINHOS METODOLÓGICOS

O presente estudo consiste em uma pesquisa qualitativa e documental da mídia digital, onde foram coletadas um total de 100 notícias publicadas no ano de 2018 no G1, que narravam os acontecimentos de violência de gênero e feminicídio. Tal pesquisa foi realizada no decorrer do primeiro semestre do ano de 2019. Como fonte de pesquisa, foi utilizada a ferramenta do Google, a partir dos termos de busca: Violência de Gênero e Feminicídio.

A pesquisa possui um caráter descritivo, com recorte transversal e o método de análise utilizado foi da análise de discurso. Ao analisar materiais na mídia digital, é necessário compreender que esses são materiais de domínio público, que, de fato, são conteúdos com significados que refletem no cotidiano das pessoas e que, na relação com o outro, tornam-se de interesse coletivo. (SPINK, 2013).

Dessa forma, foi elaborado, como auxílio para a análise, mapas dialógicos, ilustrados no exemplo abaixo. Nesses, foi colocado tudo o que surgiu de significativo nas notícias. A partir desse método de análise, surgiram os eixos temáticos, que corroboraram com as questões norteadoras da pesquisa.

Tabela 1 - mapa dialógico

- **Título da notícia:**
- **Data da publicação:**

Localização Geográfica	Autor do Texto	O que fala: Violência de Gênero	O que fala: Feminicídio	Exemplos

Fonte: As autoras (2019).

Vale ressaltar que nos meses de agosto e setembro do ano de 2018, realizamos uma pesquisa piloto, efetivando uma busca no Google, no portal G1, com os termos violência de

gênero e feminicídio, para averiguar se tínhamos materiais para a coleta de dados no primeiro semestre do ano de 2019. Constatando a existência de materiais suficientes, prosseguimos com o projeto e, posterior, com a realização do que se configuraria nesse Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado aqui no formato de capítulo.

ALGUNS RESULTADOS E ALGUMAS DISCUSSÕES SOBRE O TEMA DA PESQUISA

Considerando um total analisado de 100 notícias publicadas no portal G1, constatamos que, dessas, 35% falavam a partir da prevenção da violência de gênero e feminicídio; 33% falavam do ato cometido, mas frisavam a importância da prevenção, bem como meios e estratégias de combate ao fim da violência; e, 32% diziam somente do ato cometido. Dessas 100 notícias, 49% foram escritas pelo veículo de comunicação da região do crime, 32% por mulheres, 16% por homens e 3% por homens e mulheres.

Em relação aos meses das publicações analisadas, foi identificado que, no mês de janeiro, o Portal não teve nenhuma notícia publicada. Em fevereiro, teve 1% de publicação, março 7%, abril 1%, maio 7%, junho 8%, julho 7%, agosto 15%, setembro 15%, outubro 9%, novembro 22% e dezembro 8%. Sendo assim, observamos que no primeiro semestre do ano de 2018 houve um percentual de 31% de notícias publicadas sobre violência de gênero e feminicídio. Já o segundo semestre comportou um total de 69% das publicações.

Segundo dados do G1 (2018), atualmente, 12 mulheres são assassinadas todos os dias no Brasil, sendo que a cada duas horas uma mulher é vítima de feminicídio. No ano de 2017, foram contabilizados 4.536 casos de homicídios contra mulheres. Muitos casos só são registrados como feminicídio após o encerramento das investigações. Os estados do Brasil reconhecem o erro em não realizar o monitoramento estatístico dos casos de feminicídio, por falta de transparência e dificuldades técnicas. Entretanto, ressaltamos que a Lei do Feminicídio foi instaurada no ano de 2015; porém, somente em 2017 ela começou a ter efetividade nos registros.

Em 2017, foram registrados, no Brasil, 946 casos de feminicídio; um aumento de 16,5% em relação ao ano de 2016. Como feminicídio, foram contabilizados 1.133 casos em 2017, um aumento de 63,8 mil mortes. No total, 87 mil mulheres foram assassinadas no Brasil como vítimas de feminicídio. Dessas, cerca de 50 mil foram mortas por conhecidos, companheiros ou ex-companheiros. Segundo dados do Portal, a cada seis horas acontece um caso de feminicídio no país. (G1, 2018).

Segundo site de notícia citado acima, no ano de 2017, os Tribunais Estaduais movimentaram 13.825 casos de feminicídio, sendo que, desses, 3.039 processos foram baixados, sendo proferidos 4.829 casos de feminicídio no Brasil. Dessa forma, o Brasil se encontra na 5ª posição em uma lista com 83 países, em relação aos índices de feminicídio, apresentando 4,8 casos para cada 100 mil mulheres. Em quase 50% dos casos de feminicídio e homicídio, a Polícia Civil consegue realizar a prisão em flagrante. As demais acontecem após as investigações, que levam até o responsável do crime.

A seguir, discorreremos sobre os eixos temáticos *violência de gênero, feminicídio e ações de prevenção* direcionados a esses assuntos.

VIOLÊNCIA DE GÊNERO

A violência de gênero é um problema de saúde pública que está cada vez mais presente na sociedade. As mulheres estão sofrendo violência de todas as formas pela condição de seu gênero, por tentarem buscar o seu espaço e a sua liberdade de escolha em meio a uma sociedade considerada machista, que não consegue perceber o quanto elas merecem respeito e igualdade em seus direitos. Dessa forma, consideramos que o machismo é um dos principais fatores que impede a sociedade de compreender e de enxergar a violência contra a mulher.

A violência de gênero, segundo Saffioti (2001), engloba, em seu contexto, vítimas como mulheres, crianças e adolescentes de ambos os sexos. Compreendemos que a violência de gênero se constitui em um problema de segurança, de saúde, de justiça, principalmente de direitos humanos, que requer medidas não somente punitivas a aqueles que cometem qualquer ato considerado violento, mas ações educativas e de cuidado que, definitivamente, rompam com esse ciclo. Nesse sentido, algumas ideias feministas corroboram com o que foi dito anteriormente, pois o gênero é reconhecido como um fator de desigualdade social, pelo fato de que pensamos o masculino e o feminino com diferenças e com desigualdades. (GRANJA; MEDRADO, 2009).

Atualmente, percebemos que as mulheres estão tomando a iniciativa e a coragem de denunciar o seu agressor. Porém, muitos casos ainda não são denunciados, pelo fato de sentirem medo do que possa acontecer, de ser desacreditada, por vergonha de se expor, por insegurança e por questões de afeto. Outros fatores que levam a mulher em situação de violência a não realizar a denúncia são, dentre outros, o envolvimento afetivo e econômico que possuem com o agressor e também por proteção aos/às filhos/as. Entretanto,

entendemos que esse movimento de combate à violência não deva partir somente da mulher, mas de toda a sociedade.

É essencial que a sociedade se sensibilize ao se deparar com casos de violência de gênero, pois tal problema não é somente de quem está vivendo, mas de todos nós. Precisamos agir e defender a mulher que se encontra em situação de violência e de vulnerabilidade. Familiares e amigos/as que convivem com o casal devem, a qualquer sinal de violência, seja ela explícita ou velada, tomar medidas para que algo pior não aconteça. O pedido de ajuda e de socorro não deve ser negado.

Pensando historicamente, entendemos que o homem foi construído em uma sociedade que sempre deteve o poder sobre a mulher, recaindo nela o papel do cuidado e da afetividade. As relações de poder ainda hoje estão intrinsecamente ligadas ao nosso cotidiano, onde as práticas de violência e de opressão continuam acontecendo. (SAFFIOTI, 2001).

Compreendemos, de um modo geral, que as notícias se utilizam do termo masculinidade como sendo um sinônimo de violência. Hipervalorizam esse conceito como forma de mecanismo de compensação, percebido através das relações de poder e de força que o homem exerce sobre a mulher. Segundo o G1 (2018), no Brasil, o conceito de masculinidade está cada vez mais adoecido, construindo por vezes homens controladores e agressivos.

Consideramos que as mulheres também reforçam essa posição patriarcal quando internalizam inconscientemente comportamentos machistas e ditam como verdades e valores a serem seguidos, sem questionar o que lhes é imposto. Isso faz parte do modo com que se relacionam com as pessoas, com o mundo e consigo mesmas. Aceitam e reproduzem em seu cotidiano, muitas vezes, a violência como algo natural, não dando conta do quão prejudicial isso é para elas. Diante disso, compreendemos que seja difícil enxergar essa situação quando se está próxima demais de quem pratica o ato violento.

A mulher muitas vezes vive em situação de vulnerabilidade, o que torna esse, de certa forma, um fator para o desencadeamento da violência. Muitas são usadas e se tornam vítimas de exploração, humilhação, oprimidas em relacionamentos abusivos, mantidas em cárcere privado em razão de ciúmes, sentimentos de posse e controle sobre seu corpo. Os discursos dos relatos das vítimas de violência de gênero, principalmente da violência doméstica, são carregados de dor, sofrimento e medo.

A maioria das vítimas sofre uma progressão de situações de violência antes do desfecho ser o feminicídio. Conforme exemplo 01 (G1, 2018): “L. D. S., de 20 anos, foi morta, baleada pelo marido. Um mês antes do crime ela postou em sua rede social: ‘Jamais trate uma mulher como lixo’. Segundo a mãe de L. ele a matou pelo fato dela ser mulher”.

Os casos de violência de gênero contra a mulher, na maioria das vezes, acontecem no âmbito familiar. O agressor quase sempre é o seu parceiro íntimo ou um ex-companheiro, que muitas vezes não aceita o fim do relacionamento ou por vivenciar uma relação de ódio, motivado pela condição de gênero. Segundo exemplo 02, 03 e 04 (G1, 2018):

A. D. C. 32 anos, morta em maio com 20 facadas e atropelada. O suspeito do crime foi preso, era seu ex-namorado.
G. A., morta dois dias depois com 16 facadas pelo namorado que conhecia há 15 dias.
M. F. S., de 42 anos, foi achada morta no rio Poti, com perfurações pelo corpo, sinais de espancamento e sem roupas.

Por vezes, nas notícias analisadas, situações de violência de gênero e feminicídio aparecem como crime passional, sendo esse motivado por uma relação de amor e ódio. Porém, acreditamos que crimes violentos e brutais não deveriam tomar essa nomeação pelo fato de que o amor não é encontrado nesses casos, mas sim, o sentimento de posse, ódio, opressão pela mulher. As situações de violência ainda hoje são bastante romantizadas pela sociedade, quando na verdade não deveria haver romantização de nenhuma ação violenta.

Percebemos, também, que o exposto acima corrobora com uma análise feita por estudantes sobre os contos de fada, onde muitas histórias relatam situações de violência como assédio, estupro, sentimento de posse, direito à liberdade negada e até casos de morte. (G1, 2018). A mulher é sempre vista servindo, agradando e bajulando o homem, repercutindo sobre ela toda a culpa de uma situação de violência. Isso ainda hoje é encontrado nos discursos que a mídia passa para seus leitores e leitoras. Nos contos de fada e também na vida real, o homem é sempre o herói, o príncipe, o caçador. A mulher é a vítima ingênua, movida por sentimentos de que não consegue se defender sozinha, presa em um discurso de fragilidade.

As situações de violência de gênero estão acontecendo cada vez mais pela falta de diálogo que se tem no cotidiano das pessoas. Isso está se tornando cada vez mais precário nos relacionamentos, sejam eles amorosos ou familiares, sendo que as situações de violência de gênero acontecem em todas as esferas sociais, embora muito se acredite que ela somente exista nas classes mais baixas.¹¹

São muitos os fatores que levam o agressor a cometer violência. Um que deve ser considerado é o fato desse ter presenciado ou crescido em um ambiente familiar onde a violência era presente no seu dia a dia. Quando uma criança se desenvolve em uma família em

¹¹ Afirmamos que isso pode ser observado durante os atendimentos prestados às mulheres e aos homens em situação de violência doméstica e familiar. Essas situações são experiências de vivências reais das quais presenciamos durante estágio curricular, desenvolvido junto ao Curso de Psicologia da URI/FW.

que conflitos são resolvidos através do uso da força ou da agressão verbal, o mesmo se torna vulnerável a repetir esses comportamentos na vida adulta, agindo de forma violenta com sua parceira. De acordo com exemplo 05 (G1, 2018):

M. P., 32 anos, costumava bater em sua mulher, pois via ela como alguém que se casou apenas para ter filhos e cuidar da família, se chegava em casa e algo não estava feito, lhe agredia, chamava de preguiçosa, inútil. O mesmo relatou que seguia os exemplos do pai, que não fazia nada em casa para ajudar sua mãe.

Simone de Beauvoir, em seus escritos de 1980, dizia que as características que consideramos como inatas devem ser desconstruídas ao longo do processo de crescimento, principalmente quando essas se diferem dos sexos e reforçam a desigualdade. A mulher, quando aprende em seu contexto familiar que deve ser dedicada ao seu lar, passiva e reprodutora, automaticamente aceita as opressões e violências que sofre pelo homem. Da mesma forma, o homem, em muitos casos, aprende que deve ser provedor de força, de dominação, o que faz dele uma pessoa “valente”, que oprime a mulher por ser inferior. (MELO; MELO, 2016).

Outros fatores preponderantes no desencadeamento da violência são o uso de álcool e drogas. Muitas vezes, a mulher é colocada em um papel de submissão por intermédio do lugar ocupado no tráfico, considerando também o fato de que o agressor se sente mais forte e corajoso quando está sob o efeito de alguma substância.

Observamos também nas notícias de violência de gênero um discurso religioso presente nas falas das mulheres. O poder que uma pessoa exerce sobre a outra, principalmente sobre as mulheres, é grandioso e inquestionável. Como exemplo, podemos citar o caso do médium João de Deus, que por muitos anos praticou violência sexual contra as mulheres, enquanto essas buscavam nele a cura de suas angústias e problemas. Conforme ilustrado no exemplo 06 e 07 (G1, 2018):

Z. M., uma coreógrafa holandesa fez recentemente uma denúncia pública pelo Facebook e esteve no programa Conversa com Bial para falar sobre a violência sofrida há quatro anos atrás. Ao ouvir relatos de outras mulheres ela percebeu que existe um sistema, a primeira coisa que ele pede quando se chega na sala é vire de costas, eu vou te curar, existe um padrão, você é manipulada a acreditar na cura.
[...] ele é muito poderoso, ele pegava a minha mão quando eu tinha 15 anos e fazia eu manipular o pênis dele, ele falava assim: se entrega, se entrega.

Nesse sentido, entendemos que a violência de gênero acontece de muitas maneiras, sendo que nas notícias elas aparecem por meio do uso da força como tapas, socos, pontapés e pauladas, sendo alvos de mutilação, estrangulamento, asfixia e esquartejamento. Outras

aconteceram de forma verbal, por meio de xingamentos, injúrias e difamações, opressões psicológicas, assédio moral, sexual, estupro e ameaças. A violência contra a mulher acontece de forma brutal. Muitas tiveram partes do seu corpo atingidas por armas de fogo e marcadas por golpes de facas, tendo seus corpos jogados em margens de rios e abandonados por dias dentro de suas casas.

Seguem exemplos 08, 09 e 10 (G1, 2018) de situações descritas acima:

Crime brutal contra R. P. S., de 22 anos, esquartejada pelo companheiro A. S., em abril de 2017. O acusado jogou partes do corpo da vítima às margens da BR-101.

L. M. S., 23 anos, foi encontrada morta com marcas de perfurações e agressão física em junho de 2017, dentro do banheiro da lavanderia onde trabalhava.

G. S. J., de 24 anos, foi sequestrada e atropelada pelo ex-noivo R. C e o amigo dele A. S., em agosto de 2017, pelo fato de que R. não aceitava o fim do relacionamento.

Observamos que muitos casos de violência de gênero acontecem nos finais de semana e as mulheres buscam realizar o registro de ocorrência na Delegacia apenas na segunda-feira. Muitas passam o final de semana com medo ou fugindo do agressor, aguardando ansiosamente pela segunda-feira. Diante disso, é importante que a denúncia seja feita o mais breve possível para que medidas sejam tomadas com urgência. (G1, 2018).

Um cuidado que precisamos ter é não generalizar todo homem como violento e agressor. É necessário quebrar esses discursos a fim de que a mulher se sinta segura quando precisar ir até a Delegacia e relatar seu caso para um policial homem. O cuidado e a formação de como lidar com mulheres em situação de violência deve ser com todos e não apenas direcionado para as mulheres. É essencial que o homem também realize essa função e esse zelo pelo outro.

As pessoas em seus preceitos acreditam que o agressor é aquele que possui uma feição de criminoso; entretanto, o agressor, na maioria das vezes, é aquele sujeito que convive com a vítima, com a família e amigos. Diante da sociedade pode ser visto como um homem exemplar e carismático. Em relação a isso, compreendemos que a mulher tenha medo de relatar a situação de violência que vem acontecendo em seu contexto doméstico e familiar, por medo de ser desacreditada. Conforme exemplo 11 (G1, 2018): “As pessoas não conseguem relacionar aquele cara gente boa, bom amigo, com um agressor, então é como se ela estivesse mentindo, exagerando”.

FEMINICÍDIO

Ao analisar os discursos direcionados ao ato de feminicídio, podemos compreender que o mesmo é anunciado nas notícias publicadas pelo G1 como uma tragédia anunciada, que possibilita que o assunto ganhe visibilidade. Os casos de feminicídio descritos nos noticiários geralmente aconteceram de forma brutal. Tudo se relaciona a um desfecho trágico de uma trajetória de dor, violência e sofrimento. Para Romero (2014), o feminicídio é um contexto abrangente de análise de violência, o qual priva as mulheres de exercerem suas atividades cotidianas, pela dominação do homem sobre o seu corpo e a sua liberdade. Dessa forma, o que leva os autores de violência a cometerem o feminicídio diz muito dos seus discursos de ódio e relações de poder exercitadas no cotidiano.

Tal crime atinge mulheres de todas as idades em razão de seu gênero. As mulheres são mortas por serem mulheres. Os crimes ainda hoje são vistos como passionais, quando acontecem em uma relação de amor e ódio. Conforme descrito no exemplo 12 (G1, 2018):

I. A., 33 anos, assassinada pelo ex-namorado, pois ele não aceitava o fim do relacionamento. Primeiro, ele a agrediu e ela saiu correndo, mas lembrou da filha de dois anos e voltou. Quando ela voltou até o quarto, ele a arrastou pelos cabelos e em seguida foi degolada.

De acordo com as notícias analisadas, foi possível constatar que existem dois fatores que podem contribuir no momento em que o homem decide cometer o feminicídio, que são o controle e o seu narcisismo, sendo o ciúme uma forma de controle, considerado um dos maiores motivos pelos quais os homens justificam o ato cometido contra a mulher. O sentimento de poder sobre a mulher também é um fator a ser considerado nos casos de feminicídio. Dessa forma, como exposto no exemplo 13 (G1, 2018):

Um comerciante foi preso, suspeito de ter matado sua namorada por ciúmes. Ele relatou que queria ver uma mensagem no celular dela e ela não permitiu. Por isso, disparou um tiro para o alto e achando que não tinha mais balas, atirou contra a vítima.

Nesse sentido, a reprodução de casos de feminicídio cometidos por familiares, companheiros ou ex-companheiros diz muito de um envolvimento de posse sobre o corpo da mulher. Muitos não aceitam o fim do relacionamento ou, até mesmo, quando a mulher é autônoma e independente, busca por seus objetivos sem precisar da ajuda do homem, administra seus negócios, isso, de certa forma, causa-lhe ódio por ela não lhe pertencer mais

como antes ou por não pedir mais sua permissão para fazer algo de seu interesse. O discurso de ódio pelo feminino associa-se aos casos de feminicídio. (BRASIL, 2017).

No Brasil, compreende-se que o feminicídio é visualizado como um ato isolado, período de descontrole, de fortes emoções, em que o autor do crime agiu por ciúmes, por dizer estar ainda apaixonado, por não aceitar o fim do relacionamento, encontrando fatos que justifiquem o ato, colocando na mulher a culpa de isso ter acontecido. A mídia, como uma fonte de informação, apresenta em suas notícias casos de feminicídio tratando-os como crimes passionais, justificando o fato do crime ter acontecido. Não só a mídia, mas a sociedade e o sistema de justiça compreendem esses crimes dessa forma. (BRASIL, 2017).

As vítimas de feminicídio geralmente são mulheres negras e jovens. O crime acontece em todos os contextos sociais. Entretanto, muitos casos de violência de gênero somente chegam a conhecimento da Polícia Civil quando a situação já alcançou o extremo de uma relação abusiva. Os casos na maioria das vezes acontecem dentro de suas próprias residências, local onde a mulher deveria estar segura. (G1, 2018).

Em setembro de 2018, aconteceu um caso de feminicídio no Distrito Federal em que nos chamou a atenção a conduta adotada pela juíza responsável pela Vara de Violência Doméstica, conforme relato descrito no exemplo 14 (G1, 2018):

[..] uma mulher que foi morta a facadas pelo marido, sendo que 10 dias antes do fato ela havia pedido à Justiça do DF o afastamento de seu marido e teve o pedido negado. O casal estava junto há mais de 12 anos. A filha do casal de 8 anos presenciou as cenas. A Juíza afirmou que o pedido foi negado, pois os conflitos entre os dois eram desgaste do convívio matrimonial.

Dessa forma, é possível perceber que não é somente o homem que naturaliza as ações de violência, mas também a mulher, quando nega um pedido de socorro e entende como natural da relação. Outra discussão que deve ser apontada é em relação à segurança das mulheres que estão sob medidas protetivas. Até que ponto as mesmas estão seguras mediante essa política pública de proteção?

AÇÕES DE PREVENÇÃO DIRECIONADAS À VIOLÊNCIA DE GÊNERO E FEMINICÍDIO

Realizando um levantamento das notícias publicadas no G1, percebemos que existe um grande número de ações planejadas e promovidas em prol da prevenção da violência de gênero e do feminicídio. Diante disso, buscamos retratar algumas ações, que, de certa forma, contribuem para a melhoria das políticas públicas vigentes no Brasil.

Pensando na efetivação de políticas públicas, é essencial frisar a importância do Sistema Único de Saúde (SUS) nas ações desenvolvidas de proteção e prevenção de violência de gênero e feminicídio, consideradas nas notícias. Nesse sentido, entendemos que o SUS é orientado por princípios e diretrizes como a universalidade, que garante a atenção em saúde a toda a população; a equidade que permite assegurar ações e serviços de todos os níveis de saúde; e a integralidade, que reconhece e compreende o sujeito dentro do seu contexto histórico e social, sem desconsiderar a sua subjetividade. (BRASIL, 1990).

Nesse sentido, de acordo com d'Oliveira et al. (2009), a violência de modo geral deve ser vista como um problema de saúde pública que envolve promoção, prevenção e cuidado, tanto na perspectiva das consequências ocasionadas, como na prevenção dos fatos. O movimento abordado precisa ser compreendido em um contexto interdisciplinar, apoiado em uma equipe multiprofissional, que garantirá à mulher em situação de violência uma tomada de decisão conjunta, pensando na sua integralidade.

Consequentemente, no estado do Piauí, foram criados grupos de estudos e pesquisas, com o objetivo de promover ações de prevenção e repressão à violência de gênero, bem como a criação de um aplicativo conhecido por Salve Maria, que dentro da programação possui um botão do pânico, onde as mulheres em situação de violência podem acionar a Polícia Civil. Esse aplicativo foi criado pela delegada Eugênia Villa Nogueira, que ganhou um prêmio de reconhecimento como práticas inovadoras no Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Além disso, foram criados plantões de gênero e uma Delegacia Especializada no atendimento às mulheres, crianças, travestis e transexuais em situação de violência de gênero, bem como movimentos sociais e feministas. No Recife, foram realizadas mais de 30 passeatas que protestavam contra o machismo, desigualdade de gênero e feminicídio. No estado do Amapá, foi realizada uma campanha denominada "Ativismo" com duração de 16 dias, com o propósito de discutir a violência de gênero.

O Tribunal de Justiça da Bahia promoveu a 12ª Semana da Justiça pela Paz em Casa, com o objetivo de desenvolver ações de apuração dos processos que envolvam a violência doméstica e familiar e o feminicídio. Dentro desse contexto, o Governador do Estado sancionou uma Lei estadual, decretando o dia 13 de novembro como o Dia Estadual do Enfrentamento à Violência Contra a Mulher. Também foi promovido pelo Conselho Nacional de Justiça, um evento nomeado "Elas por elas", com o objetivo de discutir assuntos referentes à igualdade de gênero.

Em Montes Claros, Minas Gerais, a Polícia Civil realizou uma operação com o objetivo de combater crimes de violência contra as mulheres, a fim de reforçar a importância da Lei

Maria da Penha em nossa sociedade. O evento teve como título da campanha “Eu não pertencço a você”. Nesse sentido, todo o Estado foi contemplado com as ações desse referido movimento. Também, foi criada uma rede de proteção às mulheres em parceria entre Ministério Público, Poder Judiciário, Defensoria Pública, Polícia Civil e Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

Em Porto Alegre, contamos com o trabalho da Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher (DEAM). No Distrito Federal, Mato Grosso e Tocantins, foram desenvolvidos núcleos de apoio, proteção e atendimento às mulheres em situação de violência. Esses são direcionados também às escolas e comunidades.

Em Curitiba, Paraná, a OAB realizou um ato de manifesto em homenagem ao Dia do Advogado e à memória de mulheres que foram vítimas de feminicídio. Em São Paulo, a comissão da Mulher Advogada da OAB desenvolveu um evento de conscientização e educação para a igualdade de gênero, pensando no respeito às diferenças e o combate à violência de gênero. Na Paraíba, foi criado o Observatório Institucional de Violências por Intolerância, onde as denúncias podem ser realizadas pela internet e os casos são monitorados por esse sistema. Além disso, foi criada uma cartilha conhecida por “Violentômetro”, e sancionada uma Lei Estadual Publicitária que prevê a penalização de peças publicitárias que façam apologia à violência contra a mulher.

Dessa forma, corroborando com as ideias expostas no texto, percebemos que as ações de promoção e proteção de saúde podem ser desenvolvidas por instituições governamentais, empresas, comunidades e pelos indivíduos. De maneira geral, devem estar voltadas para a redução de riscos que constituem ameaças à saúde das pessoas. Tais ações podem ser planejadas tanto no campo da saúde como na educação, por meio de formulações de cartilhas, cartazes, palestras informativas, debates nas escolas e nas comunidades, orientações, entre outros. (BRASIL, 1990).

O documentário “Chega de Fiu Fiu” é mais uma ação protagonizada pela mídia, em que proporciona aos seus leitores e leitoras um conhecimento sobre a violência de gênero e de como ela está presente em nossa sociedade. Outra ação publicada foi a criação de uma minissérie² baseada em fatos reais.

Algo significativo trazido em uma notícia foi a questão da professora transexual, do Distrito Federal, que abriu mão da indenização de 20 mil reais para dar aula a seus agressores. Corroborando com tal ideia, ressaltamos a importância e a eficácia da educação em nossa

² Minissérie Sequestro Relâmpago protagonizado pela atriz Marina Ruy Barbosa.

sociedade. Todas as ações, campanhas, palestras, movimentos sociais, núcleos de apoio e proteção, são efeitos de uma política pública de educação.

Além das ações de prevenção direcionadas às mulheres em situação de violência de gênero, podemos destacar a criação de um projeto realizado para os homens que cometeram algum ato violento contra a mulher. A iniciativa foi desenvolvida pela Delegacia de Defesa da Mulher de Santos, São Paulo. Dessa forma, são ofertadas palestras e debates, com o objetivo de proporcionar ao homem autoconhecimento, autoestima e melhora de seus comportamentos com a família, a fim de romper com os ciclos de violência, reeducando o agressor diante de suas atitudes. A participação deles é voluntária e são público do projeto homens que possuem histórico de agressividade.

Em Joinville, Santa Catarina, foi criado um projeto com base no diálogo, com fins de reduzir os casos de violência doméstica, tendo a participação de homens que agrediram ou ameaçaram suas companheiras. Eles se reúnem uma vez por semana para dialogar sobre diversos assuntos e tais encontros são mediados por uma psicóloga. Na ocasião, discutem questões e gênero, direito das mulheres e caminhos para desconstruir o machismo.

Nesse sentido, é importante considerar que o agressor também tenha um acompanhamento voltado para si. Por isso, alguns estados estão realizando ações e ofertando serviços de redes de atendimentos para que esses possam desconstruir aquilo que lhes foi ensinado historicamente, em relação ao papel do homem e da mulher na sociedade.

A respeito das ações voltadas para quem comete agressão, essas acontecem de forma gradual e sistemática, com fins de que sujeitos aprendam a lidar com as situações do cotidiano. Tais espaços proporcionam momentos de reflexão a respeito do ser e do que esse pode realizar para modificar suas atitudes e condutas perante os outros e desenvolvido por uma rede de atendimento com profissionais aptos/as para a mediação, no que tange ao assunto apresentado. (BRASIL, 1990).

Consequentemente, consideramos que, no Brasil, por mais que se criem políticas públicas voltadas à promoção e prevenção de saúde, ainda assim, são poucas as que trabalham com temas relacionados ao conhecimento do corpo, questões de gênero, padrões de masculinidade e feminilidade. Nesse sentido, compreendemos que a educação seja a maior forma de investimento de prevenção em relação à violência de gênero e feminicídio e o caminho necessário para a desconstrução desse problema de saúde pública que emerge em nossos cotidianos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O interesse pelo assunto *violência de gênero e feminicídio* surgiu após uma prática de estágio curricular no Centro de Práticas Psicossociais (CPP), projeto da URI-FW, que realiza atendimentos às mulheres em situação de violência doméstica e intrafamiliar. Diante disso, discutimos sobre o assunto no Trabalho de Conclusão de Curso envolvendo uma análise midiática.

Dessa forma, consideramos que essa pesquisa possibilitou uma compreensão das práticas discursivas presentes nas notícias publicadas no ano de 2018 no G1, bem como a forma que essa narra os acontecimentos de violência de gênero e feminicídio e os sentidos que são produzidos pelos seus leitores e leitoras. Por intermédio dela, foi possível identificar que a mídia digital possui uma grande influência na construção de sentidos dos sujeitos, fazendo com que confiem naquilo que lhes foi transmitido.

Ressaltamos o quanto a mídia é utilizada como meio de protagonismo, onde ações de prevenção, proteção e meios de combate à violência e ao feminicídio podem ser visualizadas. Os dados analisados mostram quanto a violência de gênero e o feminicídio assolam o nosso país e quanto estão implicados em nosso cotidiano. Podemos dizer que a pesquisa não apenas possibilitou uma análise de dados, mas um sentimento de ambivalência em saber que muitas mulheres são mortas pela condição de seu gênero e, ao mesmo tempo, são elas também as protagonistas de ações de prevenção, proteção e combate à violência.

Acreditamos que as mulheres ainda hoje sofrem por serem vitimizadas e fragilizadas por uma sociedade machista, que não consegue perceber nela as amarras que as aprisionam. No entanto, não podemos nos calar diante daquilo que nos machuca e nos causa danos, tanto físicos quanto psíquicos. Compreendemos que nem sempre é fácil se desvencilhar de um ciclo de violência, pela proximidade tida com quem pratica violência contra nós. Mas não desconsideramos que isso seja impossível. Dessa forma, consideramos que a pesquisa contribuiu para que tal temática seja vista com mais ênfase e cuidado, principalmente quando exposta na mídia. Sugerimos que futuras pesquisas possam ser realizadas para que os temas analisados tenham uma abrangência nas discussões e sejam mais problematizados na sociedade como um todo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Conceito de Gênero. **Gênero e Diversidade na Escola**. São Paulo, 2014. Disponível em: <<http://ead.bauru.sp.gov.br/efront/www/content/lessons/24/G%C3%AAnero%20-%20texto1.pdf>>. Acesso em: 13 out. 2018.

BRASIL. Femicídio: invisibilidade mata. **Instituto Patrícia Galvão**. Fundação Rosa Luxemburgo. São Paulo, 2017. Disponível em: <https://agenciapatriciagalvao.org.br/wp-content/uploads/2017/03/LivroFeminicidio_InvisibilidadeMata.pdf>. Acesso em: 13 out. 2018.

BRASIL. Lei N. 11.340, de 07 de agosto de 2006. **Dispõe violência doméstica e familiar contra a mulher**. Brasília, 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm>. Acesso em: 09 nov. 2018.

BRASIL. Ministério da Justiça. A violência doméstica fatal: o problema do feminicídio no Brasil. **Diálogos sobre Justiça**. Secretaria de Reforma do Judiciário. Brasília, 2015. Disponível em: <http://www.justica.gov.br/seus-direitos/politicas-de-justica/publicacoes/Biblioteca/publicacao_feminicidio.pdf>. Acesso em: 13 out. 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Atenção Integral para mulheres e adolescentes em situação de violência doméstica e sexual**: matriz pedagógica para formação de redes. Brasília: Ministério da Saúde, 2009. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/atencao_mulheres_adolescentes_matriz_pedagogica.pdf>. Acesso em: 09 out. 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Nacional de Assistência à Saúde. **ABC do SUS**: Doutrinas e Princípios. Brasília, 1990. Disponível em: <http://www.pbh.gov.br/smsa/bibliografia/abc_do_sus_doutrinas_e_principios.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2019.

BATISTA, Vera Malaguti. Mídia e produções de subjetividade: questões da violência. In: Conselho Federal de Psicologia. **Mídia e Psicologia**: produção de subjetividade e coletividade. Brasília, 2009. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2009/07/livro_midiapsicologia_final_web.pdf>. Acesso em: 13 out. 2018.

CADONÁ, Eliane. STREY, Marlene Neves. SCARPARO, Helena Beatriz Kochenborger. **Conceitos de Saúde e Cuidado na Mídia Impressa Brasileira**: uma análise do ano de 1990. CRV. Curitiba, 2017.

CAMARGO-BORGES, Celiane. MISHIMA, Silvana Martins. A responsabilidade relacional como ferramenta útil para a participação comunitária na atenção básica. **Saúde e Sociedade**. São Paulo, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-12902009000100004&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 04 ago. 2019.

COSTA, Marli M. M. PORTO, Rosane. O feminicídio uma patologia sóciojurídica nas sociedades contemporâneas: uma análise a partir do agir comunicativo de Habermas. **Revista do Departamento de Ciências Humanas Barbarói**. Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). Santa Cruz do Sul, 2014. Disponível em:

<<http://online.unisc.br/seer/index.php/barbaroi/article/view/5542/3854>>. Acesso em: 13 out. 2018.

DICIONÁRIO AURÉLIO. **Significado de Violência**. Disponível em: <<https://dicionariodoaurelio.com/violencia>>. Acesso em: 09 out. 2018.

D'OLIVEIRA, Ana Flávia Pires Lucas et al. Atenção integral à saúde de mulheres em situação de violência de gênero – uma alternativa para a atenção primária em saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 14, nº 4. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232009000400011>. Acesso em: 28 jun. 2019.

GRANJA, Edna. MEDRADO, Benedito. Homens, Violência de Gênero e Atenção Integral em Saúde. **Psicologia & Sociedade**, v. 21, nº 4. Recife, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v21n1/04.pdf>>. Acesso em: 11 out. 2018.

G1. O PORTAL DE NOTÍCIAS DA GLOBO. **Coleção de publicações sobre violência de gênero e feminicídio do ano de 2018**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/>>.

MEDRADO, Benedito. Textos em Cena: a mídia como prática discursiva. In: SPINK, Mary Jane (org). **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano**. Rio de Janeiro, Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2013. Disponível em: <https://www.dropbox.com/s/8doi1q1qvef7z0s/SPINK_Praticas_discursivas_e_producao_FINAL_CAPA_NOVA.pdf>. Acesso em: 08 out. 2018.

MELO, Victor Hugo de. MELO, Elza Machado de. Simone de Beauvoir. In: Ministério da Saúde. **Para Elas**. Belo Horizonte, Núcleo de Promoção de Saúde e Paz –NESCON/UFMG, 2016. Acesso em: 25 out. 2018.

MENEGHEL, Stela Nazareth. PORTELLA, Ana Paula. Feminicídios: conceitos, tipos e cenários. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 22, nº 9. 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v22n9/1413-8123-csc-22-09-3077.pdf>>. Acesso em: 14 out. 2018.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Violência e Saúde**. Coleção Temas em Saúde. Editora Fiocruz. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/y9sxc/pdf/minayo-9788575413807.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2018.

OLIVEIRA, Ana Carolina Gondim. COSTA, Mônica Josy Souza. SOUSA, Eduardo Sérgio Soares. Feminicídio e Violência de Gênero: Aspectos Sóciojurídicos. **Revista Tema**, v. 16, nº 24/25. 2015. Disponível em: <<http://revistatema.facisa.edu.br/index.php/revistatema/article/viewFile/236/pdf>>. Acesso em: 13 out. 2018.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Relatório Mundial sobre Violência e Saúde**. Genebra, 2002. Disponível em: <<https://www.opas.org.br/wp-content/uploads/2015/09/relatorio-mundial-violencia-saude.pdf>>. Acesso em: 09 out. 2018.

REY, Fernando Luis González. A violência: gênese, manipulação e ocultamento social. In: SPINK, Mary Jane. SPINK, Peter. **Práticas Cotidianas e a Naturalização da Desigualdade: Uma semana de notícias nos jornais**. São Paulo: Cortez, 2006.

ROMERO, Teresa Incháustegui. Sociología y política del feminicidio; algunas claves interpretativas a partir de caso mexicano. **Revista Sociedade e Estado**, v. 29, nº 2. 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/se/v29n2/04.pdf>>. Acesso em: 13 out. 2018.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Cadernos Pagu**, nº 16. Campinas, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332001000100007>. Acesso em: 08 out. 2018.

SPINK, Mary Jane. MEDRADO, Benedito. Produção de Sentido no Cotidiano: uma abordagem teórico-metodológica para uma análise das práticas discursivas. In: SPINK, Mary Jane (org). **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano**. Rio de Janeiro, Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2013. Disponível em: <https://www.dropbox.com/s/8doiy1qqvef7z0s/SPINK_Praticas_discursivas_e_producao_FINAL_CAPA_NOVA.pdf>. Acesso em: 08 out. 2018.

SPINK, Mary Jane. MENEGON, Vera Mincoff. A pesquisa como prática discursiva: superando os horrores metodológicos. In: SPINK, Mary Jane (org). **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2013. Disponível em: <https://www.dropbox.com/s/8doiy1qqvef7z0s/SPINK_Praticas_discursivas_e_producao_FINAL_CAPA_NOVA.pdf>. Acesso em: 08 out. 2018.

SPINK, Mary Jane. SPINK, Peter. **Práticas Cotidianas e a Naturalização da Desigualdade: Uma semana de notícias nos jornais**. São Paulo: Cortez, 2006.

SPINK, Peter. Análise de Documentos de Domínio Público. In: SPINK, Mary Jane (org). **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2013. Disponível em: <https://www.dropbox.com/s/8doiy1qqvef7z0s/SPINK_Praticas_discursivas_e_producao_FINAL_CAPA_NOVA.pdf>. Acesso em: 25 out. 2018.

STREY, Marlene Neves. “A violência de gênero é um dos fenômenos mais democráticos que existem”. Entrevista com Marlene Neves Strey. Por: Vitor Necchi. **Instituto Humanistas Unisinos**. São Leopoldo, 2017. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/569341-a-violencia-de-genero-e-um-dos-fenomenos-mais-democraticos-que-existem>>. Acesso em: 25 out. 2018.

~ CAPÍTULO X ~

AS MULHERES (RE)NOMEIAM O MUNDO: OCUPAÇÃO FEMINISTA DAS REDES SOCIAIS NA INTERNET

Vera Martins

*“Prefiro queimar o mapa
Traçar de novo a estrada
Ver cores nas cinzas
E a vida reinventar”.*
(Francisco, El hombre. Triste, louca ou má)

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Diante da emergência de um novo espaço público – híbrido e flexível – que se instaura com as redes sociais na internet e que é constantemente reconfigurado por elas, é possível identificar diversas mudanças do contexto social da atualidade. Uma delas se relaciona com os modos de fazer movimento social. As redes abrigam manifestações individuais e coletivas, conectam indignações e esperanças de transformação do mundo, conforme elabora Manuel Castells (2013).

O conjunto de argumentos e reflexões que esse autor faz dos movimentos sociais colocaram em xeque a ordem mundial nos últimos anos e aponta para a centralidade das tecnologias digitais na organização, sustentação e visibilidade desses movimentos. (CASTELLS, 2013). Suas reflexões traçam o contexto social, cultural, político e econômico que produziu a organização em redes e destaca que o digital impacta na formação, na dinâmica, nos valores e nas perspectivas de transformação social propostos pelos diversos movimentos sociais.

A perspectiva feminista, com suas pautas específicas ou emprestando seu aporte teórico-crítico para a análise da conjuntura mundial, perpassou esse cenário de

manifestações. De acordo com Castells (2013), é a “revolução dentro da revolução”, colocada em marcha pelas mulheres que, individual e coletivamente, são hoje uma presença organizada nas redes sociais da internet.

Tal presença marca esse momento histórico que integra as ações nas redes sociais na internet ao projeto feminista. Esse projeto, que defende a igualdade de direitos e oportunidades entre mulheres e homens, tem sua base no feminismo, que é, ao mesmo tempo, um campo teórico de análises e um movimento político; e que se efetiva em uma forma diferente de entender o mundo, as relações de poder, as estruturas sociais e as relações entre os sexos. Ou seja, representa o contínuo movimento das mulheres de problematizar e renomear o mundo.

Daniel Miller e Heather Horst (2015) apresentam uma reflexão fértil para aprofundar ainda mais a compreensão do contexto descrito por Castells (2013) e afirmam que “[...] a internet sempre é uma invenção local pelos seus usuários.” (MILLER; HORST, 2015, p. 102). Nessa perspectiva, o aparato tecnológico ganha sentido, na medida em que é incorporado no cotidiano das pessoas, integrado às suas atividades e seus vínculos.

É dentro desse contexto que este texto¹ se insere, com o objetivo de fazer uma aproximação da presença organizada das mulheres nas redes sociais da internet e por meio de uma reflexão teórica dar visibilidade ao que poderiam ser as características do mundo que elas – com seu ativismo – estão “inventando” no espaço das redes. O objetivo do texto se desdobra nas seguintes ações: a) selecionar alguns movimentos/coletivos de mobilização e ativismo feminista no *Facebook*; b) identificar seus objetivos ao manter as *fanpages*; c) identificar os temas que aparecem nas postagens e, d) identificar características comuns entre os diferentes movimentos ou coletivos.

Considerando como objeto empírico deste estudo, a ação de movimentos/coletivos feministas no *Facebook*, a abordagem metodológica que orienta minhas reflexões é a da hermenêutica crítica feminista, conforme propõe Elisabeth Fiorenza (2009). A estratégia dessa abordagem consiste em rever um texto (ou uma realidade) e pensá-lo a partir de outra perspectiva, ou seja, em olhar de outro lugar o que já está presente e conhecido. Do ponto de vista do aporte teórico para a interpretação da realidade observada, o texto está baseado em Yochai Benkler (2015), Manuel Castells (2013), Fábio Malini e Henrique Antoun (2013), Daniel Miller *et al.* (2016), Daniel Miller e Heather Horst (2015) e Rosalía Winocour (2009), sendo organizado em sete partes.

¹ Uma primeira versão dessa discussão foi apresentada oralmente no 10º Congresso da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação – SOPCOM, que ocorreu em Viseu/Portugal entre os dias 27 e 29 de novembro de 2017.

Após essa introdução à temática, a segunda parte apresenta a abordagem metodológica do estudo e as outras quatro partes seguintes correspondem cada uma, a uma etapa dos procedimentos. Assim, a parte três apresenta um exercício crítico sobre o feminismo que circula² nas redes sociais na internet e a parte três volta-se para os temas das *fanpages* e suas articulações com o cenário político nacional.

A quinta e a sexta parte apresentam, respectivamente, uma reflexão sobre a memória de lutas e conquistas das mulheres e como a voz das mulheres nas redes sociais a internet está reconfigurando o mundo *on* e *off-line*. Nas considerações finais, busco sintetizar o percurso do texto e apresentar uma resposta a suas indagações.

A HERMENÊUTICA CRÍTICA FEMINISTA: BREVE NOTA METODOLÓGICA

A hermenêutica crítica feminista tem suas raízes na interpretação bíblica feminista³ e sua abordagem pode ser utilizada para analisar textos e relatos de todas as áreas. Ela convoca as pessoas que fazem pesquisas a um posicionamento político, partindo de uma suspeita ideológica: duvidar da “inspiração divina” e sugerir que os autores dos relatos têm interesses próprios ao contar e escrever uma história. Essa prática metodológica, na leitura de Elisabeth Fiorenza (2009), questiona o papel marginal e invisível das mulheres e tem por meta chegar a uma compreensão de mundo, da história e dos seres humanos onde as mulheres possam ser incluídas como iguais. A busca pela inclusão e reconhecimento da presença das mulheres na história faz da hermenêutica crítica feminista uma abordagem útil para compreender o papel das mulheres no momento presente.

Para este estudo, sete *fanpages* feministas do *Facebook* – seus objetivos, temas comuns e conteúdos postados – irão assumir o lugar de relato. O Quadro 1 apresenta o material selecionado, resultado do meu percurso pessoal como mulher, cidadã e pesquisadora, que interage no *Facebook*. Trata-se assim de uma escolha, dentro de um contexto diverso de páginas, perfis, comunidades, organizações e grupos (fechados ou abertos) que marcam presença nessas redes sociais, sejam por iniciativas individuais ou coletivas de mulheres.

² Circula/circulação: ainda que recebam um tratamento específico neste texto, essas duas expressões serão empregadas no sentido do conceito – circulação – em acordo com a elaboração de Braga (2006): “quando se trata de valores simbólicos e da produção e recepção de sentidos, o que importa mais é a circulação posterior à recepção. [...] O sistema de circulação interacional é essa movimentação social dos sentidos e dos estímulos produzidos inicialmente pela mídia (p. 28).

³ A hermenêutica bíblica é uma área de estudo da Teologia e nela se pode destacar a produção científica de pesquisadoras brasileiras como: Elaine Neunfeld, Wanda Deifelt e Marga J. Stroher.

Quadro 1 – Listas das *fanpages* feministas do *Facebook* e perfis do *Instagram* analisados

Facebook/Instagram	Total de seguidor@as
@blogueirasnegras	33.200
@filhasdefrida	529.000
@maselenuncamebateu	275.000
Blogueiras Feministas	94.918
Estudios de Género en América Latina	853.034
Somos mitad, queremos paridade	4.459
Think Olga	178.415
Vamos juntas?	447.185
Dados atualizados em julho de 2020	

Fonte: Autora (2020).

Quanto aos procedimentos, a hermenêutica crítica feminista se organiza em quatro etapas: a suspeita, a relembração, a proclamação e a imaginação ou atualização criativa.

A primeira etapa – a suspeita – interroga sobre a ordem patriarcal presente nos relatos e que se contrapõe a uma hermenêutica da aquiescência e da afirmação. (FIORENZA, 2009). A segunda é a proclamação. Ela avalia ética e politicamente os relatos na sua articulação com a realidade, para dar a ver como a ordem patriarcal atravessa a cultura moderna e, a partir de uma hierarquização entre os gêneros, organiza a sociedade e protege os privilégios masculinos.

A etapa seguinte é a relembração, que permite a reconstrução da história das mulheres. Relaciona-se com o esforço de buscar, em cada relato, a presença das mulheres e suas histórias. (FIORENZA, 2009). A última é a imaginação ou atualização criativa, que articula a continuidade das mulheres na história e na sociedade e se propõe reinventar relatos a partir de uma mirada feminista.

De acordo com o objetivo de cada etapa dos procedimentos, distintos aspectos das *fanpages* serão acionados e interpretados de acordo com a base teórica que ampara este estudo.

A SUSPEITA: EXERCÍCIOS CRÍTICOS SOBRE O FEMINISMO QUE CIRCULA NAS REDES SOCIAIS NA INTERNET

Em seu livro *How the world changed social media* (2016), o pesquisador inglês Daniel Miller, com suas colaboradoras e colaboradores de trabalho, dedica um capítulo aos aspectos de gênero implicados no uso das redes sociais. Definindo gênero como as “diferenças social e culturalmente construídas entre feminilidade e masculinidade, moldadas por inúmeros fatores, incluindo o uso de tecnologia e mídias digitais” (MILLER *et al.*, 2016), as/os autoras/es sintetizam o pensamento dos estudos feministas sobre a internet, que nos anos 60 e 70 enfatizavam o papel da tecnologia na reprodução da dominação masculina; e que já na década de 1990 viram no *on-line* um potencial de liberdade e um lugar menos opressivo no que diz respeito às normas identitárias de gênero. (MILLER *et al.*, 2016).

Depois de oscilar entre essas duas ênfases, pesquisadoras e pesquisadores reconhecem que as tecnologias digitais podem – em função do uso – desestabilizar as diferenças de gênero, mas que elas não são em si mesmas, nem patriarcais, nem libertadoras. Diante dessa constatação, o movimento metodológico da suspeita abre a possibilidade de uma abordagem crítica da ação comunicacional e política das mulheres nas *fanpages*, permitindo identificar tanto os gestos de reprodução da cultura patriarcal e machista, quanto as experiências de desestabilização dos padrões normativos de gênero.

A partir de uma “leitura de suspeita” das autodefinições e/ou objetivos das *fanpages* – Quadro 2 – é possível apontar três conjuntos de ideias que mobilizam a presença organizada das mulheres nas redes sociais na internet: a persistência das desigualdades e injustiças, as apostas do feminismo e os desafios na constituição de alianças.

Quadro 2 – *Fanpages* feministas do *Facebook*: apresentação/objetivos

Facebook/Instagram	Objetivo
@blogueirasnegras	Informação para fazer a cabeça.
@filhasdefrida	Revista feminista, política e cultural em prol do acesso à justiça e ao conhecimento.
@maselenuncamebateu	Ajudando mulheres contra a violência psicológica, física, patrimonial, moral e sexual!
Blogueiras Feministas	Somos Mulheres e Homens. Somos de várias partes do país, com diferentes experiências de vida. Somos feministas.

Estudios de Género en América Latina	Artículos para descargar, noticias, directorios en América Latina, convocatorias, red académica, movimientos sociales.
Somos mitad, queremos paridade	Es hora de que la mujer obtenga el 50% de representación en cargos electivos y espacios de decisión.
Think Olga	Think Olga é uma ONG feminista que usa a comunicação como a principal ferramenta para sensibilizar, educar e instrumentalizar agentes de mudança na vida das mulheres
Vamos juntas?	Na próxima vez que estiver em uma situação de risco, observe: do seu lado pode estar outra mulher passando pela mesma insegurança. Que tal irem juntas?

Fonte: Autora (2020).

Ao observar os objetivos das *fanpages* fica evidente que passados mais de 50 anos de iniciativas e práticas políticas dos movimentos feministas (no Brasil), a presença organizada nas mulheres nas redes sociais na internet ainda se mobiliza para denunciar a persistência das desigualdades e injustiças enfrentadas pelas mulheres na sociedade atual. Isso se expressa, por exemplo, na *fanpage Somos mitad, queremos paridade*, cujo objetivo é promover a discussão sobre representatividade paritária das mulheres: “*Es hora de que la mujer obtenga el 50% de representación en cargos electivos y espacios de decisión*”.

Na perspectiva desse grupo, as redes proporcionam um espaço livre e possível para essa reivindicação, ao mesmo tempo, que relembram constantemente que as mulheres ainda não têm acesso pleno aos espaços de decisão. No âmbito da representação política, por exemplo, a exigência legal de que os partidos políticos reservem 30% de vagas para as mulheres nas candidaturas eleitorais está longe de significar o acesso proporcional aos fundos de campanha. Identifico como apostas do feminismo a centralidade que os movimentos/coletivos atribuem ao acesso à informação – e à construção de uma rede própria de formação para as mulheres – como estratégias de libertação. Essa estratégia fica evidente nos objetivos das *fanpages Estudios de Género en América Latina (2020)*: “*Artículos para descargar, noticias, directorios en América Latina, convocatorias, red académica, movimientos sociales*” e Think Olga:

[...] criar conteúdo que reflita a complexidade das mulheres e as trate com a seriedade que pessoas capazes de definir os rumos do mundo merecem. Nossa missão é empoderar mulheres por meio da informação e retratar as ações delas em locais onde a voz dominante não acredita existir nenhuma mulher. Nossa luta é para que as mulheres possam ter mais escolhas. Escolhas informadas e consentidas. (THINK OLGA, 2020).

Essa aposta pode ser compreendida por meio do pensamento de Castells (2013, p. 11), para quem “[...] comunicação é o processo de compartilhar significados pela troca de informações”, e está relacionada com as práticas institucionais de poder e com as ações dos movimentos sociais no seu exercício de contrapoder.

Assim, a comunicação socializada é a maior fonte de produção social de significados. Considerando que o processo de construção simbólica se sustenta nas mensagens e estruturas criadas, formadas e difundidas pela comunicação multimídia, qualquer mudança no ambiente comunicacional afeta diretamente as normas de produção de significado e, dessa forma, altera também as relações de poder. A partir desse entendimento, a ocupação das redes sociais, na internet pelos movimentos/coletivos de mulheres, se constitui em uma estratégia política de participar da produção de significados sobre o mundo, sobre a vida.

Passadas décadas de lutas das mulheres por seus direitos, muitas reivindicações se tornaram políticas públicas efetivas (saúde, aposentadoria etc.). Outras ainda estão em fase de consolidação (como a proteção contra violência doméstica) e, nesse cenário de avanços, outros desafios vão se colocando. Dois deles estão expressos nos objetivos das Blogueiras Feministas e do movimento Vamos juntas?

No primeiro caso (das Blogueiras), a autodefinição diz: *“Somos Mulheres e Homens. Somos de várias partes do país, com diferentes experiências de vida. Somos feministas”* (2020). A tensão se instala quanto à participação de homens em movimentos de mulheres e da autodeclaração desses como feministas. Essas duas questões dividem opiniões das militantes e teóricas feministas. As opiniões negativas se sustentam no argumento de as mulheres se sentiriam constrangidas perante os homens nos espaços de militância; sustenta também a noção de que um homem não pode ser feminista, pois ele não tem como abrir mão dos privilégios que a sociedade lhe confere (os privilégios que são decorrentes do fato de ter nascido homem).

Já o apoio ao envolvimento masculino nos temas e ações feministas se funda no alerta para o risco de abordagens essencialistas e pouco empáticas. Nessa perspectiva, considerar os homens como atores sociais aliados das mulheres nas lutas contra as injustiças e desigualdades poderia potencializar as estratégias de transformação social.

No “Vamos juntas?” o desafio está representado na convocação das mulheres para relações de cuidado mútuo: *“Na próxima vez que estiver em uma situação de risco, observe: do seu lado pode estar outra mulher passando pela mesma insegurança. Que tal irem juntas?”* (2020). Assim, a *fanpage* estimula entre as mulheres um olhar de reciprocidade, atribuindo a essa reciprocidade um lugar central na consolidação da autonomia e da segurança de todas.

Essa proposta, centrada na ideia da sororidade – irmandade entre mulheres – se contrapõe a um tipo de “relato” sobre as relações entre mulheres, aceito e pouco questionado socialmente, que fala de uma suposta competição e desunião femininas.

Nesse contexto, é possível dialogar com Miller et al. (2016) sobre o que eles consideram uma das mais significativas consequências do uso das redes sociais pelas mulheres: a possibilidade de encontrar maneiras de criar relacionamentos pessoais on-line com pessoas que anteriormente não teriam sido capazes de encontrar. A convocação de sororidade do *Vamos juntas?* articula-se a esse pensamento, pois coloca em circulação a ideia de uma aproximação solidária entre mulheres que não se conhecem e que talvez antes das redes sociais teriam menos possibilidades de se encontrar, de se olhar e se reconhecer como aliadas.

Nesse contexto, assim como no contexto econômico, social e cultural, a noção de sororidade não pode reproduzir uma ideia essencial sobre o ser mulher e para que se efetive como uma atitude entre mulheres precisa carregar uma perspectiva crítica e reconhecer a persistência de desigualdades entre as mulheres, como, por exemplo, entre mulheres brancas, mulheres negras, mulheres indígenas e mulheres trans. A partir de uma consciência de gênero, classe e raça, conforme aponta a teórica bell hooks (2019, p. 36), a “[...] solidariedade política entre mulheres expressa na sororidade vai além do reconhecimento positivo das experiências de mulheres; também, da compaixão compartilhada em casos de sofrimento comum” e pode gerar transformação social.

A PROCLAMAÇÃO: O OLHAR FEMINISTA SOBRE A REALIDADE SOCIAL

O pesquisador Yochai Benkler, em seu livro *La riqueza de las redes*, afirma que “La economía de la información en red mejora la capacidad de los individuos para hacer cosas por y para sí mismos, y les hace menos susceptibles de ser manipulados por los demás de lo que eran en la cultura de los medios masivos”. (BENKLER, 2015, p. 171, trad. minha). Esse pensamento dialoga com a perspectiva da proclamação, que se preocupa em avaliar ética e politicamente os relatos na sua articulação com a realidade, para dar a ver como a ordem patriarcal atravessa a cultura moderna.

Para ilustrar esse diálogo fiz uma observação geral das postagens das sete *fanpages* e sintetizei os temas mais abordados no quadro abaixo.

Quadro 3 – Principais temas abordados nas *fanpages* feministas do *Facebook* e perfis do *Instagram*

Aborto - amor próprio - assédio sexual – assexualidade - autoestima - beleza negra - candidaturas negras - carreiras profissionais e mulheres - cinema feminista - criança negra e indígena - crítica à cultura machista - Covid 19 - cultura de paz - cultura do estupro - desigualdade de gênero - dia da criança, da mulher rural, do professor, internacional da menina – direito à comunicação – ecofeminismo - eleições municipais e campanha para voto em mulheres - igualdade de gênero - machismos - mulheres candidatas - mulheres eleitas - eleições EUA - empoderamento feminino - enfrentamento da violência contra as mulheres - estereótipo de gênero – feminicídio – feminismo - feminismo negro - furacão Haiti - futebol feminino – gênero - lei Maria da Penha - lutas das mulheres brasileiras e colonialismo – machismo – maternidade – mídia negra - misoginia - movimentos feministas -mulheres indígena – mulheres negras - PEC 241/55 – paridade - poesia – poliamor - pornografia e misoginia – prostituição – racismo - racismo religioso - racismo virtual – relações afetivas - relações homo afetivas entre mulheres - relações tóxicas – representatividade - saúde da mulher – sexíssimo – sororidade – suicídio - vagão rosa - violência contra as mulheres

Fonte: Autora (2020).

Parte significativa do que é abordado pelas *fanpages* feministas são temas que, fazendo parte da agenda política do país, receberam atenção da mídia tradicional/hegemônica. Mas, ao serem apresentados desde um olhar feminista oferecem outras perspectivas de leitura. Temas como o aborto e o estupro, que chegam aos noticiários tradicionais impregnados da leitura patriarcal da moralidade e penalização, são analisados nas redes pelas feministas sob a ótica do compartilhamento de responsabilidades – entre mulheres e homens – e sob a ótica do direito à saúde pública. Essa segunda opção de leitura aumenta a autonomia dos sujeitos e contribui para sua criticidade.

Benkler (2015) afirma que a diversidade das redes sociais modifica radicalmente o universo de opções aos indivíduos. Esses podem considerar abertos novos espaços de partilha da vida e deliberação de ideias, acessando uma base mais rica para formar juízos críticos sobre como poderiam viver suas vidas.

A percepção de Benkler (2015) encontra eco nas *fanpages* quando se observa que os movimentos/coletivos de mulheres acionam uma diversidade de recursos para a abordagem dos temas, tais como: artigos, depoimentos, divulgação de “Disque denúncia”, dicas de filmes e livros (inclusive para download), memes, poesias, reportagens, tirinhas, venda de produtos (livros e camisetas) e vídeos. Esses recursos, além de proporcionar fontes alternativas e não privadas de comunicação e informação, em paralelo como as fontes de comunicação mediada e de massa (Benkler, 2015), acionam também diversas sensibilidades e formas de apreensão

de conteúdos, tornando as discussões mais acessíveis às pessoas de distintas faixas etárias e escolaridades.

A RELEMBRANÇA: MEMÓRIA DE LUTAS E CONQUISTAS DAS MULHERES

A etapa da relembração relaciona-se com o esforço de reconstrução da história das mulheres, buscando dar a ver em cada relato a presença delas. A relembração pressupõe a existência de experiências históricas de mulheres que lutam contra a cultura patriarcal, sendo geradora de sistemas de opressão e injustiça e, por isso, se reveste de um potencial muito interessante para pensar a circulação de sentidos entre o *on* e *off-line*.

Essa etapa está ilustrada por um conjunto de postagens feito pela *fanpage Estudios de género en America Latina*, que a partir de uma memória das lutas feministas evidencia sua relação com os direitos civis e políticos garantidos às mulheres na atualidade.

Figura 1 – Postagens da *fanpage Estudios de género en America Latina* sobre as bandeiras históricas dos feminismos



Fonte: *Estudios de género en América Latina/fotos*.

Esse potencial para acionar a circulação de sentidos emerge das reflexões de Miller e Horst (2015) quando esses propõem um conjunto de princípios (seis) para, desde um fazer antropológico, pensar o imbricamento entre o digital e o humano.

Dentre os princípios está a perspectiva holística, em que dizem os autores: “[...] ninguém vive uma vida completamente digital e nenhuma mídia ou tecnologia digital existe fora de redes que incluem tecnologias ou mídias analógicas”. (MILLER; HORST, 2015, p. 100). Considerando o gesto de relembração da *fanpage*, é possível vislumbrar – nessa vida que circula entre o digital e o analógico – também uma circulação dos sentidos do vivido. Assim, as fotos no *Facebook* funcionam para ressignificar e “presentificar” o fato de que o direito a votar, estudar e trabalhar já foram lutas cotidianas. A relembração funciona aqui como gesto político de desnaturalização, imensamente facilitado e com alcance potencializado pelas redes sociais na internet.

A IMAGINAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO CRIATIVA, OU, A VOZ DAS MULHERES RENOMEIA O MUNDO

“[...] “tirar por meio da imaginação as mulheres da periferia do texto” (FIORENZA, 2009, p. 177) e, assim, apropriar-se dos textos na perspectiva feminista, recontando e reescrevendo as versões dos textos e da realidade, tal é a proposta da última etapa da hermenêutica crítica feminista, a imaginação ou atualização criativa. Para refletir como podem se dar nas redes sociais da internet as condições para essa atualização criativa da realidade, busco amparo no pensamento da pesquisadora mexicana Rosalía Winocur (2009). A autora parte do entendimento que vivemos um cenário de incertezas pessoais e institucionais e que, nesse caso, as redes e conexões facilitadas pelas tecnologias digitais ganham importância porque participam da gestão dessa incerteza.

[...] Internet y el telefono celular nos brindan la posibilidad de recrear y nombrar permanentemente los vínculos familiares, creando realidades paralelas donde se multiplican los escenarios que nos confirman una y otra vez que existimos y que los otros existen para aliviar el sinsentido que nos provoca la incertidumbre. (WINOCUR, 2009, p. 85).

Ainda que a investigação de Winocur (2009) não diga respeito a usos institucionais ou políticos das tecnologias digitais, suas reflexões permitem vislumbrar como seus usos se articulam à vida das pessoas. Assim, é a possibilidade de recriar e nomear constantemente os vínculos e a realidade, pois abre espaço para a efetivação da imaginação ou atualização

criativa pensada por Eggert (1999), conforme vou exemplificar por meio de postagens das *fanpages Estudios de género em America Latina* e *Vamos juntas?*, respectivamente.

O primeiro exemplo é este cartaz publicado na *fanpage Estudios de género em America Latina*, que aborda a cultura do estupro trazendo a perspectiva feminista sobre a violência sexual.

Figura 2 – Cartaz sobre a cultura do estupro



Fonte: *Estudios de género em America Latina/fotos*.

A abordagem sobre esse tema, pelo senso comum, é fundada na naturalização da desigualdade entre mulheres e homens e tende, na maioria das vezes, atribuir as agressões ao comportamento das mulheres. E, mesmo quando o agressor é qualificado, os adjetivos como “monstro” ou “doente”, constantemente, utilizados, sugerem uma condição de anormalidade, de excepcionalidade tanto do ato em si como do sujeito, o que praticamente o isenta da responsabilidade. (SEGATO, 2016).

A notícia de uma agressão sexual se instala como um espetáculo nos meios de comunicação e isso tem que mudar. Não quero somente consolar uma vítima que chora. O ponto é como educamos a sociedade para entender o problema da violência sexual como um problema político e não moral. (RITA SEGATO, 2018, on-line).

O relato das mulheres sobre esses acontecimentos inscrevem as questões relativas a violências de gênero como um fato político, retirando-as do âmbito da moral, permitindo uma contextualização que mostra que não se trata de uma situação isolada, mas de uma posição persistente na qual as mulheres se encontram no trabalho, na escola, na universidade, nos relacionamentos, na vida.

Esses relatos permitem, ainda, que possamos renomear a atitude da mulher que denuncia esse tipo de violência como uma pessoa que não precisa de um príncipe, de um salvador, e que posição de vítima não pode ser a única versão de sua vida, mas constrói essa mulher como uma pessoa que está descobrindo sua própria capacidade política de enfrentar a estrutura desigual que a oprime. (SEGATO, 2018). A reverberação desses relatos, nos

coletivos e movimentos, criam laços de solidariedade e ajuda, evidenciando as palavras da autora: “Mulher salva mulher e mostra ao mundo o que precisa mudar. Não há um príncipe valente. Há política, que é o mais lindo, mais heroico e mais verdadeiro. A mão salvadora vem de nossa amizade e aliança”. (SEGATO, 2018, on-line). E, assim, se a violência persiste, o enfrentamento também existe e transborda do ato para o relato.

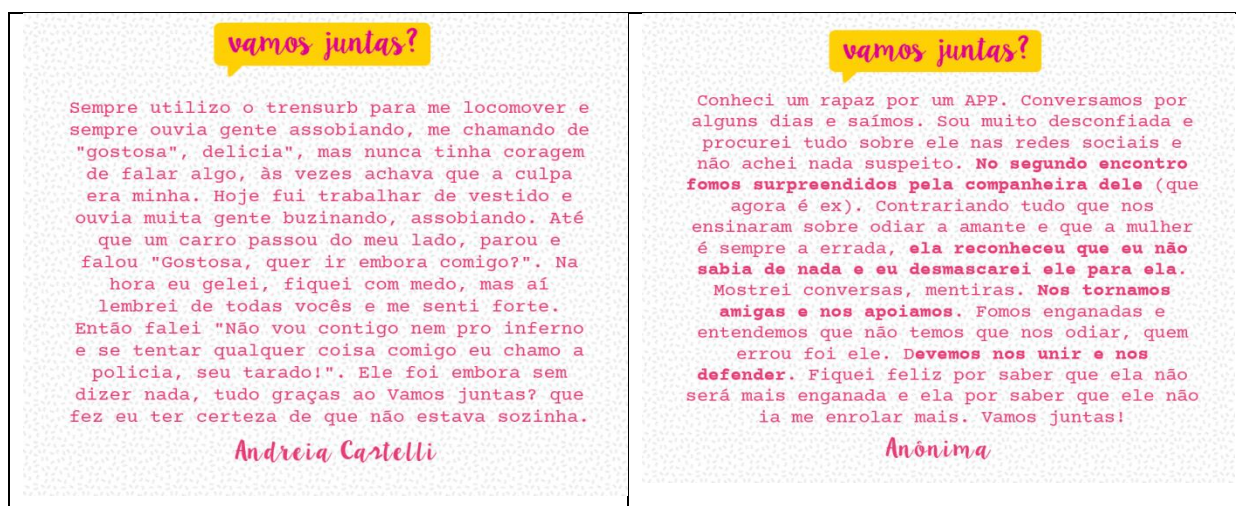
O enfrentamento dessas situações tem mobilizado as mulheres em termos teóricos e políticos muito antes da emergência da internet, mas sua expressão ganha agora um suporte estratégico/ideal, as redes sociais, como o *Facebook*. Como afirma Winocur.

[...] la experiencia con la computadora, Internet y el móvil, no sólo se explica como um impacto directo de las múltiples posibilidades que brindan sus programas y aplicaciones, sino también, como consecuencia de una impronta social y cultural que encontró en dichas tecnologías un soporte simbólico ideal para expresarse. (WINOCUR, 2009, p. 15).

A partir do uso das redes, as versões que as mulheres elaboram sobre os acontecimentos, especialmente no caso da violência, ganham novos espaços de visibilidade e circulação. Isso impulsiona movimentos individuais e coletivos de mulheres que, de posse dessas novas versões sobre o que lhes afeta/afetou, podem “generar múltiples y diversos escenarios de ensayo, montaje y conexión de las piezas extraviadas” (WINOCUR, 2009, p. 89), reconstituir suas biografias.

O segundo exemplo é composto por dois depoimentos de mulheres na *fanpage* do *Vamos juntas?* e ilustra uma prática do movimento que é a de publicar relatos que evidenciam as experiências de sororidade. Nesses relatos, as mulheres contam suas histórias de violências sofridas, situações de enfrentamento e de insegurança, sempre dando lugar de destaque à participação de outra/ outras, mulheres nessas vivências.

Quadro 4 – Depoimentos de mulheres na *fanpage* *Vamos juntas?*



Fonte: *Vamos juntas?*/fotos.

Assim, se por um lado a experiência da violência (em todas as suas expressões) se torna um traço comum entre as mulheres, os depoimentos do *Vamos juntas?* – pela visibilidade da *fanpage* e pelo engajamento que geram – vão construindo um novo relato sobre essas vivências, onde se compartilha também o empoderamento (autonomia aumentada) individual e coletivo.

Esse empoderamento, seguindo o pensamento de Winocur (2009), pode ser compreendido em termo de visibilidade e capital social. “Las redes sociales on line nos vuelven absolutamente visibles y multiplican nuestro capital social [...] y, desde que estamos conectados nos sentimos menos solos, y más seguros”. (WINOCUR, 2009, p. 13). Quanto mais os relatos das mulheres circulam, mais visíveis se tornam suas versões, fortalecendo simbólica e politicamente suas vozes.

O traço em comum desses exemplos é o fato de abordarem temas/situações para os quais a sociedade patriarcal e androcêntrica já têm nomes e relatos consolidados; e, que desde uma perspectiva feminista, se oferecem com outra roupagem e, com isso, renomeiam as experiências das mulheres nos seus próprios termos: dão a ver gestos de renomear o mundo.

OUTROS NOMES, OUTRO MUNDO

Ao final desse percurso teórico-metodológico, que buscou uma aproximação da presença organizada das mulheres nas redes sociais na internet, é possível elaborar uma síntese das pistas que os caminhos percorridos me ofereceram. Por meio da observação de *fanpages* no *Facebook* e perfis no *Instagram*, orientada pela hermenêutica crítica feminista e a partir do aporte das reflexões socioculturais sobre usos das redes sociais, identifiquei algumas características que atravessam essa ocupação feminista. Elas se efetivam em práticas dos diferentes movimentos/coletivos e que dão vida ao mundo que as mulheres estão constantemente renomeando e inventando, para si e para os outros.

A partir desse ângulo, é possível destacar a circulação dos termos feminismo/feminista nas redes. O uso dessas palavras cumpre, assim, o papel importante de desestabilizar o estereótipo da mulher e do projeto feminista na medida em que dá visibilidade ao repertório já produzido a partir dessa abordagem e que dá conta de analisar diversas esferas da vida em sociedade.

Outra característica relevante é que as redes, dentro das “bolhas” que o algoritmo cria pelo perfil de uso, acaba oferecendo melhores condições de segurança e proteção do ativismo feminista. Ao compartilharem relatos dentro dos coletivos e movimentos, as mulheres estão

menos expostas aos comentários e julgamentos por se declararem feministas. Articulado ao emprego do repertório feminista, essa ocupação das redes contribui para uma politização do que acontece com as mulheres, revelando o conteúdo estruturante da violência na sociedade e contribui, ainda, para a mudança na autonomação das experiências. Tendo se apropriado do conhecimento histórico das reivindicações feministas – sobre a amplitude do projeto – as mulheres podem questionar o conteúdo moral das interpretações sobre as violências que sofrem, ressignificando processos de culpabilização pessoal das experiências.

E, finalmente, é fundamental reconhecer que a partilha de experiências entre mulheres, demanda a elaboração de significações no âmbito pessoal e do coletivo, dentro de uma perspectiva de solidariedade política entre elas. A ocupação feminista das redes sociais, no seu conjunto de coletivos e movimentos, é a evidência de quão estruturante é a desigualdade social a que estão submetidas às mulheres, entre si, e em relação aos homens. Esse contexto mostra que a autonomia das mulheres – que está em constante construção – só será efetiva quando cada uma puder acionar os recursos necessários para instaurar seus próprios processos. As redes sociais – ocupadas pelas mulheres – contribuem para ampliar a visão desse conjunto de ações, que desde relatos pessoais, dão vida a uma renomeação das experiências femininas, alterando significativamente as possibilidades e as aspirações vitais das mulheres.

REFERÊNCIAS

BENKLER, Yochai. **La riqueza de las redes**. Cómo la producción solcial transforma los mercados y la libertad. Barcelona: Icaria Editorial, 2015.

Blogueiras Feministas: Disponível em: <https://www.facebook.com/blogueirasfeministas>. Acesso em: 24 jul. 2020.

Blogueiras Negras. Disponível em: <https://www.instagram.com/blogueirasnegras/?hl=pt-br>. Acesso em: 24 jul. 2020.

BRAGA, José Luiz. **A sociedade enfrenta sua mídia**: dispositivos sociais de crítica midiática. São Paulo: Paulus, 2006.

BRAGA, José Luiz. Circuitos versus campos sociais. In: MATTOS, MA.; JANOTTI JUNIOR, J.; JACKS, N. (Org.). **Mediação & midiatização** [online]. Salvador: EDUFBA, 2012. p. 29-52. Disponível em: <https://bit.ly/34KyFuW>. Acesso em: 10 dez. 2016.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança**. Movimentos sociais na era da internet. 1 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

ESF, Alfeu. O problema da violência sexual é político, não moral, diz Rita Segato. *In*: O jornal de todos os Brasis, 19 dez 2018. Disponível em: <https://bit.ly/31DotSQ>. Acesso em: 28 de jul. 2020.

Estudios de Género en América Latina: Disponível em:

<https://www.facebook.com/estudiosdegenero>. Acesso em: 24 jul. 2020.

Filhas de Frida. Disponível em: <https://www.instagram.com/filhasdefrida/?hl=pt-br>. Acesso em: 24 jul. 2020.

FIORENAZA, Elisabeth S. **Caminhos da Sabedoria**: uma introdução à interpretação bíblica feminista. São Bernardo do Campo: NhandutiEditora, 2009.

Francisco, El hombre. **Triste, louca ou má**. Música. Disponível em:

<https://www.letras.mus.br/francisco-el-hombre/triste-louca-ou-ma/> Acesso em: 24 jul. 2020.

hooks, bell. **O feminismo é para todo mundo**: Políticas arrebatadoras. 3 ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.

MALINI, Fábio; ANTOUN, Henrique. **A internet e a rua**: ciberativismo e mobilização nas redes sociais. Porto Alegre: Sulina, 2013.

Mas ele nunca me bateu. Disponível em:

<https://www.instagram.com/maselenuncamebateu/?hl=pt-br>. Acesso em: 24 jul. 2020.

MILLER *et al.* **How the world changed social media**. London: University College London Press, 2016.

MILLER, Daniel; HORST, Heather. O Digital e o Humano: prospecto para uma Antropologia Digital. **Revista Parágrafo**, São Paulo, v. 2, n. 3, 2015, p. 91 - 111. Disponível em:

<https://bit.ly/3lsHjnB>. Acesso em: 24 jul. 2020.

SEGATO, Rita L. **La guerra contra las mujeres**. Madrid: Traficante de Sueños, 2016.

Somos mitad, queremos paridad. Disponível em: <https://www.facebook.com/paridad>. Acesso em: 24 jul. 2020.

Think Olga. Disponível em: <https://www.facebook.com/thinkolga>. Acesso em: 24 jul. 2020.

Vamos juntas?. Disponível em: <https://www.facebook.com/movimentovamosjuntas>. Acesso em: 24 jul. 2020.

WINOCUR, Rosalía. **Robinson Crusoe ya tiene celular**: la conexión como espacio de control de la incertidumbre. México: Siglo XXI: Universidad Autónoma Metropolitana, Unidad Iztapalapa, 2009.

~ CAPÍTULO XI ~

O CASULO E A BORBOLETA: O LUGAR DAS PROSTITUTAS NA ATENÇÃO BÁSICA

Bruna Sorensen

Eliane Cadoná

Com este estudo, procuramos compreender, junto a profissionais do campo da Atenção Básica em Saúde, como se dão as relações de cuidado com as prostitutas. O estudo foi delineado com base nos seguintes objetivos específicos: investigar se essas mulheres procuram o serviço de saúde pública; identificar quais as situações que levam à procura pelo atendimento; conhecer quais as vias de acesso aos serviços de saúde pelas prostitutas; compreender como as/os profissionais localizam esse público na rede de cuidado; compreender como são articuladas as políticas públicas e práticas de saúde e cuidado dessas mulheres.

A utilização do termo *prostituta*, neste estudo, apoia-se nas considerações de Bonadiman, Machado e Lopez (2012), de que o termo em questão “é referenciado pela Rede Brasileira de Prostitutas, e vai ao encontro dos ensejos de profissionalização”, além de que “parece representar para elas força e afirmação, sendo mais acionado em situações de repúdio ao preconceito” (p. 782).

Em meio a essas considerações, destacamos que nossa compreensão pelo referido tema passa pela concepção de mundo e de sujeito propostas pelo Construcionismo Social de autores como Gergen e Gergen (2009) Spink (2010) e Iñiguez (2004). Tal perspectiva traz a noção da relação entre o Sistema Único de Saúde (SUS) e as prostitutas como construções sociais. Assim, compartilhamos do entendimento de que vivemos em um mundo construído e relacional, em que as pessoas são vistas em seus aspectos individuais, sociais, biológicos, sempre por se fazer e atravessadas pelo cenário político, cultural e econômico de seu tempo.

Ainda, queremos frisar, conforme Gergen e Gergen (2009), nosso entendimento de que os significados, ou seja, aquilo que é considerado “real”, “verdadeiro” e os sentidos de valor

que adotamos são construídos em um contexto histórico-cultural, de modo que não podemos dizer que estejam presentes, de forma inalterada, nas mentes individuais de cada ser.

Por meio da compreensão dos modos relacionais que impactam diretamente na forma com que a mulher prostituta se reconhece no mundo e também reconhece os seus direitos à saúde, buscamos, através de Guimarães e Merchán-Hamann (2005), lançar um olhar de cuidado a ela, uma vez que, para nós, os sentidos que envolvem a prostituta e que lhe atribuem características transgressoras, presentes no senso comum, repercutem na percepção delas mesmas e interferem diretamente nas relações que estabelecerão, não só com o seu corpo e com as práticas do seu trabalho, mas, também, com aspectos íntimos e sociais das suas vidas, bem como nos motivos que envolvem a sua busca pelos serviços de saúde.

O/a profissional da saúde, também imerso nesse sistema cultural que condena determinadas práticas por um discurso histórico ao qual está mergulhado – a exemplo da prostituição – produz sentidos, articula suas percepções a suas práticas e, conseqüentemente, conduz uma lógica de cuidado que, muitas vezes, corresponde muito mais a um modelo de atenção higienista e preconceituoso do que humanizado e atento à realidade das pessoas.

No que se refere às noções de cuidado, neste estudo, carregamos a compreensão de que essas se referem às práticas que vão além dos aspectos orgânicos envolvidos em um processo de saúde/doença, privilegiando as relações de afeto, desejos, histórias de vida e sofrimento que fazem parte de cada um/a de nós. Conforme a definição da Organização Mundial da Saúde (2019), também, compreendemos que saúde não se limita à ausência de doença. Dessa forma, tendo em vista o entendimento de um sujeito em constante transformação no mundo em que vive, fazemos uma analogia entre a prostituta e a borboleta, entendendo que falar na prostituta como uma borboleta é considerar todos os processos de vida e (des)construções que permitem a sua constante transformação, voltada à promoção de saúde e à qualidade de vida, se assim investida no campo da saúde. Além disso, é permitir um modo de olhar e ver também cores, formas, beleza e sofrimento atrelados à prostituta e sua profissão sem, no entanto, condenar, julgar ou pretender enquadrá-la em um padrão, mas sim investir nesse público sob os aspectos relacionados à cidadania e ao direito à saúde.

Levando adiante essa analogia, também fazemos relação entre o Sistema Único de Saúde (SUS) e o casulo da borboleta. Assim, pensamos no funcionamento desse sistema – no cuidado da saúde da prostituta – de forma semelhante ao “cuidado de um casulo” para com sua borboleta, uma vez que, tecnicamente, o casulo é o lugar onde, confortavelmente, a lagarta se abriga para transformar-se em borboleta.

Mas o casulo é mais. Além de permitir uma profunda transformação de um ser, também é o lugar no qual a borboleta pode se sentir segura, acolhida e ter suas necessidades vitais atendidas por um período de tempo necessário à sua formação e mudança. Martins (2019, p. 52) escreveu que “após um período de metamorfose, a borboleta sai do seu casulo e voa em conquista da liberdade [sendo que] esse período de enclausuramento concedeu-lhe as asas que necessitava para explorar o mundo sob novas perspectivas”.

Sendo assim, defendemos que o SUS também pode ser mais. Pode ser o lugar em que essas mulheres consigam encontrar lugar para ter suas necessidades acolhidas. Um lugar que promova autonomia, sem deixar de oferecer cuidados. Pode ser mais, compreendendo o tempo necessário de cada borboleta às suas mudanças.

No que tange à prostituição, com base em Afonso e Scopinho (2013) e em Oliveira (2008), podemos dizer que esse foi um tema que transversalizou a história da humanidade. Quase que da mesma forma com que as paixões e o corpo, sobretudo o feminino, foi um conteúdo que marcou épocas por meio de romances calorosos e opiniões fervorosas, tanto no sentido de condenar, quanto no de desejar essa prática.

Entretanto, conforme os anos passam, a prostituição modifica suas roupagens e, por meio dessas novas construções sociais, como argumenta Piscitelli (2007), as relações atreladas à prostituição passam a ser olhadas e investidas de outras formas. Assim, as principais vias de discussão sobre esse tema giram, conforme Afonso e Scopinho (2013) em torno da proibição e da regulamentação, sendo que, em meio a isso, muitas vezes esquecemos de olhar para o sofrimento e implicações acarretados pelas formas construídas de ver essas mulheres enquanto sujeitos no mundo. Ao declararmos que reconhecemos a prostituição como a profissão mais antiga do mundo, naturalizamos a referida prática e passamos a negá-la enquanto produção histórico-cultural, permeada por visões religiosas, comerciais e de rigorosidade sobre o lugar ocupado pela mulher na sociedade.

Villas Bôas (2010), citando Suárez Molnar, afirma que a historicidade é fundamental para compreensão dos processos que envolvem a construção de estabilidade social, pela razão de que essas representações compreendem tanto a reapropriação dos conteúdos cronológicos, quanto à modificação desses conteúdos no contexto que se faz presente, o que, por conseguinte, gera a necessidade de estudar e compreender essas questões no âmbito da Psicologia e da História.

Em conformidade ao que até então se discutiu aqui, por meio de uma retomada dos fatos, com base em autores como Roberts (1992) e Oliveira (2008), é possível compreender como se deram as práticas de prostituição de acordo com as movimentações culturais e

temporais, bem como o lugar e sentidos que a mulher e o termo – prostituição – foram ocupando ao longo desses anos. Nesse aspecto, Roberts (1992) destaca as mudanças e construções históricas que, ao longo dos anos, foram alterando o lugar e a representação da mulher na sociedade. Indica a passagem de uma posição central dela na vida da comunidade, intimamente relacionada às forças da natureza e da fertilidade, até a inserção do modelo patriarcal, que modificou a compreensão dessas culturas, estabelecendo novos modos de relação entre as mulheres e os homens.

Acrescenta, ainda, a fusão dessas culturas – matriarcal e patriarcal – que, em um primeiro momento, criou uma mistura de significações, reproduzidas nas figuras de deuses e deusas envolvidos em um “jogo” de amor e sexualidade, sendo a mitologia grega boa representante dessas simbolizações. Contudo, ressalta a força que ganhou o modelo patriarcal e as transformações que acarretou, à medida que passou a delegar o papel reprodutor ao homem, bem como naturalizou os desejos sexuais ao sexo masculino.

Para Roberts (1992), a segregação dos sexos e a submissão da mulher ao homem também se fortaleceu e produziu visões dicotômicas sobre as mulheres, que passaram a ser tratadas como “as boas e as más”. Nesse contexto, passou a ser chamada de prostituta toda e qualquer moça (“boa” ou “má”) que se “atrevesse” a considerar seus desejos, tanto sexuais quanto de independência e quisesse viver de forma a não depender de um homem. “As boas – [eram aquelas] dóceis e obedientes – esposas, enquanto as más – sexualmente autônomas – [eram] as prostitutas” (p. 27). De modo semelhante, também a Ciência contribuiu para a legitimação desses modelos sexistas, alegando que os desejos relacionados ao sexo eram naturalmente propriedade dos homens, criando a falsa ideia de que a maioria das mulheres não era muito perturbada com necessidades sexuais de qualquer tipo.

Contudo, é interessante destacar que, em meio a isso, as relações que se produziam na época fortaleciam uma “condição de vida prostituída”, já que a organização do comércio não garantia formas de sustento a uma moça sem que ela precisasse realmente se prostituir para sobreviver, caso desejasse uma vida independente de um homem.

Somou forças também a Revolução Industrial, contribuindo para o fortalecimento das atividades de prostituição. Conforme lembra Roberts (1992), o cenário que se configurava em torno das grandes fábricas era ainda, para muitas mulheres, desesperador e insuficiente para oferecer garantia de vida digna a elas, uma vez que “as condições sociais e econômicas eram propícias ao florescimento, sem precedentes, da prostituição”, o que obrigava a grande maioria das mulheres a se prostituir, uma vez que, apenas uma minoria encontrava trabalhos nas fábricas, e estas recebiam salários inferiores aos dos homens, “o que às colocava em

desvantagem na luta desesperada pela sobrevivência” (p. 227).

Destacamos aqui a importância desses resgates históricos e os impactos das instituições na produção de sentidos acerca da prostituição, uma vez que as formas como a sociedade rotulou a prostituta, sua prática, seu corpo e sua saúde contribuíram e ainda interferem não só na forma com que elas próprias se veem enquanto mulheres de direitos, mas também no modo com que cuidam de sua saúde e buscam pelo serviço público.

Nesse sentido, no que diz respeito às Políticas Públicas, entende-se que elas, enquanto instituições sociais, são importantes instrumentos de formação de sujeitos, uma vez que, em função de seus discursos, imagens e normatizações, impulsionam fatores que (re)produzem e também (des)constróem a subjetividade dos sujeitos e dos coletivos.

Baremlitt (1992) refere que a sociedade é formada por instituições, ou seja, por um conjunto de regras, normas, leis, hábitos e regularidades de comportamento presentes em nosso cotidiano que, faladas ou escritas, regulam as atividades humanas, apontando para o que devemos e o que não devemos ser. Nesse sentido, essas definições e as Políticas Públicas passam a ser o meio pelo qual as diferentes instituições se expressam e normatizam as formas de vida de uma mulher.

Diante dessa definição, cabe compreender que a instituição da saúde, que perpassa um contexto macrossocial – portanto, amplo – está complexa e intimamente atrelada à vida das profissionais do sexo, normatizando não só as formas de cuidado em saúde, como também as formas com que elas se reconhecem no mundo e fazem valer seus direitos no território em que vivem.

CAMINHOS DE INVESTIGAÇÃO

Inspiradas em Minayo (2012), desenvolvemos uma pesquisa qualitativa de caráter transversal, pautada nos procedimentos éticos da pesquisa com seres humanos preconizados pela Resolução 466/2012, aprovada por Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), com emissão de parecer (CAAE 51060715 1 0000 5352), bem como autorizada pela então Secretária de Saúde do município pesquisado.

A coleta dos dados se deu por intermédio de entrevista semiestruturada (construída com base nos objetivos do estudo, apresentados na primeira sessão deste artigo) com 12 profissionais que trabalham nas Estratégias Saúde da Família (ESFs) do perímetro urbano de um município do norte do Estado do Rio Grande do Sul. Assim, fizeram parte da pesquisa

um/a médico/a, um/a enfermeiro/a ou técnico/a em enfermagem e um/a dentista de cada ESF, que foram entrevistadas/os individualmente, na respectiva ESF em que trabalham.

O tempo médio de duração das entrevistas foi de 40 minutos. As entrevistas foram agendadas previamente e gravadas, com o consentimento do/a entrevistado/a, mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e, posteriormente, transcritas. Com fins de respeitar as questões éticas e manter preservada a identidade das/os entrevistadas/os, cada participante foi identificado pela letra 'E', seguida de um número (E1, E2...), que representa a ordem das entrevistas.

As ESF foram escolhidas para a realização da pesquisa em função de suas estratégias de cuidado irem ao encontro da comunidade, no seu território e, assim, possibilitarem o mapeamento da população e suas necessidades, bem como, a construção de um vínculo que facilite seu acesso à Política Nacional de Atenção Básica.

Após gravadas e transcritas as entrevistas, foi utilizado o método de Análise de Discurso proposto por Mary Jane Spink (2000), possibilitando a construção de eixos temáticos, dos quais dois serão apresentados, a seguir.

PROBLEMATIZAÇÕES ACERCA DOS RESULTADOS

ARTICULAÇÃO DAS PROPOSTAS DE CUIDADO NA COMUNIDADE COMO PORTA DE ENTRADA DAS PROSTITUTAS NO SERVIÇO DE SAÚDE

Conforme destaca Ayres (2004), percebemos que, em meio aos novos modos de nos relacionar com a vida, surgem propostas de olhar para o sujeito que colocam a saúde diante de uma crise e, assim, demandam um olhar voltado para a integralidade e humanização, que se torna possível somente por meio da adoção de estratégias de cuidado e formulação de políticas articuladas com o cotidiano das pessoas, lógica esta, prevista pelo Sistema único de Saúde (SUS).

Regulamentado pela Lei número 8.080/1990, o referido sistema tem por fim realizar ações e serviços públicos norteados por linhas de cuidado pautadas na concepção de saúde enquanto um direito fundamental do humano. (BRASIL, 1990). As ações integram uma rede regionalizada e hierarquizada e o sistema é organizado de acordo com diretrizes que preveem um trabalho interdisciplinar, descentralizado, integral, sob a lógica do Controle Social. (BRASIL, 1988).

Entretanto, em meio a tantas políticas que pretendem direcionar as ações de cuidado, parece que nosso trabalho, enquanto profissionais da saúde, fica pautado na clínica

tradicional, em uma lógica contrária ao que prescrevem as políticas atuais. Isto porque o modelo biomédico também condiz com a lógica individualista e consumista em que vivemos, muitas vezes reforçando práticas dicotômicas que separam, conforme Cadoná, Strey e Scarparo (2017) a saúde da doença, o cuidado da técnica. Contudo, acreditamos que falar em clínica é mais do que isso, portanto, trazemos os conceitos da Clínica Ampliada, uma proposta lançada em 2004 pelo Ministério da Saúde, que remete à ampliação dos olhares e das práticas de cuidado, para além dos muros dos consultórios e das práticas repetidas, protocolares e hierarquizadas.

A proposta da Clínica Ampliada consiste em humanizar o atendimento de todos os serviços destinados ao cuidado à saúde, de forma a olhar a partir das potencialidades de cada indivíduo e valorizar os diferentes sujeitos implicados no processo de produção de saúde. Trata-se de uma política norteada por valores, tais como autonomia, protagonismo dos sujeitos, corresponsabilidade, estabelecimento de vínculos solidários. (BRASIL, 2017).

Assim, essa maneira ampliada de cuidar deveria estar presente também nas demais políticas e ações de cuidado, como na Estratégia Saúde da Família (ESF), que, articulada aos princípios do SUS, se estrutura a partir da Unidade Saúde da Família (USF) e almeja o trabalho em rede, composto por ações pautadas nos conhecimentos e técnicas provindos da epidemiologia, do planejamento e das ciências sociais, redirecionando a prática em saúde para o foco nas pessoas, nas culturas, nos territórios e nas necessidades locais, conforme preconiza Campos (2012).

O trabalho da ESF é uma proposta de cuidado que tem por objetivo a análise permanente da situação de saúde da população, bem como a organização e execução de suas práticas, adequadas ao enfrentamento das fragilidades sociais. Conta com uma equipe mínima, composta por médico, enfermeiro e técnico, além das agentes comunitárias de saúde, que funcionam como uma ponte entre a unidade e a população. Funciona como a porta de entrada da comunidade ao atendimento e resolução das suas urgências, por meio do mapeamento do território, criando vínculos que sustentem e fortaleçam os cuidado e atenção à saúde. (FIGUEIREDO, 2016).

Contudo, nesse cenário, embora se identifique a existência de muitas práticas de cuidado voltadas para a população, percebemos que, na prática, essas ações poderiam contemplar de modo mais intenso alguns conceitos previstos nas legislações apresentadas (BRASIL, 2017), como, por exemplo, a corresponsabilização e o protagonismo das pessoas, de modo a favorecer processos que promovam a autonomia dos/as usuários/as.

A partir de algumas narrativas, como as que seguem, percebemos quanto os vínculos entre profissionais e usuárias não se fortalecem com o intuito de permitir uma aliança que garanta segurança a essas mulheres na busca pelo serviço. As relações assumem caráter emergencial e preventivista. A busca pelo serviço é também significado dessa forma pelas usuárias, o que denota que os sentidos dados ao cuidado em saúde estão focados, tanto para a equipe quanto para elas, em ações pontuais, as quais acontecem quando não há outro recurso para dar conta de suas demandas:

A gente não tem, como é que se diz... A gente não tem um programa [...] para atender essas pessoas. A gente tem aqui, mas assim, não é direcionado e nem... Que são os exames de Hepatites, HIV, nós temos os testes rápidos oferecidos aqui, mas a gente não tem nenhum trabalho assim, direcionado com elas, não. [...] Elas só vão ao médico, só vem, quando tão doentes, quando tão com dor, quando tão com febre, quando tão grávidas. [...] Mas a maioria é em função de pré-natal ou de do... 'Tá' doente, 'tá' com algum quadro agudo a gente dá o antibiótico ela sai e não volta nunca mais (E11).

Em meio às entrevistas, percebemos que reconhecer a particularidade da profissão e, a partir daí propor um serviço único e integral é visto pelos/as profissionais como sinônimo de preconceito, o que os faz crer que o melhor a se fazer é atender o referido público da forma como se atende as demais pessoas: “Não tem nada diferenciado só porque elas trabalham nessa área. Atendimento como se fosse uma profissão qualquer, né?!” (E9). Porém, ao mesmo tempo em que parecem temer evidenciar o preconceito, insistem em exemplificar as ações de cuidado pautadas quase que exclusivamente na sexualidade.

Diante da articulação dessas práticas relacionadas ao cuidado da saúde das prostitutas, destacamos o trabalho em rede por meio das Agentes Comunitárias de Saúde e evidenciamos quanto eles/as são potentes ferramentas na identificação e ligação dessas mulheres com o sistema de saúde pública: “Sabe quem que conhece mais? As agentes de saúde, que vão de casa em casa e conhecem as pessoas e as famílias. Já sabem bem a área, né?! [...] Daí, com a agente de saúde que nós temos, nós tentamos levar a saúde até lá” (E6).

Outras falas também possibilitam identificar a importância no trabalho em rede, contudo, em alguma medida, evidenciamos a extensão dos conceitos higienistas que, novamente, colocam as ações voltadas para as Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs), como revela a fala de E9: “Às vezes a gente oferece: “Olha tem o teste rápido”, porque a maioria delas, que moram aqui no bairro, no nosso território, tem as agentes de saúde, então as agentes de saúde oferecem” (E9).

É animador, por outro lado, encontrar discursos – como os que seguem – que nos indicam quanto os/as profissionais percebem as limitações e também sua implicação nessa relação, e mostram disposição para modificar esse cenário:

Então, é algo velado ainda, né? Não sei se em decorrência da nossa falta de abertura, também, pra que elas tenham um espaço, que possam dizer pra nós. Falta de confiança, porque a gente não tem esse espaço, né? Então, isso... Relações não se estabelecem de uma hora para outra, né?! E também pela questão de ser um tabu. Elas não vão sair dizendo pra todo mundo, né?![...]. Então eu acho que é dos dois lados é uma questão bem importante, mas que hoje a gente não, realmente não dá a devida importância (E4).

Aos poucos a gente vem fazendo, lançando essa semente para criar um vínculo, para que elas se sintam à vontade, a ponto de nos enxergar, não digo assim como amiga, porque a gente precisa manter essa questão profissional também, ética, mas para que elas nos enxerguem assim como realmente um ponto de referência pra conversar, pra tirar dúvidas, pra vir buscar alguma solução... ou para que a gente venha fazer algum exame (E7).

Encontramos ainda relatos que mostram um desejo de mudança e, ao reconhecer a existência dessa limitação, buscam propostas de romper com esses conceitos que limitam o trabalho e o cuidado à prostituta, como exemplifica a fala de E4, em que sugere “Desconstruir nas Agentes de Saúde, que são as pessoas de linha de frente, os conceitos e pré-conceitos que elas têm em relação a isso. Depois, capacitá-las para receber as prostitutas, acolher elas e se colocar à disposição para qualquer coisa que elas necessitem”.

Percebemos, fazendo menção a Campos e Campos (2012) e em meio aos sentidos de cuidado aqui narrados, que há a presença de lógicas de atenção que se confrontam e que coexistem, a exemplo do viés preventivista e curativista e do viés emancipatório e de coconstrução de autonomia.

A exemplo de pesquisas anteriores que discutem o campo da Atenção Básica, destacadas por Cadoná, Strey e Scarparo (2017), tal ambivalência no cenário da saúde brasileira encontra-se enraizada em uma clara contradição: o choque de visões de mundo e de sujeito presentes na Constituição da República Federativa do Brasil (BRASIL, 1988), nos documentos oficiais que embasam o Sistema Único de Saúde e Atenção Básica (BRASIL, 1990), por um lado, e as noções neoliberais presentes no cotidiano das pessoas. Essas últimas pregam uma lógica que vai de encontro às políticas de promoção da autonomia, da gestão compartilhada e dos princípios de universalidade, equidade e integralidade porque direcionam suas ações para o individualismo, a competitividade, a iniciativa privada e o Estado Mínimo. Desse modo, compreendemos porque, em meio às políticas de existência vivenciadas pelos/as profissionais da saúde, há tantas dúvidas e contradições em como exercitar práticas de cuidado.

O LUGAR DE INVISIBILIDADE OCUPADO PELAS PROSTITUTAS NOS ESPAÇOS DE CUIDADO E A RETROALIMENTAÇÃO DOS ESTEREÓTIPOS NO SERVIÇO DE SAÚDE

Dom Quixote
(Engenheiros do Hawaii)
Muito prazer, meu nome é otário
Vindo de outros tempos, mas sempre no horário
Peixe fora d'água, borboletas no aquário
Muito prazer, meu nome é otário
Na ponta dos cascos e fora do páreo
Puro sangue, puxando carroça
Um prazer cada vez mais raro
Aerodinâmica num tanque de guerra
Vaidades que a terra um dia há de comer
As de Espadas fora do baralho
Grandes negócios, pequeno empresário
Muito prazer, me chamam de otário[...]
Tudo bem, seja o que for
Seja por amor às causas perdidas [...].

A canção acima foi composta por Humberto Gessinger e Paulinho Galvão e lançada em 2003, no disco “Dançando no Campo Minado”, da banda gaúcha, Engenheiros do Hawaii. De acordo com o blog “Rock Som Nacional”, a canção é inspirada na história de Dom Quixote de La Mancha e pretende contemplar as fantasias que esse bravo cavaleiro vive, após ler vários romances medievais. Assim, ao se permitir mergulhar nessas aspirações, aprende a se vincular com o mundo, contemplando o que de mais bonito (e doloroso) na história de vida de cada ser humano. Algo que parece que temos fazer!

Pretendemos, então, usar a letra dessa música para remeter às construções históricas (e também medievais) que são tela de fundo dos juízos de valor que a sociedade contemporânea faz das prostitutas e, inevitavelmente, acabam invadindo o cenário da Atenção Básica em Saúde, repercutindo nas formas com que nós, profissionais, enxergamos (ou não) essas mulheres.

Assim, por meio dessa música, pretendemos refletir sobre essa “aerodinâmica num tanque de guerra”, necessária às prostitutas para encarar os desafios que se apresentam em sua vida. Também, queremos abrir espaço para nos preocuparmos com o “prazer cada vez mais raro”, que parece fazer parte da condição de vida dessas mulheres, e nos dispor a pensar em ações, como o acolhimento, o resgate da dignidade e a promoção da cidadania, que possamos utilizar em nossas práticas, para não reforçar esse ciclo.

Entendemos que falar em sexo é falar da intimidade. Diante dessa representação, parece que, no âmbito da saúde, falar em prostituição vai muito além de falar em uma prática, que é encarada em muitas situações como profissão e que merece cuidado. Além disso, sugerimos que o rompimento dos limites que demarcam e afastam do público aquilo que é

privado, provocam uma confusão que torna difícil encontrar espaço para cuidar de um sujeito, cuja prática de sustento escancara aquilo que revestimos de pudor, que encharcamos de preconceito.

Diante dessas questões, percebemos quanto as prostitutas tendem a ser colocadas em um lugar de invisibilidade frente às práticas de cuidado, que são correlacionadas com uma ideia de igualdade no atendimento, como indicam essas falas: “Normalmente eles só me encaminham lá na frente. [...] Eu procuro atender todo mundo de maneira nor... ãh... Igual, assim, sabe. Eu não faço distinção de nada. Então eu acho que eu atendo bem, porque eu não sei quando são, ou que... Né?!” (E3).

Quando elas vêm aqui eu sei se são ou não. Por eu trabalhar há 12 anos aqui no bairro, a gente conhece a população, então a gente sabe se é ou não. [...]. Não, elas não se identificam, eu sei porque eu, às vezes eu vejo elas fazendo ponto aqui... [...]. Não que elas venham ao atendimento e falam o que elas fazem. Isso eu acho que elas ‘nnnunca’ fariam, acho que não. Isso elas não falam. Mas a gente conhece. [...]. Elas mesmo têm preconceito. Não seria isso?... Acho que sim, aham... Um preconceito, né?! De não falar o que fazem, assim... Mas no fundo elas sabem que a gente sabe! (E5).

Contudo, tal postura acaba por desrespeitar um dos princípios fundamentais do atendimento no SUS, que é a equidade, ou seja, poder olhar o sujeito dentro de suas particularidades e considerá-las no atendimento. Queremos salientar que não pretendemos julgar as/os profissionais por meio de suas falas. Pelo contrário, nosso interesse é mostrar quanto a articulação das concepções às práticas se dá em razão de que as pessoas se reconhecem em meio a esses discursos (FOUCAULT, 2004; GERGEN, 2008) e acabam reproduzindo, sem se questionar, padrões que normatizam e aprisionam corpos em determinados comportamentos.

O ato de justificar que se atende todo mundo da mesma forma, sem distinção, parece vir não somente como um movimento de tentativa de exercitar uma prática universal. Denota aqui que adentrar nas práticas profissionais dessas pessoas seria adentrar na lógica do privado, daquilo que consideramos, ao longo dos séculos, sujo, impuro e que, portanto, deve ser escondido: a prática sexual (BUTLER, 2013; BEAUVOIR, 2016). Não se olha para o exercício de conhecer o que a pessoa faz como um ato de cuidado, como um exercício de estabelecimento de vínculos, mas sim, como uma violação.

Logicamente, não podemos negar que várias formas de cuidado são dispensadas às prostitutas. Contudo, percebemos que o foco maior acaba sendo, impreterivelmente, a doença que acompanha e parece sobrepular o indivíduo. No caso das prostitutas, não se pensa na mulher que está diante da/o profissional, mas sim, em qual patologia pode estar lhe

acometendo visto que, por ser prostituta, necessariamente ela oferece riscos, conforme sugere a fala de E2:

Tem que ser um trabalho contínuo, né, e como são pessoas com... De risco, né? São com as que mais, nesse caso, temos que trabalhar nessa área de risco de Doença Sexualmente Transmissível [...]. O risco é tudo aquilo que possa provocar uma doença. No caso delas, elas têm uma vida sexual inadequada, né, então o risco maior (E2).

Diante disso, entendemos que precisamos nos questionar quais os impactos acarretados por essas práticas que promovem e reforçam o anonimato. Que novas relações surgiriam se as/os profissionais soubessem/reconhecessem a profissão das/os usuárias/os? Se olhassem para o próprio discurso que atrela o cuidado a esse público à doença, ao anormal, ao inadequado?

Em uma análise da prática profissional propriamente dita, também indagamos como se colocariam em meio aos serviços de saúde essas mulheres caso os atendimentos não focassem no discurso de risco? Afinal, alinhadas aos conceitos de vulnerabilidade propostas por Ayres, Calazans, Salitti Filho & França-Júnior (2012), entendemos que os aspectos relacionados aos agravamentos na saúde também falam do modo como ofertamos o serviço e de que forma (in)viabilizamos, por intermédio de nossas posturas, na condição de profissionais, o cuidado integral com nossos/as usuários/as.

Com relação a isso, não queremos lançar juízo de valor à posição que essas/es profissionais assumem, visto que temos consciência das limitações, micro e macrossociais, que giram em torno das suas ações. Contudo, queremos pensar em propostas que nos auxiliem a não acabar reforçando alguns padrões de relacionamento com o público usuário e criem barreiras ainda maiores para as práticas de cuidado dispensadas a essas mulheres.

Uma vez que a informalidade vira protagonista, acabamos por não dar voz às coisas “não ditas” e deixamos de possibilitar um cuidado integral (que olha para o sujeito como um todo indivisível), alinhado aos princípios do SUS. Não queremos negar os riscos reais que envolvem a prática sexual, de quem quer que seja, contudo, queremos argumentar que é justamente quando não damos visibilidade e silenciemos que acabamos por reforçar alguns padrões estereotipados de enxergar (ou não), de cuidar (ou não), de se permitir (ou não).

Entendemos que, por meio dessas formas de cuidar, perdemos o sujeito em meio às suas práticas sexuais e, por consequência, deixamos de cuidar da sua saúde de uma maneira completa e desvinculada de qualquer medo de cair no preconceito, visto que, enquanto profissionais, à medida que higienizamos nossas práticas e silenciemos nossos/as

usuários/as, contribuímos para fortalecer um sistema carregado de pudor e pré-conceitos, que só faz calar uma população que grita por ser reconhecida enquanto cidadã.

Não podemos (nem pretendemos) negar os avanços que as políticas públicas de saúde têm agregado às ações comunitárias, nos últimos anos, bem como às formas de vinculação com as cidadãs/cidadãos de oferecer os serviços. A política do SUS, já mencionada anteriormente, traz conceitos que remetem à universalidade, integralidade, equidade e participação. Com esses princípios e os demais, pretende formular práticas que sejam capazes de direcionar um olhar de cuidado que contemple os vários atravessamentos de vida que se soma para resultar no sujeito que se apresenta.

Assim, no que tange às prostitutas, pensamos que dar visibilidade à profissão delas é permitir formas mais complexas e integradas/amplas de cuidar, pois permite reconhecer esse espaço do não dito. Compreendemos ainda que colocar em prática esses conceitos significa muito mais do que dispensar práticas de atenção à saúde de um grupo específico, visto que representa analisar e conhecer quem é esse grupo.

Diante disso, queremos ressaltar nosso entendimento do quanto se torna importante dar visibilidade às infinitudes de lugares e papéis que essa usuária ocupa no tempo/espaço em que vive, a fim de compreender de onde vem e para onde vai essa mulher. Quais as demandas que lhe impulsionam na busca por cuidados. O que ela entende por saúde. O que representa o cuidado para ela.

Enquanto profissionais, acreditamos que estamos envolvidos/as e somos responsáveis por esse cenário, independentemente da área e do lugar que ocupamos. Portanto, colocar em prática, sobretudo a integralidade, significa abrir mão do lugar de *experts*, que muitas vezes ocupamos por “deter” o conhecimento de uma ciência, para assumir uma postura de curiosidade e se permitir dispensar um cuidado integral. Implica nos apaixonarmos pelo nosso público para estabelecer relações mais fortes e afinadas com as propostas que lançamos e trabalhar por causas, para que não sejam perdidas.

CONSIDERAÇÕES ACERCA DO ESTUDO

A partir deste estudo, acreditamos que as concepções sócio-históricas que envolvem a prostituição, caracterizadas pelo preconceito e julgamento em relação, principalmente, às Infecções Sexualmente Transmissíveis, por estarem atreladas a sentidos partilhados pela maioria dessas/es profissionais da saúde entrevistadas/os, acabam também se reproduzindo no sistema de saúde e resultando nos conceitos e padrões de cuidado voltados às prostitutas,

da forma como temos hoje.

Percebemos que, embora existam compreensões ampliadas que se descolam do preconceito, na prática, esses discursos parecem não se relacionar de forma tão ampla e integrada e interferem na articulação das ações, que tendem a relacionar o cuidado, de forma bastante íntima, à noção de transmissão de Infecções Sexualmente Transmissíveis.

Diante disso, destacamos o pensamento de Boaventura de Souza Santos (2003), que articula a lógica da Igualdade com a da Equidade como coexistentes para investir-se em um olhar de Universalidade na atenção ao humano, sem negar as diferenças que ali emergem. Daí uma prática que, ao mesmo tempo Universal, também é Integral e diferenciada para cada pessoa.

Por fim, queremos salientar, mais uma vez, o nosso desejo de que essas mulheres sejam reconhecidas enquanto sujeitos de valor e de direito. Mas um valor que não reduza ou fragmente o que há de belo e doloroso em cada ser humano. Um valor que contemple a integralidade de cada uma e permita que elas também se reconheçam nesse contexto social e da saúde.

Ademais, concluindo com uma frase de Shakespeare, que diz que “o meu corpo é um jardim, a minha vontade o seu jardineiro”, queremos propor que sejamos todos mais “livres” para deixar fluir nossas vontades e deixar o vento nos tirar para dançar. Queremos lembrar que, nessa dança da vida, embora não sejamos literalmente flores nem borboletas, estamos vivendo constantes processos de transformações que nos auxiliam a nos reconhecer em meio aos mais variados discursos e desvendar o que há de misterioso no eterno em aberto que somos. Assim, reforçamos quanto acreditamos na importância de reconhecer o outro nesse constante processo de transformação.

REFERÊNCIAS

AFONSO, M. L.; SCOPINHO, R. A. Prostituição: uma história de invisibilidade, criminalização e exclusão. **Anais do X Seminário Internacional Fazendo Gênero 10** (pp. 1-11). Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2013.

AYRES, J. R. C. M.; CALAZANS, G. J.; SALITTI FILHO, H. C.; FRANÇA-JÚNIOR, I. Risco, vulnerabilidade e práticas de prevenção e promoção da saúde. In: CAMPOS, G. W. S.; MINAYO, M. C. S.; AKERMAN, M.; DRUMOND JÚNIOR, M.; CARVALHO, Y, M. *Tratado de Saúde Coletiva*. São Paulo: Hucitec, 375-417, 2012.

AYRES, J. R. C. M. O cuidado, os modos de ser (do) humano e as práticas de saúde, **Revista Saúde & Sociedade**, 13,16-29. DOI: 10.1590/S0104-12902004000300003. 2004.

BAREMBLIT, G. F. **Compêndio de análise institucional e outras correntes**: teoria e prática. Belo Horizonte: Editora Record, 1992.

BEAUVOIR, S. **O segundo sexo**: fatos e mitos. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

BIBLIOTECA VIRTUAL DE DIREITOS HUMANOS. **Constituição da Organização Mundial de Saúde (OMS/WHO) – 1946**. Acesso em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/OMS-Organiza%C3%A7%C3%A3o-Mundial-da-Sa%C3%BAde/constituicao-da-organizacao-mundial-da-saude-omswho.html>, 2019.

BONADIMAN, P. O. B.; MACHADO, P. S.; LOPEZ, L. C. Práticas de saúde entre prostitutas de segmentos populares da cidade de Santa Maria - RS: o cuidado em rede, **Physis**, v. 22, p. 779-801, 2012.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Diário Oficial da União, 1988.

BRASIL. **Lei nº 8.080 de 19 de Setembro de 1990**. Brasília: Diário Oficial da União, 1990.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. **Política Nacional de Atenção Básica**. Brasília: MS, 2017.

BUTLER, J. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão de identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

CADONÁ, E.; STREY, M; SCARPARO, H. **Conceitos de Saúde e Cuidado na Mídia Impressa Brasileira**: Uma Análise do Ano de 1990. Curitiba: CRV, 2017.

CAMPOS, G. W. S. Clínica e saúde coletiva compartilhadas: teoria Paidéia e reformulação ampliada do trabalho em saúde. In: CAMPOS, G. W. S.; MINAYO, M. C. S.; AKERMAN, M., DRUMOND JÚNIOR, M.; CARVALHO, Y, M. **Tratado de Saúde Coletiva**. São Paulo: Hucitec, 41-80, 2012.

CAMPOS, G. W. S. Co-construção de autonomia: o sujeito em questão. In: CAMPOS, G. W. S.; MINAYO, M. C. S.; AKERMAN, M.; DRUMOND JÚNIOR, M.; CARVALHO, Y, M. **Tratado de Saúde Coletiva**. São Paulo: Hucitec, 669-688, 2012.

FIGUEIREDO, E. N. Especialização em Saúde da Família. Módulo Político Gestor. **Estratégia Saúde da Família e Núcleo de Apoio à Saúde da Família**: diretrizes e fundamentos. São Paulo: UNA-SUS, 2016.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2004.

GERGEN, K. J.; GERGEN, M. O movimento do construcionismo social na psicologia moderna, **Interthesis**, v. 6, p. 299-325, 2009.

GERGEN, K.J. (2008). Psicologia Social como história. **Psicologia & Sociedade**, 20, 475-484.

GUIMARÃES, K.; MERCHÁN-HAMANN, E. Comercializando fantasias: a representação social da prostituição, dilemas da profissão e a construção da cidadania, **Estudos Feministas**, v. 13, p. 525-544, 2005.

IÑIGUEZ, L. **Manual de análise de discurso em Ciências Sociais**. Petrópolis: Vozes, 2004.

MARTINS H. **O casulo da borboleta**. Acesso em: <http://casuloborboleta.blogspot.com/>, 2019.

MINAYO, M. C. S. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. **Ciência & Saúde Coletiva**, 17, 621-626. DOI: 10.1590/S1413-81232012000300007. 2012.

OLIVEIRA, M. Q. **Prostituição e trabalho no baixo meretrício de Belo Horizonte: o trabalho da vida nada fácil**. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Belo Horizonte, BH, Brasil, 2008.

PISCITELLI A. Corporalidade em confronto: Brasileiras na indústria do sexo na Espanha, **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 22, 17-32, 2007.

ROBERTS, N. **As prostitutas na história**. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 1992.

ROCK SOM NACIONAL. Retired from:
<<http://rocksomnacional.blogspot.com.br/2015/02/analise-da-musica-dom-quixote.html>>.

SANTOS, B. S. **Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitanismo multicultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira., 2003.

SPINK, M. J. P. **Linguagem e produção de sentidos no cotidiano**. São Paulo: Centro Edelstein, 2010.

SPINK, M. J. P. **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano**. São Paulo: Cortez, 2000.

VILLAS BOAS, L. P. S. Uma abordagem da historicidade das representações sociais. **Cadernos de Pesquisa**, 40, 379-405, 2010.

~ CAPÍTULO XII ~

GÊNERO E SEXUALIDADE: O QUE NOS CONTAM DOCENTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA?

Taina Kurtz

Cleidinara Rigodanzo

Eliane Cadoná

CONTEXTUALIZANDO A PESQUISA E A METODOLOGIA ADOTADA

A presente proposta de estudo nasceu dos resultados de duas pesquisas realizadas na Universidade em que a terceira autora deste capítulo realiza práticas, como docente, e da parceria com o grupo de pesquisa em relações de gênero, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). As pesquisas que inspiraram a iniciativa aqui apresentada procuraram investigar, nos contextos midiáticos e nas políticas públicas de educação, sentidos de gênero e saúde desenvolvidos nesses cenários, tendo, portanto, como fim, compreender como documentos oficiais do Ministério da Educação e da Cultura (MEC) e a mídia impressa (des)articulavam os pressupostos do Sistema Único de Saúde em seu discursos.

É desse cenário de estudos que nasce a ideia desta pesquisa, procurando, a partir dos aparatos que as demais deram compreender, por intermédio da prática docente, de que modo questões de gênero aparecem no âmbito da Educação Formal. A proposta consistiu em investigar os sentidos de Identidade de Gênero, Orientação Sexual e Saúde praticados pelos/as professores/as da Educação Básica da Rede Municipal de uma cidade do Estado do Rio Grande do Sul, para assim problematizar os possíveis desdobramentos desses nos processos de subjetivação dos/as alunos/as das escolas municipais do ensino fundamental do referido município. Indaga ainda, por intermédio de uma análise crítica, alguns rótulos

que permeiam o contexto de educação investigado, através dos discursos institucionalizados que assim constroem os sujeitos de que fala.

Com a pesquisa, não desejamos investigar como se dá a sexualidade humana ou as causas para determinados desfechos, mas sim compreender porque algumas características são discriminadas e em que momento passam a produzir modos alienantes, higienistas e preconceituos de ser. (FOUCAULT, 1998; WEEKS, 2000; SPINK, 2000; STREY, 2017).

Louro (1994) comenta as diferentes construções de gênero presentes não só na sociedade, como também nas escolas; construções essas percebidas ao longo do estudo e que são atravessadas por aspectos culturais, sociais e individuais. Em outras palavras, a escola é um espaço de produção de subjetividade e, mesmo quando adere a um discurso negacionista quanto às questões de gênero, produz modos de construção dessa categoria.

A autora ainda se refere ao crescimento de pesquisas como a aqui apresentada, que buscam compreender tais construções de gênero na escola e atribui esse movimento ao fato de que, atualmente, os fenômenos sociais estão sendo englobados nas pesquisas educacionais. Portanto, a presente pesquisa não é só importante por evidenciar aspectos sociais na produção da subjetividade humana, como também fortalecer esse movimento social de problematização de práticas no âmbito escolar. (GERGEN; GERGEN, 2010).

Para colocar em prática a pesquisa, primeiramente, entramos em contato com a Secretaria de Educação e Cultura do Município escolhido para o estudo, com fins de obter a autorização (mediante assinatura de Termo de Autorização Institucional – TAI) do/a gestor/a desse espaço, para assim contatar as escolas. Para obtermos os dados da presente pesquisa, realizamos entrevistas com professores do Ensino Fundamental, do primeiro ao nono ano da rede municipal.

O primeiro contato realizado com os/as professores foi intermediado pela Direção da respectiva escola. Nessa etapa da coleta de dados, algumas direções primeiramente marcaram uma reunião entre nós e professores/as e outras escolas passaram o contato dos/as docentes, para que cada um decidisse por sua participação. Após o primeiro contato, as entrevistas foram agendadas previamente, sendo que todas foram realizadas nas respectivas escolas, nos horários escolhidos pelos/as docentes. A ideia era de que o grupo de pesquisa se adaptasse aos horários dos/as entrevistados/as, dando-lhes autonomia e respeitando suas escolhas e privacidade. Algumas entrevistas ocorreram durante a aula do/a professor/a e, nesses casos, o/a mesmo/a deixava alguma atividade para os/as alunos/as ou era substituído/a por algum/a funcionário/a da equipe técnica. No entanto, a maioria das entrevistas não procedeu durante os horários em sala de aula.

No decorrer de todas as entrevistas, primamos pelo conforto e privacidade do/a entrevistado/a e, portanto, todas as entrevistas ocorreram em salas com a presença apenas da entrevistadora e do/a entrevistado/a, primando assim pelos pressupostos previstos na Resolução 466/12 referente ao sigilo e demais questões éticas garantidas ao/à participante de estudos. Ainda, com todos/as os/as entrevistados/as foi realizada a leitura e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE, deixando sempre uma cópia do documento com o/a entrevistado/a.

As entrevistas, do tipo semiestruturada, produziram-se como um momento de explanação/problematização acerca do tema e, também, como importante ferramenta de escuta e acolhimento. A postura das entrevistadoras procurou proporcionar um espaço aberto e livre, sem censura, possibilitando não só ao/à entrevistado/a que tivesse voz, mas que também refletisse e fizesse refletir. Foram, assim, momentos de trocas especiais, possibilitados pela entrevista, ferramenta que permite a associação livre, conduzindo o/a entrevistado/a a passar o seu ponto de vista acerca de uma temática sem ser julgado/a. (ARAGAKI; LIMA; PEREIRA; NASCIMENTO, 2014; GASKELL, BAUER 2010; GUARESCHI, 1998).

Além da escolha pela ferramenta adequada para tratar do tema, as características do enquadre, em especial no que se refere à postura das entrevistadoras, permitiu que o momento também fosse interventivo, quebrando o silenciamento a respeito de um tema tão polêmico e pouco abordado nas escolas. Para que isso acontecesse, primamos pela postura empática e sem julgamentos acerca do que nos era trazido, compreendendo que o momento constituía-se em um acontecimento importante que, posteriormente, contribuiria com a produção de formas de vivenciar e articular a temática ao cenário da Educação Formal.

A duração das entrevistas variou, em média, de 15 a 40 minutos, respeitando o tempo do/a entrevistado/a e suas limitações quanto aos conteúdos apresentados. O processo posterior às entrevistas foi dividido em duas partes: primeiro, foram realizadas as entrevistas e transcrições das mesmas, relacionadas aos/às docentes do primeiro ao quinto ano. Após finalizada essa etapa, repetimos o processo com os/as professores/as do sexto ao nono ano.

Até o presente momento, todas as entrevistas continuam consentidas pelos/as professores/as. Apesar disso, os/as participantes estão informados/as de que podem retirar o consentimento a qualquer momento, se assim desejarem, mantendo um importante movimento ético adotado pelas pesquisadoras, no qual os/as participantes não se sentem obrigados/as a continuar na pesquisa após a entrevista. (GASKELL; BAUER

2010).

Os/as docentes/as eram preferencialmente escolhidos para as entrevistas por intermédio do sorteio, para abranger todas as áreas do conhecimento ofertadas pela Educação Básica, ou seja, para que não fossem entrevistados/as, por exemplo, apenas professores/as de Matemática ou de Geografia. No entanto, em diversos momentos não foi possível a realização desse movimento, pois nos anos iniciais, na maioria das escolas, havia apenas um/a professor/a por ano letivo. A partir do sexto ano, encontramos mais professores/as por anos letivos; porém, muitos/as atuavam como docentes/as em mais de uma disciplina da grade curricular.

Ainda, os aspectos de não aceitação para responder à entrevista e/ou comentários que remetem à falta de interesse na temática da entrevista proposta foram mais recorrentes com professores/as a partir do sexto ano. Em torno de quatro professores se recusaram a participar do estudo, três professores não atenderem às diversas chamadas e também não retornaram as ligações e mensagens enviadas, apesar de que, de acordo com a Direção, esses tenham sido avisados das nossas tentativas de contato. Portanto, tais aspectos também justificam o porquê de algumas áreas de conhecimento, como por exemplo, a Matemática, terem sido mais representadas nesse estudo, pois acabou não havendo a possibilidade de sorteio em muitos momentos, primando-se, então, pela entrevista com o/a professor/a disponível para realizá-la.

A estimativa inicial do projeto de pesquisa, em 2018, era de que em média seriam realizadas 36 entrevistas, mas, na prática, isso não ocorreu. As entrevistas iniciaram em 2019 e, neste ano, nos primeiros contatos com as escolas, a estimativa se reduziu a 32 possíveis entrevistas. Além disso, em duas escolas havia apenas um quinto ano e, nessas, se repetia o/a mesmo/a docente, sendo ele/a entrevistado/a apenas uma vez, descartando outra possibilidade de entrevista. No total, foi possível realizar 26 entrevistas, sendo dessas 14 com professores/as do 1º ao 5º ano letivo, e 12 do 6º ao 9º ano.

Ainda, as especificidades de cada escola e a maneira com que se comportaram frente às possibilidades de entrevistas foram respeitadas em todos os momentos. Mesmo que uma determinada escola não quisesse participar do processo de entrevista, essa e as demais que participaram receberam a nossa oferta de *feedback* dos dados obtidos. Em relação ao *feedback* proposto e o atual momento de pandemia mundial¹, com as aulas a distância, em que os professores/as não estão frequentando as escolas, a pedido das instituições, estamos aguardando a volta das aulas presenciais, para então marcarmos uma data para nos reunirmos com os/as professores/as. Além do momento direcionado aos/às docentes,

esses/as também serão convidados para futuros eventos do grupo responsável pela pesquisa e também para o lançamento desse livro, o qual receberão uma cópia.

Em relação à análise dos dados obtidos, consideramos que, quando falamos de gênero, saúde e orientação sexual, precisamos atentar para os aspectos históricos e culturais que os construíram e, portanto, significaram a temática. (LOURO, 1994). Sendo assim, o estudo das falas foi a partir da análise de discurso, para compreendermos quais são os sentidos dados pelos/as docentes a esses aspectos e de que forma inserem os mesmos no cotidiano da escola e de suas práticas junto aos/às estudantes. (FISCHER, 2001; SPINK, 2000).

Foram construídos três mapas dialógicos a partir dos objetivos da pesquisa, com fins de organizar o processo de análise. Após a realização e estudo dos mapas, redigimos um texto livre acerca das nossas compreensões e análises. O texto foi discutido e avaliado pelo grupo de pesquisa e, a partir dele, elaboramos a discussão dos resultados, considerando o que se evidenciou nas entrevistas, os objetivos do estudo e seus aportes teóricos. (SPINK, 2000).

As idades dos/as entrevistados/as variam entre 31 anos e 63 anos. Em relação à pergunta “você se considera como sendo do sexo...” 84,6% das entrevistadas se consideram do sexo feminino e 15,40% dos entrevistados se consideram do sexo masculino. Dos/as 26 entrevistados/as, o tempo de atuação desses no Ensino Fundamental, em média, é de 17,20 anos. Em relação à formação dos/as docentes, 58,85% possuem uma graduação em sua formação, 38,46% possuem duas graduações e 7,69% possuem três ou quatro graduações.

46,15% dos/as docentes afirmaram ter graduação em Pedagogia e 19,23% afirmaram ter se formado no Magistério. 15,38% desses são formados/as em História e a porcentagem se repete para os/as formados/as em Letras. Graduados/as em Matemática representam o total de 11,54% e 6,69% possuem graduação em Biologia. Formação em Filosofia, Educação Física e Geografia representa 3,85% da amostra. Ainda, 3,85% dos/as entrevistados/as estão concluindo sua graduação em Pedagogia. Além dessas graduações comuns na área do Ensino Fundamental, 11,54% dos/as docentes têm formação em Direito; a porcentagem de 3,8% se repete para formados em Administração, Teologia e Ciências da Computação.

APRESENTAÇÃO E DISCUSSÕES DOS DADOS

Consideramos importante pontuar que gênero e orientação sexual são conceitos que geram muitos sentidos e sentimentos na sociedade. De acordo com o Grupo Gay da Bahia,

que aponta dados referentes ao Brasil, ocorreram 329 mortes violentas de pessoas LGBTQIA+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Travestis, Transgêneros, Intersexuais, Queer, Assexuados e outros) no ano de 2019. Não sabemos quantas pessoas são caladas diariamente pela LGBTfobia por meio de diversas formas de violência. Sabemos, entretanto que, nos últimos 20 anos, a existência foi brutalmente roubada de 4809 pessoas. O grupo ainda pontua que o Brasil é um dos países que mais mata pessoas LGBTQIA+ do mundo e que os dados são consequência da falta de políticas públicas específicas e que correspondam à demanda da população referida. (GRUPO GAY DA BAHIA, 2020; LOURO, 2000). Temos consciência de que os dados apontados acima são apenas uma das facetas que demonstra o sofrimento atrelado à LGBTfobia; portanto, a temática precisa ser abordada e discutida urgentemente. Daí a justificativa de nosso estudo: compreender de que modo essa discussão aparece no contexto da Educação Formal, importante espaço de construção da identidade.

Os resultados abaixo correspondem às falas dos/as professores/as entrevistados/as, em que muitas belas ações foram apontadas e outras, resultado de como a sociedade trata a temática. Portanto, não podemos nos esquecer do contexto social em que vivem os/as entrevistados/as, marcado pelo preconceito à população LGBTQIA+. Quando nos propomos a analisar narrativas, precisamos nos desvincular de juízos de valor e compreender que essas não estão descoladas do seu tempo histórico. Ademais, nosso intuito aqui é problematizar sim as falas, mas colocando em análise a sociedade como um todo, evidenciando que as falas aqui apresentadas dizem de um tempo, de um momento e que estão atravessadas por tantas outras falas, firmadas em lugares e condizentes ao momento vivido. (FISCHER, 2001). Em outras palavras, as práticas discursivas evidenciadas nas entrevistas partem da perspectivas de docentes que, por sua vez, produzem, reproduzem e denunciam uma realidade.

Para muitos/as dos/as docentes entrevistados/as, o espaço escolar não é o local ideal para abordar discussões de gênero e orientação sexual. Eles e elas compreendem que é o/a profissional da saúde quem tem o “poder” de abordar a temática. A partir das entrevistas, compreendemos que os/as professores/as se referem à orientação sexual por intermédio de uma abordagem heteronormativa e higienista, direcionada às infecções sexualmente transmissíveis ou gravidez, por entenderem o termo como uma educação sexual direcionada para *como* abordar o ato sexual em si. (BRITZMAN, 2000).

Então deveria ser uma coisa que vem de cima, o médico com palestras, abordar isso de uma maneira mais clara e diferente [...]. (ENTREVISTADO/A 16).

[...] só que daí como santo de casa não faz milagre então a gente traz o pessoal do posto de saúde aqui para a gente conversar, elas já conhecem, a gente está sempre falando e a gente faz o trabalho sobre sexualidade. (ENTREVISTADO/A 23).

Quando a temática é vivenciada de tal forma, esquece-se de aspectos essenciais que fundamentam a presente pesquisa, ou seja, de como tais fenômenos influenciam na subjetividade humana. Com as falas citadas acima, podemos perceber gênero e orientação sexual pensados a partir de uma compreensão que, em partes, desconsidera que os conceitos atravessam o campo da saúde e sexualidade humana, e englobam também cidadania e política. Desse modo, reforçamos que o/a docente pode ser agente de problematização e mudança em meio a essas clássicas condutas da escola, que a colocam como espaço desautorizado a falar de determinados temas quando, na realidade, constitui-se no principal espaço de debate para questões como gênero, preconceito racial, etc.

É fundamental pontuarmos aqui também as diferenças conceituais entre identidade de gênero, sexo biológico, orientação sexual e relação entre distintas formas inventadas por nós, ocidentais, para falar do assunto: identidade de Gênero é uma categoria que se refere à maneira como o/a indivíduo/a se percebe, se identifica. Termos como Transgênero, Homem Cisgênero e Mulher Cisgênero são alguns deles. As pessoas podem não se identificar com nenhuma dessas categorias também e, é por isso, que os estudos das identidades e da sexualidade estão em constante processo de reformulação; já o sexo biológico faz menção ao modo como nomeamos e interpretamos nossas características físicas, em especial ligadas às nossas genitálias e, aqui, encontramos termos como Masculino, Feminino e Intersexo; por fim, o termo Orientação Sexual explicita por quem o/a indivíduo/a sente atração, podendo ser Assexual, Bissexual, Heterossexual, Homossexual, Pansexual... Não destacamos aqui algumas discussões a respeito das identidades trans, que evidenciam vivências de Travestis e Transexuais. Para maiores aprofundamentos, sugerimos curso gratuito disponibilizado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (acesse <https://lumina.ufrgs.br/course/view.php?id=100>), cuja temática é abordada com competência a partir de vários lugares e identidades.

Tais conceituações, entretanto, devem ser consideradas apenas para fins didáticos. Na prática, o movimento mais importante, quando falamos em formação humana, é o trabalho docente, frente a tais discussões, alinhado à perspectiva da integralidade, ou seja, da consideração de que tais categorias não devem servir para encaixar os sujeitos nelas, mas para evidenciar a diversidade de relações e compreensões que damos ao nosso corpo, à nossa identidade e à relação que estabelecemos com as outras pessoas.

A sexualidade, nesse cenário, engloba os aspectos citados anteriormente e evidencia a relação humana com o desejo e com a busca pelo prazer, que se dá durante toda a sua vida. Assim como o gênero, a sexualidade é um fenômeno social e político e ambos são aprendidos e (des)construídos ao longo da vida, por meio de discursos que rotulam e normalizam, constroem verdades. (LOURO, 2000; FOUCAULT, 1998).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) compreendem a sexualidade como um tema amplo marcado pela história, pelas mudanças no âmbito social e pela cultura. (BRASIL, 1998). De acordo com o Documento, são temas transversais os aspectos que interferem no cotidiano dos/as estudantes e que, portanto, a escola deve não só estar atenta à complexidade de tais fenômenos como também não restringir eles a uma abordagem de única área. Na página 65 do Documento, o termo “orientação sexual” é citado como um dos exemplos de temáticas transversais, bem como o termo “saúde”. O Documento ainda afirma que a escola deve possibilitar reflexão e debate, sem imposição de valores ou competição com a família, para que os/as alunos/as construam então as suas opiniões e escolhas. (BRASIL, 1998). Isso quer dizer que estudantes possuem o direito de ter contato, na escola, com diferentes perspectivas de sujeito e de mundo, não restringindo seus conhecimentos ao que a família vivencia e acredita.

Sendo Orientação Sexual um tema transversal, esse deve, então, contemplar não apenas aspectos atrelados à higiene do corpo e prevenção às doenças e à gravidez. Necessita trazer à tona discussões acerca da sexualidade e suas interfaces, incluindo homossexualidade, bissexualidade e heterossexualidade, dentre outras enquanto categorias que perpassam a vida humana e que se desenvolvem por intermédio de aspectos biológicos, sociais, individuais e não por intermédio de simples escolhas. Da mesma forma, temáticas como identidade de gênero e o modo como, historicamente, compreendemos o corpo e o sexo, a partir de uma categoria biológica que inventamos, precisam aparecer nos conteúdos curriculares e esses não podem estar restritos às aulas de Ciências; tampouco, comportar discursos moralistas e prescritivos, mas sim exercitar a reflexão crítica e a diversidade como características a serem cultuadas em prol do cuidado e do respeito.

Por outro lado, os/as docentes entrevistados/as compreendem a temática como conteúdo que deve ser abordado pelo/a professor/a da disciplina de Ciências, o que nos faz pensar que não se autorizam e, tampouco, se reconhecem enquanto parte desse processo formativo atrelado à sexualidade:

[...] esse ano a gente não fez palestra, mas nos outros anos a gente trouxe enfermeiras, coisa assim, pessoas mais qualificadas pra expor os riscos que eles têm, sabe, foi

colocado assim, palestra, a professora de ciências também coloca bastante porque têm meninas que não se cuidam [...] (ENTREVISTADO/A 18).

E depois com o professor de ciências, que aprofunda mais e ele vai trabalhar em sala de aula, mas já com os outros pequenos, como a gente tem que ter todo o cuidado, mais em torno de palestras, né. (ENTREVISTADO/A 06).

Quando a responsabilidade não é apenas do/a docente voltado à área da Biologia, é apontado também o espaço de Ensino Religioso, que geralmente aborda, nas aulas, sobre as religiões ou sobre alguma religião específica, dependendo da cultura do local. A partir das falas, identificamos a predominância do ponto de vista biológico e moral, onde as questões relacionadas ao corpo e aos procedimentos ficam designados às ciências naturais.

Os aspectos subjetivos, o afeto e a cultura parecem não fazer parte do meio escolar. Assim, nessas ações, o protagonismo não é nem do/a professor/a e nem do/a aluno/a que, além de não ser visto/a em sua integralidade, perpassado/a por fatores sociais, políticos, biológicos e psicológicos, não participa da discussão, apenas recebendo um conhecimento externo à sua escola.

Acho que essa temática aparece mais, sabe, porque a gente não trabalha religião, a gente trabalha mais a filosofia na verdade, os valores, de respeito, acho que aparece aí, ética, cidadania, essa parte aparece ali, sabe. Não focado direto porque não sei se terei a necessidade, a não ser que surgisse uma briga ou uma discussão entre eles sobre isso, mas indiretamente aparece assim. (ENTREVISTADO/A 01).

Ciências, religião, ciências, religião, pode-se trabalhar também, [...] os demais são um pouco mais difíceis, pelas temáticas, enfim, especificamente né, mas eu acredito que esporadicamente os colegas trabalham também nesses links assim. (ENTREVISTADO/A 20).

O que sentimos, ao analisar as entrevistas, é que há um desconhecimento quanto aos temas da pesquisa e, além disso, uma visão que oscila entre o discurso moralista e o biologicista. Em outras palavras, não se trata de delimitar onde tais temáticas devem ser trabalhadas na escola, mas sim da sua importância para todas as disciplinas, incluindo a de Ensino Religioso e Ciências.

Outra contradição evidenciada nas falas docentes é de que quando o discurso não está atrelado à saúde preventivista, o discurso da moral se fez presente, ou seja, o discurso daquilo que o/a entrevistado/a considera correto perante a sociedade e é fortalecido por seus princípios e opiniões. Tal aspecto aponta aquilo que os/as próprios/as entrevistados/as afirmaram, de que falta um olhar da escola perante a temática:

[...] colocar os banheiros unissex, não ter a identificação, acho que aí é criar confusão, eles já estão definidos [...]. (ENTREVISTADO/A 03).

[...] cada um tem sua ideologia, sabe, como vai viver, e a outra pessoa não tem nada que ver com sua posição sexual. [...] Mas me parece que virou muita modinha, muitas meninas que, talvez, ou meninos, que nem sabem ainda qual é a sua posição e eles começam a se envolver, menina com menina, menino com menino, e talvez nem seja isso realmente aquilo que eles querem [...]. (ENTREVISTADO/A 05).

[...] daí as meninas têm uma decepção com os meninos e vão para o lado das meninas, os meninos querem fazer muitas coisas e se não tem menina eles pegam os meninos mesmo [...]. (ENTREVISTADO/A 09).

Articulado a isso, de uma forma institucionalizada, os/as entrevistados/as nos trazem dois aspectos. O primeiro é de que gênero e orientação sexual não são abordados por um receio dos professores/as em influenciar seus respectivos/as alunos/as à determinada “escolha”, como se os/as docentes ocupassem um lugar de poder definir a subjetividade do/a aluno/a a partir de sua prática. O segundo aspecto é a crença de que a orientação sexual do/a aluno/a é uma escolha dele/a, não cabendo a intervenção dos/as docentes, que, de maneira geral, optam por não interferir. No entanto, os/as professores/as trazem uma necessidade de direcionamento quando o tema aparece em sala de aula.

A partir disso, queremos ressaltar alguns pontos que apareceram nas entrevistas e estão no parágrafo acima: gênero é atrelado a sexo biológico e confundido com orientação sexual ou como apenas sendo outro termo para designar a orientação sexual; quando se fala em identidade de gênero ou de orientação sexual, os/as entrevistados/as, em sua maioria, compreendem como uma escolha ou opção, em decorrência de que o discurso da moral é que prevalece e não o saber da Biologia e da Psicologia. Por fim, quando se esquece que a sexualidade em si é um aspecto transversal, esquece-se também que, quando se trabalha a partir de uma lógica heteronormativa, invisibilizando determinados aspectos, os/as entrevistados/as também estão direcionando os/as alunos/as a determinadas compreensões, ou seja, interferindo na produção de subjetividade dos/as estudantes. Um discurso que ignora determinadas características e é fortalecido por outros discursos que também inviabilizam tais características não vai mudar a orientação sexual e/ou identidade de gênero de um/a estudante, mas vai interferir nas compreensões de mundo desse/a e, muitas vezes, calar e impedir tais manifestações. (BRITZMAN, 2000).

Os/as professores/as entrevistados/as ainda afirmam que forte motivo para não abordarem a temática seria uma regulação por parte de pais e familiares dos/as seus/suas alunos/as do que é permitido que possam discutir em aula. Ao observar que esses temas não são abordados claramente nas escolas, compreendemos, através de Foucault (1996), que as diferentes formas de silenciar também produzem sujeitos e lugares, seja por intermédio da invisibilidade ou do lugar de desviante da norma.

A invisibilidade e o não lugar ocupados por esses assuntos constituem-se em um

posicionamento político e, certamente, interfere na vida das pessoas que passam por esse modo de formação. A posição que ora diz que não julga e ora diz que só trata do assunto se ele aparecer desconsidera a diversidade, constrói uma falsa impressão de que há um modo correto de ser, de exercer a sexualidade e, com isso, a formação nada se parece com promoção de cidadania e, tampouco, com as necessidades evidenciadas no contexto. (LOURO, 2000; FOUCAULT, 2008).

Então eu trabalho a questão da identidade, mas sem envolver sexo, as crianças tem identidade, mas não tem sexo (riu), aí isso é um pouco complicado, ao meu ver isso deveria ser trabalhado de uma forma aberta e normal, porque se o menino tem um pênis e a menina tem uma vagina por que eu não posso trabalhar isso? Mas ali naquela fase eu não trabalho, eu pelo menos não trabalho.
(ENTREVISTADO/A 07).

Comigo nunca ninguém veio assim diretamente pedir... A gente já corrige ali na hora, quando eles começam a complicar a gente corta ali mesmo, porque não é assim como que eu vou resolver um problema de sexo com uma criança que, né, às vezes sabe mais que a gente, então, eles se entendem, eles param, eles se comportam.
(ENTREVISTADO/A 23).

Orientação sexual é meio complicado aqui na nossa escola, orientação sexual, porque você fala e eles chegam em casa e comentam e os pais às vezes eles não entendem muito bem o que foi colocado, então a gente não entra muito nessa questão. [...] então, as crianças comentam o que a gente comenta na escola, eles não aceitam muito.
(ENTREVISTADO/A 26).

O discurso da moral mais uma vez se faz presente quando os/as professores/as, em alguns momentos, afirmam que a orientação sexual está articulada a uma escolha pessoal e que, fora da escola, também compreendem a necessidade de um direcionamento aos/às seus/as alunos/as. Em alguns momentos, apontam uma espécie de “modismo LGBT” entre os/as estudantes, reduzindo a diversidade de subjetividades a uma fase pontual e influenciada por uma tendência.

A formação dos/as docentes entrevistados/as, segundo eles/as, não conta com a abordagem da temática e, ainda, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) aborda o assunto de forma simples e superficial, utilizando o termo *diferenças*. Alguns dos/as docentes estavam estudando a BNCC no período da pesquisa e o apego a esse Documento se reflete em falas generalizadas sobre respeitar as diversidades, desobrigando o/a profissional a falar de forma específica do assunto. (BRASIL, 2017).

Professor tem que preparar o aluno para o mundo né? E o mundo está aí, cheio de diferenças, né, cheio de coisas novas, então o professor tem que preparar o aluno para não ser uma pessoa com preconceito como foram nossos pais, nossos avós, então não só de sexual, também cor da pele, enfim, raça, o professor tem que preparar um

cidadão e o cidadão tem que ser um cidadão de bem, tem que respeitar o outro da forma que ele seja. (ENTREVISTADO/A 20).

Respeitar a diversidade, mas jamais daria o meu ponto de vista a respeito do assunto. Não diria o que é certo, nem o que é errado, porque aí depende de cada família, depende de cada pessoa, depende do seu contexto, da sua visão, jamais eu entraria nesse assunto. (ENTREVISTADO/A 05).

Consequentemente, a temática, quando é abordada, aparece de forma pontual, a fim de tirar algumas dúvidas ou até de possibilitar alguma discussão que a envolve. Quando assim feita, pode seguir dois caminhos: o da opressão ou da visibilidade e modificação do modo como se investe em tais assuntos. Quando o/a docente opta por abrir a discussão, parece haver maior relação entre o conteúdo e o cotidiano, a exemplo do que evidencia a experiência abaixo:

[...] querendo ou não a sociedade tem um padrão, se você não se encaixar nesse padrão, você vai sofrer sim preconceito. A ideia de que não existe preconceito é errada, completamente errada [...] e eu disse mas o fato de você ter uma opção sexual diferente não quer dizer que você é um mal exemplo, você é uma menina que se identificou dessa forma e que precisa ser respeitada, amar uns aos outros significa respeitar também. E aí a gente conseguiu, mas foi assim um período todo [...] eu tinha um período naquela sala, acabei não dando o conteúdo, mas dei uma aula talvez muito melhor do que se tivesse trabalhado [...] o conteúdo que eu trabalho naquela turma [...]. (ENTREVISTADO/A 25).

Muitos/as dos/as docentes não concordam com um comportamento tido como diferente, mas afirmam respeitar. Compreendem que dar apoio a um/a estudante LGBTQIA+ é concretizar a existência de outros padrões. Dado o lugar de influência que acreditam ocupar junto aos/às estudantes, acabam reprimindo tais discussões, sendo a principal tática evitar o assunto ou falar o menos possível dele. Muitas vezes, a temática acaba sendo discutida em sigilo, dando um sentido de que se trata de algo errado.

O discurso da maternidade e paternidade permeiam as falas dos/as professores/as, assim como o religioso, atrelados às preocupações direcionadas aos/às seus/suas próprios/as filhos/as:

Eu acho que pai, mãe e professores devem sim orientar seus filhos ou seus alunos sobre essa questão da sexualidade, mas eu ainda volto na minha fala inicial, orientar de uma forma que, de repente eles possam entender que o correto que o projeto, que o plano de Deus seria que o homem e a mulher se unissem pra constituir uma família [...]. (ENTREVISTADO/A 02).

Deus criou o homem e a mulher, ele nos criou com uma identidade de gênero. Deus criou o homem para ser homem, e Deus criou mulher para ser mulher. A ciência diz uma coisa, né, a espiritualidade diz outra. (ENTREVISTADO/A 14).

[...] não adianta na verdade a gente tem que mudar a nossa concepção e aprender a aceitar, nem sempre é aquilo que a gente quer pra nossa vida, para os nossos filhos, pra vida do nosso aluno, mas é uma questão de respeitar as diferenças, em um mundo que não é nem um pouco igual [...]. (ENTREVISTADO/A 25).

O discurso biológico/científico também aparece como uma possível explicação para a orientação sexual dos sujeitos/alunos/as. Pois, de acordo com o entrevistado 09, “[...] Pessoas que nascem assim, pré-dispostas a ter essa crise, como eu posso dizer, que já nascem pra ser meninos e meninas num outro corpo, e alguns que hoje estão na modinha [...]”.

O construcionismo social possibilita um novo modo de ver esse antagonismo presente nos discursos. (GERGEN; GERGEN, 2010). Revela, através de uma posição crítica a respeito do mundo e de suas verdades que o inventamos e o descrevemos por intermédio dos sentidos que damos a ele. A exemplo da noção de homossexualidade atrelada à crise, muitos foram os movimentos, ao longo da história da humanidade, que nos mostram que as “verdades” são construções sociais e que, uma vez construídas, podem ser desconstruídas. E, assim, ao invés de atrelar as relações tidas como “desviantes” dentro de uma perspectiva patológica, podemos olhá-las enquanto potências, enquanto possibilidades e formas de relação.

Como já apontado no presente estudo, constatamos que a recusa individual para participação no mesmo foi mais comum em professores dos anos finais do Ensino Fundamental. Enquanto isso, professores do primeiro ao quinto ano colocaram a temática como um conteúdo a ser trabalhado no sexto ano em diante. Sendo assim, os/as docentes do primeiro ao quinto ano aceitaram participar da pesquisa, mas nos afirmaram que os seus/as respectivos/as estudantes são muito novos para pensarem a temática e, por isso, a mesma deve ser abordada pelos/as seus/as colegas. Muitos deles, por sua vez, minimizam a importância da temática para a formação humana, e outros/as passam a responsabilidade para os/as colegas que atuam no Ensino Médio.

A partir desses comportamentos, compreendemos que, por diversos fatores sociais e individuais, os/as docentes muitas vezes não desejam abordar os aspectos discutidos, não se permitem ou então colocam os pais e mães dos/as estudantes como reguladores das falas acerca da temática:

Reuniões é pouco, é pouco, talvez por a nossa escola ser pequena e de certa forma a gente não ter ainda [...] digamos que mais, essas crianças, adolescentes se descobrem mais no ensino médio, então no fundamental/básico talvez na escola não tenha muito esses casos, então não é tratado. (ENTREVISTADO/A 20).

Contudo, Ariès (1986), quando aborda a invenção da infância, explana também sua atual construção, que é permeada e influenciada por aspectos históricos, nos quais a criança

comumente é compreendida como um ser anônimo e assexual. Tais compreensões invisibilizam a criança no processo social e também justificam as falas de alguns/as docentes, como se a sexualidade das pessoas fosse um aspecto que surgisse somente na vida adulta ou adolescência, como se brinquedos, roupas, comportamentos ensinados não tivessem nada a ver com a visão de mundo dos/as indivíduos/as. (FOUCAULT, 1998).

Desse modo, o discurso histórico aparece para explicar as diferenças entre os tempos, de como eram vistas as questões de gênero e como são compreendidas atualmente:

[...] por isso que acho que há uma grande variedade de gênero na nossa sociedade, não é como era antigamente, masculino e feminino, o menino usa azul e a menina usa rosa como foi citado né, há pouco tempo, então eu acho que isso já não compreende mais a nossa realidade, já mudou e já avançou bastante, e temos muito que respeitar as diferenças. (ENTREVISTADO/A 07).

A análise de discurso nos permite ver os embates e conflitos presentes na produção de sentidos do cotidiano humano, a partir da interdiscursividade, que é a formação do discurso em função dos campos que nele atuam e do intradiscursos, que são os conflitos geracionais, referentes às falas que trazem, por exemplo, “no meu tempo não era assim”. Desse modo, compreendemos, a partir das falas, que há diversos atravessamentos presentes nos discursos, sendo eles morais, éticos e políticos, ao mesmo tempo em que se pode notar uma interligação entre os discursos dos/as participantes, falando das perspectivas adotadas pelo nosso tempo. (FISCHER, 1995).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No livro *Freud e a Educação* de Kupfer (2001) é discutida a relação professor/a e aluno/a, espaço em que ambos carregam consigo suas vivências e experiências. O aprender implica na relação com o outro, envolvendo aspectos afetivos, onde há transmissão dos modos de ser e de valores do grupo social e da cultura a qual estamos inseridos/as. Desse modo, pensamos que também se faz necessário fortalecer tal relação, a qual envolve tanto o/a docente, quanto o/a aluno/a e sua família no processo de construção do conhecimento, para que ambos os sistemas cooperem entre si, ofertando, assim, uma educação de qualidade pautada nos Direitos Humanos, permitindo a expressão das mais diversas subjetividades.

Pontuamos a necessidade de um trabalho interdisciplinar acerca das temáticas abordadas, na ideia de que todos/as os/as envolvidos/as no contexto escolar possam ter autonomia e protagonizem movimentos de mudança na educação, abrindo espaço para que haja mais diálogo e promoção de saúde nesse meio.

Portanto, as discussões desenvolvidas neste capítulo são extremamente importantes por diversos aspectos, dos quais, queremos evidenciar dois. O primeiro, é que a presente análise mostra os reflexos de construções históricas que influenciam nossas visões e compreensões de mundo interligadas a nossa saúde e bem-estar; o segundo, é a importância da temática e a forma que ela é abordada e vivenciada, pois tais movimentos refletem no futuro da sociedade como um todo e nas relações sociais.

Além disso, a pesquisa não só evidencia os aspectos sociais, no processo de ensino, como também é sinônimo de resistência, quando coloca em análise, problematiza o cotidiano e coloca em movimento novos modos de pensar. Assim, queremos deixar aqui nosso agradecimento a todos os professores e professoras que disseram sim a essa pesquisa!!! Vocês são resistência, em especial porque dialogam nas convergências e divergências de pensamento!

REFERÊNCIAS

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. **O que é FEMINISMO**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

ARAGAKI, Sérgio Seiji; LIMA, Maria Lúcia Chaves; PEREIRA, Camila Claudiano Quina; NASCIMENTO, Vanda Lúcia Vitoriano do. Entrevistas: negociando sentidos e coproduzindo versões de realidade. IN: SPINK, Mary Jane (org). **A produção de informação na pesquisa social: compartilhando ferramentas**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2014.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Tradução de Dora Flaksman. 2 ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George; (orgs). **Pesquisa Qualitativa com texto: imagem e som: um manual prático**. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: fatos e mitos**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/bncc-20dez- site.pdf>> Acesso em: 10 jul. 2020.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Terceiro e Quarto Ciclos: apresentação dos temas transversais**. Secretaria de Educação Fundamental, Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/ttransversais.pdf>> Acesso em: 10 jul. 2020.

BRITZMAN, Deborah. Curiosidade, sexualidade e currículo. In: LOURO, Guacira (org). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

COLLING, Ana Maria. O corpo que os gregos inventaram. In: STREY, Marlene Neves; CABEDA, Sônia T. L. (orgs). **Corpos e subjetividades em exercício interdisciplinar**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

IÑIGUEZ, Lupicinio. **Manual de análise do discurso em ciências sociais**. Tradução de Vera Lúcia Joscelyne. 2 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

FISCHER, Rosa Maria B. A análise do discurso: Para além de palavras e coisas. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v.20, n. 2, p. 18-37, jul/dez. 1995.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. Foucault e a análise do discurso em educação. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, n. 114, p. 197-223, novembro de 2001. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010015742001000300009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 02 de julho de 2020.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade**, V.1: A vontade de saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Editora, 2008.

GERGEN, Kenneth J; GERGEN, Mary. **Construcionismo Social: Um convite ao diálogo**. Tradução de Gabriel Fairman. Rio de Janeiro: Instituto Noos, 2010.

GRUPO GAY DA BAHIA. Relatórios anuais de mortes lgbti+ (2019). 2020. Disponível em <<https://grupogaydabahia.com.br/relatorios-anuais-de-morte-de-lgbti/>>. Acessado em 10 de jul. de 2020.

GUARESCHI, Pedrinho. **Quantitativo versus qualitativo: uma falsa dicotomia**. Revista Psico, 29 (1), 165-174, 1998.

KUPFER, Maria Cristina. **Freud e a educação: O mestre do Impossível**. São Paulo: Scipione, 2001

LOURO, Guacira. Uma leitura da história da Educação sob a perspectiva do gênero. **Projeto História**, São Paulo, v. 11, p. 31-46,1994.

LOURO, Guacira. Pedagogias da Sexualidade. In:_____. (org). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

SPINK, Mary Jane. **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano**. São Paulo: Cortez, 2000.

STREY, Marlene Neves; AMARAL, Nathalia Amaral Pereira de. **Corpo e relações de gênero na contemporaneidade**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2017.

WEEKS, Jeffrey. O Corpo e a Sexualidade. In: LOURO, Guacira (org). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

~ CAPÍTULO XIII ~

AS MASCULINIDADES DOS VINGADORES: DO MEIO MIDIÁTICO AO CONVÍVIO SOCIAL

Willian Edson Tomasi

Eliane Cadoná

CINEMA E COTIDIANO

A problemática das masculinidades e o estudo dos homens têm conquistado espaço nos Estudos de Gênero, evidenciando a necessidade de se abordar a construção social dos modelos masculinos e o modo como são produzidos, nesse caso, através do cinema e dos meios midiáticos.

Este trabalho tem como principal objetivo evidenciar e problematizar as noções de masculinidades veiculadas pela obra cinematográfica *Vingadores: Ultimato*, caracterizadas por um modelo “masculino” e uma *posição dos homens*. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, descritiva e documental, que se apoia teórico e metodologicamente na Análise de Discurso como ferramenta de interpretação dos dados coletados através do filme. (SPINK; FREZZA, 2013).

A análise e a problematização das questões de gênero e das masculinidades, sob a perspectiva do Universo Marvel, tornam-se pertinentes na medida em que se apresenta uma crescente produção de heróis no meio midiático, que atravessa diversos outros fatores da vida pública. Assim, é possível entender os processos de produção de sentido na vida cotidiana e como o conhecimento é construído por intermédio de diversos fatores sociais, inclusive através da problematização da pesquisa, que visa à desconstrução de saberes que se tornaram verdades absolutas.

Com isso, comprometemo-nos com as discussões acerca dos papéis de gênero na contemporaneidade e o modo com que eles conversam com o contexto social atual. Em

consequência do avanço tecnológico, novas formas de significação e construção de discursos de verdade foram surgindo. Um dos temas mais atuais na produção de conteúdo de mídia são os super-heróis/heroínas, englobando públicos de todas as faixas etárias. Atualmente, essas produções são lideradas pelo UCM (Universo Cinematográfico Marvel).

A escolha do longa se deu a partir da compreensão da grande influência que o UCM e a franquia Vingadores possuem no meio midiático, considerando que o filme em questão arrecadou um total de 2.796 bilhões de dólares nos cinemas, sendo, atualmente, o filme de maior bilheteria mundial. Além da sua gigantesca influência cinematográfica, a Marvel Comics é hoje considerada a maior editora norte-americana de histórias em quadrinhos e mídias relacionadas do mundo.

Nesta pesquisa, discutimos sobre os sentimentos e os papéis veiculados através da cultura *pop*, principalmente no que se refere às masculinidades, problematizando o ideal de masculinidade imposto na nossa cultura, que fomenta a construção de meninos através do discurso midiático. Arriscamos, ainda, enquanto pesquisadores e, no caso do primeiro autor, enquanto homem - construído por intermédio dessas redes de saber/poder - utilizar da análise de implicação para nos colocar como sujeitos ativos nos processos de subjetivação do fenômeno pesquisado, explorando sentimentos e percepções, tão inseparáveis da problematização científica. (COIMBRA, 2008).

A escolha do tema está diretamente ligada aos nossos processos de desenvolvimento, uma vez que crescemos em meio a diversas representações de “super’s”, seja através de jogos, filmes, roupas, brinquedos, etc. Essa figura masculina sempre esteve lá, em meio a tantas outras. Estreitar a relação entre os discursos midiáticos sobre o que é ser homem e os estudos sobre identidade de gênero permite trazer à tona e questionar o modo como os padrões de comportamento impostos sobre os corpos se inserem nas relações sociais, históricas e na construção das masculinidades moldadas na esfera da “produção”. (GIFFIN, 2005).

A CONSTRUÇÃO E EXECUÇÃO DO MÉTODO

A etapa de coleta de dados abarcou a análise do material na íntegra, cuja duração total é de três horas. A partir dele, foram selecionadas cenas que exemplificassem os fenômenos que nos propomos analisar. A utilização do que aqui chamaremos de Diários de Cena contém a descrição dos diálogos dos personagens, a partir dos quais se estruturou a seguinte discussão.

Tais Diários foram feitos a partir da seleção das cenas do filme em que as questões problematizadas aqui se mostraram mais latentes, independentemente de sua duração,

estando neles o minuto inicial e final, assim como o tempo de duração. As cenas foram descritas, utilizando-se do método de observação e descrição em ordem de aparecimento no filme; logo, o Diário de Cena I corresponde à primeira cena do longa-metragem e, assim, consecutivamente. Para facilitar a análise, consta ainda na descrição emoções e comportamentos dos personagens naquela determinada cena, entendendo que um dos objetivos é compreender tais características. No que diz respeito à tradução do conteúdo verbal, fizemos uso tanto de legendas quanto do próprio conhecimento da língua inglesa do primeiro autor, buscando sermos os mais fidedignos possíveis com a tradução.

A observação é uma técnica de coleta de dados para se adquirir informações, utilizando os sentidos para obtenção de determinados aspectos da realidade. Não consiste apenas em ver e ouvir, mas também em examinar fatos que se deseja estudar. Essa ferramenta auxilia na identificação e obtenção de provas a respeito de objetivos sobre os quais os indivíduos não possuem consciência, mas que influenciam seu comportamento. Exerce um papel importante nos processos observacionais, no contexto da descoberta e ao mesmo tempo, coloca o investigador a um contato mais direto com a realidade. (KNAUTH et al., 2000).

MÍDIA, GÊNERO E SUBJETIVAÇÃO

Falar sobre os processos de subjetivação dos corpos, através dos meios midiáticos, implica pensarmos a construção do sujeito de maneira discursiva. Entender que extraímos dos veículos de mídia imagens e representações que não estão acabadas, mas que nos abrem uma possibilidade de significação, nos fazendo assim, de certo modo, interagir com o conteúdo consumido e não apenas recebê-lo. (FISCHER, 2002).

Nos produtos de mídia, precisamos nos ater às práticas discursivas e não-discursivas que tramitam no processo de comunicação. Com isso, levamos em consideração os regimes de verdade em vigência da época, que são veiculados e percebidos de maneiras singulares, que falam de determinados tempos e lugares, de certas relações de poder e que concebem sujeitos de uma dada forma. (FISCHER, 2002).

Os discursos, por sua vez, como descritos por Foucault (1986), não se concebem apenas em uma relação de signo e conteúdo, remetendo puramente a uma representação, mas dizem sobre uma prática relacional onde “formam os objetos de que falam” (p.55). Nesse sentido, construímos de maneira discursiva o social, na medida em que os nomeamos. Com isso, a mídia produz mais que um determinado saber, ela o reescreve, de sua própria maneira, sendo assim, ela simultaneamente replica e produz seu próprio discurso sobre os fenômenos.

Com o avanço da era moderna e o desenvolvimento da mídia, enquanto instituição e rede de poder simbólico, os meios de comunicação tornaram-se, em um sentido fundamental, uma reelaboração do caráter simbólico da vida social, sendo meios pelos quais as informações e conteúdos são produzidos e barganhados no mundo social, reestruturando as formas pelas quais os indivíduos se relacionam entre si. Assim, a própria noção do que é considerado aceito e esperado dos sujeitos, na sociedade, se constrói através das normas vigentes e os regimes de verdades de determinada cultura, estando em constante devir e consonância com o tempo histórico, cultural e objetivos da comunidade, sendo a mídia fator importante desse processo quando produtora de subjetividade. (THOMPSON, 1998).

Conforme Guareschi (2004, p. 33), a mídia constitui um personagem dentro de casa, que está presente em nossas vidas e com quem nós estamos em intenso contato, muitas horas por dia. Esse personagem é infiltrado nos lares, com sua voz poderosa, apenas nos dá respostas, agrega valores e estabelece relações hierárquicas, atrai receptores a valorizarem e adotarem seus dizeres e modos de ser, agindo no cotidiano das pessoas e na vida social. Por meio de tais práticas, a mídia acaba reconstruindo e modelando suas subjetividades.

O corpo é também o que dele se diz e aqui afirmamos que o corpo é construído, também, pela linguagem. Ou seja, a linguagem não apenas reflete o que existe. Ela própria cria o existente e, com relação ao corpo, tem o poder de nomeá-lo, classificá-lo, definir-lhe normalidades e anormalidades, instituir, por exemplo, o que é considerado como corpo belo, jovem e saudável. Essas representações não são universais, tampouco fixas. São sempre temporárias, efêmeras, inconstantes e variam conforme o lugar/tempo onde esse corpo circula, vive, se expressa, se produz e é produzido. (GOELLNER, 2003, p.29). Dessa forma, ainda segundo a autora:

O corpo é uma construção sobre a qual são conferidas diferentes marcas em diferentes tempos, espaços, conjunturas econômicas, grupos sociais, étnicos, etc. Não é, portanto, algo dado a priori nem mesmo é universal: o corpo é provisório, mutável e mutante, suscetível a inúmeras intervenções consoante o desenvolvimento científico e tecnológico de cada cultura bem como suas leis, seus códigos morais, as representações que cria sobre os corpos, os discursos que sobre ele produz e reproduz. (GOELLNER, 2003, p.28).

Com isso, precisamos levar em consideração a importância dos discursos midiáticos e sua forte influência sobre os processos de subjetivação no cotidiano, partindo do pensamento de mundo e sujeito enquanto construções sociais. (GERGEN, 2009). Dessa forma, podemos ser entendidos e entender o mundo por um viés de processos históricos, que englobam os fenômenos sociais e a forma que atribuímos sentido a eles.

Os sistemas de significados e os modos que a sociedade representa os gêneros são utilizados por nós para modelar as “regras de relações sociais ou para construir o significado da experiência. Sem significado, não há experiência; sem processo de significação, não há significados”. (SCOTT, 1995). Conforme Lacan, o falo é o principal significante da diferença sexual e, por consequência, a identificação com a masculinidade ou a feminilidade, ou seja, a imposição de regras de interação social é generificada, pois a relação masculina e feminina com o falo é forçosamente diferente. (SCOTT, 1995, p. 82).

Dessa maneira, buscamos ampliar o conceito de gênero atrelado a características inatas do indivíduo, mas sendo compreendido enquanto relacional e também em meio a processos de significação impostos midiaticamente, atravessados pelos sistemas sociais, econômicos, políticos e de poder. Assim, esses sistemas de significado, os modos como as sociedades representam o gênero, articulam as regras das relações interpessoais e de identificação constroem o significado da experiência. “Sem significado, não há experiência; sem processo de significação, não há significado”. (SCOTT, 1995, p. 82).

Entendendo que as relações interpessoais são demarcadas por características de poder e hierarquia (homem *versus* mulher, heterossexual *versus* homossexual, etc.), o feminismo, enquanto prática, buscou quebrar com essas estruturas de organização tradicionais, marcadas por assimetria e autoritarismo. Sendo assim, é importante repensar e recriar a identidade sob uma visão onde o indivíduo, independente do gênero ou sexo biológico, não precise se enquadrar em modelos hierarquizados, onde as características “femininas” ou “masculinas” sejam atribuições do ser humano em sua totalidade. (BRANCA; PITANGUY, 1985/2003, p.8).

AS NOÇÕES DE MASCULINIDADE PRESENTES NA OBRA

O campo de estudo das masculinidades dentro dos estudos de gênero e das Ciências Humanas é relativamente novo, logo, durante muito tempo, a noção de masculinidade passou despercebida e foi cristalizada como uma “permanência natural”. Assim, colocar em voga a problematização dos papéis de gênero, nesse caso, masculinos, se faz necessário na medida em que entender as relações de poder entre os indivíduos, dentro da sociedade, parte do pressuposto do sistema patriarcal. (BOTTON, 2007).

O termo masculinidade foi primeiramente cunhado em meados do século XVIII, em um momento que se realizavam esforços científicos de diferenciação entre os sexos. A masculinidade, nesse contexto, é vista como estruturante dos processos de subjetivação dos sujeitos na sociedade, ocupando um lugar simbólico/imaginário que constrói a realidade, o *socius*. É um ideal de significação social, elaborado culturalmente, um sistema relacional que

ordena comportamentos socialmente sancionados. Sendo assim, esse espaço simbólico de sentido estruturante molda atitudes, comportamentos e emoções a serem seguidas. (OLIVEIRA, 2004, p. 13).

Apesar do modelo masculino, heterossexual, branco, eurocentrado, liberal, ainda permanece na modernidade; ele tem sido vigorosamente questionado pelos estudos feministas. Além disso, as pesquisas científicas na década de 90 intensificaram-se, na busca de desconstruir essa noção de sujeito universal, desvelando verdades previamente concebidas. Com esse pensamento, buscamos uma aproximação dos fenômenos de forma mais singular, entendendo “a diferença como contraposição a um processo de racionalidade que se dá tendo em vista uma estrutura e suas representações”. (HAMANN; KOHN, 2017, p. 224).

No que cabe aos estereótipos de gênero, encontramos muitas contradições ao discutir as mesmas questões sobre os homens e sobre as mulheres. Agimos enquanto sociedade como se a feminilidade nas mulheres fosse natural e impossível de lutar contra e a masculinidade do homem como algo a ser conquistado, geralmente com altos custos. O homem e aqueles ao seu redor exigem demonstração da sua virilidade. Ter que provar que se é homem é o desafio que o ser masculino enfrenta constantemente. *Dever, provas, provações*, como se houvesse uma tarefa real e constante para tornar-se homem. (BADINTER, 1992).

Percebemos, na trama, a busca constante de afirmação do “ser homem” por diversos personagens e de diversas formas. Mas, além disso, os vemos falhar e, as consequências que a falha na autoafirmação e na “onipotência” masculina acarretam, individualmente, para cada personagem, bem como suas maneiras de lidar com o fracasso, estão pautadas, majoritariamente, na raiva. *“Ele está possesso. Ele acha que falhou”*. Na primeira cena aqui analisada, o Deus dos trovões está isolado não necessariamente por estar triste com as perdas, mas por estar *possesso*. Por ter falhado com o seu “dever”.

Thor é o exemplo de como essa masculinidade deve ser conquistada através de duras e constantes provações e apenas para aquele que for “verdadeiramente merecedor” de tal título. O Argardiano se mostra sofrer pelo peso de carregar essa responsabilidade e demonstra como perder é extremamente mais difícil quando se tem que carregar o peso dessa construção, pois falhar em incorporar essa masculinidade causa dor e sofrimento nos homens.

Na sua continuidade, percebemos que Tony Stark foi ferido no lugar que mais o machuca: o orgulho. Não consegue lidar com a culpa de ter perdido, ter falhado. Isso mexe com sua ferida narcísica o fazendo perder o controle, gritar e bater em objetos, agindo de maneira agressiva. E, mesmo assim, à beira de um colapso, ainda tenta ser de ferro. *“Estou*

bem, eu...". Tony tem suas reações baseadas no mesmo princípio que Thor: na raiva e na necessidade de autoafirmação.

Essa identidade masculina hegemônica, constituída na esfera da produção patriarcal, busca a performatividade de uma masculinidade em permanente comprovação social através de outros homens, onde as características mais importantes, como descritas por Kimmel (2016), são “[...] quaisquer que sejam as variações de raça, classe, idade, etnia ou orientação sexual, ser um homem significa ‘não ser como as mulheres’”. Tal afirmação é vista no medo (identificado como raiva) da “desmasculinização” de personagens que demonstram em algum momento ocupar uma posição considerada de “passividade” e na negação de lidar com emoções como tristeza e amor fraterno.

No filme, o personagem que mais nos chama atenção é o Deus nórdico de extrema beleza e poder. Ele, pela primeira vez, se mostra vulnerável, não por escolha, mas por um processo de adoecimento psíquico que é ignorado pelos seus companheiros e utilizado em uma perspectiva cômica. Thor só consegue de fato aceitar seu sofrimento quando se encontra com sua mãe e aceita ter falhado, mas só o faz quando é verdadeiramente acolhido. *“Eu fui criada por bruxas, menino. Eu vejo além dos olhos e você sabe disso”.*

Portanto, tornar-se homem é visto como um processo educacional que substitui a natureza¹. Em outras palavras, é uma operação comandada pela vontade. Em outro ponto, constata-se que a masculinidade é conquistada após um combate (contra si próprio), que costumeiramente consiste em dor física e psíquica, com a premissa de que a virilidade é exposta através do corpo, das cicatrizes, do guerreiro ao sangue vertido, provando o valor do homem e do cidadão e desprezando a dor, sob a pena de ser desvirilizado. (BADINTER, 1992).

Outro aspecto estruturante das formações viris é a ausência dos papéis dos pais, sendo a masculinização do jovem encarregada por rapazes mais velhos ou homens adultos, ingressando no “mundo dos homens” através de outros que não seu genitor. A justificativa desse ato parte do temor do pai de infligir dor ou prazer sobre sua prole. Estando encurralado em um paradoxo entre a lei de Talião e o temor do incesto homossexual, ele opta por se manter distante desse processo, pois através dos sentimentos que tem pelo filho, o pai revive seu sentimento ambíguo pelo próprio pai, provendo desse sentimento o medo de Talião. (BADINTER, 1992).

Vemos na cena III o momento em que Thor perde o controle e acaba por decapitar Thanos em um impulso de raiva e descontrole. O vilão aqui representa uma figura paterna moral e cruel que desperta sentimentos de ambiguidade no herói, sendo esses a raiva

¹ A correlação de natural aqui se faz em oposição à menarca feminina, sendo esta vista socialmente como um marco da passagem de criança/menina para a mulher. (BADINTER, 1992).

extrema, a ponto de assassinar o vilão; ao mesmo tempo que se sente culpado e com medo pelo mesmo, revivendo sentimentos edipianos inconscientes, que o fazem adoecer posteriormente. De acordo com Kimmel:

A masculinidade, nesse modelo, é irrevogavelmente vinculada à sexualidade. A identidade sexual do menino agora irá lembrar a sexualidade do pai (ou pelo menos os meios que ele imagina seu pai) – ameaçador, predatório, possessivo, e possivelmente punitivo. O menino vem a se identificar com seu opressor agora, ele pode se tornar o opressor ele próprio. No entanto, o terror permanece, o terror que o jovem seja desmascarado como uma fraude, como um homem que não se separou completamente e irrevogavelmente de sua mãe. Será outro homem que fará o desmascaramento. A falha irá dessexualizar o homem, fazê-lo parecer um homem não completo. Ele será visto como um fraco, um filhinho de mamãe, uma mariquinha (sissy). (KIMMEL, 2016, p.107).

Na obra contemporânea aqui discutida, essa representação pode ser pensada através do Hulk e seu novo estilo de vida apresentado. Durante o filme, em diversas cenas, o personagem é utilizado com alívio cômico, pois diferentemente dos outros longas da franquia, nesse é gentil e empático. O que causa o arco cômico é que alguém com tamanha força e potencial destrutivo seja/escolha ser gentil, atencioso e emocionalmente sensível, como percebemos na cena IV. Como se, quando ele não abraça a sua raiva e age de maneira agressiva, ele é dócil e o homem que é gentil, podendo ser forte, é engraçado, é uma piada.

Essas novas características emocionais, atribuídas ao personagem, contrastam com seu histórico agressivo, mas ainda, dentro da noção de masculinidade viril, contradizem sua força e masculinidade. E não é à toa que ele apenas consegue domar seu lado destrutivo e incontrolável quando deixa de reprimir o medo de sentir algo além da raiva.

A gama de sentimentos e emoções demonstrados pelo personagem nesse filme se expande e o vemos explorar outros vieses da sua personalidade, a exemplo da cena em que ele conversa com Thor. Não só ele consegue validar e entender os sentimentos do amigo que está demonstrando sinais de adoecimento psíquico, mas, ainda, promover uma escuta; contudo, quando se depara com uma situação que lhe desperta tristeza, reage da mesma forma que os outros protagonistas. Todos eles, ao invés de se sentirem tristes em situações de luto, sentem raiva.

As construções das diferenças entre masculino e feminino, que se fizeram através da visível diferença entre os corpos biológicos, dentro de uma lógica androcêntrica, denota que não é o falo ou sua ausência que configura essa noção de mundo. Mas essa visão que “estando organizada segundo a divisão em gêneros relacionais, masculino e feminino, pode instituir o falo, constituído em símbolo da virilidade, de ponto de honra caracteristicamente masculino”;

denominando, assim, a diferença entre corpos biológicos, constituindo gêneros com dois âmagos sociais hierarquizados. (BOURDIEU, 1998/2002, p. 23).

Sendo assim, um comum paralelo entre os personagens de heróis e heroínas é traçado nas discussões. Para os personagens masculinos é permitido e estimulado ser autoafirmativos, fortes, sem ser questionados ou duvidarem de suas habilidades enquanto “super’s”. Em contraponto, como vemos na cena II, Thor ocupa uma postura desafiadora para de certa forma “avaliar” a Capitã Marvel. Com isso, buscamos entender as masculinidades como relações de poder que perpassam as relações de gênero na esfera pública e de mercado, como diz Kimmel:

A Masculinidade de Mercado descreve a definição normativa de masculinidade americana. Descreve suas características – agressão, competição, ansiedade – e a arena em que essas características são dispostas – a esfera pública, o mercado. Se o mercado é uma arena em que a masculinidade é testada e provada, é uma arena generificada, em que tensões entre os homens e as mulheres e as tensões entre diferentes grupos de homens são ponderados através de significados. Essas tensões sugerem que as definições culturais de gênero são exauridas em um terreno disputado e são em si relações de poder. Todas as masculinidades não são criadas iguais, ou melhor, somos todos criados iguais, porém, qualquer igualdade hipotética evapora rapidamente porque nossas definições de masculinidade não são igualmente valorizadas em nossa sociedade. Uma definição de masculinidade continua a permanecer o padrão contra a qual, outras formas de masculinidade são medidas e avaliadas. Dentro da cultura dominante, a masculinidade que se define como homens brancos, de classe média, no começo da meia-idade, heterossexuais é a masculinidade que estabelece os padrões para outros homens, contra os quais outros homens são medidos e, frequentemente, são considerados insuficientes. (KIMMEL, 2016, p.105).

Outro exemplo de disputa, pautada nessa lógica de masculinidade hegemônica competitiva e dominante, pode ser vista na cena XII com Thor e Quill, onde é sugerida uma luta para que os dois heróis decidam quem deve ser o líder; e, por consequência, o “homem de verdade” detentor do poder e provedor. Esse poder perpetuado nas relações confere padrões de controle que homens detêm sobre as mulheres e sobre outros homens que não possuem tais signos de masculinidade.

Entretanto, consideramos importante destacar também que, embora se perceba essas características que corroboram com as noções aqui trazidas de masculinidade hegemônica, o filme também nos coloca pensar sobre as mesmas, no momento em que acrescenta um tom irônico e cômico na construção de suas cenas, levantando, assim, uma problematização e desconstrução sobre o lugar ocupado pelo ser masculino e seus estereótipos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os padrões emocionais e de comportamento atribuídos à figura do homem na obra compactuam com as construções históricas e sociais da masculinidade hegemônica representada majoritariamente nos veículos midiáticos. A importância de se trazer novas representatividades do que é ser homem e abranger as características que formulam as diferentes formas de masculinidades que se evidenciam, levando em consideração aspectos subjetivos e de promoção de saúde das relações entre homens e homens e de homens e mulheres, pensando novas maneiras de ser masculino no contexto contemporâneo.

Ainda, desmistificar conceitos de virilidade, demonstração constante de força e proibição de emoções histórica e socialmente atribuídas às mulheres, a exemplo da tristeza, se faz necessário para que possamos caminhar em frente e vislumbrar uma nova realidade de cuidados atrelados aos sujeitos em meio às relações de gênero, construindo novos heróis que sejam conhecidos também pelas suas vulnerabilidades. Que possamos admitir que em determinados momentos nós é que precisamos ser salvos, para que possamos soltar nossos martelos, retirar nossas armaduras e deixar de lado o ferro e o fogo, o sangue e o trovão, para que então sejamos de carne e osso.

REFERÊNCIAS

BADINTER, Elisabeth. **XY**: sobre a identidade masculina. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira; 1993.

BOTTON, Fernando B. **As masculinidades em questão**: uma perspectiva de construção teórica. Revista Vernáculo. n.19 e 20, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 2002.

BRANCA, Branca. A; PITANGUY, Jacqueline. **O que é feminismo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2003.

BRASIL. **Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069Compilado.htm> Acesso em 26 nov. 2019.

BULFINCH, Thomas. **O livro de ouro da mitologia**: história de Deuses e Heróis. 26.ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002.

CAMUS, Albert. **O Mito de Sísifo**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1942.

COIMBRA, Cecília; NASCIMENTO, Mari Lúvia do. **Análise de implicações**: desafiando nossas práticas de saber/poder. 2008.

CONNELL, Robert. W. **Políticas da Masculinidade**. Porto Alegre: Educação e Realidade, 20(2): 158-206, jul-dez/1995.

DASO, Tiago. **Vingadores ultimato encerrara a saga do infinito**. Central Vingadores, 2019. Disponível em: <<https://centralvingadores.com.br/vingadores-ultimato-encerrara-a-saga-do-infinito/>>. Acesso em: 26 de nov. 2019.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. Problematizações sobre o exercício de ver: mídia e pesquisa em educação. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, nº 20, p.83-94, Ago. 2002

FOUCAULT, Michel entrevistado por Hubert L. Dreyfus e Paul Rabinow. In: RABINOW, P.; DREYFUS, H. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade: O uso dos prazeres (Vol.2)**. 8.ed. Rio de Janeiro: Edição Graal, 1998.

GERGEN, Kenneth J. O movimento do construcionismo social na psicologia moderna. **Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis**, Florianópolis, v. 06, n.1, p. 299-325, jan/jul. 2009. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view/18071384.2009v6n1p299/10807>>. Acesso em: 25 nov. 2019.

GIFFIN, Karen. A inserção dos homens nos estudos de gênero: contribuições de um sujeito histórico. **Ciênc. Saúde coletiva** [online]. 2005, vol.10, n.1, pp.47-57. ISSN 1678-4561.

GOELLNER, Silvana Vilodre (Orgs.). **Corpo gênero e sexualidade: um debate contemporâneo**. Petrópolis, Vozes, 2003.

GUARESCHI, P. **Psicologia social crítica: como prática de libertação**. Porto Alegre: Edipucrs, 2004.

HAMANN, Cristiano; KOHN, C. Kelly. Gênero, Homens e Masculinidades: Trajetórias em Pesquisa. In: STREY, M. N.; DE SOUZA, N. A. P. (org). **Corpo e relações de gênero na contemporaneidade**. 1. Ed. Porto Alegre: ediPUCRS, 2017. p. 241-264. ISBN 978-85-397-1065-2.

KIMMEL, Scott M. Masculinidade como homofobia: medo, vergonha e silêncio na construção da identidade de gênero. **Equatorial**, v. 3, n. 4.

MARKUS, Tucker. Marvel Studios' 'Avengers: Endgame' Is the Highest-Grossing Film of All Time. Marvel, 2019. Disponível em: <<https://www.marvel.com/articles/movies/marvel-studios-avengers-endgame-is-the-highest-grossing-film-of-all-time>>. Acesso em: 28 nov. 2019.

O GLOBO. **“VINGADORES cruzada das crianças”**: conheça HQ que Crivella tentou proibir na bienal. Rio de Janeiro, 06, setembro 2019. Cultura. Disponível em: <<https://revistagalileu.globo.com/Cultura/noticia/2019/09/vingadores-cruzada-das-criancas-conheca-hq-que-crivella-tentou-proibir-na-bienal.html>>. Acesso em: 26, nov. 2019.

O GLOBO. **Crivella alega conteúdo sexual e manda recolher livro de heróis com temática LGBT da bienal.** Rio de Janeiro, 05, setembro 2019. Notícias. Disponível em: <<https://extra.globo.com/noticias/rio/crivella-alega-conteudo-sexual-manda-recolher-livro-de-herois-com-tematica-lgbt-da-bienal-23930568.html>>. Acesso em: 26, nov. 2019.

OLIVEIRA, Pedro Paulo de. **A construção social da masculinidade.** Belo Horizonte, Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2004.

SCOTT, Joan. W. O enigma da igualdade. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 13, n. 1: 216, janeiro-abril/2005.

SCOTT, Joan. **Gênero:** uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade, Porto Alegre, 20(2): 71-99, jul-dez/1995.

SPINK, Mary Jane; FREZZA, Rose Mary. Práticas discursivas e produção de subjetividade no cotidiano. SPINK, Mary Jane. **Práticas Discursivas e Produção de Sentido.** Rio de Janeiro: Cortez, 2013.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade:** uma teoria social da mídia. Petrópolis: Vozes, 2014.

VICTORA, Ceres Gomes; KNAUTH, Daniela Riva e HASSEN, Maria de Nazareth. **Pesquisa Qualitativa em Saúde:** uma interpretação ao tema. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2000.

~ CAPÍTULO XIV ~

EDUCAÇÃO E GÊNERO PARA ALÉM DO QUE SE VÊ: O QUE HÁ DE CRISTALIZADO NAS PRÁTICAS EM EDUCAÇÃO?

Heloísa Derkoski Dalla Nora

REFLEXÕES SOBRE O CAMPO DA EDUCAÇÃO

Quando falamos em Educação ou em qualquer outra Instituição¹, não nos referimos a ela apenas como um único conjunto de normas e teorias que regulamentam a prática nessa determinada área. Existem várias vozes e discursos que atravessam as práticas em Educação e que fazem dela um objeto de estudo de enorme importância na contemporaneidade. O tema desse artigo é debater a historicidade dessa instituição e sua relação com o que hoje em dia chamamos de Gênero, mas que durante a sua história já teve outros nomes.

Para isso, foi colocada em análise uma discussão dos discursos investidos na Ciência como um todo e sobre a relevância da reflexão de questões de fundo na Educação, mais, especificamente, quando o assunto são os atravessamentos de Gênero. Essa contextualização é importante, pois é impossível visualizar Ciência, Educação e Gênero separadamente, pensando na influência que uma exerce sob a outra.

O objetivo deste artigo é trazer à tona o fato de que práticas cristalizadas em nossa sociedade e conceitos sobre a Educação e Gênero não são naturais ou dados por determinismo. Para isso, será feita uma discussão bibliográfica, usando como norte autores do Construcionismo Social (IÑIGUEZ, 2002; GERGEN, 2009), Estudos de Gênero (BUTLER, 2003; LOURO, 2003; STREY; CADONÁ, 2012) e do Movimento Institucionalista e da Educação (BAREMBLITT, 2002; VEIGA-NETO, 2012; FOUCAULT, 1988).

Educação e Gênero se cruzam desde sempre, mas suas relações só começaram a ser discutidas recentemente (LOURO, 2003; BOTTON; STREY, 2012; FINCO, 2012; PEREIRA;

¹ Uso o conceito de Instituição do Movimento Institucionalista (BAREMBLITT, 2002), que será esmiuçado ao longo do texto.

OLIVEIRA, 2016; MAIA; NAVARRO; MAIA, 2011; SOARES; MONTEIRO, 2019). As consequências da falta de discussão e dos anos de discursos excludentes investidos nessa área ainda são vistas hoje em dia e não foram superadas. É necessário dar voz a minorias e falar sobre as razões de elas estarem em posição de minoria, refletir sobre como se constituem os espaços que segregam e oprimem.

Ainda, pretendo discutir, brevemente, sobre como se dá o ensino da temática Gênero nos mais diversos níveis de formação da Educação Formal, seja direta ou indiretamente. Para isso, além de examinar como os professores debatem o assunto dentro das disciplinas, procuro analisar políticas públicas e documentos importantes para a inclusão de Gênero na Educação.

A ideia do artigo é uma tentativa de, como traz Veiga-Neto (2012), “ir aos porões” da Educação, ou seja, entender por que as coisas são como são, a serviço de que estão, quais epistemologias influenciam nossas práticas. A proposta é desnaturalizar o que já está cristalizado, colocando um ponto de interrogação naquilo que parece estar posto como verdade.

EDUCAÇÃO E GÊNERO PARA ALÉM DO QUE SE VÊ

Boaventura de Souza Santos (2008) reflete sobre os discursos atravessados desde a origem da ciência, fazendo uma reflexão sobre como ela chegou a ser vista hoje. Após anos de “escuridão”, as grandes descobertas científicas dos séculos XVIII e XIX deram à ciência *status* de verdade absoluta, inquestionável. A Lei da Gravidade, por exemplo, era replicável em qualquer lugar: um objeto que caísse na França cairia também em qualquer parte do mundo. A ideia era que a partir do método científico se chegasse a uma verdade universal.

Dessa forma, houve uma tentativa por parte dos filósofos e cientistas do início da Modernidade de estabelecer um método que chegasse a verdade absoluta sobre a natureza. O Racionalismo, através da razão e O Empirismo através da experiência, são exemplos de Teorias do Conhecimento que procuravam conhecer e formular leis a respeito dos fenômenos estudados. Entretanto, o Positivismo aparece como uma tentativa de aplicar esses métodos aos seres humanos e, assim, o discurso científico começa a produzir maneiras “certas” e “erradas” de descrever as diversas subjetividades existentes no mundo. (IÑIGUEZ, 2002).

Essa lógica é vigente até hoje (SANTOS, 2008) e influencia nas práticas nas mais diversas áreas de atuação. Colada ao liberalismo, ela deu exacerbada ênfase ao sujeito e no seu poder de mudar seu próprio futuro, desconsiderando o contexto social e outros

determinantes de vida, surgindo assim a meritocracia. (IÑIGUEZ, 2002). No âmbito das políticas públicas, com o liberalismo defendendo um Estado mínimo, ou seja, que a interferência do público no privado seja muito pequena, a utopia de que a liberdade de mercado, escolha e concorrência traria o equilíbrio social nunca se concretizou. Pelo contrário, o crescimento da riqueza e dos monopólios dos poucos donos dos meios de produção causou muita desigualdade social. (GONÇALVEZ, 2010).

Processo semelhante acontece com a Educação, mas muito anterior a isso. Oliveira e Oliveira (2014) falam sobre a educação grega, a *Paideia*, de 776 a.C a 480 a.C, onde o estudo era apenas para os meninos e buscava ideais de bravura, coragem, heroicidade e, é claro, a instituição da democracia. Lembrando, entretanto, que a democracia dos gregos não era para todos (as), era para apenas para aqueles (as) que podiam estudar e então participar como membros ativos da sociedade.

Os mesmos autores (OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2014), ainda discutem sobre outro tipo de formação humana, a *Bilbung*, alemã. Já pautada no método científico, originada no Renascimento, ela procurava entender a natureza humana e tinha por finalidade incentivar o autoconhecimento. Como é de se esperar, pela data de seu surgimento, ela era uma formação para o uso da razão, do pensar.

Por último, Oliveira e Oliveira (2014) falam sobre o modelo de formação humana criado a partir da teoria de Karl Marx, a *Omnilateralidade*. Olhando para os outros modelos, que abordavam apenas uma faceta da subjetividade do sujeito, a ideia era criar uma educação que atingisse o todo do ser humano. Portanto, era uma formação politécnica, intelectual, física e estética.

Flickinger (2010) fala sobre um novo desafio na área da Educação, que é a implantação da Razão Instrumental, modelo baseado no crescimento do capitalismo e crescente demanda de formação técnica e instrumental. Esse é o modelo ainda mais presente nos dias de hoje, onde os sujeitos são formados para o mundo do trabalho.

Esses são exemplos que deixam claro que existem diversos discursos e vozes atravessados na Educação e nas práticas nessa área. Quando a escola e os (as) professores (as) intervêm em seus (as) alunos (as), por mais que não exista, na hora, uma reflexão sobre, existe sim uma historicidade, uma constituição da instituição Educação.

Por *instituição* me baseio nos preceitos do Movimento Institucionalista (BAREMBLITT, 2002), que as define como “árvores de composições lógicas” (p.25) são o que organizam a sociedade, prescrevem as leis e as normas a serem seguidas, regulam comportamentos.

Instituições são o efeito de uma força de movimento, o instituinte, para gerarem um produto, o instituído. Dessa forma, estão sempre em movimento.

Bauman (2010) traz o conceito da física, o *motoperpétuo*, um mecanismo autossuficiente que tem o que é necessário para permanecer em movimento sem estímulos externos, mas que no mundo real seria impossível. O autor usa esse termo para explicar a moda no mundo líquido, entretanto, penso que se encaixa perfeitamente para entender o conceito de Instituição.

Se tal fenômeno não é possível na realidade física, na realidade social as coisas são diferentes. “Não é inconcebível a eventualidade de se estar em eterna mudança”. (BAUMAN, 2010, p.51). Não é coincidência que se possa usar o que Bauman fala sobre moda em nossa discussão, pois a mesma também impõe regras e normas na sociedade, e dessa forma, também pode ser considerada uma Instituição.

Trazendo a discussão para a área da Educação, um exemplo disso é que ainda há muito em nossa pedagogia brasileira do documento *Ratio Studiorum*, que regia o método pedagógico dos Jesuítas. Mesmo que muitas reformas tenham sido feitas, e com a promulgação da Constituição Cidadã (BRASIL, 1988), o ensino no país passando a ser responsabilidade do Estado, com caráter laico e universal, a religião continua sendo questão forte dentro das escolas brasileiras. (VALENTE, 2018). Mostro assim, que sempre existe um tensionamento entre o que está instituído e o movimento instituinte, um movimento dialético que faz com que as Instituições estejam sempre em movimento e transformação.

Por sua vez, instituições não atuam de maneira isolada na sociedade. Educação e Religião são instituições que se confundem em todos os momentos da história. Algumas, por sua vez, por terem sido investidas de discursos repressores por muito tempo, foram silenciadas por séculos. Mas é preciso falar sobre o atravessamento de Educação e Gênero.

O conceito de Gênero surge não só como uma ferramenta de linguagem, mas também como uma ferramenta política. *Gênero* vem exatamente para substituir a palavra *Sexo* e a ideia de que todas as diferenças entre homens e mulheres estavam baseadas em seu caráter biológico, dando ênfase na construção social de tais diferenças. (LOURO, 2003).

Hubbard (1993), afirma que, durante muito tempo, a ciência foi feita por homens, brancos, de classe média alta e alta, e que discursos provindos do conhecimento científico foram usados para oprimir e violentar mulheres por muito tempo. Argumentos como o fato de que mulheres poderiam engravidar e assim ficarem fisicamente incapazes de produzir, até o cérebro da mulher ser, supostamente, menor do que o do homem foram invocados para manter as mulheres longe do trabalho laboral. Com certeza esse mesmo discurso não foi

usado para salvar as mulheres pobres que eram exploradas por longas jornadas de trabalho em fábricas.

Assim, conceitos como a razão e a objetividade (que estava ligada a experiência), que já discuti antes, sempre estiveram impregnados de estereótipos masculinos. “A razão é masculina; a masculinidade inclui a razão” (LONGINO, 2012, p. 511), e é por isso que é nossa tarefa pensar uma nova epistemologia feminista, que não exclua, que repense a relação sujeito e objeto, e as práticas decorrentes disso. Para isso é necessário repensar o que tem sido feito até aqui.

Dito isso, é importante voltar na história quando falamos sobre como a ciência se constituiu ciência, através do empirismo, da pesquisa quantitativa. Dessa forma, a escola foi um lugar muito convidativo para esse tipo de pesquisa. Segundo Cruz, Hilleshein e Guareschi (2005) a própria psicologia adentra os portões das escolas na tentativa de medir, classificar e quantificar os alunos através de testagens, com o intuito de se tornar uma ciência consolidada.

Louro (2003) destaca que a escola sempre teve papel de dividir. Os pobres dos ricos, diferenciar religiões, adultos das crianças. Assim, não foi diferente na hora de separar os meninos das meninas. A escola não só dividiu as diferenças, ela as produziu na medida em que delimitou um espaço diferente para cada sujeito. (LOURO, 2003).

A questão é que essas diferenças, e o sentimento de inferioridade que provém delas, é tão reafirmado e validado que elas acabam sendo consideradas naturais ao longo desse processo. Muito disso também se dá por investimento de discursos biológicos, como no caso da sexualidade. Segundo Butler (2003) a ideia de Gênero é construída em um movimento dialético entre discursos e instituições.

Assim, Butler (2003) apresenta o termo *performatividade*, colocando que Gênero, ser mulher, ser homem, transgênero, etc, não é algo que somos, e sim algo que fazemos. É preciso ter cuidado para não entender o conceito como se existisse um ator por trás do ato. As categorias de gênero em nossa sociedade já estão apresentadas a nós, ou seja, somos limitados a nos identificar com o que nos é apresentado e, ainda, tendemos a nos aprisionar a aquilo que é mais reforçado como positivo em nossa comunidade.

Dentro da escola, segundo Louro (2003) são gestos, palavras e acontecimentos banais que devem ser questionados e desconfiados. Botton e Strey (2012) reiteram que até mesmo os livros infantis que são trabalhados nesse contexto ainda reproduzem uma lógica patriarcal. Sendo assim, têm muita influência na maneira como a criança irá construir sua vida, a partir

daquilo que o adulto autoriza na leitura, ou seja, é interpretado pela criança como o “correto”² a se seguir.

Reconheço a mídia como um “dispositivo pedagógico” (FISCHER, 2002), que atua hoje em dia como um espaço de formação humana, junto com a família e com a escola. Através dos meios de comunicação são veiculados discursos sobre diferentes Instituições, como, por exemplo, Gênero. Segundo Dinis (2008) houve uma crescente visibilidade acerca do tema na mídia, forçando a escola a rever alguns padrões normativos que tinha como prática.

Entretanto, ao mesmo tempo, que pressiona a escola por novas práticas, essa visibilidade também evoca manifestações de grupos mais conservadores da sociedade. Tais debates, sobre diversidade sexual e gênero, só existem, segundo Dinis (2008), pela pressão de grupos feministas e gays e lésbicos que reivindicaram por suas representações nos programas curriculares nas escolas.

Apesar desse esforço, Finco (2012) ainda traz em sua pesquisa a dificuldade de professoras da Educação Infantil de lidar com o que foge do que é considerado “norma”. Ela dá o exemplo de como são tratadas crianças que se vestem com roupas que não correspondem socialmente ao seu gênero. Pereira e Oliveira (2016) trazem a mesma discussão à tona, falando sobre meninos que subvertem a lógica vigente de gênero e brincam de pintar as unhas, acabando sendo motivo de piadas, ou então de estranhamento por parte da família ou da escola.

A pesquisa de Maia, Navarro e Maia (2011) mostrou que professores(as) têm diferentes concepções de feminino e masculino associadas a comportamentos, temperamentos e questões físicas, e que a escola não exerce influência na construção de gênero de seus alunos, sendo que essa é seria tarefa da família. Entretanto os autores trazem que como as concepções de Gênero estão arraigadas em nossa cultura e sociedade, é provável que esses profissionais não tenham uma formação acadêmica voltada para tratar de tais questões de maneira adequada.

Reis e Reis (2016), ao tratar do tema Gênero no Ensino Médio, destacam como o assunto foi materializado na disciplina de Biologia e como isso pode ser visto como um problema, dependendo da abordagem do docente. Segundo os autores, existe nessa disciplina uma dificuldade de problematizar o conceito de *natural*, isolando o corpo humano e o que a ele pertence, do contexto social e cultural do mundo. Dessa forma, a Biologia foi responsável, também, pela criação de padrões de normalidade ideais que são representados pelo homem, branco, heterossexual, escolarizado e capitalista. Essa visão deve ser questionada pelos

² Correto está entre aspas, pois não consideramos modos corretos ou incorretos de ser e agir no mundo, e sim diferentes maneiras de manifestações da subjetividade.

professores dessa disciplina, levando os alunos a repensar verdades estabelecidas pela ciência.

Borba, Silva e Tedesco (2016), ao discutir o ensino de História e Gênero no Ensino Médio, fazem movimento semelhante quando subvertem a lógica de uma história única, cronológica, formulada especialmente por esse padrão de sujeito apresentado acima. Os autores destacam um movimento de estranhamento, deslocamento e interlocuções entre o presente e o passado que são necessários para a desconstrução de categorias heteronormativas de gênero.

Por seus objetivos, também, romperem padrões que geram intolerância e discutirem o conhecimento necessário para entender as diferentes formas de relação social, Reis e Reis (2016), apontam a disciplina de Sociologia do Ensino Médio como local propício para se abordar as questões de Gênero. Os autores ainda apontam que essa temática não aparece de maneira explícita nos currículos da disciplina, entretanto, é fundamental para o aluno conseguir se posicionar na contemporaneidade e transformá-lo em agente de mudanças concretas na estrutura social.

A pesquisa de Soares e Monteiro (2019) mostra que existem professores (as) que buscam a informação e a implantação de práticas voltadas para questões de Gênero e sexualidade nas escolas. Entretanto, as iniciativas são, muitas vezes, barradas, por direção, pais e, até mesmo, pela postura conservadora de alguns dos alunos. “É uma luta de cem contra um” (sic), diz uma das entrevistadas da pesquisa realizada pelas autoras (p. 295).

Para Viana e Unbehaum (2006) o documento que ofereceu a base para as discussões de Gênero dentro da Educação, assim como em outras áreas, foi a Constituição Federal (BRASIL, 1988). Ao defender os direitos promovendo “o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (Art. 3) a Constituição abre as portas para a discussão de políticas públicas atreladas à diversidade.

Segundo Dinis (2008), apesar de os Parâmetros Curriculares Nacionais ressaltarem a necessidade de que a sexualidade seja tratada como um tema transversal, diferentes formas de orientação sexual, por exemplo, não são mencionadas no documento. Assim, segundo o autor, resta ao educador (a) a interpretação da necessidade de abordar, ou não, o tema em sala de aula, a partir da leitura do documento, que se referem apenas a noções mais gerais sobre diversidade. Viana e Unbehaum (2006) destacam que muitos dos documentos que regulamentam políticas públicas apresentam noções muito gerais sobre o tema.

Oltramari e Gesser (2019) discutem que não é apenas a relevância das discussões sobre Gênero que vêm chamando a atenção da sociedade brasileira nos últimos anos. Houve

pressões, inclusive, do Congresso Nacional em retirar do Plano Nacional de Educação, expressões que remetessem a Gênero ou orientação sexual, o que acabou levando a um efeito cascata em planos estaduais e municipais. Para os autores, tudo isso acaba resultando a um “pânico moral” (p. 2), que impede os (as) professores (as) a se aproximarem do assunto.

É por esses motivos que a prática em educação precisa ser revista de ponta a ponta. Isso não quer dizer abandonar tudo o que já foi produzido e a história como um todo e começar do zero. Mas sim nos perguntar por que pensamos do modo como pensamos e por que agimos do modo que agimos.

Segundo Alvarez et al. (2017), gênero e educação, aliados a uma postura ética no uso da ciência, podem ser potencializadores para o exercício da cidadania. Entretanto, o último não pode ser excludente e preferenciar modelos normativos inspirados pelo positivismo. As autoras destacam que é necessário que se desconstruam essas categorias, e se dê voz para as pessoas, para que elas passem de sujeitos de pesquisa para participantes na investigação.

Veiga-Neto (2012) nos ajuda nesse processo com a ideia de “ir aos porões” da Educação. Pensar nas coisas que formam a base dessa instituição é pensar em sua historicidade e sua contextualização, quais epistemologias orientam, mesmo sem parecer, as práticas hoje em dia.

Nesse mesmo texto, o autor nos faz pensar em uma abordagem para modificar a realidade social em que estamos inseridos. Ele faz uma distinção entre militância e ativismo, sendo a primeira uma mera repetição automática e obediente de comandos que vêm de fora. Não há uma reflexão sobre o que é reivindicado. O que pedimos aos leitores é que sejam ativistas no sentido que Veiga-Neto (2012) dá à palavra. Isso implica em um “compromisso ético com os outros e consigo mesmo” (p.273), sendo verdadeiro e coerente nas relações que estabelece do mundo e permanecer procurando coesão entre seu pensamento e suas ações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Destaco que todos os discursos investidos na ciência, a construção do método científico que chegasse a uma verdade universal e, também, por consequência disso, o modelo de sujeito que foi avaliado como padrão contribuíram para um mundo baseado na diferença. Consequentemente, esse processo gerou, alinhado com o liberalismo, filosofia política que dá mais ênfase ainda no sujeito, uma enormidade de desigualdades sociais que atingiam vários âmbitos da subjetividade humana.

Na área da Educação, muito antes desse processo acontecer, vemos vários tipos de formação humana, que prezavam por diferentes habilidades e aprendizagens. A *Paidéia, a Bildung, a Omnilateralidade* (OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2014) e a Razão Instrumental (FLICKINGER, 2010) são maneiras de educar o sujeito que, de uma forma ou de outra, ainda se fazem presentes no modelo atual pedagógico.

Todas essas formas de formação humana agregam à Instituição Educação valores, regras e normas que regulam comportamentos na sociedade e estão em constante tensionamento entre o que já está instituído e o movimento instituinte (BAREMBLIT, 2002). Isso nos aponta que a Educação não é um objeto estanque, sem fluxo de novos pensamentos, mas que sempre esteve em constante mudança, e que até hoje sofre modificações incessantemente.

Diante disso, trago uma discussão que há pouco tempo é relacionada à Educação, mas que sempre esteve diretamente atravessada nela: Gênero. Louro (2003) nos fala sobre a dificuldade que a escola sempre teve em lidar com as diferenças e, assim, além de as segregar, as produziu. Nesse sentido, fica claro que esse segmento ainda olha para a questão muito mais como uma diferença biológica do que produzida cultural e socialmente.

Vários autores (as) (FINCO, 2012; PEREIRA; OLIVEIRA, 2016; MAIA, NAVARRO; MAIA, 2011; SOARES, MONTEIRO; 2019) nos mostram a dificuldade de professores de lidarem, em suas práticas pedagógicas com questões de gênero e sexualidade. Essas aparecem em jogos e brincadeiras, fantasias, livros infantis, comportamentos e temperamentos dos alunos e em uma infinidade de momentos em sala de aula. Dessa forma, provamos a necessidade desse tema ser urgentemente debatido, refletido e entendido por profissionais da Pedagogia.

Além disso, mostro alguns desafios do ensino da temática Gênero dentro de disciplinas na Educação Formal, como Biologia, Sociologia e História (REIS; REIS, 2016; BORBA; SILVA; TEDESCO, 2016). Por último, procuro entender, brevemente, quais políticas públicas e documentos foram importante para o avanço desse conteúdo no currículo escolar no Brasil. (OLTRAMARI; GESSER, 2019; VIANA; UNBEHAUM, 2006; DINIS, 2008).

É um dever da comunidade científica como um todo produzir ciência sobre assuntos relevantes e pertinentes ao contexto social. Não se pode dizer que nunca foi discutido esse assunto antes, mas como já foi citado, Gênero era sinônimo de Sexo e de diferenças biológicas. A própria ciência legitimou práticas que levaram a exclusão e marginalização de certas populações.

É possível ver, através do material analisado, que muito se tem feito na área da Educação para que discursos binários e heteronormativos sejam ultrapassados. Entretanto,

também existem dois movimentos distintos que se dividem em aqueles que preferem não tocar no assunto, e assim colaboram para que a violência e a desigualdade continuem assolar a sociedade, e aqueles que, segundo Reis e Reis (2016), não se privam em esbravejar que os movimentos feministas e LGBTQ+ não têm outro objetivo se não destruir a família.

É preciso pensar em produções que façam a população em geral pensar e desconstruir o pensamento arraigado na memória coletiva a tanto tempo. É preciso se inquietar, desconfiar e averiguar discursos que reproduzem lógicas de dominação e segregação. George Orwell (2009), em seu célebre romance 1984 escreve “Enquanto eles não se conscientizarem, não serão rebeldes autênticos e, enquanto não se rebelarem, não têm como se conscientizar” (p.90). O próprio ato de tomar consciência da realidade já é um ato de rebeldia contra a desigualdade, mas no mundo em que vivemos isso não é suficiente. É preciso transpor tais ideias para a prática.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVAREZ, Teresa et al. Gênero, educação e cidadania: que agenda para a investigação científica e para o ensino e a formação? **Ex aequo**, n.36, p. 9-22, 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.mec.pt/pdf/aeq/n36/n36a02.pdf>>. Acesso em: 14 jul. 2020.

BAREMBLITT, Gregorio. **Compêndio de análise institucional e outras correntes**: teoria e prática. 5.ed. Belo Horizonte: Instituto Felix Guattari, 2002.

BAUMAN, Zigmund. **44 cartas do mundo líquido moderno**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010

BORBA, Andressa da Silva; SILVA, Bibiana Harrote Pereira da. TEDESCO, Caio. Gênero e ensino de História: Reflexões sobre práticas de iniciação à docência no PIBID/História. **Revista do Lhiste**, Porto Alegre, v. 3, n. 4, jul/dez, 2016. Disponível em: <[file:///C:/Users/USER/Downloads/G%C3%80NERO%20E%20ENSINO%20DE%20HIST%C3%93RIA%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/USER/Downloads/G%C3%80NERO%20E%20ENSINO%20DE%20HIST%C3%93RIA%20(1).pdf)>. Acesso em: 17 jul.2020.

BOTTON, Andressa; STREY, Marlene Neves. As influências do gênero na infância: como produzimos meninos ou meninas. In: STREY, Marlene Never; BOTTON, Andressa; CADONÁ, Eliane; PALMA, Yáskara Arrial. **Gênero e Ciclos Vitais**: desafios, problematizações e perspectivas. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 23 jan. 2020.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero**: Feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CRUZ, Lilian. HILLESHEIN, Betina. GUARESCHI, Neuza Maria de Fatima. Infância e políticas públicas: um olhar sobre as práticas psi. **Psicologia & Sociedade**, Porto Alegre, v. 17, n. 3, p.

42-49, set/dez. 2005. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v17n3/a06v17n3.pdf>>. Acesso em: 23 jan. 2020.

DINIS, Nilson Fernandes. Educação, relações de gênero e diversidade sexual. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 29, n. 103, p. 477-492, mai/ago. 2008. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/es/v29n103/09.pdf>>. Acesso em: 14 jul. 2020

FISCHER, Rosa Maria Bueno. O dispositivo pedagógico da mídia: modos de educar na (e pela) TV. **Educação e pesquisa**. São Paulo, v. 28, n.1, p 151-162, jan/jun. 2002. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/ep/article/view/27882/29654>> Acesso em: 29 jun. 2020

FINCO, Daniela. **Educação infantil, espaço de confronto e convívio com as diferenças:** transgredindo as fronteiras de gênero. In: STREY, Marlene Never; BOTTON, Andressa; CADONÁ, Eliane; PALMA, Yáskara Arrial. **Gênero e Ciclos Vitais:** desafios, problematizações e perspectivas. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012.

FLICKINGER, Hans-Georg. A dinâmica do conceito de formação (Bildung) na atualidade. In: FLICKINGER, Hans-Georg. **A caminho de uma pedagogia hermenêutica**. Campinas: Autores associados, 2010.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I:** a vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

GERGEN, Kenneth J. O movimento do construcionismo social na psicologia moderna. **Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis**, Florianópolis, v. 06, n.1, p. 299-325, jan/jul. 2009. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view/1807-1384.2009v6n1p299/10807>>. Acesso em: 23 jan. 2020.

GONÇALVES, Maria da Graça. **Psicologia, subjetividade e políticas públicas**. São Paulo: Editora Cortez, 2010.

HUBBART, Ruth. Algumas ideias sobre a masculinidade das ciências naturais. In: GERGEN, Mary McCanney (ed). **O pensamento feminista e a estrutura do conhecimento**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1993.

IÑIGUEZ, Lupicinio. A Pós-modernidade: O novo Zeitgeist de Nosso Tempo. In: MARTINS, João Batista. (Org.). **Temas em análise institucional e em construcionismo social**. São Carlos: Fundação Araucária, 2002.

LONGINO, Helen E. Epistemologia Feminista. In: GRECO, John; SOSA, Ernest (org). **Compêndio de Epistemologia**. 2.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação:** uma perspectiva pós-estruturalista. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

MAIA, Ana Claudia Bortoluzzi; NAVARRO, Carolina; MAIA, Ari Fernando. Relação entre gênero e escola no discurso de professoras do ensino fundamental. **Psicologia e Educação**, São Paulo, n. 32, jun. 2011.

OLIVEIRA, Avelino da Rosa; OLIVEIRA, Neiva Afonso. Modelos de formação humana: paideia, Bildung e formação omnilateral. In: BOMBASSARO, Luiz Carlos; et al. **Percursos**

hermenêuticos e políticos: homenagem a Hans-Georg Flickinger. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2014.

OLTRAMARI, Leandro Castro; MARIVETE, Gesser. Educação e gênero: histórias de estudantes do curso Gênero e Diversidade na Escola. **Revista Estudos Feministas**, v. 27, n.3, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/1806-9584-2019v27n357772/42082>. Acesso em: 14 jul. 2020.

ORWELL, George. **1984**. 43ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

PEREIRA, Angélica Silvana; OLIVEIRA, Ericka Marcelle Barbosa de. Brincadeiras de meninos e meninas: cenas de gênero na educação infantil. **Revista Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v. 24, n. 1, p 273-288, jan/abr. 2016. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/view/7061/pdf>>. Acesso em: 23 jan. 2020.

REIS, Neilton dos. REIS, Isabela dos. Questões de gênero no ensino médio: interfaces em sociologia, biologia e interdisciplinaridade. **Revista MovimentAção**, v, 03, n. 04, p. 89-106, 2016. Disponível em: <<file:///C:/Users/USER/Downloads/G%C3%8ANERO%20E%20ENSINO%20M%C3%89DIO.pdf>>. Acesso em: 17 jul. 2020.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Um discurso sobre as ciências**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SOARES, Zilene Pereira; MONTEIRO, Simone Souza. Formação de professores/as em gênero e sexualidade: possibilidades e desafios. **Educar em revista**, v. 35, n. 73. Curitiba, jan/fev. 2019. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602019000100287> Acesso em: 23. jan. 2020

STREY, Marlene Neves; CADONÁ, Eliane. A construção do sujeito materno: problematizando práticas à luz dos estudos feministas. In: STREY, Marlene Neves et al. (Orgs.). **Gênero e ciclos vitais: desafios, problematizações e perspectivas**. Porto Alegre: Edipucrs, 2012.

VALENTE, Gahriela Abuhab. Laicidade, ensino religioso e religiosidade na escola pública brasileira: questionamentos e reflexões. **Pro-posições**, v. 29, n. 1. Campinas, jan/abr. 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73072018000100107#B27> Acesso em: 23. jan. 2020

VEIGA-NETO, Alfredo. É preciso ir aos porões. **Revista Brasileira de Educação**, v. 17, n. 2, p 267-282, mai/agt. 2012. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/118331>> Acesso em: 23 jan. 2020.

VIANA, Claudia; UNBEHAUM, Sandra. Gênero na Educação Básica: Quem se importa? Uma análise de documentos de políticas públicas no Brasil. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 27, n.95, p. 407-428, mai/ago. 2006. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/es/v27n95/a05v2795.pdf>>. Acesso em: 14 jul. 2020.

~ CAPÍTULO XV ~

A EDUCAÇÃO DIGITAL E OS DESAFIOS DE ENSINO E APRENDIZAGEM EM TEMPOS COMPLEXOS

Ana Patrícia Henzel Richter

Judite Ines Schreiner Gauer

Elisabete Cerutti

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente artigo é fruto de pesquisas realizadas no Grupo de Estudos em Educação e Tecnologias (GPET), da linha Processos Educativos, Linguagens e Tecnologias do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEDU) da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI-FW).

O nosso objetivo é construir algumas reflexões acerca do contexto educacional brasileiro na Educação Básica, sincronizando conceitos sobre ensino, aprendizagem e uso das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação, alinhados com a Teoria da Complexidade defendida por Edgar Morin.

Além disso, buscamos observar os impactos das tecnologias digitais na sociedade contemporânea e a sua amplitude e complexidade no universo social, bem como, os seus reflexos no contexto educativo. Também, destacamos sobre a importância da compreensão dos movimentos culturais da sociedade, a ressignificação de práticas e a sua aproximação com o grande universo de possibilidades favoráveis em ambientes educacionais.

Esta pesquisa, portanto, é classificada como básica, pois conforme Gil (2002), “reúne estudos que têm como propósito preencher uma lacuna do conhecimento” (GIL, 2002, p. 26). Também, estamos pautadas em uma revisão de literatura, isso porque é fundamental “ler e analisar o que produziram outros pesquisadores, que anteriormente pesquisaram realidades

e fatos de alguma forma semelhantes” ao nosso objeto de estudo, o que nos possibilita “selecionar tudo aquilo que possa servir”, que nos possa ser relevante. (LEAL, 2002, p. 236).

Para tanto, dividimos o nosso texto em duas seções que estabelecem uma comunicação entre si. Assim, a primeira aborda sobre os desafios do ensino e da aprendizagem escolarizada em contextos complexos, em especial, observando a Matemática, refletindo sobre a construção do conhecimento que se dá em sala de aula e a possível conexão entre as demais disciplinas da matriz curricular. Já a segunda, discorre sobre a importância das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação na contemporaneidade e suas implicações na educação e na sociedade. Em seguida, apresentamos as nossas considerações finais e as referências que embasaram este estudo.

OS DESAFIOS DO ENSINO E DA APRENDIZAGEM ESCOLARIZADA EM CONTEXTOS COMPLEXOS

Quando analisamos as diversas regulações que fundamentam/embasam a estrutura curricular da Educação Básica brasileira e as atividades que são desenvolvidas, teorizadas e praticadas em sala de aula, concluímos que elas estão, ainda, muito longe de serem trabalhadas ou vistas de forma complexa pelo currículo escolar.

Lima, Zanlorenzi e Pinheiro (2012), quando refletem sobre a função educativa do currículo escolar, observam que essa, “não pode ser considerada como mera reprodutora de conteúdos fragmentados que devem ser trabalhados isoladamente”. Para essas autoras, antes de tudo, é necessário “oferecer ao educando a condição de descobrir e entender o valor e o sentido dos aprendizados que estão ocorrendo em seu desenvolvimento”. (LIMA; ZANLORENZI; PINHEIRO, 2012, p. 107).

Buscamos, nas palavras de Morin (2008), uma contribuição para a nossa linha de pensamento, em especial, quando ele realiza uma análise sobre os desafios que a educação contemporânea nos impõe, salientando que, “há inadequação cada vez mais ampla, profunda e grave entre os saberes separados, fragmentados, compartimentados entre disciplinas”. No entanto, o nosso modo de vida atual, apresenta “realidades ou problemas cada vez mais disciplinares, transversais, multidimensionais, transnacionais, globais, planetários”. (MORIN, 2008, p. 13).

Moran (2015), quando discorre sobre conceitos-chave para a educação contemporânea, dentro do contexto do Ensino Híbrido, observa que estamos imersos em “uma sociedade em mudança, em construção, com profissionais em estágios desiguais de

evolução cognitiva, emocional e moral”; diante disso, “tudo é mais complexo e difícil”. (MORAN, 2015, p. 28).

Quando observamos as considerações preliminares dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), verificamos que as propostas expressas no texto buscam corresponder “à necessidade de referenciais a partir dos quais o sistema educacional” brasileiro precisa se organizar, com vistas a “garantir que, respeitadas as diversidades culturais, regionais, étnicas, religiosas e políticas que atravessam uma sociedade múltipla, estratificada e complexa, a educação possa atuar, decisivamente, no processo de construção da cidadania”. (BRASIL, 1997, p. 13).

Podemos citar como exemplo o que acontece no cenário educacional das escolas públicas brasileiras, o ensino e a aprendizagem da Matemática na Educação Básica. A nosso ver, ela ainda se encontra isolada, desligada das outras disciplinas, inclusive fora da realidade cotidiana dos nossos alunos. O seu conteúdo, em geral, continua sendo ministrado de forma muito abstrata, o que dificulta a sua compreensão e interpretação pela maioria dos estudantes.

Além disso, já havia, na década de 1980, uma preocupação explícita em adequar a quantidade de conteúdos trabalhados com o tempo em que o aluno permanecia em sala de aula, ficando em segundo plano, possíveis dificuldades de cálculo, manipulação de fórmulas ou mesmo a solução de problemas. D’Ambrosio (1989), que refletia, nessa época, sobre o ensino e a aprendizagem da Matemática, apontou que “uma das grandes preocupações dos professores é em relação a quantidade de conteúdo trabalhado”. Para ela, tratava-se de “uma prioridade de sua ação pedagógica, ao invés da aprendizagem do aluno”. (D’AMBROSIO, 1989, p. 16).

As limitações de aprendizagem são ainda mais visíveis, quando observamos e/ou comparamos os rendimentos escolares por discentes do primeiro ano do Ensino Médio, em relação aos outros anos do mesmo nível. Assim, “o retalhamento das disciplinas torna impossível apreender ‘o que é tecido junto’, isto é, o complexo, segundo o sentido original do termo”. (MORIN, 2008, p. 14).

No entanto, o que significa complexidade? Na intenção de tentarmos explicar essa teoria defendida por Morin (2001), antes é preciso expressar o “princípio da simplicidade”, ou seja, para esse autor, a ciência, ao longo dos anos, “quer separar o que está ligado (disjunção)”, e “unificar o que está disperso (redução)”. Nesse sentido, tal princípio, que separa duas realidades (cultural e metabiológica), inerente ao homem biológico, “quer reduzir a mais

complexa à menos complexa”, desligando as ciências humanas das ciências sociais. (MORIN, 2001, p. 86).

Para Morin (2001), o conhecimento científico vai se consagrando, na medida em que se impõe a “missão de revelar a simplicidade escondida por de trás da ‘aparente’ multiplicidade e da ‘aparente’ desordem dos fenômenos” (idem, *ibidem*).

Além disso, sob o paradigma da complexidade, cabem os conceitos de ordem e desordem dos fenômenos. Isto é,

Pode-se dizer do mundo que ao desintegrar-se ele se organiza. Eis uma ideia tipicamente complexa. Devemos unir duas noções que, logicamente, parecem excluir-se: ordem e desordem. A complexidade desta ideia é ainda mais fundamental. O universo nasceu de um momento indizível, que faz nascer o tempo do não-tempo, o espaço do não-espaço, a matéria da não-matéria. Chega-se por meios completamente racionais a ideias que trazem nela uma contradição fundamental. (MORIN, 2001, p. 91).

Nesse sentido, “a organização surge quando se verifica empiricamente que fenômenos desordenados são necessários em certas condições, em certos casos, para a produção de fenômenos organizados, que contribuem para o aumento da ordem”. Com isso, Morin (2001) compara a ordem biológica com a ordem física do universo. Para ele, “a ordem biológica é uma ordem mais desenvolvida que a ordem física”, ou seja, “é uma ordem que se desenvolveu com a vida”. Diante disso, “ao mesmo tempo, o mundo da vida se comporta/tolera muito mais desordens que o mundo da física”, pois, “a ordem e a desordem crescem uma e outra no seio de uma organização que se complexificou”. Portanto, quando pensamos na concepção física ou biológica do universo, é impossível “pensá-lo em termos simples”. (MORIN, 2001, p. 91-92).

Na intenção de refletirmos sobre essa base teórica, cabe-nos realizar os seguintes questionamentos: como transpor os conhecimentos matemáticos, construídos por alunos e professores, ao longo da Educação Básica, levando em consideração o paradigma da complexidade, defendido por Edgar Morin? Seria mesmo possível, observar/contextualizar a Matemática explícita/implícita nas demais disciplinas da matriz curricular?

Morin (2008) compreende que, “para seguir por esse caminho, o problema não é bem abrir as fronteiras entre as disciplinas, mas transformar o que gera essas fronteiras: os princípios organizadores do conhecimento”. Além disso, esse autor considera “impossível conhecer as partes sem conhecer o todo”, assim como, conhecer o todo sem conhecer as partes. Segundo ele, para “pensar localizadamente, é preciso pensar globalmente, como para pensar globalmente é preciso pensar localizadamente”. (MORIN, 2008, p. 25).

Em se tratando do ensino matemático, Morin (2008) também observa que, o cálculo deve ser levado para “além do cálculo”. Isto é, “deverá revelar a natureza intrinsecamente problemática das matemáticas”. Isso significa que, “o cálculo é um instrumento do raciocínio matemático”. Portanto, “no decorrer dos anos de aprendizagem, seria preciso valorizar, progressivamente, o diálogo entre o pensamento matemático e o desenvolvimento dos conhecimentos científicos, e, finalmente, os limites da formalização e da quantificação”. (MORIN, 2008, p. 23).

Cabe-nos também atentarmos, ainda, conforme o autor, sobre a “aptidão para problematizar” e “ligar os conhecimentos”. Percebido como um “novo espírito científico”, Morin (2008) entende que “será preciso acrescentar a renovação do espírito da cultura das humanidades”. Pois, para ele, “a cultura das humanidades favorece a aptidão para a abertura a todos os grandes problemas, para mediar sobre o saber e para integrá-lo à própria vida, de modo a melhor explicar, correlativamente, a própria conduta e o conhecimento de si”. (MORIN, 2008, p. 33).

Compactuando com as ideias de Morin (2008), apontamos que a possibilidade de problematização no ensino e aprendizagem da Matemática, aliada à interligação dos saberes, pode/deve perpassar pelas Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC). Sobretudo, quando visualizamos a informática, cuja característica nos remete aos “desenvolvimentos generalizados e múltiplos do sistema neurocerebral artificial”, que foi “posto em simbiose com todas as nossas atividades”, propiciando “o crescimento das características cognitivas das atividades econômicas, técnicas, sociais, políticas”. (MORIN, 2008, p. 18).

Conforme Morin (2008): “(i) a informação é uma matéria-prima que o conhecimento deve dominar e integrar; (ii) o conhecimento deve ser permanentemente revisitado e revisado pelo pensamento; (iii) o pensamento é, mais do que nunca, o capital mais precioso para o indivíduo e a sociedade” (idem, *ibidem*).

Com o objetivo de caminharmos, mesmo que a passos lentos, para a ligação dos conteúdos disciplinares, é preciso pensar a formação de professores. D’Ambrosio (2012), quando discorre sobre temas ligados à sala de aula e inovações da prática docente, entende que, “a formação de professores deve ter como objetivo maior a mensagem de que o conhecimento é importante, mas deve estar subordinado a uma profunda responsabilidade de humanidade, que é a verdadeira missão do educador”. Diante disso, “todo educador matemático deve utilizar aquilo que aprendeu como matemático para realizar a missão de

educador”. Para ele, “o aluno é mais importante que programas e conteúdos”. (D’AMBROSIO, 2012, p. 13).

Nesse sentido, quando pensamos a nossa aula, devemos ter em mente quanto ela deve estar pautada na bagagem de conhecimentos prévios e no ritmo que cada estudante vai apresentar como característico de sua aprendizagem diante dos conteúdos trabalhados. Portanto, para além do que foi estruturado por uma matriz curricular, de que forma, enquanto professores, poderemos colaborar com a subjetividade de nossos alunos conforme as metodologias disponíveis?

Grochoska (2014), quando analisa as perspectivas e enfoques da organização escolar, nos esclarece que, “o professor é um dos atores que contribuem para o desenvolvimento do aluno, compartilhando o saber científico”, pois, “é na sala de aula que a aquisição de conteúdos acontece”. Portanto, ainda conforme a autora, “políticas públicas de formação e planos de carreira que promovam a valorização dos professores são pressupostos essenciais para a melhoria da educação nacional”. (GROCHOSKA, 2014, p. 27).

Nesse contexto, Morin (2008) vai ainda mais longe quando sugere “a reforma do pensamento”, a começar pelos educadores, pois “somente a interdisciplinaridade não é a solução” (SILVA, 2011, p. 249). Ou seja, “é preciso substituir um pensamento que isola e separa por um pensamento que distingue e une. É preciso substituir um pensamento disjuntivo e redutor por um pensamento do complexo”. (MORIN, 2008, p. 89).

A Teoria da Complexidade, defendida por Edgar Morin, auxilia-nos a perceber que a Matemática possui uma inter-relação com as outras disciplinas que compõem a matriz curricular da Educação Básica, a exemplo da Física, que utiliza conceitos matemáticos para explicar fenômenos; da Química, a qual se vale da potenciação e números decimais para aplicação da notação científica; ou a Biologia, que utiliza o cálculo das probabilidades para determinar o nível de letalidade dentro do conceito da Genética. E, ainda, todas essas informações podem ser problematizadas por meio das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC), uma vez que estas podem nos favorecer a revisitar, dominar e integrar os conhecimentos.

AS TECNOLOGIAS DIGITAIS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO E A SUA INFLUÊNCIA EM DIFERENTES ESPAÇOS DE SABERES

É importante compreender a interligação entre os espaços de aprendizagem e as Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC). Para isso, partimos do pressuposto

de que temos um espaço institucionalizado e local de aprendizado, denominado “escola” e um espaço social, não institucionalizado; porém, que integra vivências, experiências e acontecimentos conectados aos direitos, deveres e responsabilidades que nos conduzem ao exercício da cidadania.

O “mundo” hoje é também uma espécie de “escola”, ou seja, a educação e a colaboração de conhecimentos romperam as fronteiras do aprender e do ensinar escolarizado, o que nos remete para além de seus muros, levando-nos por caminhos consolidados por diversas práticas em diferentes contextos sociais.

O grande “mar de informações” da atualidade, por exemplo, perpassa os domínios das instituições de ensino, com seus livros, apostilas, professores, alunos, metodologias unilaterais, sendo que muitas, ainda estão pautadas em aulas expositivas. Isto é, o acesso ao conhecimento se dá em múltiplos espaços, em especial, no ciberespaço, na rede, na *internet*, acessível a todos por meio das TDIC.

A educação tem um papel fundamental na superação de muitas dificuldades, pois, por meio dela, temos a possibilidade de formação acadêmica e humana. Ao professor, cabe o papel de mediador nesse processo. Gómez (2015), quando reflete sobre a educação na era digital e o papel da escola nesse contexto, destaca que “reduzir o espaço de reprodução e ampliar ao máximo o espaço de produção e aplicação parece ser a chave para um ensino que eduque e que favoreça o desenvolvimento autônomo do sujeito do século XXI”. (GÓMEZ, 2015, p. 160).

Assim, vivemos em uma sociedade que compartilha informações, as quais, confluem, convergem e influenciam, permitindo-nos um universo de possibilidades. Isto é, “vivemos na aldeia global e na era da informação, uma época de rápidas mudanças, de aumento sem precedentes de interdependência e complexidade, o que está causando uma mudança radical na nossa forma de se comunicar, agir, pensar e expressar”. (GÓMEZ, 2015, p. 14).

Por isso, buscamos compreender esses ambientes, em especial, quando reforçamos as ideias defendidas por Lévy (1999), que observa que a cibercultura permite uma universalização da informação, não se restringindo apenas às mudanças tecnológicas, mas a uma revolução na comunicação, na forma e no acesso a dados, que são compartilhados a todos. Já no contexto educacional, essa representa uma ferramenta importante, pois ela pode preparar as pessoas para a compreensão, para a vida em harmonia, para as mudanças sociais e culturais que afetam a sociedade, o que vai além das transformações tecnológicas, culturais, cognitivas e estruturais. (LÉVY, 1999).

Percebemos, também, que, em diversos cenários contemporâneos, há uma certa tendência de alinharmos a educação com as exigências do mercado, o que sugere que a

revolução tecnológica trouxe um novo sujeito, com novos comportamentos, desejos, culturas e necessidades de consumo, capazes de reproduzirem novos conceitos e definições para a sociedade. Nesse sentido, atendermos as expectativas atuais e mutantes para pensarmos no futuro das profissões, as quais requerem várias adaptações, representa-nos um grande desafio, pois carece da predição sobre um ambiente de mudanças complexas.

O contexto educativo, inserido nesse amplo universo de transformações, faz emergir alunos que trazem consigo outras demandas, sendo que uma delas é a sua participação em sala de aula de forma ativa e colaborativa, protagonizando a construção de saberes. Diante disso, eles requerem de nós professores, práticas inovadoras que sejam capazes de promover experiências significativas, e que nos conduzam a mediação da aprendizagem.

Mais uma vez, retomamos as ideias defendidas por Gómez (2015), em especial, quando observamos as “mudanças nos contextos sociais”, as quais abrangem as instituições e relações de experiência dentro de uma “aldeia global digital”, que exercem um movimento dialógico e impactam umas sobre as outras, em constante processo de transformação e influência mútua, seja

nos conteúdos, nas formas e nos códigos, nos processos de socialização das novas gerações, comportamentos, experiências e, conseqüentemente, essas transformações não ficaram restritas ao contexto social, mas no mundo globalizado e compartilhado se estenderam as demandas e exigências educacionais na instituição escolar. (GÓMEZ, 2015, p. 22).

São várias as ideias e ações que surgiram/surgem com o advento das TDIC. Podemos citar, por exemplo, as *startups*, a Inteligência Artificial (IA), a computação quântica, a realidade virtual e aumentada, os diversos aplicativos para celular e *softwares* para computadores, o Ensino Híbrido, os grandes banco de dados que compõem a *internet (Big data)*, frutos de ideias inovadoras e criativas, e que, na atualidade, nos remetem a um vasto dicionário de expressões, as quais surgem diariamente e estão inseridas em diversos canais de veiculação.

No que concerne a grande expansão das *startups*, observamos que se trata de um mercado aberto, repleto de possibilidades e oportunidades para a inovação com ênfase voltada à criatividade e ao empreendedorismo. Assim, essas representam um marco decisivo para a criação de novos produtos e modelos de negócios, democratizando serviços e possibilitando a visibilidade em contraponto ao anonimato; assim como, também, estimula e promove a busca por soluções. Nesse sentido, percebemos que as mudanças não estão restritas unicamente ao uso de máquinas ou tecnologias, mas na transformação do mercado

de trabalho e sua ação profissional, o que incide no fenecimento/surgimento de novos nichos de mercado, a exemplo do “*startupeiro*”.

Alinhados ao mercado de trabalho, cria-se também, nessa nova linguagem, os *gaps*¹, isto é, oportunidades e profissões voltadas para a pesquisa, uma vez que, as inovações, que, frequentemente, desafiam o contexto educativo no uso da tecnologia digital e gestão de novas práticas, despertam a adesão e o engajamento de alunos e professores, instigando o interesse e o desejo de aprendizado com vistas a acompanhar a velocidade das transformações.

Skinner (1983), um *behaviorista* consagrado, que há mais de 40 anos realizava uma análise do comportamento humano, na perspectiva de um “ensino programado”, observava que as culturas evoluem e, com isso, surgem novas práticas. Essas, por sua vez, afetam as “as probabilidades de o grupo vir a solucionar seus problemas; e, se o grupo sobreviver, a prática sobreviverá com ele” (SKINNER, 1974, p. 174). Concluímos, portanto, que sob essa perspectiva, cultura e ambiente estão intimamente relacionados e atuando conjuntamente, o que os estimula a se construírem e a se modificarem.

Shwab (2019), engenheiro e economista alemão, diretor e fundador do Fórum Econômico Mundial, defende a ideia de que o momento atual faz parte de uma “Quarta Revolução Industrial” ou “Indústria 4.0”. Para ele, os impactos da tecnologia, no estilo de vida e no trabalho, e a interlocução de todos os setores com a sociedade global são necessários para compreendermos as tendências do mercado emergente. Nesse sentido, o conhecimento compartilhado passa a ser decisivo na intenção de moldarmos um futuro coletivo que reflita valores, levando em conta que irão influenciar as futuras gerações no contexto social, cultural e humano. (SCHWAB, 2019).

Entendemos, portanto, que a educação é uma estratégia e a grande, senão maior, possibilidade de preparar as pessoas para um mundo em constantes transformações. Trata-se do diálogo e da aproximação entre um mercado volátil e relativizado com a sociedade e seus múltiplos espaços, na tentativa de intermediar, compreender e minimizar os impactos sociais em suas diferentes esferas, buscando na formação da subjetividade e da cultura, a harmonia com as diversas novas e futuras possibilidades.

Diante disso, quando visualizamos esse contexto atual, em que vida, sociedade, cidadania e educação estão dialogando e se influenciando, podemos percebê-lo como um cenário complexo, em especial, quando há certa impossibilidade de analisá-lo de forma fragmentada ou segmentada, uma vez que, os diversos meios estão em constante interação.

¹ *Gaps* significa vão, fenda, espaço, lacuna, vazio.

Para Gómez (2015), essa nova era tão imersa pelos meios digitais, requer que as aprendizagens nos ajudem a dar conta diante de tanta incerteza e complexidade. Isto é,

A memorização já não é apreciada tanto quanto a capacidade de organizar as ideias em favor de um pensamento independente, fundamentado e contextualizado. A era digital exige o desenvolvimento de hábitos intelectuais que preparem para um futuro em que quase tudo é mais acessível, complexo, global, flexível e mutável. (GÓMEZ, 2015, p. 24).

Quando falamos sobre a complexidade do mundo contemporâneo, novamente é necessário buscarmos as importantes reflexões, defendidas por Morin (2015). Para ele, a “complexidade do ensinar”, refere-se, de maneira humanista, integral e reflexiva em sua forma mais ampla, em uma perspectiva existencial, para além das teorias, disciplinas e ensino formal/mecanicista. Morin observa ainda que a crise da educação é parte integrante de uma crise cultural. Por esse viés, é essencial ressignificarmos o papel do aluno, do professor, da escola, do ensino e da aprendizagem, cujo foco seja a adaptação às mudanças, ao estabelecimento de um diálogo simultâneo e abrangente entre pós-modernidade, transdisciplinaridade, tecnologia, cibercultura e empatia, com o objetivo de promover o desenvolvimento da autonomia do aluno por meio da aprendizagem ativa e a harmonização das demandas da contemporaneidade. Desse modo, “a complexidade coincide com uma parte da incerteza, seja proveniente dos limites de nosso entendimento, seja inscrita de fenômenos”. (MORIN, 2015, p. 35).

Finalizando as importantes reflexões de Gómez (2015), é pertinente lidarmos com a complexidade que envolve a necessidade de articular uma compreensão compartilhada, sem ignorarmos as diferentes perspectivas dos distintos grupos e pessoas. Em concordância com esse autor, entendemos que a aprendizagem cooperativa aproveita os talentos e os diferentes olhares de cada indivíduo. Nesse sentido, a diversidade e a singularidade de expectativas, interesses, experiências e qualidades constituem uma riqueza de grupos, presentes no mundo empresarial e da pesquisa, os quais necessitam ser explorados pela educação. (GÓMEZ, 2015, p. 122).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse texto foi produzido em colaboração com o nosso Grupo de Pesquisa em Educação e Tecnologias (GPET), cuja origem é a linha Processos Educativos, Linguagens e Tecnologias do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEDU) da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI-FW).

Com o objetivo de construir reflexões acerca do contexto educacional brasileiro, complexidade e Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC), o nosso caminhar metodológico pautou-se em uma revisão de literatura, em especial, dialogando com as teorias defendidas por Edgar Morin.

Em um primeiro momento, esse estudo articulou conceitos acerca da construção do conhecimento na Educação Básica, valendo-se do ensino e da aprendizagem da Matemática e sua possível conexão com as demais disciplinas da matriz curricular. Consideramos, portanto, que a mesma ainda se encontra isolada e muita abstrata, o que dificulta a sua compreensão pela maioria dos estudantes das escolas públicas. Diante disso, observamos que a Teoria da Complexidade de Edgar Morin, auxilia-nos a perceber que a construção dos conhecimentos matemáticos está inter-relacionada com outras disciplinas, as quais são passíveis de ser problematizadas por meio das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC), uma vez que essas podem nos favorecer a revisitar, dominar e integrar os conhecimentos.

Em seguida, realizamos uma análise sobre as Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) e a sua influência nos espaços de construção de saberes. Assim, percebemos que o contexto educativo contemporâneo faz emergir alunos com outras demandas por conhecimento, o que requer, de nós professores, práticas inovadoras e que sejam capazes de promover experiências significativas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais:** introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Brasília: MEC/SEF, 1997.

D'AMBROSIO, Beatriz S. Como ensinar Matemática hoje? **Temas e Debates**, SBEM, ano 01, n. 02, Brasília, p. 15-19,1989.

D'AMBROSIO, Ubiratan. **Educação Matemática:** Da teoria à prática. Campinas, SP: Papirus, 2012.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 2002.

GÓMEZ, Ángel. I. Pérez. **Educação na Era Digital:** A escola educativa. Porto Alegre: Penso, 2015.

GROCHOSKA, Márcia Andréia. **Organização escolar:** perspectivas e enfoques. Curitiba: InterSaberes, 2014.

LEAL, Elisabeth Juchem Machado. Um desafio para o pesquisador: a formulação do problema de pesquisa. **Contrapontos**, Itajaí, ano 2, n.5, maio/ago., 2002. p. 237-250.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura.** São Paulo: Editora 34, 1999.

LIMA, Michelle Fernandes; ZANLORENZI, Cláudia Maria Petchak; PINHEIRO, Luciana Ribeiro. **A função do currículo no contexto escolar**. Curitiba: InterSaberes, 2012.

MORAN, José. Educação Híbrida: Um conceito-chave para a educação, hoje. In: BACICH, Lilian; TANZI NETO; Adolfo; TREVISANI, Fernando de Mello [orgs.]. **Ensino Híbrido: Personalização e tecnologia na educação**. Porto Alegre: Penso, 2015.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita: Repensar a reforma, reformar o pensamento**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MORIN, Edgar. **Ensinar a viver: Manifesto para mudar a educação**. Porto Alegre: Sulina, 2015.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.

SCHWAB, Klaus Martin. **A Quarta Revolução Industrial**. São Paulo: Edipro, 2019.

SILVA, Bruno Pedroso Lima. A teoria da complexidade e o seu princípio educativo: as ideias educacionais de Edgar Morin. **Polyphonia**, Goiás, v. 22, n. 2, p. 241-254, jun./dez. 2011.

SKINNER, Burrhus Frederic. **Sobre o Behaviorismo**. São Paulo: Cultrix, 1974.

~ CAPÍTULO VXI ~

GÊNERO E VIOLÊNCIA: NARRATIVAS LITERÁRIAS E CINEMATOGRAFICAS E A DEFESA DE DIREITOS HUMANOS

Luana Teixeira Porto

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O ano de 1948 é marcado, no plano social, jurídico e histórico, pela proclamação, pela Assembleia Geral da ONU, da Declaração Universal dos Direitos Humanos. O documento, no qual países signatários afirmaram o compromisso de manter esforços para cumprir objetivos nele descritos, é um marco por várias razões. É elaborado após a Segunda Guerra Mundial, que demonstrou a crueldade humana em sua faceta mais bárbara, representada pelo ódio a judeus, perseguição a eles e outros grupos sociais, entre os quais prostitutas, ciganos, homossexuais, e pela evidenciação da ideia – absurda, irracional e nefasta – de uma superioridade étnica dos arianos em detrimento do povo judaico, apontando apenas em linhas gerais o grau de atrocidade assistido nos tristes anos bélicos. Por isso, a Declaração simboliza a repulsa a atos de extrema violência praticados por nazi-facistas àqueles considerados inferiores. Mas também indica que não se pode assistir passivamente a episódios de tortura, humilhação e, sobretudo, discriminação e dizimação de vidas, uma vez que a defesa da justiça e o combate a injustiças passaram a ser motes das ações previstas no referido texto.

A Declaração é ainda um marco jurídico porque aponta diretrizes para justiça e educação em direitos humanos, as quais devem estar focadas na paz entre os povos e sobretudo na garantia da dignidade humana, princípio que passou, por exemplo, a figurar entre direitos individuais na Carta Magna brasileira, de 1988 (esse é sinal claro de um dos impactos positivos do documento da ONU). Por dignidade humana, compreendem-se diversos fatores, entre os quais a igualdade de direitos do homem e da mulher, a liberdade,

a não discriminação, o direito à vida, à educação, à segurança pessoal. E à dignidade humana estão imbricados os direitos humanos, que podem ser definidos como um conjunto de direitos que englobam direitos fundamentais e que resultam de lutas pela maior dignidade da pessoa humana. Os direitos humanos (DH) são concebidos como direitos pelos quais as nações devem prezar ao se inserirem como copartícipes de acordos internacionais e pelos quais devem criar mecanismos de garantia, por meio de atos constitucionais e infraconstitucionais, que podem “positivar” tais direitos.

Entretanto, ainda há discussões acerca do conceito de direitos humanos e sua relação ou proximidade com direitos fundamentais. Nesse sentido, é importante explicar que direitos humanos e direitos fundamentais não recebem a mesma conotação, sobretudo quando se pensa a área jurídica. Nas palavras de Castilho:

Há autores que entendem que direitos humanos e direitos fundamentais são nomenclaturas sinônimas, mas a maioria concorda que existam diferenças conceituais. Falar em direitos fundamentais, simplesmente, elimina da expressão a importância das lutas que ocorreram para situar os direitos humanos em sua perspectiva histórica, social, política e econômica, no processo de transformação da civilização. Além disso, direitos humanos traz, no seu bojo, a ideia de reconhecimento e de proteção, que direitos fundamentais não contêm, uma vez que são apenas as inscrições legais dos direitos inerentes à pessoa humana. Os direitos humanos não foram dados, ou revelados, mas conquistados, e muitas vezes à custa de sacrifícios de vidas. (2018, p. 43)

Se, então, os direitos humanos inserem em seu conjunto de direito os direitos fundamentais, pode-se entender que os direitos humanos, de modo geral, apontam para um conjunto de garantias à pessoa humana para a atenção à sua dignidade bem como um conjunto de normas nas quais os Estados devem se pautar para assegurar a observação aos DHs no interior de cada nação e entre as nações. No plano ideal, seria exitoso que os DHs indicados na própria Declaração conseguissem marcar um ponto de virada para a construção de sociedades e práticas sociais menos atroz e menos tolerantes a discriminações de qualquer espécie e que a Declaração não ficasse apenas como marco do momento pós-Segunda Guerra nem como uma construção conceitual ocidental¹.

Contudo, passados mais de 70 anos da promulgação da Declaração, apesar da sua intensa e necessária defesa dos direitos humanos e do combate à discriminação, ela não

¹ Em estudos na área do direito, há discussão sobre o fato de a Declaração ser muito vinculada a um fato histórico determinado e a estar relacionada a lutas do homem do Ocidente, o que provoca reflexões sobre a possibilidade de abrangência dos DHs para outros cenários, como o do Oriente. Debate importante acerca desse tema pode ser encontrado em Piacentini (2007).

impediu que muitos direitos que se associam à dignidade humana fossem e continuem sendo vilipendiados. Nessa perspectiva, o pesquisador Idelber Avelar (2011) é enfático ao declarar a impotência do documento frente a situações no mundo que são flagrantes de desobediência a preceitos nele previstos:

Passado o seu sexagésimo aniversário, a Declaração Universal dos Direitos Humanos continua sendo pisoteada, talvez hoje mais do que nunca. Poucos documentos combinam tanto prestígio e tanta irrelevância. Poucos são tão amplamente reconhecidos e, ao mesmo tempo, tão desrespeitados. (2011, p. 235).

Prova disso pode ser observada no contexto brasileiro, quando se observam fatos como os seguintes, só para citar alguns: opressão e extermínio de militantes contrários à Ditadura; perseguição a membros da comunidade LGBTQI+; violência intensa contra mulheres e negros no Brasil; homicídios de crianças e jovens por “bala perdida, especialmente em cenários onde há enfrentamento entre policiais e traficantes de drogas; racismo estrutural persistente; discriminação social.

Por isso, de um lado, veem-se no país processos judiciais e julgados que tentam tornar efetivo o cumprimento dos DHs e, de outro, denúncias constantes da violação desses direitos, seja pela área da imprensa, seja pela da produção cultural. Neste campo, encontram-se artistas que se manifestam, por meio do cinema ou da literatura, por exemplo, problematizando cenas que reverberam opressões, injustiças, degradação da integridade psíquica, tratamentos discriminatórios em relação a diversos grupos sociais, entre os quais são mais evidenciados os de negros, mulheres, pobres, oponentes de sistema de governo. É assim, por exemplo, que surgiu a canção “Cálice”, de Chico Buarque e Gilberto Gil, a qual, em 1978, foi lançada e logo depois censurada por apresentar em sua letra uma crítica ao autoritarismo das práticas ditatoriais. É considerada uma das obras de resistência aos anos de chumbo no Brasil.

Outro exemplo de composição literária que, sem adotar um discurso de engajamento explícito na abordagem dos DHs, aponta para a não garantia de parte deles é a obra *Morangos mofados*, de Caio Fernando Abreu, que, no conjunto de contos, destaca a discriminação de sujeitos homoafetivos, em função da orientação sexual em um contexto de início do processo redemocratização política. Mais recentemente, outras obras propõem percepções amplas e variadas sobre a falta de tratamento digno a diferentes sujeitos por seu gênero. É o caso do romance *A revolta dos feios*, de Luana Moreno, lançado em 2018 e que apresenta um homossexual recluso, vítima de violência sexual, que o deixa com

traumas por toda a vida. Os contos de *Insubmissas lágrimas de mulheres*, de Conceição Evaristo, de 2011, formam uma antologia que exterioriza vários atentados à dignidade humana de mulheres, negras, sofridas, violentadas que constituem as mulheres de cada micronarrativa.

No cinema, pululam obras que expõem de forma direta e dolorida as diversas facetas da violência, como a sexual, a institucional, a social. Filmes como *Tropa de elite*, de José Padilha (2007), que denuncia (ou torna natural?) a truculência da polícia no Rio de Janeiro, e *Cidade de Deus*, de Fernando Meirelles (2002), que narra a trajetória de Buscapé (personagem jovem, negro, pobre) em um cenário de violência e exclusão, são mostras do quanto há no país uma produção cultural que não permite o silenciamento sobre problemas que afetam diretamente a plena vivência dos DHs no país.

Cabe, por oportuno, ressaltar que tais obras não são compreendidas neste texto como artefatos culturais construídos com o fito de propor debates de caráter sociológico ou histórico. São elaborações artísticas que, por meio de linguagem inerente a cada forma de produção, permitem ao interlocutor pensar o quanto o Brasil tem sido palco de sucessivos e intensos processos de negligência a mecanismos que poderiam assegurar um dos valores mais nobres da vida de casa sujeito, a dignidade da pessoa humana. Isso implica dizer que, quanto à análise de narrativas literárias e cinematográficas, interessa observar como tais obras manifestam dificuldade de o sujeito exercer esses direitos e como a obra, por sua linguagem, ponto de vista escolhido para a construção da narração e configuração de personagens e seus discursos, possibilita pensar manifestações de direitos humanos que apontam para desafios interpretativos fundamentais para discutir arte e sociedade no Brasil.

Considerando isso, este ensaio aborda relações entre gênero e violência na produção literária e cinematográfica brasileira com o objetivo de discutir a problematização, via composição artística, de elementos essenciais à garantia de direitos humanos. Para o exame das narrativas, observam-se os contos “Morre, desgraçado”, de Dalton Trevisan, e “Esses Lopes”, de Guimarães Rosa, e o filme *A hora da estrela*, de Suzana Amaral.

TRÊS NARRATIVAS DA LITERATURA E DO CINEMA E A VIOLAÇÃO DOS DHS EM DEBATE

O conto “Morre, desgraçado”, de Dalton Trevisan, publicado em 1996, aborda a violência contra a mulher e a estratégia de defesa dela para suavizar as dores na alma e no corpo. Com desfecho tão violento quanto a violência a que a mulher é exposta pelo seu

marido, o texto, escrito com uma linguagem objetiva, muito próxima dos textos jornalísticos (estilo habitual do autor), o que, em tese, poderia acentuar um aparente distanciamento emotivo quanto à sucessão de fatos relatados pela personagem central. No entanto, tal impressão se desfaz ao se analisar a linguagem narrativa e a estratégia de composição marcada pelo interesse em impactar o receptor por meio de uma tensão que marca toda a leitura e que faz com que o desfecho – triste e, também, trágico – inspire comoção pela família desfeita, pela dor provocada, pelo uso da força e da própria violência como mecanismo para mitigar problemas associados à própria brutalidade das relações humanas e conjugais.

O texto de Trevisan é uma narrativa em primeira pessoa. Quem conta a sua própria história é uma mulher violentada pelo marido, vítima de agressões físicas e verbais há mais de dez anos, em um casamento de doze, com dois filhos (uma menina de sete – Rosinha – e um menino de quase dois anos) do marido opressor e brutal. Ele, João, é um homem bêbado, que toma cachaça depois do trabalho e chega a sua casa sempre alcoolizado; encontra por razão qualquer a motivação para descontar em sua esposa as suas frustrações, como a raiva do patrão e o alto preço das coisas, já adianta a narradora logo no início do conto. “Bandida”, “cavala”, “bruxa” e “diaba” são termos usados por João para se referir à companheira. Chutes, socos, pontapés, ameaças de morte com faca, entre outras situações, exemplificam a postura agressiva e desmedida do marido, que não hesita em bater na mulher nem mesmo diante dos filhos:

(...) um coice me jogou contra a parede. Não contente, passou a mão no rosário pendurado na cabeceira, malhou a minha cabeça, só conta negra por todo canto.
– Corra, mãe. Que o pai te mata.
Era a Rosinha, esse anjo de sete anos, ali na porta do quarto. Alcancei no berço o menorzinho e corri para fora. Rindo e tropeçando, o João foi atrás. No quintal me agarrou pelo vestido. Mais soco e pontapé. (TREVISAN, 1996, p. 8)

Em um gesto de defesa em mais um dia de violência bruta, cortes no corpo e perseguição que a levariam a morte, a mulher consegue, em luta corporal com o marido, golpeá-lo duas vezes na cabeça com uma acha de lenha depois de ele cambalear enquanto batia nela. Era o momento em que ou ela seria morta por ele, que a agredia com faca e tentava matá-la, ou ela o matava. Ela sabia que seus pedidos para livrá-la eram em vão. Sabia também que a violência não cessaria. Sabia que suas súplicas pela vida não sensibilizariam seu algoz. Na luta corporal pela sobrevivência, venceu ela ao dar o terceiro golpe:

Suspendi a acha, fechei o olho, dei o terceiro golpe.
– Morre, desgraçado.
A força de mãe foi o que me valeu. (TREVISAN, 1996, p. 10)

A morte do marido é o desfecho da narrativa, e a esposa Rosa justifica seus atos não só para necessidade de se manter viva, mas também pelo interesse em defender sua dignidade como sujeito, como mãe, como mulher. A “força de mãe” é o termo metafórico empregado para enunciar a urgência de tentar traduzir em palavras o desejo do fim do sofrimento e da dor vividos em uma relação abusiva, de violência extrema e de opressão. É ainda a figuração da busca por combater uma jornada de condições desumanas e degradantes que atestam um dos temas mais caros na sociedade brasileira e que o conto denuncia: a violência contra a mulher no ambiente familiar e o silenciamento dos outros que assistem a cenas de agressão. No conto, Rosa pede para a filha chamar “socorro do vizinho” enquanto está sendo perseguida por João, mas a ajuda não vem. Por que não se escutam os chamamentos? Ou por que não há interesse em proteger a vida humana e por que se impõe o ditado “Em briga de marido e mulher, não se mete a colher?”

Ao comentar a narrativa de Trevisan, cabe ressaltar a importância do conto, a qual está, entre outras razões, que, pelo limite deste ensaio não podem ser desenvolvidas (como a linguagem e a estrutura narrativa), alicerçada na ideia de que o foco narrativo põe em destaque agressor e agredida, dando visibilidade às cenas de violência que caracterizam uma história de embates, desrespeitos, violência física e verbal. A narrativa continuada do ataque do marido à esposa, pela voz dela, poderia soar como uma narrativa em que a violentada se coloca na posição de vítima, mas não. O que se vê no conto é a presença das duas vozes, da agredida e a do agressor, e de uma terceira, a filha, que acompanha a mãe apanhando e tenta, em vão, defendê-la do pai. Essas três vozes possibilitam ao leitor um panorama mais completo das cenas e uma empatia com a mãe e filhos, que, juntos, sofrem o trauma da dor física e psicológica.

A escolha por esse foco narrativo, mesmo com a adoção da primeira pessoa na voz de Rosa, permite reconhecer um texto que assume uma postura ética diante de situações de violência que podem e precisam ser problematizadas via literatura. E esse é um valor imprescindível quando se considera a escolha por obras artísticas que se posicionam ou incitam posicionamento sobre a violência e denunciam a violação da dignidade da pessoa humana. É claro, entretanto, que não se pode esperar que toda obra apresente postura semelhante, porque há, como alerta Jaime Ginzburg (2012), autores e intelectuais interessados em discutir “condições para o exercício” dos direitos humanos, mas há também vozes que se mostram indiferentes a temas como o abordado no conto. Para o pesquisador, existe ainda “o amplo espaço da intelectualidade conservadora – e ultraconservadora –,

interessada em utilizar recursos de inteligência para preservar, defender e reformar a exclusão” (2012, p. 201). E a violência contra grupos minoritários, como é o caso das mulheres vítimas de agressão no meio doméstico, é potencializadora de muitas formas de exclusão, razão pela qual textos como o de Trevisan precisam ser lidos, debatidos, interpretados quando há desejo de formação de uma sociedade não violenta e quando se acredita que as defesas dos direitos humanos é um imperativo para a vida em sociedade no contexto atual.

“Esses Lopes”, de Guimarães Rosa, é um conto publicado em antologia *Tutameia*, de 1969. É narrado em primeira pessoa por uma mulher, Flausina, que, já mais experiente, conta a sua história de opressão feminina vivenciada em um contexto de base patriarcal e de pobreza que a tornou esposa de um primeiro Lopes, que lhe tornou mulher ainda muito jovem e ingênua e de quem ela sofria o poder masculino e a violência de gênero. Ao revisitar seu passado e relatar sua história de relacionamento com os Lopes (o primeiro Lopes é o marido com quem se casou e o segundo e o terceiro Lopes são parentes do marido que com os quais, depois da morte do esposo, ela manteve relacionamentos), a narradora logo avisa no início do conto: “Meu gosto agora é ser feliz, em uso, no sofrer e no regalo. Quero falar alto. Lopes nenhum me venha, que às dentadas escorraço.” (ROSA, 1969, p.45). Como é possível depreender, a perspectiva narrativa é a de quem viveu uma vida triste, de percalços, que só não se tornaram mais intensos, porque do casamento infeliz ela teve filhos que ama apesar de serem também Lopes.

O conto, pela visão de Flausina, põe em destaque a submissão feminina e a violência da vida marital quanto há a supremacia do homem em relação à mulher e o poder opressor deste em relação àquela. É também um conto que expõe a violência social na medida em que Flausina foi “entregue” ao Zé Lopes por conveniência, afinal, a família dela, muito pobre, via no casamento arranjado da filha uma possibilidade de vivência de um processo de ascensão econômica e financeira, o que põe em relevo a percepção de mulher como objeto. Objeto no duplo sentido do termo: objeto da família, que vê nela a condição de melhor sobrevivência, e objeto do marido, que vê nela a mulher para satisfazer seus desejos sexuais, mesmo que isso gere dor e sofrimento à sua companheira, que relata: “Calei muitos prantos. Aguardei aquele caso corporal” (ROSA, 1969, p. 45).

Entre os vários aspectos do conto, é interessante ressaltar que Flausina demonstrar em sua narrativa sobre a sua própria trajetória que não mantinha poder decisões algum sobre a sua vida, era vítima de um destino indiferente aos anseios femininos e pouca margem havia para mudar sua rota, porque os “outros” escolhiam a vida e a forma de vida por ela: “Mas, primeiro, os outros obram a história da gente” (ROSA, 1969, p. 45). O fato de ela não escolher

com quem casar, de não ter sua voz ouvida, de não ser tratada como sujeito de direitos acentua a sua condição de submissão. Esta passar a ser modificada na medida em que ela decide que vai gerir sua vida e, para isso, opta por eliminar de sua vida cada um dos Lopes que a objetificam. O primeiro é o marido, que ela envenena, provocando a morte e, por consequência, o fim do casamento. Tal ação é planejada cuidadosamente, assim como é premeditado por ela o projeto de independência financeira, que consegue, retirando lucros do então marido: “O que podendo dele tudo eu para mim regrava. Fazia portar escrituras. Sem acautelar, ele me enriquecia. Mais, enfim que o filho dele nasceu, agora já tinha em mim a confiança toda, quase” (ROSA, 1969, p. 46). Se o casamento com Zé Lopes era indesejado, também era desagradável o que ela viveu depois da morte dele. Era a vez dos “outros Lopes” quererem se apropriar-se dela:

dois deles, tesos, me requerendo, o primo e o irmão do falecido. Mexi em vão por me soltar, dessas minhas pintadas feras. Nicão, um mau me emprazou: -“Depois da missa de mês, me espera...” Mas o Sertório, senhor, o outro, ouro e punhal em mão, inda antes do sétimo dia já entrava por mim a dentro em casa. Padei com jeito (ROSA, 1969, p. 47).

Esses infortúnios passam a ser minimizados quando Flausiva conquista, além do poder econômico, habilidade de ler e escrever. Flausina se alfabetiza e usa seu talento intelectual para tramar o afastamento dos outros dois Lopes, Sertório e Nição. Articulada, cria situação de intriga que leva os dois a entrar em conflito e luta com armas que acarreta a morte dos dois. Vê-se, assim, livre dos Lopes opressores e exploradores sexuais. Também alcança autonomia de letrada que contrasta com o perfil feminino do contexto de onde ela mesma emerge: o nordestino do sertão, onde grande parte das mulheres era, na primeira metade do século XX, quando a história narrada acontece, submissas ao poder masculino e com direitos à educação não assegurados.

Ao tomar as decisões sobre sua vida e ao se emancipar, Flausina deixa de ser objeto dos Lopes, livra-se de cada um deles, passado a ouvir seus desejos, a buscar seus sonhos. Passa a ser a protagonista de sua própria história embora esse protagonismo seja resultado de uma ação de sucessivas práticas de violência das quais ela tem consciência. Ela inclusive age de forma violenta para defender-se de seus agressores e, então, nota-se que o círculo da violência se mantém, sendo um sinal claro da constatação, via narrativa literária, de um dado do contexto social: a violência é marca fundante da cultura e da história brasileira. E por isso é tão presente nas produções artísticas. Nessa linha de raciocínio, Tânia Pellegrini (2005) destaca que a violência é uma prática constitutiva da cultura brasileira e que as obras

artísticas, independentemente de sua natureza, abordam a violência “como um elemento fundador a partir do qual se organiza a própria ordem social e, como consequência, a experiência criativa e a expressão simbólica, aliás, como acontece com a maior parte das culturas de extração colonial” (p. 134).

Outrossim, a violência alicerça comportamentos, regula relações, ordena espaços que cada sujeito pode ocupar. É isso que se pode depreender do filme *A hora da estrela*, de Suzana Amaral, lançado em 1985 e baseado na obra de título homônimo de Clarice Lispector. O longa-metragem conta a história de Macabéa, jovem nordestina que vai para São Paulo em busca de uma vida mais confortável. No novo espaço de vida, encontra dificuldades no trabalho – muitas delas decorrentes de suas limitações de comunicação e de inexperiência como datilógrafa, único trabalho que conseguiu – e de sobrevivência. Mora em uma pensão muito simples, dividindo espaços com outras mulheres a quem ela vê como mais despachadas e atraentes. Macabéa sente-se um sujeito menor, menos capaz, e isso é reforçado pelas relações que constrói na cidade grande. E a mais marcante é a com o namorado, Olímpico de Jesus, metalúrgico que a oprime e a troca pela colega de trabalho dela, Glória. O desfecho da história de Macabéa não é só marcado pelo fim do mal sucedido romance, mas ainda pelo fim da vida da personagem, que morre atropelada ao sair de uma consulta a uma cartomante indicada pela então colega Glória. A cartomante anuncia uma vida diferente, feliz, com novo marido, rico, para Macabéa. Mas o que ocorre é que, após sair da vidência, é atropelada por uma Mercedes e morre.

A perspectiva sombria da vida sem emoções da protagonista do filme revela a opressão feminina e a estigmatização da mulher como um sujeito inferior, desprezível, marginalizado em relação ao homem. A violência dos discursos opressivos a que Macabéa é sujeitada revela a perpetuação da cultura machista e invisibilidade do ser mulher em um contexto em que as lutas femininas começavam a ganhar força. Talvez a obra (tanto a fílmica quanto a literária) possa ser interpretada como um alerta para a dificuldade de ser mulher e de ter conquistas em um cenário em que se avultam óbices à liberdade feminina, impõem-se discriminação de gênero (inclusive no mercado de trabalho e não só no campo das relações afetivas) e exibem-se diversas facetas da violência contra a mulheres, as quais não se restringem ao que mais comumente aparece nas mídias, como a violência física.

Pode-se identificar, pela linha interpretativa apresentada, que as três narrativas apresentam perspectivas diferentes sobre a violência de gênero e se coadunam por colocar a personagem feminina como eixo central da narrativa e com voz (mesmo que limitada no caso de Macabéa). Pelas temáticas de cada texto, é possível destacar também o potencial de cada

um para o debate acerca das relações entre literatura, cinema e direitos humanos, sobre o qual é preciso reforçar a certeza de que a produção cultural brasileira representada pelas três narrativas examinadas tem potencial largo para não só sensibilizar sobre a violência de gênero e os atentados vividos por mulheres no contexto brasileiro em razão da violência a elas imposta, mas também o quanto a voz feminina precisa ser lida, escutada, estudada para que as condições de opressão e violência possam ser superadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A visão de Avelar (2011) em relação ao desrespeito aos DHs, entre outras razões, é motivada por sua observação a práticas de tortura em ambientes prisionais nos Estados Unidos e uso de “formas cruéis de punição mais além de suas fronteiras” (2011, p. 236) e à “cegueira” coletiva que impede o reconhecimento das relações entre os abusos dos direitos humanos verificados na América Latina (chamada ironicamente por ele de Terceiro Mundo) e uma “ordem global na qual os países ricos cumprem papéis nada inocentes” (2011, p., 238). Compartilhando as proposições do pesquisador, cabe aqui explorar a perspectiva segundo a qual é preciso combater a cegueira coletiva, que: a) impede o reconhecimento da violência de gênero; b) atribui, por meio de discursos insensíveis, o rótulo de “mimimi” a reivindicações de direitos de mulheres quanto à sua dignidade; c) naturaliza a violência contra a mulher com justificativas de que práticas de opressão são comuns em sociedades patriarcais; d) silencia discursos discordantes da aceitação tácita de qualquer tipo de violência contra mulheres; e) despreza as mulheres vítimas de violência e suas falas de denúncia etc.

Combater tal cegueira implica considerar os contextos sociais em que estão inseridos os sujeitos sociais que não têm assegurados ou presenciados os seus Direitos Humanos, como a violência contra as mulheres, que recebe contornos diferentes em cada país ou local em que ocorre e que, lamentavelmente, no Brasil toma proporções cada vez maiores, a exemplo de dados publicados na mídia acerca do crescimento do feminicídio. Espera-se que leitura críticas interpretativas de narrativas como as indicadas neste ensaio possam contribuir para a abertura de compreensão sobre direitos humanos e a violência de gênero como fator indubitavelmente contrário a presentificação na realidade brasileira e vivência – de todos – de tais direitos previstos na Declaração Universal dos Direitos Humanos.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Suzana Amaral. **A hora da estrela**. São Paulo. Produtora Rais Filmes. Embrafilme. 1985. Color. 1 fita em VHS. 96 min. Son. 35 mm

AVELAR, Idelber. Vida nua e direitos humanos na era da guerra sem fim. In: _____. **Figuras da violência**: ensaios sobre narrativa, ética e música popular. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2011. p. 235-244.

CASTILHO, Ricardo. **Direitos Humanos**. 6. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

GINZBURG, Jaime. Literatura e Direitos humanos: notas sobre um campo de debates. In: _____. **Crítica em Tempos de Violência**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/Fapesp, 2012. p. 189-205.

PELLEGRINI, Tânia. As vozes da violência na cultura brasileira contemporânea. **Crítica marxista**, 2005. 2005. Disponível em: <www.unicamp.br/cemarx/criticamarxista/critica21-Apelegirni.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2012.

PIACENTINI, Dulce de Queiroz. **Direitos humanos e interculturalismo**: análise da prática cultural da mutilação genital feminina. 2007. 176f. Dissertação (Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina). Florianópolis, 2007.

ROSA, Guimarães. Esses Lopes. In: _____. **Tutameia (Terceiras estórias)**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1969. p. 45-48.

TREVISAN, Dalton. Morre, desgraçado. In: _____. **Pão e sangue**. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 1996. p. 7-10.

~ CAPÍTULO XVII ~

A MULHER NA CONDIÇÃO DE NUTRIZ E O MAIS DO MESMO: REVISITANDO AS CAMPANHAS DA AMAMENTAÇÃO

Eliane Cadoná

Marlene Neves Strey

RELEMBRANDO ANTIGAS PARCEIRAS DE PESQUISA

Dez anos se passaram desde o dia em que, juntas, na condição de autoras, concluimos uma pesquisa que unia nossos gostos pessoais e profissionais: os Estudos de Gênero e os Estudos de Mídia¹. Foram dois anos estudando um fenômeno tido como inquestionável pela cultura ocidental e, portanto, polêmico até mesmo para duas psicólogas sociais: a maternidade produzida e interpelada pelos discursos das campanhas da amamentação. No dia da defesa de dissertação, um ponto levantado pela banca nos fez, por muitos anos, desejar voltar ao assunto, embora os caminhos da vida nos distanciassem dele. Hoje, em um movimento prazeroso e engajado com nossos propósitos, perguntamos: passado todo esse tempo, é ainda a mulher, na condição de mãe e nutriz, narrada por intermédio do discurso biologicista que, escancaradamente, traduz, pelas campanhas da amamentação, que a boa mãe é a mãe biológica?

A indagação, citada pelas avaliadoras da pesquisa como a mais potente no processo investigativo, possibilitou evidenciar a importância da análise de práticas tomadas enquanto verdades absolutas na contemporaneidade e que, ao contrário do que se pensa, estão incutidas em nossas ações diárias e, portanto, não são tão fáceis de serem evidenciadas, problematizadas, questionadas.

¹ No início do ano de 2010, concluimos a dissertação de mestrado intitulada “Amamentar é educar para a vida?!?!”: a produção da maternidade contemporânea nas campanhas da amamentação”, pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da PUCRS.

Certamente o projeto da Modernidade, pautado em uma ciência dita neutra, objetiva e calcada em leis imutáveis não deu certo, e os fenômenos humanos não cansam de evidenciar isso. Entretanto, reconhecemos que a vontade de torná-lo possível fez com que as Ciências Humanas e Sociais produzissem discursos contraditórios a respeito de seus “objetos de estudo”. A maternidade foi um desses objetos que, dissecado, manipulado e traduzido por intermédio de diferentes lugares, apresentou-se, ao longo do XX e também do século XXI (resguardadas as suas devidas diferenças) sob as amarras de verdades ditadas nos moldes do patriarcado, da eugenia e do discurso médico-normativo.

Em tempos em que a adoção, a homoafetividade, o poliamor e a relativização dos papéis de gênero ganham espaço no âmbito público e privado, trazer à tona que as verdades de nosso tempo ainda aderem a recursos biologicistas revela a potência do projeto da Modernidade. Embora pareça contraditória a ideia de nomeá-lo enquanto “potente”, em meio ao fato de que o mesmo não tenha dado certo, dadas as características que fazem do humano um constante devir, é fato que a insistência na implementação dessa lógica deixou marcas e produziu modos de subjetivação.

Nas campanhas da amamentação, por nós analisadas, produzidas entre os anos de 1999 e 2001, o sujeito materno era evidenciado como um projeto importante e fundamental para a constituição de bebês “saudáveis” e que, por conta da amamentação, teriam seu futuro garantido e sua saúde mental e intelectual preservada. Algumas campanhas chegavam a atrelar o exercício da amamentação ao alcance da paz mundial. Apelativos, os sentidos dados à prática exigiam o exercício constante de vigilância sobre as mães e seus bebês, em meio à articulação de discursos que reforçavam, por intermédio da religião, da ciência e da moral que toda “boa mãe” amamenta.

Muitos pontos foram destacados por nós naquele momento, afinal, se nossa ideia é de que o humano não se encaixa nos “quadrados” moldes da Modernidade, o projeto de constituição de uma mãe que amamenta para a salvação da criança e da humanidade também não se encaixaria na realidade posta, dada a diversidade de lógicas de vidas das mulheres. As madrinhas da campanha eram, em sua maioria, atrizes globais, marcadas por um estereótipo de mulher “padrão”: branca, em um relacionamento estável com um homem e com um emprego com carteira assinada. Em outras palavras, as campanhas pareciam dizer: tendo tudo isso, não há motivos para não amamentar...

As mães com HIV/Aids? Ah, essas nem apareciam. Afinal, que mãe que pertence a esse “grupo de risco”² pode amamentar? Aos poucos, por esses e por outros pontos por nós analisados, fomos percebendo que apenas uma parcela das mulheres, ditas “de carne e osso” se “enquadravam” na lógica ali idealizada.

Mas o discurso mais forte, que chamou atenção, foi o de que a “boa mãe é a mãe que amamenta” (CADONÁ; STREY, 2014). Como ficam as mães que não podem (as que adotam, as que possuem uma doença que as impede de amamentar...), as que não que querem amamentar e as que são impossibilitadas, após um curto período de tempo pós-parto (trabalhadoras informais, por exemplo)?

As pessoas nos perguntavam: mas afinal, o que vocês estudam? A maternidade? A amamentação? O que criticam? Indagavam-nos de diversas formas, e não foram poucas as posições, em especial no contexto acadêmico, que procuraram mostrar a irrelevância da discussão, com o argumento de que estávamos mexendo com algo sagrado, com algo que, se criticado, poderia promover um retrocesso nos movimentos já conquistados pelo Ministério da Saúde e pela Sociedade Brasileira de Pediatria, tão compenetrados na ideia de que, como traziam as campanhas, só não amamenta quem não quer e, não querendo, produzirá um sujeito “imperfeito”, com futuro instável e com um sistema imunológico aberto para doenças.

Não foi fácil manter a argumentação de que, embora cientes dos benefícios da amamentação, não poderíamos trazer procedimentos e condutas generalizadas para o campo da maternidade. Tínhamos ciência de que não desejávamos criticar a amamentação, dada a sua importância, sim, em meio às muitas relações benéficas estabelecidas entre quem cuida e quem é cuidado/a em seus primeiros anos de vida. Mas também sabíamos que nossos estudos no campo da Psicologia Social Crítica e nos Estudos de Gênero nos impediam de olhar para práticas discursivas assim formuladas sem produzir, em nós mesmas, certo estranhamento. Sabíamos que tais estudos, quando articulados ao nosso cotidiano - e aos nossos posicionamentos ético-políticos - nos levavam a um caminho sem volta. Não tínhamos mais como voltar atrás. Era sim preciso unir esforços, articular estudos à perspectiva da análise crítica da mídia e então cumprir com aquilo que acreditamos que, enquanto pesquisadoras, precisávamos fazer: colocar em análise o cotidiano tão acomodado para alguns campos do saber.

² O termo “grupo de risco” está em desuso, se considerada a noção de sujeito calcada na lógica da Saúde Coletiva. No livro organizado por Gastão Wagner Campos e colaboradores, intitulado Tratado de Saúde Coletiva, o termo é substituído pela noção de *vulnerabilidade*, entendendo-se que a condição em que se encontra o sujeito, no âmbito da saúde, é reflexo não somente de suas ações individuais, mas do modo como operam serviços, políticas de atenção, aspectos culturais, morais e coletivos em sua existência.

Muitas são as inspirações e referências epistemológicas que pautaram nossos posicionamentos, ao longo de nossas jornadas na condição de pesquisadoras. Mas aqui, trazemos, para complementar a argumentação acima, algumas considerações assumidas por Rosane Neves da Silva (2005) e por Simone de Beauvoir (2016).

Embora cientes de que as duas autoras partem de bases epistemológicas que, em alguns pontos, podem não convergir, salientamos que nosso processo de construção autoral acerca do tema “maternidade” ganhou forma a partir de muitas de suas argumentações. Aqui, destacamos alguns pontos que fortalecerão nossos argumentos.

Beauvoir, para nós, constitui-se em uma figura primordial para a discussão a qual levantamos aqui. Ela não traz, em sua obra aqui destacada, *O segundo sexo*, a maternidade como único ponto de discussão. Porém, é a forma como argumenta este e tantos outros fenômenos atrelados à mulher que nos interessa. A partir de um viés existencialista, ela coloca em xeque a noção fragmentada de compreensão acerca dos fenômenos biopsicossociais que perpassam o humano. Com argumentações maduras e claras, problematiza o modo como narramos os fatos e como construímos o sujeito mulher a partir das tramas do discurso da religião, da biologia e do patológico. E vai além: demonstra como mulheres, desde muito cedo, vivem e sentem a realidade a partir desses paradigmas que colocam a mulher sempre direcionada à maternidade, à servidão e à culpa.

Rosane Neves, por sua vez, em *A invenção da Psicologia Social* traz um olhar sobre a produção do social e a consequente naturalização do mesmo enquanto uma evidência. Ela traz à tona as produções históricas que tornam evidentes os momentos em que a sociedade ocidental passa a colocar o social como algo a ser discutido e incluído nas tramas do controle e da disciplina, deixando-nos clara a posição de que o que por nós é evidente, natural, na contemporaneidade, inicia-se por intermédio de relações de saber-poder articuladas a aspectos sociais, culturais e políticos de seus tempos. Assim como ela conclui que o surgimento do modelo asilar se dá no momento em que as comunidades passam a articular novas relações de vida e a dar novos sentidos à existência, com base na noção de produtividade, entendemos que a noção de maternidade também se modifica e se constitui a partir de condições que operam na lógica do controle e do disciplinamento dos corpos. Assim, se hoje narramos a maternidade a partir de paradigmas atrelados à doação e ao amor incondicional é porque produzimos e articulamos à nossa existência regimes de verdade que operam a partir dessa lógica, e que não estão atrelados somente à sobrevivência das crianças, mas a questões de economia, de epidemiologia e de disciplinamento em prol da produção de humanos ditos “saudáveis” e “aptos” para o mercado de trabalho. O que isso interessa para

esta discussão? Justamente o fato de que nada que perpassa pelo campo da ciência, seja na condição de conceito, lei ou verdade escapa à análise histórica, econômica e política. Sem isso, caímos na ingenuidade e nas argumentações rasas, superficiais.

(RE)VISITANDO O FENÔMENO ANALISADO: O QUE NOS CONTAM AS ATUAIS CAMPANHAS DE AMAMENTAÇÃO A RESPEITO DO SUJEITO MATERNO?

Quando um jovem ou uma jovem pesquisadora inicia seus estudos no campo da Psicologia Social e nos Estudos de Gênero, precisa passar por uma série de aprovações. E falamos por experiência própria! Não ocupamos o mesmo lugar de quem faz pesquisa por intermédio de um ensaio clínico randomizado, por exemplo. Metodologias tidas como clássicas, porque se propõem a analisar fenômenos com base nas ferramentas teórico-metodológicas das ciências da natureza ou que dialogam com elas em uma perspectiva mais estruturalista raramente são questionadas. Os passos são evidenciados, testes são produzidos e, enfim, chega-se a uma resposta.

A importância de tal movimento para a Psicologia foi fundamental. Evoluímos nas avaliações neuropsicológicas, aprofundamos procedimentos no campo da psicoterapia, evidenciamos os fatores psicológicos associados a doenças crônicas, autoimunes. Mas o campo de investigação da Psicologia não se restringe a isso. Se o casamento com as ciências da natureza foi fundamental para as pesquisas aqui citadas, foi a união da Psicologia com a Linguística, com a Sociologia, com os Movimentos Feministas, com a História e a Filosofia que permitiu a construção de outros campos de investigação, sensíveis a fenômenos que o próprio Wilhelm Wundt dizia não poderem ser mensurados.

Por isso que, paralela à discussão de que o vínculo proporcionado pela amamentação, produz saúde mental e uma base sólida para o sujeito, a Psicologia Social problematiza tais verdades, e coloca em evidência a articulação entre relações humanas e universalização de práticas, com base na ciência. Também provoca a reflexão, questionando a solidez, enquanto conceito inventado, e a saúde mental vista dentro de um molde, de um protocolo.

Como falar aqui em Psicologia Social é deixar, muitas vezes, leitores “no limbo”, dada a amplitude do campo em questão, trazemos, enquanto referência para nortear a análise, a psicóloga social Mary Jane Spink (2004; 2014), e suas contribuições no campo da análise das práticas discursivas e da produção de sentidos cotidianos. Com base no Construcionismo Social, Spink analisa o cotidiano de forma a compreendê-lo no âmbito das relações e da produção de sentidos, por intermédio da linguagem. Isso quer dizer que os sentidos que

damos às coisas, ao mundo, aos acontecimentos estão diretamente relacionados ao nosso tempo histórico, aos interesses em jogo, ao modo como inventamos, traduzimos e sentimos o mundo. Por isso, ao falarmos em relações humanas e fatos narrados a partir de pessoas, consideramos que, embora existam, tais aspectos são marcados por tempos e lugares, por pontos de vista, por vivências e, portanto, não são universais.

Assim, para ela, como para muitos e muitas autore(as)s construcionistas, o método, embora fundamental e necessário, também é construído na interrelação entre o fenômeno estudado e quem o analisa, entre quem analisa e a teoria adotada, entre a teoria adotada e suas articulações com o fenômeno. Não há receitas, mas um aprofundamento nos dados e uma constante articulação entre as perguntas da pesquisa, suas bases epistemológicas, éticas e estéticas e a questão em análise.

Foi com esse olhar que nos dirigimos às campanhas que analisamos há dez anos. E é com ele mesmo, talvez mais rebuscado e maduro, que olhamos para as atuais. Mas, agora, nos permitindo fazer um novo movimento: ao invés de olharmos com rigidez para os fenômenos, propomos aqui uma livre associação de ideias, inspiradas nas bases epistemológicas que nos constituíram enquanto pesquisadoras.

Destacamos que, embora não estejamos aqui preocupadas com a sistematização dos dados, já que não foi esse o compromisso assumido nesta produção textual, não a desvinculamos de fontes científicas que nos ancoramos para falar do assunto. Conversam aqui conosco autoras e autores que pensam sujeitos e mundos, a partir de uma perspectiva crítica e reconhecidamente comprometida com a cientificidade das discussões que se propõem a fazer.

Assim, após um longo “namoro” com os textos dos materiais, representados por articulações de imagens e palavras, apresentamos aqui algumas de nossas considerações sobre o assunto, na ideia de nunca deixar morrer a análise crítica sobre as produções discursivas de nosso tempo.

O QUE MUDOU NAS CAMPANHAS?

Os dez anos de campanha, por nós analisados, nos preocupou, na condição de estudiosas da Psicologia Social. Traziam visões estereotipadas de mulheres que, na condição de nutrizes, geravam um “modelo” de mãe, que já não era mais outra coisa, além disso, porque agora tinha que direcionar seus esforços à produção de crianças “saudáveis e bem sucedidas”. Quase que exclusivamente representadas pela cultura de divisão de classes, eugenista e

heterossexista, porque figuras públicas, do meio artístico, brancas e casadas com homens brancos, essas mulheres apareciam quase sempre sozinhas nas campanhas, denotando a ideia de que o ato de amamentar dependia de sua boa vontade, disponibilidade e doação (CADONÁ; STREY, 2014).

Ao revisitar as campanhas, visualizamos mulheres negras, nem sempre famosas, que performam outros modos de ser mulher e de ser mãe. Essas mulheres da campanha, que parecem trazer consigo outros modos de falar do exercício da maternidade, aparecem ainda como a principal fonte de nutrição para o bebê, mas agora, em meio a um movimento que não apenas as responsabiliza pela manutenção dessa prática, mas também gestores familiares, sociedade, empresas.

Figura 1 - Cartaz da campanha da amamentação de 2018



Fonte: Google Imagens (2018).

Embora a amamentação ainda esteja atrelada a um ato biológico (e deixaremos essa discussão para a próxima seção), ela já é visualizada de outras formas nas campanhas de 2018, 2019 e 2020, compreendendo a importância da doação, por parte da mulher nutriz, para os bancos de leite. Em outras palavras, a campanha não explicita que há outras formas de alimentar o bebê, mas dá mais ênfase para ações alternativas ao aleitamento ao peito.

A questão dos bancos de leite, alinhada ao acompanhamento profissional do auxílio à prática da amamentação, incentivo junto a empresas e ao papel da família e da sociedade na manutenção do ato de amamentar evidenciam políticas públicas que articulam melhor as realidades das diferentes mulheres ao exercício da maternidade. A mulher trabalhadora aparece mais nas campanhas e é incentivada a manter papéis além da maternidade. Ao invés de escolher entre ser mãe e amamentar seu/a bebê ou trabalhar, medidas são pensadas para que consigam exercitar ambas as práticas.

No ano de 2019, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul lança um curso a distância, gratuito, intitulado *Feminismos: algumas verdades inconvenientes*³. Nele, suas idealizadoras discutem, por intermédio de diferentes lugares e considerando os mais variados contextos questões feministas no decorrer dos últimos séculos, destacando conquistas e retrocessos no âmbito do trabalho, da saúde, da educação, dentre outros. Ali, vemos que o simples fato de haver um curso que fale sobre isso já demonstra o interesse de determinados públicos pelo assunto. Porém, as conquistas parecem ainda muito iniciais, dados os fatos apresentados em nosso cotidiano e nesta análise propriamente dita. No curso se evidencia que a mulher ainda possui grande dificuldade em equiparar-se ao homem no salário, em alguns direitos sociais e nas relações de trabalho.

O QUE SE MANTEVE NAS CAMPANHAS: PARA TENTAR ENTENDER (OU NÃO) O MAIS DO MESMO

Ao evidenciar a lógica dos regimes de verdade, e o modo como operam no cotidiano, Michel Foucault (2007; 2020a; 2020b) nos coloca nas tramas da discussão da produção de subjetividade, de forma a problematizar a constituição do modo que pensamos, narramos e constituímos nossa própria existência. Regimes de verdade não se esvaem da noite para o dia. Permanecem em concomitância com outros regimes que, embora, às vezes, contrários a ele, não o tornam menos potentes e menos presentes no cotidiano das pessoas.

Revisitando as campanhas de amamentação, não nos espanta que muitos desses regimes de verdade que operaram, ao longo da segunda metade do século XX, mais especificamente no momento em que o conceito da “boa maternidade” atrelada à atitude de amamentar, ainda se mantenha. Foi preciso uma “perfeita” e “competente” articulação entre ciência, moral e religião para finalmente colocar as mulheres mães na condição de nutrizes (BADINTER, 1985). Foi preciso capturar diferentes subjetividades, e lançar mão de discursos que atingissem todas elas, em um movimento de captura que se daria, senão pelo afeto, pela culpa ou pela pretensa racionalidade trazida pelo discurso científico: “*A amamentação está associada a um melhor desempenho testes de inteligência, renda mais alta e maior produtividade na vida adulta*” (CAMPANHA DA AMAMENTAÇÃO, 2019).

Eis a realidade ainda presente nas campanhas de 2018, 2019 e 2020: a maternidade está ligada à prática da amamentação que, de fato, agora conta cada vez mais com incentivo legislativo, trabalhista e social. Mesmo assim, é uma maternidade que se exercita na lógica da

³ Disponível em <<https://lumina.ufrgs.br/course/view.php?id=100>>.

produção de um tipo de criança, que irá se diferenciar cada vez mais daquelas que não receberam o “antídoto” para seu futuro de sucesso: o leite materno: “*Amamentação é a base da vida*” (CAMPANHA DA AMAMENTAÇÃO, 2018); “*Amamentação: incentive a família, alimente a vida*” (CAMPANHA DA AMAMENTAÇÃO, 2019); “*Apoie a amamentação. Proteger o futuro é papel de todos*” (CAMPANHA DA AMAMENTAÇÃO, 2019).

Leitores podem se perguntar, a essa altura de nosso texto: não há, aqui, certa ingenuidade na discussão, dada a complexidade do exercício de não amamentar e de suas possíveis consequências epidemiológicas? Comprovada a eficácia do leite materno na redução da mortalidade infantil, na proteção contra doenças e no fortalecimento do vínculo, há sentido em questionar as campanhas da amamentação?

As respostas a esses questionamentos certamente não são simples e lineares. Mas eis um dos principais desafios da ciência que caminha na linha da criticidade, pois, tão importante quanto os avanços científicos na comprovação ou refutação da eficácia de determinadas práticas é a problematização do modo como operamos diante dessas verdades.

O leite materno, o exercício de alimentar o bebê e a eficácia nutricional e imunológica não são aqui colocados em questão. O que se questiona é a linearidade ainda presente na veiculação da informação, e que nega a diversidade, direcionando na linha de que todas as famílias, cuidadores, comunidades e empregadores se encaixam nos rigorosos padrões que, uma vez seguidos, dizem as campanhas, garantem o sucesso do desenvolvimento da criança.

Começamos aqui discutindo o permanente e incisivo movimento discursivo de que é preciso amamentar até os dois anos ou mais. De fato, a campanha traz soluções para isso: incentivo à construção de salas para amamentação nas empresas, legislações que garantem horário de trabalho especial para quem amamenta, incentivo junto à família para que facilite e contribua para esse movimento. O que a campanha parece dizer? Todos os subsídios para o exercício pleno da amamentação estão garantidos, mas, na prática, evidenciamos que tais subsídios limitam-se a: mulheres com carteira assinada; famílias que, segundo a campanha, vivem e se reconhecem (ou tentam se reconhecer) dentro da lógica heteronormativa e, portanto, possuem a figura de um homem na relação; chefias e colegas de trabalho compreensivos com o momento e dispostos a olhar para o cuidado humano acima da produtividade; mulheres sem doenças que a impeçam de amamentar.

Figura 2- Campanha da amamentação



Fonte: Google Imagens (2020).

Temos ainda outros pontos, que não se referem especificamente a direitos garantidos, com fins de garantir o exercício pleno da amamentação. O primeiro deles é a quase que total negação (não plena, dada a presença, na campanha, do incentivo aos bancos de leite) de que possa haver mães que, pelos mais variados motivos, não queiram ou não possam amamentar. Mas elas existem? Não seria o ato de amamentar um exercício exclusivamente biológico que, articulado a explicações físico-químicas fazem brotar nos corpos a evidência de que somos mamíferos, acima de tudo, e que carregamos em nossa memória evolucionária o que é preciso para desenvolvermos o ato de amamentar, quando for preciso?

Ora, embora nada do que acima foi exposto seja por nós negado, o fato é que muitas outras questões discutidas pela ciência e também evidenciadas por ela acontecem concomitantes aos nossos processos ligados à questão da evolução. Afinal, se nosso fim fosse nossa condição biológica, não teríamos um cérebro desenvolvido a ponto de possibilitar, por intermédio dos mais variados procedimentos, o prolongamento de nossas vidas, a concepção ou o seu impedimento, o transplante de órgãos, as órteses e as próteses que auxiliam na nossa qualidade de vida. A ciência e o seu desenvolvimento, no decorrer de todo o século XX e agora, no século XXI já não está mais calcada apenas na lógica do racionalismo, do empirismo e do positivismo. Criamos outras bases epistemológicas. Articulamos nossa existência a mais de uma forma de olhar para o mundo e de narrá-lo, porque tal exercício não pode se dar a partir de explicações simplistas.

Ao investir na ideia da amamentação por dois anos ou mais, a campanha traz consigo mecanismos muito sutis que direcionam a maternidade para as tramas do sacrifício pelo outro, e isso é realizado concomitante ao processo de apagamento da figura da mulher, que

passa a dar lugar à mãe. Mas essa mãe não pode ser qualquer uma: ela permanece aparecendo nas campanhas como apta a amamentar ao peito, logo, sem qualquer doença que possa passar para o bebê por intermédio dessa prática. Ela segue, também, sendo a mesma que gestou a criança, e nunca representando a mãe que adotou. E mais: aparece, quando evidenciada a figura de um companheiro, ao lado de um homem que segue o padrão heteronormativo: *“Também são parceiros da amamentação: o marido companheiro que incentiva e dá apoio físico e emocional à mulher”* (CAMPANHA DA AMAMENTAÇÃO, 2020). Enfim, muita maquiagem para mostrar uma campanha que, ao longo de 10 anos, inclui negros em seus cartazes, embora tais personagens sigam carregando os mesmos estereótipos inventados pela sociedade burguesa. Nada de mamadeiras, nada de adoções, afinal, para a campanha, além de um ato de amor, a amamentação é um ato puramente biológico.

Juntamo-nos a Stuart Hall (2014), em meio a essas problematizações, em especial quando coloca em questão a noção de identidade como nova categoria a ser discutida, ao pensar na análise da produção de subjetividade em pleno século XXI. Para ele, o debate intensificado sobre a luta de classes abre também espaço para a questão do jogo das identidades, em um momento em que as pessoas se identificam com categorias que ora se complementam, ora se contradizem: sou capitalista e adepto às questões socialistas; primo pelo cuidado com o meio ambiente e ando de carro todos os dias; luto pela manutenção das relações sociais face a face, embora desconheça o nome de meus vizinhos e vizinhas; sou a favor da distribuição de renda, mas defendo a propriedade privada e acredito, na condição de mulher branca, na meritocracia, quando falo de minhas conquistas.

Deixando de lado juízos de valores (se é que conseguimos), o século XXI é o século das identidades e, também, das contradições (BAUMAN, 1998). Em meio a tudo isso, necessitamos de novos dispositivos para analisar o cotidiano. E isso nos faz também reconhecer que operar em meio a ele se torna um exercício complexo. Retomando as campanhas da amamentação, faz-se necessário reconhecer que necessitamos nos desvincular de preceitos que norteavam a maternidade que nos antecedeu, sem desconsiderar que vivemos a era do individualismo e, portanto, o ato de cuidar do outro se torna cada vez mais foco das políticas públicas. Eis então um desafio constante: fazer atenção em saúde sem cair nas tramas, nas amarras dos discursos impositivos e contrários ao cuidado com, neste caso, a pessoa que exerce o papel materno.

Para outros escritos, talvez nos arrisquemos a discutir como a questão das identidades *trans* circulam, em meio a esse cenário em que já não concebemos mais o papel de cuidado à mãe biológica, mulher, heterossexual, branca, burguesa. Há que se olhar para o lado bom

desse jogo de identidades e operar na lógica do cuidado, considerando outras frentes, outras performances, outros lugares de fala, como nos ensina e inspira Judith Butler (2008).

O QUE PROPOMOS

Nesta breve discussão, trouxemos aspectos que evidenciam a necessidade de um fazer crítico e em constante reinvenção, com fins de possibilitar processos de subjetivação atrelados às necessidades das pessoas. Em meio a ela, fica claro nosso posicionamento de que as pretensas verdades universais veiculadas nas campanhas, acerca da amamentação, tornam-se inviáveis diante de tentativas de colocá-las em prática, quando acrescida à realidade a questão da diversidade.

Entretanto, não há dúvidas, de nossa parte, que essa evidência aqui levantada impeça o exercício de incentivo ao cuidado da criança por intermédio da alimentação ao peito. Entretanto, talvez seja preciso vincular campanhas a outros dispositivos de cuidado, que operem a partir de outras lógicas de sujeito, e que considerem outras categorias discursivas. Ou seja: olhar, em meio ao processo, cada vez mais para a complexidade da realidade em questão, sem desconsiderar as particularidades e as demais possibilidades que se tornariam fonte de cuidado, afeto e garantia de um futuro melhor para crianças e seus/as cuidadores/as.

No exercício de (re)pensar políticas públicas, a melhor medida sempre está naqueles e naquelas que, cotidianamente, usufruem delas. Assim, cabe a nós, cientistas, darmos voz às pessoas e a suas experiências, formulando ações a partir delas e para elas. Eis o grande desafio em tempos em que a escuta e a pressa disputam espaço.

REFERÊNCIAS

BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro, Zahar, 1998.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**. Volume 1 e 2. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2008.

CADONÁ, Eliane; STREY, Marlene Neves. A produção da maternidade nos discursos de incentivo à amamentação. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 22, n. 2, p. 477-499, ago. 2014. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-

026X2014000200005&lng=pt&nrm=iso>. acessos
em 01 dez. 2020. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2014000200005>.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 2007.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade: a vontade de saber**. São Paulo: Paz e Terra, 2020a.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade: o uso dos prazeres**. São Paulo: Paz e Terra, 2020b.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2014.

NEVES, Rosane. **A invenção da Psicologia Social**. Rio de Janeiro: Vozes, 2005.

SPINK, Mary Jane Paris; Menegon, Vera. Práticas discursivas. In: IÑIGUEZ, Lupicínio. **Manual de análise do discurso em ciências sociais**. Pretópolis: Vozes, 2004.

~SOBRE OS/AS AUTORES/AS ~

ALICE LOPES CALDAS FAGUNDES

Graduanda em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e estagiária de Processos Clínicos - com ênfase em Psicanálise - pela Clínica de Atendimento Psicológico da UFRGS. Em 2019, realizei o estágio básico no Instituto de Desenvolvimento Humano (IDH), atuando na Associação de Moradores da Vila Parque Santa Anita, com participação em grupos de Psicodrama para crianças e adolescentes e co-coordenação do Projeto Desprincesamentos, voltado para a mesma faixa etária. De abril de 2016 a julho de 2017, estive vinculada como auxiliar de pesquisa ao Grupo Relações de Gênero, coordenado pela Profa. Dra. Marlene Strey, do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). No decorrer desse período de Iniciação Científica, destaco a apresentação de um trabalho no "13º Mundo de Mulheres & Fazendo Gênero 11" e a co-autoria do artigo: "Toda mulher sonha em ser princesa? Problematizações sobre Escolas de Princesas".

ANA CAROLINA WESELOVSKI DA SILVA

Mestranda em Psicologia Social e Institucional (Conceito CAPES 5). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, Brasil. (Iniciado em 2019). Graduação em Psicologia. Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, URI, Brasil. (Entre 2013 e 2018).

ANA MARIA COLLING

Mestre em História do Brasil pela UFRGS, Doutora em História do Brasil pela PUCRS com estágio em Coimbra/PT. Professora junto ao Programa de Pós graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados - MS, e pesquisadora da Cátedra da UNESCO: Diversidade Cultural, Gênero e Fronteiras. Além de inúmeros textos em periódicos e revistas especializadas, destacam-se as obras "*A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil*" (Editora Rosa dos Tempos/Record, 1995); "*Tempos diferentes, discursos iguais. A construção histórica do corpo feminino*" (EDUFGD 2014-2019); organização do "*Dicionário Crítico de Gênero*" (EDUFGD 2015, 2019), prêmio ABEU (2016) categoria Ciências Humanas.

ANA PATRÍCIA HENZEL RICHTER

Mestranda do Programa de Pós-graduação em Educação (stricto sensu) da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI/Frederico Westphalen, RS). Pós-graduada em Didática da Matemática (UNINTER). Pós-graduada no ensino para a Educação Profissional (UNIJUÍ). Pós-graduada em Informática Aplicada à Educação (UPF). Licenciada em Matemática (UNINTER). Graduada em Informática (UNIJUÍ). É monitora dos laboratórios

de Informática no ensino fundamental e professora do curso Técnico em Informática do Colégio Estadual Três Mártires em Palmeira das Missões, RS. Atualmente participa do Grupo de Pesquisa em Educação e Tecnologias (GPET), cuja linha é Processos Educativos, Linguagens e Tecnologias.

ANA PAULA TEIXEIRA PORTO

Possui graduação em Letras pela Universidade Federal de Santa Maria (2002), Especialização em Educação a Distância pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2012), Mestrado em Letras (2005) e Doutorado em Letras (2011) pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, na área de Literatura Brasileira. Realizou estágio de Pós-doutorado sobre literatura angolana lusófona (2013) na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Atua desde 2005 como professora do ensino superior e atualmente é professora dos Programas de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Letras e em Educação da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - URI, câmpus de Frederico Westphalen. Realiza pesquisa na área de Letras, com ênfase nos Estudos Literários e formação de professores, atuando principalmente nos seguintes temas: formação de leitores e ensino de literatura; narrativas de língua portuguesa contemporâneas; formação de professores e tecnologias, mídias e ensino. Resultados de suas pesquisas são publicados em revistas especializadas e livros. Atua como editora-chefe da Revista de Ciências Humanas e é membro da equipe editorial da Revista *Literatura em Debate*, Revista *Língua & Literatura*, Revista *Recorte*, *Memento*, além avaliadora de artigos para outras revistas científicas nas áreas de Letras e Educação. Integra o banco de avaliadores da Educação Superior do INEP/MEC.

ANDRESSA BOTTON

Psicóloga. Mestre em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS/2011). Doutora em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS/2017). Atua como psicóloga na Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). De 2009 a 2017 esteve vinculada ao Grupo de Pesquisa “Relações de Gênero” do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da PUCRS. Atualmente, é colaboradora no Grupo de Pesquisa “Preconceito, Vulnerabilidade e Processos Psicossociais” do Programa de Pós-Graduação da PUCRS. Foi organizadora do livro “Gênero e Ciclos Vitais: desafios, problematizações e perspectivas”, publicado pela EDIPUCRS. É autora de outras publicações na área de gênero.

BIANCA KNAAK

Licenciada em Educação Artística - Artes Plásticas, Doutora em História com tese sobre as Bienais do Mercosul e Mestre em História, Teoria e Crítica da Arte com dissertação sobre as referências populares e de massa na arte brasileira contemporânea. Artista, crítica e curadora sazonal, integra o Comitê Brasileiro de História da Arte (CBHA). Entre 1999 e 2002 foi a primeira mulher a dirigir o Museu de Arte Contemporânea do Rio Grande do Sul (MAC) e o Instituto Estadual de Artes Visuais (IEAV). Estuda principalmente as relações sistêmicas da arte brasileira contemporânea através de curadorias, grandes exposições, projetos museológicos e de institucionalização da arte.

BRUNA SORENSEN

Psicóloga Clínica. Residente Multiprofissional em Cardiologia pela Universidade de Passo Fundo (2017-2019). Graduada em Psicologia pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – Câmpus de Frederico Westphalen. Poetisa. Escritora.

CLEIDINARA RIGODANZO

Psicóloga, graduada pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI. Durante sua trajetória acadêmica fez parte do Grupo de Pesquisa em Psicologia URI-FW. Em 2019 participou como Bolsista Voluntária de Iniciação Científica no projeto “Gênero e Saúde no Ensino Fundamental: práticas discursivas de professores/as”. Ainda, atuou como Docente Júnior Voluntária na disciplina de Saúde Coletiva no curso de Psicologia URI-FW. Realizou estágios profissionais na área de psicologia escolar e psicologia hospitalar. Atualmente é pós-graduanda em Psicopedagogia, e atua como Psicóloga Clínica.

ELIANE CADONÁ

Doutora em Psicologia (PUCRS). Mestre em Psicologia Social (PUCRS). Especialista em Psicologia Clínica Ampliada e graduada em Psicologia e em Ciências Biológicas (URI - Campus de Frederico Westphalen). Professora da URI/FW e atual Coordenadora do Curso de Psicologia desta mesma Universidade. Professora do Programa de Pós-Graduação - stricto sensu - em Educação URI/FW, atuando na linha de pesquisa Processos Educativos, Linguagens e Tecnologias. Líder e integrante do Grupo de Pesquisa em Psicologia da URI - Campus de Frederico Westphalen, com pesquisa no âmbito das Políticas Públicas, Saúde e Produção de Subjetividade em Contextos Institucionais. Integra ainda o Grupo de Pesquisa em Docência, Emancipação e Direito Educativo, na linha de pesquisa Direitos Humanos, Ética e Educação, fazendo parte da Rede Iberoamericana de Estudos em Docência, Emancipação e Direito Educativo. Por intermédio do referido grupo de pesquisa, é membro da Rede Iberoamericana de Estudos em Docência, Emancipação e Direito Educativo - RIEDEDE. Atualmente, vincula seus estudos à perspectiva do Construcionismo Social, da Saúde Coletiva, dos Estudos de Gênero e do Direito Educativo, no campo das Políticas Públicas e da Mídia, atentando-se à análise das práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano.

ELISABETE CERUTTI

Possui Doutorado em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2014), Mestrado em Educação pela Universidade Federal de Pelotas (2004), graduação em Pedagogia pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (2001). É membro do Conselho de Câmpus e do Conselho Universitário da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - Câmpus FW e professora titular desta Universidade, atuando na Graduação (desde 2006) e no Programa de Pós Graduação em Educação - PPGEduc (desde 2015). É líder do Grupo de Pesquisa em Educação e Tecnologias - GPET/URI, membro

dos Grupos de Pesquisas: ARGOS /PUC - RS e NEPPES/URI. Atua desde setembro de 2014 como Diretora Acadêmica da URI, dialogando, principalmente, nos seguintes temas: Educação, Gestão, Tecnologias e Práticas Pedagógicas.

ELISÂNGELA BERTOLOTI

Graduada em Letras - Língua Portuguesa (2017) pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - URI/FW, Mestra em Letras - área de concentração em Literatura Comparada, pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - URI/FW (2018) e Doutoranda em Educação pela mesma Instituição. Atua como professora de Língua Portuguesa e Redação da Rede ICM de Educação e Assistência Social e como Editora na Editora URI - Frederico Westph. Atualmente suas pesquisas estão vinculadas às temáticas de formação de leitores, estudos de gênero e educação.

ESTEFANI BARBOSA DE OLIVEIRA MEDEIROS

Graduada em Psicologia pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - URI Câmpus de Frederico Westphalen, em 2020. Capacitação em Avaliação Psicológica Psicossocial, pelo Núcleo Médico Psicológico, de Porto Alegre, em 2020. Mestranda em Educação (2020), pelo Programa de Pós-Graduação em Educação, da URI - Câmpus de Frederico Westphalen, orientadora Edite Maria Sudbrack. Atuação como Psicóloga e Psicoterapeuta com atendimentos direcionados para jovens, adultos e idosos e com a Avaliação Psicológica Psicossocial.

HELOISA DERKOSKI DALLA NORA

Graduada em Psicologia pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - Câmpus de Frederico Westphalen (URI-FW). Pós-Graduada em Terapia Familiar Sistêmica pela Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC- Chapecó). Mestranda em Educação pela URI-FW. Faz parte do Grupo de Pesquisa em Psicologia da URI-FW.

IARA FATIMA DURANTE

Possui graduação em Psicologia pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, Câmpus de Frederico Westphalen (URI/FW). Atuou como psicóloga no Núcleo de Apoio a Saúde da Família (NASF) no município de Novo Xingu/RS e como psicóloga do Núcleo de Apoio a Atenção Básica (NAAB) no município de Constantina/RS. Atualmente exerce a função de Coordenadora do Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) em Constantina/RS.

JANAINA DEPONTI

Psicóloga, graduada em Psicologia pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI) - Câmpus de Frederico Westphalen/RS (2015-2019). Pós-graduanda em Comportamento Humano nas Organizações na Universidade do Oeste de Santa Catarina

(UNOESC). Temas de interesse: Mídia e Gênero; Violência Intrafamiliar e Doméstica; Saúde Pública; Psicologia Organizacional e do Trabalho.

JUDITE INES SCHREINER GAUER

Possui graduação em Psicologia pela Universidade Federal de Mato Grosso UFMT (2010). Especialização em Terapia Cognitivo Comportamental pela Faculdade FEICS (2013) em convênio com o (CEFI) - Centro de Estudos da Família e do Indivíduo de Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Possui ainda Especialização em Psicopedagogia Clínica e Institucional pela Faculdade Afirmativo de Cuiabá, MT (2008), Especialização em Administração Estratégica pela Faculdade Eduvale (2007). Formação em Personal, Professional e Lider Coach pela SBC-Sociedade Brasileira de Coaching (2017). Atuação profissional em Gestão e Administração de Empresas (1989-2019) e, desde 2003, em Gestão Escolar como educadora, diretora e mantenedora em instituição de ensino. Participa e desenvolve atividades e projetos em gestão, formação, treinamentos e desenvolvimento de equipes, planejamento, orientação do trabalho pedagógico, projetos direcionados para a sala de aula, orientação de estudos e escolha profissional de alunos.

LEONARDO DA SILVA MARTINELLI

Possui graduação e mestrado em História pela Universidade de Passo Fundo (UPF). Trabalhou como professor da Educação Básica no ensino fundamental e médio. Atualmente é doutorando em História na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e pesquisador do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH/UFSC). Também é integrante da Rede de Historiadores e Historiadoras LGBTQI+, que reúne pesquisadores dessa temática em todo o Brasil. Desenvolve pesquisas em torno dos estudos de gênero, estudos *queer*, identidades, representações e imprensa, tendo se dedicado a investigar especialmente as homossexualidades no período da ditadura civil-militar brasileira, tema no qual está dando prosseguimento.

LOSANDRO ANTÔNIO TEDESCHI

Doutor em história latino-americana, professor na UFGD/MS na graduação e pós-graduação, coordenador da cátedra UNESCO “Diversidade Cultural, Gênero e Fronteiras”, autor/organizador de diversas obras entre elas; “*Dicionário Crítico de Gênero* (EDUFGD 2015, 2019)”, “*Fronteiras de gênero: corpos, feminismos e história das mulheres*” (EDUEPG: 2019). “*Fronteras de gênero, subjetividades e interculturalidad*”(UNAM:2020).

LUANA TEIXEIRA PORTO

Doutora em Letras - Área de Concentração em Literatura Comparada - pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Realizou estágio de Pós-Doutoramento na Universidade Federal de Santa Maria. É professora na Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, *campus* de Frederico Westphalen, onde atua como docente pesquisadora na graduação e no Programa de Pós-

Graduação em Educação, nível de Mestrado e Doutorado. É editora da revista *Literatura em Debate* e atualmente pesquisa narrativa literária e fílmica sobre a temática da violência.

MARISA DO NASCIMENTO PIGATTO

Mestre em Educação na Linha de Formação de Professores, com pesquisa em psicologia escolar, pela Universidade do Vale dos Sinos - UNISINOS/São Leopoldo/RS (2008). Especialista em Clínica Ampliada pela URI/FW (2011). Formação Clínica na Abordagem Sistêmica Familiar e de Casal (2 anos) pelo Centro de Estudos e Atendimento de Terapia Familiar e de Casal - ELO/Passo Fundo/RS (2013). Especialista Clínica na Abordagem Sistêmica Individual, Casal e Familiar pelo Centro de Estudos da Família e do Indivíduo - CEFI Porto Alegre/RS (2015). Possui graduação em Psicologia pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - URI/Câmpus de Frederico Westphalen (2006). Graduação em Ciências Contábeis pela Fundação Técnica Educacional Souza Marques ? Rio de Janeiro/RJ (1991). Realizou o curso "A utilização do self do terapeuta na terapia familiar" (2019) na Accademia di Psicoterapia Della Famiglia, em Roma/Itália. Psicóloga Clínica com atendimentos individuais, para casais e para a família.

MARLENE NEVES STREY

Psicóloga, Mestre em Psicologia, Doutora em Psicologia pela Universidad Autónoma de Madrid, pós-doutora pela Universitat de Barcelona e pós-doutora sênior pela Universitat de Barcelona. Está vinculada atualmente ao Instituto de Prevenção e Pesquisa em Álcool e outras Dependências (IPPAD). Pesquisadora voluntária do Coletivo Feminino Plural, Professora do Mestrado em Psicologia da Feevale. É autora de diversos artigos, capítulos de livros, livros e coleções acadêmicas na área de gênero.

NÁTHALY ZANONI LUZA

Graduanda em Psicologia pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - Câmpus de Frederico Westphalen. Atua como bolsista de Iniciação Científica (Edital 003/2019 PIBIC/CNPq), no Projeto "Práticas discursivas e produção de sentidos sobre Gênero e Saúde", desenvolvendo o plano de bolsista intitulado "Práticas discursivas e produção de sentidos sobre Gênero e Saúde no Ensino Médio: percepções docentes". Integra o Grupo de Pesquisa em Docência, Emancipação e Direito Educativo, na linha de pesquisa Direitos Humanos, Ética e Educação, fazendo parte da Rede Iberoamericana de Estudos em Docência, Emancipação e Direito Educativo.

TAINA KURTZ

Graduanda do VIII semestre em Psicologia pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI) de Frederico Westphalen. É integrante do grupo de pesquisa "Processos Educativos, Linguagens e Tecnologias" que proporcionou o presente livro, atuando neste como autora e organizadora.

THAINÁ MARIA DA SILVA

Bacharelada em História da Arte pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. É integrante do Cineclubes Academia das Musas e membro-fundadora do Cineclubes Luz

Vermelha. Estuda temas relacionados ao cinema e a videoarte no âmbito dos estudos sobre história das mulheres.

VERA MARTINS

Doutora em Comunicação Midiática pelo Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria-RS (2019). Possui graduação em Comunicação Social - Hab. Relações Públicas pela Universidade Feevale (2003) e mestrado em Ciências da Comunicação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos - Unisinos (2010). Atualmente é professora assistente na Universidade Federal de Santa Maria. Tem experiência profissional na área de assessoria de comunicação, organização de eventos e relações internacionais, e no âmbito acadêmico tem interesse nos temas da comunicação, feminismo, gênero e pensamento decolonial. Integra os grupos de pesquisa Comunicação, Políticas Públicas e Cidadania e RESTO - Laboratório de Práticas Jornalísticas, da UFSM.

VICTÓRIA PORTELA MANDARINO PEIXOTO

Estudante de Psicologia da PUCRS, cursando o décimo (10º) semestre, estagiária no Centro Integrado de Atenção Psicossocial - Infância e Adolescência, no Hospital Psiquiátrico São Pedro. Em 2017, foi auxiliar do grupo de pesquisa Relações de Gênero da PUCRS. No mesmo ano, foi assistente no grupo SAJU (Serviço de Assistência Jurídica Universitária) da UFRGS. Em 2018, realizou estágio extracurricular em uma escola de educação infantil. Em 2019, cumpriu estágio curricular na Instituição Estudos Integrados de Psicoterapia Psicanalítica (ESIPP).

WILLIAM HELDT DOS SANTOS

Graduado em Psicologia. Atua como Psicólogo Técnico Social da Proteção Social Básica na Fundação de Assistência Social e Cidadania no município de Porto Alegre/ FASC – PMPA. É Psicólogo Clínico e compõe o Núcleo de Apoio Psicológico Pedagógico Social do Coletivo pela Educação Popular TRANSEMEM.

WILLIAM EDSON TOMAZI

Graduando em Psicologia pela URI – Câmpus de Frederico Westphalen. Bolsista de Iniciação Científica PIIC-URI e integrante do Grupo de Pesquisa em Psicologia URI.

YÁSKARA ARRIAL PALMA

Possui graduação em Psicologia pela Universidade de Caxias do Sul (2006), Mestrado em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2011) com bolsa CNPq e Doutorado em Psicologia Social pela PUCRS (2014), bolsa CAPES, com doutorado sanduíche na Espanha-Universidad Rey Juan Carlos. É Coordenadora do Curso de Psicologia do Centro Universitário FADERGS- Laureate International Universities e do Curso de Psicologia da UniRitter. Seus estudos e pesquisas estão relacionados aos temas de psicologia social, gênero, sexualidade e educação.

A presente edição foi composta pela URI, em caracteres Cambria e Bookman Old Style, formato e-book, pdf, em dezembro de 2020.